

DA FONOLOGIA À ECOLINGUÍSTICA

Organizadores

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto

Davi Borges de Albuquerque

Gilberto Paulino de Araújo

DA FONOLOGIA À
ECOLINGUÍSTICA

ENSAIOS EM HOMENAGEM A
HILDO HONÓRIO DO COUTO

THESAURUS

© by Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto, Davi Borges de Albuquerque e
Gilberto Paulino de Araújo (orgs.) – 2013

FICHA TÉCNICA

Revisão
Organizadores

Diagramação
Cláudia Gomes

Arte da Capa
Tagore Alegria

Impressão
Theaurus Editora
www.theaurus.com.br

ISBN: 978-85-409-0212-1

E17 Ecolinguística e imaginário / Elza Kioko Nakayama
Nenoki do Couto, Davi Borges de Albuquerque e
Gilberto Paulino de Araújo (orgs.) – Brasília: The-
saurus, 2013.

496 p.

1. Linguística 2. Ecolinguística I. Título

CDU 519.765

CDD 410



O homenageado

SUMÁRIO

Prefácio	11
Hildo Honório do Couto: Breve biografia	19

DEPOIMENTOS

Hildo: O amigo e o acadêmico/pesquisador	33
José Olímpio Magalhães	
Uma visita importante	47
Antônio Batista Pereira	
Algumas palavras ao Prof. Hildo	54
Teresinha de F. Montebello Pereira & Mestre Moo Shong Woo	

ARTIGOS

I. FONOLOGIA

O padrão acentual do português	63
Seung-Hwa Lee	
Variação e mudança no caboverdiano – pelos caminhos da otimidade	81
Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues & Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello	

Inteligibilidade e sotaque na aquisição da fonologia do inglês por brasileiros em diferentes idades: uma visão ecolinguística	109
Ronaldo Lima Jr.	

II. LÍNGUAS CRIOULAS E CONTATO DE LÍNGUAS

Contact Portuguese, Hildo do Couto, and <i>Papia</i>	133
John Holm	

Marinheirismos no crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde).....	144
Jürgen Lang	

La construcción ecolingüística del contacto de lenguas (español y lenguas ameríndias)	166
Klaus Zimmermann	

Gradiência definitiva: O caso da gênese e desenvolvimento da língua nacional no Brasil	208
Heliana Mello	

O estatuto morfológico das reduplicações no guineense ...	228
Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello & Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues	

III. ECOLINGUÍSTICA

Ecologia dos contatos linguísticos em Manbae, Timor-Leste	251
Davi Borges de Albuquerque	

Ecolinguistics – the history of a green idea for the study of language	284
Alwin Fill	

The ecology of language: Some evolutionary perspectives 302
Salikoko Mufwene

**The dialectics of ecological experiences: An essay in
eco-linguistics with deixis analysis of a newspaper
text commenting the Rio '92-Summit on the human
environment..... 328**
Jørgen Døør & Jørgen Chr. Bang

**Da gramática pragmo-ecológica à ecolinguística
(1973-1993) 350**
Adam Makkai

**O papel do ambiente no “Roteiro para a Ciência” presi-
dencial em Portugal: Imagem e poder 357**
Rui Ramos

A semântica lexical vista pela ecolinguística 378
Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto & Gilberto Paulino
de Araújo

La contribución de la etnozoología para la ecolinguística 407
Eraldo Medeiros Costa Neto e Dídac Santos Fita

RESENHAS DE ALGUNS LIVROS DO HILDO

**Couto, Hildo Honório do. *Uma introdução à semiótica.*
(Rio de Janeiro: Presença, 1983) 437**
Resenhado por Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto

**Couto, Hildo H. do. *O que é português brasileiro.* (São Paulo:
Brasiliense, 1986) 442**
Resenhado por Marcos Bagno

Couto, Hildo Honório do. <i>Fonologia & Fonologia do Português</i>. (Brasília: Thesaurus, 1997).....	445
Resenhado por Sinval Martins de Sousa Filho	
Couto, Hildo Honório do. <i>Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente</i> (Brasília: Thesaurus, 2007).....	451
Resenhado por Pere Comellas	
Couto, Hildo Honório do. <i>Anticrioulo: manifestação linguística de resistência cultural</i>. (Brasília: Thesaurus, 2002.) & <i>Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas</i>. (São Paulo: Contexto, 2009)	460
Resenhados por Lorena Araújo de Oliveira Borges	
Couto, Hildo Honório do. <i>O tao da linguagem: Um caminho suave para a redação</i> (Campinas: Pontes, 2012).....	469
Resenhado por Eliane Marquez da Fonseca Fernandes	
Organizadores e autores	487

PREFÁCIO

A ideia de homenagem ao Professor Dr. Hildo Honório do Couto foi pensada pelos organizadores a partir do momento que se percebeu a grande contribuição do grande mestre na formação de seus alunos, as grandes ideias sobre os estudos da linguagem, pelo seu amor à pesquisa e ao Ser docente e orientador. Para essa homenagem pensamos em alguns pesquisadores e amigos ligados a sua área de atuação desde o início de sua carreira. Assim, é evidente que poderíamos ter mais colaboradores, mas devido ao tempo e à delimitação necessária para o número de páginas de um livro que além de ser uma homenagem ao professor Hildo é também uma contribuição para os pesquisadores da linguagem, muitos acadêmicos e amigos infelizmente não estão aqui. Isso já era sinalizado antes de enviar os convites, mas, ao recebermos os textos enviados e organizá-los de acordo com a temática do livro, sentimos que deixamos duas lacunas: ao homenageado que possui muitos outros amigos e que não estão aqui presentes e aos amigos/pesquisadores que não estão presentes, porque infelizmente não pudemos contatá-los.

Essa coletânea é composta de depoimentos, artigos, ensaios, carinho, respeito, dedicação que contribuem não só para conhecer um pouco mais o homenageado e seus estudos, mas principalmente porque temos textos que nos levam a pensar, a refletir sobre a linguagem, contribuindo assim para os estudos acadêmicos.

Os organizadores agradecem aos estudiosos da linguagem que enviaram seus textos, tão profissionais no cumprimento das datas para serem enviados, esses que aceitaram o

convite com entusiasmo e honra e que com certeza deram um pouco de si, de seu tempo para o homenageado, pois com certeza reservaram um tempo precioso de suas vidas.

Queremos também agradecer à Editora Thesaurus, que patrocinou a publicação e que o fez com muita apreciação.

Esse livro é a concretização de um sonho em homenagem ao mestre dos livros e da vida, ao cientista da linguagem, professor e amigo Hildo Honório do Couto, que consideramos ter contribuído humildemente na construção de ser pesquisador e nas ideias inovadoras dos estudos da linguagem.

A obra se encontra dividida em três grandes partes. A primeira parte, **DEPOIMENTOS**, contém três contribuições de colegas e amigos que tiveram contato com Hildo Honório do Couto e, de certa forma, nesta parte acabam por compartilhar suas experiências pessoais com o homenageado.

Assim, há primeiramente em *Hildo Honório do Couto: Breve biografia* uma narrativa um tanto informal sobre a vida de nosso homenageado, seguida pelos depoimentos de: 1) **José Olímpio Magalhães**, *Hildo: O amigo e o acadêmico/pesquisador*, em que o também professor, e amigo de Hildo Honório do Couto, descreve sua convivência pessoal, profissional e acadêmica com ele; 2) **Antônio Batista Pereira**, um dos primeiros orientandos, no texto *Uma visita importante* faz um depoimento sobre as relações acadêmicas que manteve com o Hildo tendo por pretexto o recebimento do livro *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*; 3) **Teresinha Montebello Pereira** e mestre **Moo Shong Woo**, em *Tai Chi Chuan e Tao – Algumas palavras ao Prof. Hildo*, discorrem sobre a convivência, o particular relacionamento com Hildo na Praça da Harmonia Universal, em Brasília.

A segunda parte da obra, intitulada **ARTIGOS**, consiste de uma série de estudos realizados pelos mais destacados acadêmicos da área, os quais são colegas e/ou (ex)alunos de Hil-

do. Esta segunda parte se encontra subdividida em três seções temáticas que seguem a área de atuação do homenageado de acordo com sua carreira acadêmica de professor e pesquisador, iniciando pela **FONOLOGIA**, passando por **LÍNGUAS CRIOULAS E CONTATO DE LÍNGUAS**, chegando à **ECOLINGUÍSTICA**. Por fim, vem a seção de **RESENHAS** de alguns livros. Algumas dessas resenhas já foram publicadas há algum tempo, outras saem aqui pela primeira vez.

A seção de **FONOLOGIA** começa com a contribuição de **Seung-Hwa Lee**, reconhecido fonólogo no Brasil, com o texto *O Padrão Acentual do Português*. Neste capítulo, o autor apresenta, discute e retoma análises fonológicas anteriores do padrão acentual do acento primário português, defendendo a tese de que o português possui como padrão acentual o pé troqueu silábico e o pé iambo. O texto de **Ulisdete R. S. Rodrigues** (Universidade de Brasília- UnB) e **Maria Aparecida C. R. de Mello**, intitulado “Variação e mudança no caboverdiano: pelos caminhos da otimidade”, contempla o Caboverdiano na perspectiva da Teoria da Otimidade (OT) em interface com a Teoria da Variação Linguística. O objetivo das autoras é tentar proceder à “conjugação dos contrários”, preconizada por Tarallo e tratada por Lucchesi. Descrevem aspectos fonético-fonológicos variáveis de Sotavento e de Barlavento por intermédio da proposição de algumas possibilidades de representação e análise, dentro do quadro teórico da OT, aventadas para representar as opções diacrônicas e sincrônicas dessas variedades dentre os princípios e restrições da Gramática Universal. O texto relaciona três áreas, com ênfase em fonologia, analisando um crioulo português, o Caboverdiano, e antecipando certos conceitos na ecolinguística. A seguir, há o texto de **Ronaldo Lima Jr.**, *Inteligibilidade e sotaque na aquisição da fonologia do inglês por brasileiros em diferentes idades: uma visão ecolinguística*, em que o autor analisa quantitativamente questões de

juílgamentos de inteligibilidade, grau de sotaque estrangeiro, nível de proficiênciã e a soma dos quesitos em relação à aquisição da língua por alunos de inglês em diferentes períodos. Esse artigo destaca-se por relacionar aspectos tanto da fonologia, como da ecolinguística.

A segunda parte, **LÍNGUAS CRIOULAS E CONTATO DE LÍNGUAS**, é iniciada com a contribuição de **John Holm**, *Contact Portuguese, Hildo do Couto, and Papiã*. O autor discute sobre a história do contato da língua portuguesa, o surgimento e o desenvolvimento dos crioulos de base lexical portuguesa, e, posteriormente, nos séculos XIX e XX o crescente interesse pelos estudos de línguas crioulas. Holm argumenta também a favor da importância da revista *Papiã*, criada por Hildo Honório do Couto e editada por ele durante 20 anos, para os estudos da crioulistica. A seguir, **Jürgen Lang**, no seu artigo intitulado *Marinheirismos no crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde)*, propõe uma distribuição dos marinheirismos do crioulo de Santiago. Para Lang, os marinheirismos mais interessantes do crioulo de Santiago resultam ser aqueles onde o significado marítimo só se documenta em português, ao passo que o significado não marítimo só se registra em crioulo. O capítulo que segue, *La construcción ecolingüística del contacto de lenguas (español y lenguas amerindias)*, é de autoria de **Klaus Zimmermann**. O texto apresenta uma visão construtivista e ecolinguística do contato de línguas. Para Zimmermann, a mente, ou melhor, o cérebro exerce um papel importante no contato de línguas, o que aproxima o autor do ecossistema mental da língua proposto por Hildo. Mesmo partindo dessa perspectiva construtivista, o texto de Zimmermann é ecolinguístico, além de ser também sobre contato de línguas. **Heliana Mello** apresenta o texto *Gradiência definitiva: o caso da gênese e desenvolvimento da língua nacional no Brasil*, no qual há a trajetória histórica do Português Brasileiro, a fim de refle-

tir sobre a sua evolução e as suas fronteiras, que para a autora é “algumas vezes pouco definidas, em relação ao seu grau de parentesco com línguas crioulas e com a variedade europeia portuguesa, lançando mão, sobretudo, de dados de caráter sócio-histórico”. O próximo texto é de **Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello** e **Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues** e trata de *O estatuto morfológico das reduplicações no guineense*. As autoras refletem sobre as reduplicações do crioulo guineense e, com base em dados pesquisados, refutam não somente a tese da “pouca morfologia”, como também a noção da “simplicidade” das línguas crioulas.

A terceira parte, **ECOLINGUÍSTICA**, começa com o ensaio de **Davi Borges de Albuquerque**, *Ecologia dos contatos linguísticos em Manbae, Timor-Leste*, que discorre sobre a situação do contato das línguas nativas em Timor-Leste, enfatizando uma delas, a língua Manbae, apresentando também como uma abordagem para a análise dos contatos de línguas certos princípios da ecolinguística propostos por Hildo Honório do Couto. Digno de nota é que este capítulo mostra como se dá a relação de duas áreas conexas: o contato de línguas e a ecolinguística. A seguir, vem o ensaio do renomado ecolinguista **Alwin Fill**, intitulado *Ecolinguistics – the history of a green idea for the study of language*. Ele traça um breve histórico das abordagens ecológicas para o estudo da língua, juntamente com uma série de princípios dessa área do saber. O autor enumera vários tópicos já estudados pela ecolinguística, assim como outros que deverão ser mais estudados futuramente. O capítulo seguinte, de **Salikoko S. Mufwene**, é intitulado *The Ecology of Language: Some Evolutionary Perspectives*. O texto expõe a teoria do autor sobre a evolução linguística, partindo de conceitos como genética das populações, combinação de genes, replicação imperfeita de genes (que levaria a mudanças). Para ele, a língua é uma espécie parasita da população

que a fala, posteriormente chamada de espécie viral. Ele usa também conceitos darwinianos como competição e seleção. De qualquer forma, ele diz explicitamente que não é ecolinguísta, embora toda sua linguagem possa ser assimilada pela ecolinguística. Contrariamente ao que fez em alguns textos anteriores, aqui Mufwene inclui o fator “mente”, a “ecologia interna”, mais ou menos a endoecologia de Makkai. **Jørgen Døør & Jørgen Chr. Bang**, *The Dialectics of Ecological Experiences: An essay in Eco-Linguistics with a Deixis Analysis of a Newspaper Text commenting the Rio '92-Summit on the Human Environment*, expõem os princípios da Linguística Dialética, que é a versão da Ecolinguística praticada na chamada Escola Ecolinguística de Odense, da Universidade do Sul da Dinamarca. Os autores incluem uma análise das funções dêiticas em um texto jornalístico que trata da Rio 92. O capítulo de **Adam Makkai**, *Da gramática pragmo-ecológica à ecolinguística (1973-1993)*, é uma síntese das principais ideias desse prolífico autor, que começou a falar na relação linguagem e ecologia já no início da década de setenta do século passado. Isso culminou com a publicação do livro *Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?* (Londres: Pinter Publishers, 1993). O texto que reproduzimos contém muitas das diversas intuições desse autor, entre elas a visão da língua como uma rede de interconexões e a distinção entre endoecologia e exoecologia. O capítulo de **Rui Ramos**, *O papel do ambiente no “Roteiro para a Ciência” presidencial em Portugal: Imagem e poder*, segue a linha da ecolinguística crítica, em que se conduz análise do discurso crítica, levando-se em consideração pressupostos da ecologia. O *corpus* específico analisado pelo autor foi o ‘roteiro para a ciência’. **Elza K. N. N. do Couto & Gilberto Paulino de Araújo**, escrevem sobre como a semântica lexical poderia ser desenvolvida no contexto da ecolinguística, defendendo a tese de que essa semântica se vista pelo viés da ecolinguística é

uma boa e inovadora metodologia para se abordar o significado lexical, justamente por ela levar em conta as interações entre língua, falantes e seu meio. O capítulo final, *La contribución de la etnozoología para la ecolinguística*, de autoria de **Eraldo Medeiros Costa Neto** (UEFS) e **Dídac Santos Fita**, traça um histórico das etnociências, juntamente com uma série de princípios de análise dessa área. Ainda, os autores relacionam também as disciplinas das etnociências com a ecolinguística.

O livro termina com uma parte dedicada a **RESENHAS E ARTIGOS-RESENHA DE ALGUNS LIVROS DO PROFESSOR HILDO**, algumas já publicadas anteriormente e outras elaboradas especialmente para esta coletânea. Entre as obras resenhadas estão: 1) *Uma introdução à semiótica* (1983), por Elza Kioko N. N. do Couto; 2) *O que é português brasileiro* (1986), por Marcos Bagno; 3) *Fonologia & Fonologia do Português* (1997), por Sinval M. de Sousa Filho; 4) *Anticrioulo: manifestação linguística de resistência cultural* (2002) & *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas* (2009), por Lorena A. O. Borges; 5) *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente* (2007), por Pere Comellas; 6) *O tao da linguagem: Um caminho suave para a redação* (2012), por Eliane M. F. Fernandes.

Os organizadores.

HILDO HONÓRIO DO COUTO: BREVE BIOGRAFIA ACADÊMICA

Hildo Honório do Couto nasceu no dia 24 de abril de 1941, às margens do córrego Capivarinha, às vezes chamado de Capivarinha do Chumbo, próximo uns dez quilômetros da então Capelinha do Chumbo, atualmente chamada Major Porto, município de Patos de Minas (MG). Seus pais são José Honório do Couto e Conceição Maria de Jesus. Os avós paternos são Altino Honório do Couto e Francisca Guimarães (a dona Chiquinha); os maternos, José Francisco Barbosa (o Zé Timote) e Josina Maria de Jesus. A casa em que nasceu ficava próximo da do avô paterno. Mas, logo em seguida, seu pai construiu com as próprias mãos uma casa para si e a família próximo ao Nosso Corguinho, que tinha esse nome para se distinguir do Corguinho do Nadim, e à Linha (estrada de chão para automóveis e outros).

Ele viveu nessa casa até os 16 anos de idade, sem conhecer a cidade mais próxima, Patos de Minas. É na roça, como gosta de dizer, que ele foi alfabetizado por sua mãe, tendo frequentado uma escola rural por dois a três anos, com a professora Dona Lilita, terminando o quarto ano do antigo Primário na escola de Capelinha do Chumbo, também rural, com a Dona Cleide. Sua família se mudou para Patos de Minas em 1957, onde ele fez um curso de Admissão para, no ano seguinte, frequentar o antigo Curso Ginásial, na Escola Normal Oficial de Patos de Minas, próxima à igreja matriz. Por conta própria, por essa época ele comprou um exemplar do livro *Introdução geral à filosofia*, de Jacques Maritain, lendo-o

afoitamente até a última página, embora ainda fosse imaturo para entendê-lo. No que tange à literatura, o primeiro livro lido foi *Ubirajara*, de José de Alencar. Ele não achou o livro interessante, mas como ouvira dizer que era importante, leu-o também na íntegra. Logo a seguir, vieram *Iracema* e *O guarani*, do mesmo autor, entre muitos outros.

Entre as disciplinas que estudou aí contam-se latim, francês e inglês. O professor de latim era um padre neurótico, o Sô Padre, que punha alunos para fora da sala sempre que dessem uma risadinha ou fizessem algo errado, como uma piadinha de mau gosto. No primeiro ano, Hildo ficou para “segunda época” (recuperação) nessa matéria. Com isso, ele estudou tanto latim nas férias que não precisou estudá-lo nunca mais, até o quarto ano. A professora de francês, Dona Ordalina, amava a cultura francesa e, com sua suavidade, cativava os alunos para sua disciplina. O professor de inglês era o Dr. Antônio, médico. Ele dizia que os “Estados Unidos” que conhecia era a fazenda de um irmão, e a “Inglaterra” era uma vaca que lá existia.

Um fato interessante que já antecipava sua futura profissão de professor e pesquisador de linguística é que ele criou um símbolo para cada letra do alfabeto, de modo que podia escrever qualquer coisa em qualquer língua que soubesse sem que ninguém entendesse. Nesse mesmo período, comprou o *Pequeno vocabulário tupi-português*, o *Pequeno vocabulário português-tupi* e o *Curso de tupi antigo*, todos do padre A. Lemos Barbosa. Autodidaticamente, aprendeu os primeiros rudimentos dessa língua. No último ano de ginásio (1960) prestou o serviço militar no Tiro de Guerra n. 91, 4a. Região Militar, em Patos de Minas. Nesse mesmo ano foi tentar a sorte na cidade grande mais próxima, que era Belo Horizonte.

Felizmente, conseguiu emprego de ‘auxiliar de escritório substituto’ em 21 de fevereiro de 1961 na União Brasileira Distribuidora de Tecidos S/A, situada na Praça Rui Barbosa,

a mesma em que se localizava a estação de trem de Belo Horizonte. Como trabalhava o dia todo, era difícil estudar. Por sorte sua, foi aprovado em uma seleção para trabalhar apenas no período da tarde no Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A, sendo admitido em 03 de janeiro de 1962. Com isso, pôde dar continuidade ao antigo Curso Clássico (paralelo ao Científico), equivalente ao segundo grau, no Colégio Estadual de Minas Gerais, planejado por Oscar Niemeyer, no Bairro Santo Antônio, terminando-o em dezembro de 1964.

Esse período foi bastante produtivo para Hildo. Paralelamente aos estudos regulares, cursou também espanhol, inglês, esperanto e japonês na Escola de Tradutores e Intérpretes de Minas Gerais. Foi nesse período também que ele deu vazão a sua necessidade de praticar esportes. Frequentava o clube do SESC, localizado em Venda Nova, todo fim de semana. Aí aprendeu a praticar acrobacia e outras modalidades esportivas. Em outra oportunidade, tentou aprender a lutar box, na primeira firma em que trabalhou, e, pouco depois, começou a fazer halterofilismo, além de natação, modalidade em que ganhou uma medalha no Colégio. Esse último ano em BH foi bastante antecipador de sua futura profissão de linguista. Primeiro, porque ele escreveu um “ensaio” tentando recuperar o “verdadeiro” sentido das palavras. Assim, para ele *interesse* era algo que estava (*esse*) entre (*inter*) duas coisas. *Preocupar-se* era ‘ocupar’ (-se de algo) ‘antes’ do fato, e assim por diante. Em segundo lugar, ele publicou seu primeiro texto, “Exceção à regra das exceções”, em *O poliglota* v. I, n. 5 (1964), da Escola de Tradutores e Intérpretes de Minas Gerais. Tratava-se de um pequeno texto sobre o esperanto, contradizendo a asserção de que todas as regras das línguas têm exceção: as do esperanto não têm.

No final do ano de 1964, transferiu-se para uma agência do banco em São Paulo, localizada na Praça da Árvore, onde

atualmente fica uma estação do metrô. Foi morar com a família, recém-vinda de Patos de Minas, em Pirituba, motivo pelo qual tinha que tomar três ônibus para chegar à Praça da Árvore. Para se ter uma ideia, ele tinha que já estar no ponto de ônibus às 9 horas da manhã, a fim de chegar a tempo de começar a trabalhar às 12 horas. Assim foi até o ano de 1966, quando entrou na USP, para estudar Letras Anglo-Germânicas. O curso teve início num prédio da Rua Maria Antônia (Consolação), ao lado do Mackenzie. Em 1968, ele presenciou um confronto entre os alunos esquerdistas da USP e os conservadores do Mackenzie. Saindo do prédio da FFCL-USP andando pela rua, via tijolos voando por sobre sua cabeça vindos do Mackenzie na direção dos alunos da USP, que respondiam no mesmo tom.

A turbulência intelectual que vivia (era época do Teatro de Arena, por exemplo) levou Hildo a propor uma “teoria filosófica”, chamada por ele de “o foco”. De acordo com essa “teoria”, tudo que estiver estruturado mantém uma relação entre “centro” (o foco) e “periferia”, e sua dinâmica consistiria sempre em um movimento dialético centrífugo-centrípeto. Trata-se de mais uma manifestação das inquietações intelectuais que o moviam. Chegou a escrever “poemas” e “contos”, além de ter tido um projeto de escrever uma “peça teatral” que se chamaria *Não*. Os “poemas” foram compilados em uma “coleção” intitulada por ele de *O plúmifido decadente*, que, segundo seu próprio depoimento, felizmente desapareceu.

Nessa época, muitos colegas foram presos, torturados, expulsos do Brasil, outros se asilaram em embaixadas etc. Hildo não foi pego por um motivo muito simples. Ele tinha que trabalhar o dia todo para poder estudar à noite, portanto, não tinha tempo para frequentar as acaloradas assembleias do “Grêmio” (Centro Acadêmico Estudantil). Ainda em 1968 os cursos de Letras foram transferidos para a Cidade Universitária, às margens do Rio Pinheiros. Apesar de ela não ser

muito distante de Pirituba, tinha que tomar três ônibus para lá chegar. Felizmente, neste mesmo ano começou a lecionar Língua e Literatura Portuguesa no ensino médio oficial de São Paulo, como contratado anual, professor “excedente”, no Colégio Estadual Paulo Egydio de Oliveira Carvalho, na Vila Maria. Em 1970, entrou para o Mestrado em Linguística na USP, terminando-o em 1973 com uma dissertação intitulada simplesmente *Os conetivos*, em que propôs uma interpretação unificada para os conetivos em geral (preposições e conjunções), representando-as em uma figura tridimensional, por influência das teorias de Bernard Pottier. Mais tarde, isso seria retomado no contexto ecolinguístico, sob a denominação de “ecologia das relações espaciais”, assunto explorado em diversas publicações.

O ano de 1973 foi de grandes mudanças em sua vida acadêmica. Primeiro, começou a lecionar “Introdução à Linguística” nas FFCL Brás Cubas, de Mogi das Cruzes, no primeiro semestre. No segundo, submeteu-se a um concurso na Universidade Estadual de Londrina (UEL), tendo começado a trabalhar como professor de Linguística em julho. Nessa universidade, Hildo foi o primeiro professor titulado de Linguística, além de ter sido o primeiro professor de Semiologia no Curso de Comunicação Social, em que a jornalista Dulcineia de Moraes foi sua aluna. Aí ele teve uma intensa e participante atividade na área da linguagem, organizando seminários, congressos e a publicação do *Boletim de Linguística*, de que saíram apenas dois números, publicando artigos na *Folha de Londrina*, dando entrevistas nos jornais e na televisão. Após duas viagens ao Paraguai para fazer pesquisas sobre o guarani local, em 1976 ele foi fazer o Doutorado na Universidade de Colônia, Alemanha, terminando-o no natal de 1978, com a tese *Das Konsantensystem des Guarani* (O sistema consonantal do guarani). Essa tese foi feita no arcabouço teórico da então

Gramática Estratificacional, de Sydney M. Lamb, que era uma visão relacional e semiótica da linguagem. Dois anos depois, foi convidado para trabalhar na Universidade de Brasília por Ulf Gregor Baranow, uma vez que naquela época a UnB vivia sob a ditadura militar e não havia concursos. O motivo principal do convite era que Hildo se doutorara em Fonologia, disciplina que passou a lecionar até aproximadamente 2005.

No período da UEL para a UnB surgiram mais “poemas” bissextos, englobados em um volume que chamou de *Horas vagas*. Como a “coletânea” anterior, e ainda segundo o próprio autor, esse volume felizmente não foi publicado, embora os poemas que o compõem não tenham desaparecido como os do anterior.

Chegando à UnB em junho de 1980, Hildo juntou os conhecimentos da Gramática Estratificacional com o que aprendera na USP sobre as ideias de Saussure (proponente da Semiologia) e começou a trabalhar com Semiótica, sentindo rejeição de duas partes: de um lado, uma professora local que achava que “um professor recém-chegado de fora não tem o direito de ficar tentando introduzir novidades, deixando para trás quem está aqui há muito tempo”; por outro lado, partidários da linguística formal, que viam com maus olhos alguém da área de Linguística estudar Semiótica. De qualquer forma, Hildo publicou seu primeiro livro (*Linguística e semiótica relacional*. Brasília: Thesaurus, 1982), em que expunha a visão semiótica da Gramática Estratificacional. Nesse mesmo ano, ministrou a disciplina Semiótica, para oito alunos, sendo um deles ninguém menos do que o atual Ministro das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota. As discussões durante este curso foram tão produtivas que seu conteúdo virou o livro *Uma introdução à semiótica* (Rio de Janeiro: Presença, 1983), seu segundo livro. Trata-se do primeiro livro de introdução à disciplina publicado no Brasil. Ele é basicamente a proposta

de uma teoria semiótica em moldes estruturalistas, associando estruturalismo europeu (a tradição vinda de Saussure) e o norte-americano (a tradição originada em Bloomfield).

Os primeiros anos na UnB foram de contestação da ditadura do então reitor e do governo de que era um preposto. Como Hildo estava imbuído das ideias marxistas, como muitos de seus contemporâneos que almejavam um governo “socialista”, “do povo para o povo”, “em que todos fossem iguais”, acabou lendo toda a obra de Marx e Engels. Como ele sempre associava as ideias gerais que recebia à questão da linguagem, e após ver o livro de Roberto Lyra Filho (*O que é direito*, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1982), acabou escrevendo o livro *O que é português brasileiro* em 1986, na mesma editora e na mesma coleção. Até hoje ele é mais conhecido por esse livrinho do que por muita coisa que para ele tem mais valor.

Dois anos mais tarde, logo após um sério ataque de mononucleose, foi desenvolver um programa de Pós-Doutorado na Universidade Livre de Berlim. Na ida, por razões ideológico-marxistas, passou pela Guiné-Bissau, pobre país africano que estava tentando se firmar como um país socialista, comunista. Sua decepção foi imensa, uma vez que o então presidente tinha que ser reverenciado como um rei ou régulo. Sempre que sua comitiva passava, ele estava sempre passando porque o país é muito pequeno, todo mundo que estava no ângulo de visão tinha que ficar de pé e, se possível, em continência. O povo vivia na miséria absoluta, as únicas coisas que existiam era o que os ex-colonizadores portugueses haviam deixado. As grandes quantidades de dinheiro que organizações internacionais mandavam como ajuda para diversas finalidades acabavam nas mãos dos corruptos membros do governo. Hildo continuou sua viagem para Berlim bastante decepcionado com o “socialismo-comunismo” real. A decepção chegou

ao ápice quando atravessou o muro de Berlim (ele morava na ilha que era Berlim Ocidental, rica, pujante). Parecia que tinha chegado a outro mundo, com prédios velhos, sem conservação, ruas vazias, poucas lojas, povo triste e taciturno. Tudo era complicado, burocratizado. O povo tinha medo do estado. Ele chegou à conclusão de que o socialismo por que tanto lutara não era nada daquilo.

A despeito de tudo, a passagem pela Guiné-Bissau gerou uma reviravolta na vida acadêmica de Hildo. Como a língua da maioria da população do país é o crioulo, ele passou a estudá-la com afinco e participar do movimento crioulistico internacional. Em 1990 criou *Papia: revista de crioulos portugueses e espanhóis*, cujo subtítulo passou a ser *Revista brasileira de estudos crioulos e similares* a partir de 2002, ano em que fundou a ABECS (Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares). Ele dirigiu a revista por 20 anos, entregando-a juntamente com a ABECS, a um jovem professor, que lhes dá continuidade. Nesse meio tempo, publicou dois livros de crioulistica: a) *O crioulo português da Guiné-Bissau* (Hamburgo: Helmut Buske Verlag, 1994) que, como o nome já diz, é uma apresentação geral do guineense; b) *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins* (Brasília: Editora UnB, 1996). O segundo é o primeiro livro sobre o assunto publicado no Brasil. No mesmo contexto, propôs a teoria do “anticrioulo”, que não tem nada de preconceituosa, pelo contrário. Tanto que o nome completo do livro é *Anticrioulo: Manifestação linguística de resistência cultural* (Brasília: Thesaurus, 2002). Como a proposta não foi entendida pelos colegas crioulistas, Hildo a abandonou, embora o conteúdo do livro continue válido, pois, além de mostrar que esta variedade linguística é um tipo de “resistência cultural” à assimilação por uma cultura/língua mais forte, há uma detalhada exposição da situação dos ciganos e sua língua no mundo e no Brasil.

Em 1997, Hildo foi fazer um segundo pós-doutorado na City University of New York, sob a orientação de John Holm. Durante essa pesquisa, ele se enveredou definitivamente por outra linha de investigação, que são as relações entre língua e meio ambiente, assunto estudado pela jovem disciplina Ecolinguística. Tanto que, em 1999, ele terminou o relatório de pós-doutorado sob o título *Contato interlinguístico: da interação à gramática* (215p), disponível na internet em <https://docs.google.com/file/d/0B6hIHMM_ItiGRzJibTRORWdSUHc/edit>. Nessa monografia, falou-se em Ecolinguística por escrito pela primeira vez no Brasil, inclusive citando Alwin Fill, além de Einar Haugen. A partir daí, suas atividades em crioulística e contato de línguas foram inseridas no contexto maior da nova disciplina, que procura ver seu objeto de estudo de modo abrangente, holístico. Como ele se aposentou em 2002, pôde se dedicar com afinco à nova orientação, que, aliás, já estava antevista em sua origem rural. Foi nesse mesmo ano que começou as pesquisas que levaram ao livro *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente* (Brasília: Thesaurus, 2007, 462 páginas), o primeiro do gênero publicado no Brasil. É um dos maiores apanhados gerais sobre a disciplina, além de propor diversas inovações. Primeiro, temos os três ecossistemas linguísticos (natural, mental, social), que desembocam em um quarto (ecossistema fundamental da língua), em cada um dos quais a língua se relaciona com o respectivo meio ambiente. Segundo, a proposta de que a ecolinguística não deve estudar apenas discursos ambientais e assuntos correlatos (a exoecologia da língua), mas também questões internas, estruturais (a endoecologia da língua). Terceiro, propôs que a Ecolinguística incorporasse como Etnoecologia Linguística o que se vinha fazendo nas chamadas etnociências. Quarto, o livro acrescentou dois capítulos finais com duas disciplinas conexas, quais sejam, “Ecosemiótica” (cap. VIII.2) e “Ecocrítica” (cap. VIII.3).

O fato é que o livro é uma verdadeira enciclopédia de Ecolinguística, que tem capítulos dedicados a uma gama de assuntos, de interesse a diversas áreas das ciências sociais.

No ano de 2009, veio a lume outro livro de Ecolinguística (*Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*, São Paulo: Contexto, 2009, 189p.). Esse livro insere o tópico ‘contato de línguas’ no arcabouço ecolinguístico, mostrando que há contato de línguas quando povos de línguas diferentes se deslocam de seus territórios para o de outro povo. Mostra que há pelo menos quatro tipos principais de deslocamentos. Todos eles têm consequências nos resultados do contato. Que saibamos, foi a primeira vez que se abordou o assunto a partir das migrações de povos (P) e respectivas línguas (L) para outro território (T). Até Sarah Grey Thomason gostou da proposta, de que tomou conhecimento em um evento de que participou em Brasília.

Em 2005, Hildo começou a praticar tai chi chuan na chamada Praça da Harmonia Universal em Brasília (EQN 104/105). Ele se identificou tanto com a prática e com sua filosofia, o taoísmo, que seis meses depois o Mestre Moo Shong Woo o “intimou” a dirigir as atividades, pelo menos uma vez por semana. Como essa filosofia tem muitas afinidades com a ecologia, que ele vem praticando no dia a dia desde que nasceu (na roça), ele passou a estudá-lo. O resultado foi o livro *O tai chi chuan e a Praça da Harmonia Universal* (Brasília: Thesaurus, 2010, 174p.), que ele nem inclui em seu *curriculum vitae*. Mas devia incluir, pois o livro tem muitas informações úteis sobre a filosofia taoísta, além de um capítulo sobre “A questão da linguagem no *Tao te ching*” e outro intitulado “Disciplina e formalidade”. Além de tudo isso, o Hildo organizou o site da Praça, cujo endereço é www.phu.org.br. De março de 2010 até hoje ele dirige uma turma de prática de tai chi no Parque Vaca Brava, em Goiânia, para onde se mudou no mesmo ano.

Dois anos depois, Hildo publicou um livro juntando ecologia e taoísmo. Trata-se de *O tao da linguagem: um caminho suave para a redação* (Campinas: Pontes, 2012, 232p.), por inspiração de *O tao da física*, de Fritjof Capra. Comparando taoísmo e ecologia profunda, de Arne Naess, o livro é praticamente todo dedicado a mostrar como devemos falar/escrever se quisermos comunicar de modo harmonioso. Afinal, o conceito central do taoísmo é harmonia (com a natureza, com as pessoas). Ele termina apresentando uma proposta de ensino de redação no espírito taoísta.

Hildo continua ministrando aulas de Pós-Graduação na UnB, onde é Pesquisador Associado, além de orientar dissertações de mestrado e teses de doutorado. Além disso, continua fomentando a Ecolinguística. Em 2012, houve o I Encontro de Brasileiro de Ecolinguística na UnB, organizado por ele, alunos e amigos. Por essa ocasião, surgiu a Escola Ecolinguística de Brasília, que pratica uma linha própria no seio da Ecolinguística chamada Linguística Ecosistêmica. Trata-se de uma versão brasileira da Ecolinguística que leva o pertencimento da disciplina à Ecologia Geral a suas últimas consequências, baseando-se no filósofo da linguagem alemão Peter Finke, nas ideias da Escola Ecolinguística de Odense (Dinamarca), bem como nos filósofos Félix Guattari e Leonardo Boff. O boletim UnB Agência, de 06 de julho de 2012, chamou-o de “pai da ecolinguística no Brasil”.

Já em 2013, começou-se a falar também em Linguística Ecosistêmica Crítica (LEC), que incluiria questões analisadas pela Análise do Discurso, mas de uma perspectiva ecológica, motivo pelo qual ela é também chamada, por sugestão da denominação Análise do Discurso Crítica (ADC), de Análise do Discurso Ecológica (ADE). Tudo isso emergiu de discussões que Hildo vem mantendo com alunos, ex-alunos, colaboradores e amigos.

DEPOIMENTOS

HILDO: O AMIGO E O ACADÊMICO/PESQUISADOR

José Olímpio de Magalhães (UFMG)

“De repente, lá vinha um homem a cavalo (...). Ele era de óculos, corado, alto, com um chapéu diferente mesmo. (...) E o senhor tirava os óculos e punha-os em Miguilim, com todo jeito.

- Olha agora!

Miguilim olhou. Nem não podia acreditar! Tudo era uma claridade, tudo novo e lindo e diferente, as coisas, as árvores, as caras das pessoas.” (GUIMARÃES ROSA, 1977, P. 100-101).

“Atoleiro” era o nome da roça onde nasci, em 1948, vizinha ao “Gentio” onde cresci até os sete anos de idade. Não havia rádio, jornais, carros, luz elétrica, chuveiro, privadas (era o mato), enfim, uma vida inteiramente selvagem. Nessa época, para se chegar a esses lugares, só a cavalo, partindo-se da pequena Rezende Costa, mais conhecida como “a vila”, com seus dois mil e poucos habitantes. A cidade grande era São João d’el Rei, aonde, partindo da “vila”, se chegava de jardineira, depois de hora e meia de viagem. Só que eu, quando cheguei pela primeira vez a essa cidade grande, foi na garupa do cavalo de meu pai, aos sete anos de idade, para ir morar com uma tia e freqüentar o primeiro ano primário no Grupo Escolar Tomé Portes d’el Rei. (MAGALHÃES, 1996).

Eu nasci em uma pequena fazenda, em 1941, em uma localidade chamada Capivarinha do Chumbo, próxima ao

povoado Capelinha do Chumbo, hoje chamado Major Porto, por questões políticas e à revelia da vontade dos moradores. Capelinha do Chumbo fica no município de Patos de Minas (MG). Trata-se de uma região bastante “atrasada”, para usarmos o jargão do capitalismo ocidental. Na época em que lá vivi, a região era muito mais “atrasada” do que hoje. Não havia energia elétrica e, tampouco, o que depende dela. (...) Mas tanto eu quanto meus irmãos e as crianças da vizinhança vivíamos soltos pelos pastos, pelos bosques (chamados “capão”), pelos córregos, sobretudo nos poços e “remansos” onde nadávamos inteiramente pelados. (...) mas nem tudo eram flores para a menina, sobretudo para alguns propensos à meditação, à reflexão. (COUTO, 2007, Prefácio).

A primeira vez que esses dois mineiros, Zé Olímpio (MAGALHÃES) e Hildo (COUTO), se encontraram foi em 1991, em Franca (SP), no XXXIX Seminário do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo), realizado nos dias 7 e 8 de junho de 1991, na UNIFRAN (União das Faculdades Francanas), sob a presidência do Prof. Dr. José Luiz Fiorin. Não me lembro bem, mas creio que tínhamos ido de carona com alguém, a partir de Uberlândia, MG. Eu, recém chegado do Canadá, onde tinha passado quatro anos fazendo o doutorado na Université de Montréal, apresentei o trabalho *Representação da Nasalidade das Vogais em Português*. Esse foi o meu primeiro GEL, mas Hildo já tinha participado de vários outros seminários anteriores do GEL: no de 1981, como professor na Universidade Estadual de Londrina, com o título *Verbos Preposicionados* e, nesse mesmo ano, outro trabalho com o título *Sobre o Signo*, já pela Universidade de Brasília (UnB); em 1982, apresenta o trabalho *As Chamadas ‘Formas Possíveis’ e o Conceito de Decodificabilidade*; em 1983, *O Lugar do Acento na Teoria Fonológica*; em 1984, dois trabalhos: um, *A Noção de Texto*

em *Fonologia* e, o outro, *Áreas Lexicais Periféricas e as Formas Possíveis*; em 1985, *Algumas Tendências Fonológicas do Português*; 1986, “*Vende-se casas ou “vendem-se casas”?*”; 1987, *Sons Usados na Comunicação Homem-Animal na Região de Major Porto*; 1988, *As Regras de Acentuação e o Biotônico Fontoura*; de 1989 é o trabalho *Línguas Crioulas e Processos Crioulizantes nos Dialeto Rurais*; e de 1990, *Processos de Simplificação no Português Brasileiro e Pidginização*, juntamente com Denise de Aragão Costa Martins e Denize Elena Garcia da Silva.

Interessantemente, ao que me consta, nesse seminário do GEL de 1991 em que nos encontramos pela primeira vez, o Prof. Hildo não foi para apresentar qualquer trabalho, mas apenas para assistir às apresentações. Fiquei muito orgulhoso de conhecer o autor (bibliografia viva, como dizemos) de um livro que todo mundo citava e gostava de ler (e que ele não coloca no seu CV Lattes), *O que é Português Brasileiro*, da famosa Coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, cuja sinopse diz:

É muito comum ouvir dizer -“eu falo tudo errado” ou “eu não sei escrever direito”. Questões como estas nos levam a pensar porque do divórcio entre “português correto” e “português brasileiro real”. Uma pequena minoria insiste na elitização da língua. Será que eles se esquecem que a língua pertence a uma comunidade? Não seria um lapso intencional? Neste livro, um pouco da história do português do Brasil, suas modificações e implicações sociais.

Sem falarmos de nossas origens e simplesmente conversando sobre coisas acadêmicas, estabelecemos naquele momento uma amizade duradoura. Atribuo isso a uma empatia - capacidade psicológica para sentir o que sentiria uma outra pessoa, caso estivesse na mesma situação vivenciada por ela - por vivências comuns de nossa infância, como as relatadas em Couto (2007), nas quais me imiscuo:

Na verdade, nem de bosta de vaca eu tinha nojo, nem achava muito ruim o seu cheiro, tamanho era meu vínculo com a natureza. Houve vezes em que, sozinho no meio do mato eu sentia um prazer que chegava a ser erótico. Parecia que estava tendo um orgasmo cósmico. Uma das minhas fantasias era ter uma relação sexual com uma linda mulher em pleno mato, em plena natureza. Mas como isso não era possível, eu chegava a me masturbar, tamanho era o prazer de estar em plena natureza. De alguma forma, eu sentia que tudo fazia parte da vida. Sem saber, eu sentia o “cio da terra”, como disse o poeta. (S) A planta é a origem da vida. Talvez não seja por acaso que as crianças gostem tanto de subir em árvores. Eu, por exemplo, tive a árvore de minha vida, que todos em casa chamávamos de Arvinha.

Além das histórias semelhantes de vida pessoal da infância e do adulto, outros dados comuns que nos aproximaram foram: o fato de sermos roceiros que foram para a cidade para estudar; a atuação profissional na mesma área, Lingüística/Fonologia (COUTO, 1997); as vivências acadêmicas internacionais, com as mesmas finalidades, que nos tornaram cidadãos do mundo. Na apresentação de seu livro *Ecolingüística- estudo das relações entre língua e meio ambiente*, de 2007, encontramos o seguinte:

Nascido em Major Porto, município de Patos de Minas, Hildo Honório do Couto só foi ver o que é cidade aos 14 anos de idade. Os primeiros anos de vida em contato íntimo com a natureza fizeram com que ele “saísse da roça mas a roça não saísse dele”, como lhe disseram certa feita. Tendo se tornado mestre em lingüística pela Universidade de São Paulo (1973) e professor dessa disciplina na Universidade Estadual de Londrina no mesmo ano, voltou a sua terra em 1974, onde fez detalhado estudo sobre as especificidades da linguagem local. (...) Do início de 1976 ao início de 1979, Hildo fez o doutorado na Universidade

de Colônia (Alemanha), sobre a fonologia do guarani paraguaio, língua mista (jopará) devido ao íntimo contato com o espanhol. Essa questão acabou levando-o para os estudos crioulos, que são outro tipo de língua mista. A relação língua e meio ambiente sempre apareceu, de uma forma ou de outra, em toda a sua produção. Em seu pós-doutorado na City University of New York (1997-1998), ele coletou uma série de materiais sobre crioulistica e ecolingüística.

O interesse pelas línguas crioulas (1994a, 1996), fez com que o pesquisador viajasse várias vezes à Guiné Bissau e proximidades, tendo um convívio íntimo com as diversas etnias desses lugares, principalmente através de seus muitos alunos/orientandos recebidos na UnB. Era um caminho natural de um lingüista interessado na fonologia das línguas, principalmente daquelas resultantes de contatos lingüísticos, e na descrição e análise gramatical das mesmas.

Além dos crioulos propriamente ditos, o pesquisador tem trabalhos sobre: línguas ciganas no Brasil (1997b); manifestações quilombolas (1994b, 2000, 2003); contato português/línguas indígenas (2003b); Língua Franca Mediterrânea (2002b); relação francês/português (2010b); relação português/países andinos (2011); os segredos das antilínguas (2002a; COUTO e COUTO, 2010/2011). Também orientou diversas pesquisas voltadas para outras manifestações de contacto do português, como com as línguas do Timor Leste e do contacto com países andinos, dentre outros.

Uma vez que a preservação de línguas é um argumento a mais para o respeito à diversidade, em todo o sentido, manifestava-se aí, nesse interesse pelas línguas de contatos, a preocupação ecológica do pesquisador (2007, 2009, 2012b). Esse sentimento ecológico é mais forte em alguém que teve um íntimo contato com a natureza, que viveu solto pelos pastos, pelos

bosques, pelos córregos... sobretudo para alguém propenso à meditação, à reflexão, como é o caso de Hildo.

Na apresentação, pela Editora Contexto, do livro de 2009, podemos ler:

Se a ecolinguística é definida como o estudo das relações da língua com sua ecologia, ainda fica o desafio de articular bem o que é ecologia de uma língua e se seus diferentes componentes se relacionam diretamente com ela. O triângulo interativo que Couto propõe, ou seja, língua, território e população, é, definitivamente, um convite a uma reflexão mais acurada e empiricamente fundamentada, lembrando-nos que, entre outras coisas, tanto população quanto território são internamente estruturados. Nesta nova e importante contribuição à literatura ecolinguística, Hildo do Couto nos fornece um arcabouço para examinar a prática e a evolução linguística no Brasil de uma perspectiva nova e enriquecedora. Ele nos leva a refletir sobre como vários fatores ecológicos moldaram o português, pelo intermédio da população, bem como deram lugar a estruturas e vitalidades diferenciadas nas outras línguas do Brasil.

Foi participando de bancas de orientandos do Prof. Hildo que aprendi a admirar as línguas crioulas e, principalmente, os falantes dessas línguas, quase sempre pessoas muito envolvidas com a natureza e de uma simplicidade natural, pura. Passei a aproximar-me mais de meus alunos oriundos de países africanos e a compreendê-los melhor. Normalmente esses estudantes vêm para a UFMG (e para outras universidades brasileiras, como a UnB) através de acordos de ajuda firmados entre o governo brasileiro e os países africanos, principalmente os da comunidade de língua portuguesa. Trazem consigo a cultura e os costumes de sua terra, incluindo-se aí suas línguas nativas e crioulas, e costumam apresentar certa dificuldade em acompanhar o nível dos estudos aqui (mais ou menos como

nossos estudantes - e mesmo nós professores - quando vamos em missões de estudo a países tidos como mais desenvolvidos).

Um acontecimento que me marcou bastante foi quando, em uma banca de um orientando do Hildo, um aluno africano apresentou um trabalho fraco, incompleto mesmo, comparado aos padrões acadêmicos praticados no Brasil. Um membro da banca relutava em aceitar o trabalho, mas foi vencido por uma ponderação da Profa. Dra. Marta Scherre (UnB/UFES), mais ou menos nos seguintes termos: devemos, ao julgar os trabalhos de nossos alunos, levar em consideração a “história de vida” de cada um, suas origens, seu progresso. Assim, certos trabalhos acadêmicos podem refletir um ponto de vista cultural, uma maneira de ver o mundo que não é compatível com a nossa, mas é o que aquela pessoa consegue produzir no momento, podendo vir a conseguir grande progresso a partir do que fez.

Aprovamos o aluno e julgo que essas ponderações da Profa. Dra. Marta Scherre confirmaram o que muitos professores praticam com os mais diferentes alunos que recebem a cada ano: levar em consideração a história de vida de cada um, seu potencial e o momento pelo qual estão passando. Pelo que conheço do pesquisador, mas, principalmente, do professor Hildo, sua maneira de tratar seus alunos e orientandos sempre se pautou pela paciência e compreensão das dificuldades acadêmicas e pessoais pelas quais estavam passando (acompanhei alguns casos), porém nunca se descuidando da qualidade da pesquisa.

Comecei esse texto citando uma passagem de Guimarães Rosa, que coloquei no meu Memorial para o concurso de professor titular da FALE/UFMG (MAGALHÃES, 1996), no tópico “De óculos para o mundo: a escola”, em que eu falava do fato de aprender a ler e a escrever como uma janela que se nos

abre para o mundo. Assim aconteceu comigo, aos sete anos, e com Hildo na sua alfabetização cujos detalhes desconheço (provavelmente por uma professora de escola rural...).

Foi através da leitura e da escrita que se tornou possível para nós a abertura das portas do mundo e toda a manifestação de nossas idéias. Mas, no RESUMO da apresentação que fiz no “Encontro Internacional sobre Novos Letramentos”, realizado na FALE/UFMG, nos dias 14 e 15 de Junho de 2012, exponho minha preocupação frente aos rumos que a leitura e a escrita estão tomando:

*Cada dia mais, a leitura se faz em telas (de computadores, de celulares, de TV, de relógios digitais...) e o ato de ler e de escrever tornou-se uma tarefa interativa de tal forma que, na tela, o tempo todo, “lemos escrevendo e escrevemos lendo”. No entanto, em um futuro talvez não muito distante, não precisaremos mais de escrever/digitar e nem mesmo de ler, já que máquinas digitarão o que falarmos a elas, assim como lerão para nós o que estiver escrito em qualquer língua, já traduzindo para a nossa fala. Por outro lado, várias pesquisas têm demonstrado que o aprendizado da leitura, um importante acontecimento na vida das crianças, é capaz de mudar tanto a anatomia do cérebro quanto sua ativação. Na modalidade **auditiva**, o letramento leva a uma consciência fonêmica - a habilidade de manipular as menores unidades da linguagem falada - e altera o processamento online da fala. No nível **visual**, estudos desenvolvidos através de neuroimagem em crianças normais e disléxicas mostram que, com a aquisição da leitura, um local específico do cérebro no córtex occipital temporal esquerdo, denominado VWEA - área visual da forma da palavra - começa a responder a estímulos ortográficos na escrita aprendida e que o letramento favorece uma ativação top-down da ortografia, a partir de inputs falados. Em entrevista com dezessete alfabetizadoras, sobre diversos aspectos da alfabetização e da leitura, pudemos constatar uma certa*

angústia/incerteza entre usar procedimentos tradicionais e/ou procedimentos digitais interativos multimodais. Nesta comunicação, pretendemos discutir alguns aspectos neuro-linguísticos relacionados a tais questões.

Enquanto Hildo tem se dedicado a uma visão mais ecossistêmica da língua, eu tenho analisado, numa visão psicolinguística e neurolinguística, que, com a penetração cada vez mais “furiosa” da mídia e, principalmente, da Internet nas nossas comunidades, o triângulo Pessoas (P), Território(T), Linguagem (L), hoje em dia, passa a ser muito mais virtual que real. Eu diria que há certo desequilíbrio (ecológico?) entre essa relação. As pessoas estão de tal forma vinculadas às suas comunidades sociais virtuais, de todos os tipos, que não mais enxergam a pessoa que está a seu lado, no seu Território real. O Território passou a ser outro, assim como o uso da linguagem. Uma geração superficial, incapaz de ler um parágrafo, está se formando com uma conseqüente mudança da ativação cerebral, como nos diz Carr (2011):

O livro impresso e a internet são o que chamo de “ferramentas da mente”, mas seria difícil de imaginar duas ferramentas mais diferentes. Como tecnologia, um livro foca nossa atenção, nos isola das várias distrações que enchem nossas vidas diárias. Um computador conectado faz o oposto. É desenhado para dispersar nossa atenção. Ele não protege a gente das distrações do ambiente; se une a elas. Ao passo em que nos movemos do mundo da página para o mundo da tela, nós estamos treinando nosso cérebro para ser rápido, mas superficial.

Dados de nossa pesquisa têm mostrado que, embora o processamento da geração da internet pareça mais paralelo do que linear, (capaz de fazer/processar muitas coisas ao mesmo tempo), isso não é bem assim. A profundidade se ganha com

o processamento de uma coisa por vez e o acoplamento das diversas habilidades só se torna eficaz depois que todas foram cumpridas/executadas... linearmente.

Nos trabalhos que venho apresentando sobre o assunto, costumo fazer as seguintes afirmações:

- *Mouse* não é lápis, digitar não é escrever (redações digitadas no vestibular?), *tablet* não é livro, arrastar blocos de letras em uma tela não é o mesmo que pegá-los em cima de uma mesa... Nossa memória para a escrita é diferente daquela para o digital.

- A produção escrita manual e a visão do papel grafado (não digitado) não podem ser consideradas atividades menores, mas tarefas valiosas a serem incentivadas.

- Pesquisas sobre ativações cerebrais diante de tarefas digitais devem ser conduzidas para que possamos ter um ponto de comparação das ativações cerebrais.

- As alfabetizadoras não podem ficar angustiadas diante do deslumbramento tecnológico e da pressão imposta pelo mercado, mas devem encontrar um ponto de equilíbrio entre o letramento tradicional e os novos letramentos (leiam-se, digitais), inclusive puxando um pouco para o mais “ecológico” (mundo real), se assim podemos dizer, mas nunca se esquecendo de se letrarem (atualizarem-se criticamente).

Fiz essa pequena digressão para falar de minha tristeza quando, hoje, chegando à zona rural, mesmo que a família completa ainda esteja por lá, encontramos todos presos à televisão (até nos horários que seriam de lida na roça), conectados ao celular ou à Internet, esquecidos daquela exuberante natureza que os cerca. É um quadro diferente do que encontramos em Couto (1995), na seguinte passagem (não sei se o autor encontraria o mesmo quadro descrito, caso retornasse hoje às fazendas de sua região...):

O que pretendo fazer aqui é comentar alguns dados colhidos por mim numa pequena fazenda próxima a Major Porto (ex-Capelinha do Chumbo), município de Patos de Minas, Minas Gerais. (...) Com efeito, quase todos os produtos básicos para a subsistência dos seus habitantes são endógenos, como força produtiva dos próprios membros da família e de seus auxiliares animais. A família consta do casal e de sete filhos, dos quais os quatro primeiros são mulheres e os três últimos são homens (a mais velha tem cerca de 22 anos e o caçula aproximadamente 9). A autoridade suprema é o pater familias. (...) Na sua luta pela vida, os membros da família em questão lidam diariamente com 32 vacas (e suas crias), 3 touros(marrucos), 8 bois de carro, 4 novilhos, 4 cachorros, 6 eqüinos, vários galináceos, 3 gatos e alguns porcos. Assim sendo, seria de se esperar que surgisse algum tipo de comunicação entre homem-animal. E é o que efetivamente se dá, embora o fato seja comum a todas as fazendas circunvizinhas e, até certo ponto, ao Brasil inteiro. (grifos meus)

Creio que a comunicação homem-animal (natureza) esteja bastante enfraquecida nos dias de hoje, pois as pessoas estão conectadas ao mundo, mas se desconectaram de seu território. Felizmente, existem pessoas, a exemplo do Hildo, que se preocupam, ainda, com a reflexão e a meditação como formas de encontrar o equilíbrio e não fugir de nosso ecossistema. Assim é que, ainda no início de 2000, entrou em contato com a Ecologia Profunda, formulada pelo filósofo norueguês Arne Naess. Isso foi reforçado quando, em agosto de 2005, ele começou a praticar tai chi chuan na Praça da Harmonia Universal, na EQN 104/105 (Brasília), sob a orientação do mestre Moo Shong Woo. Os princípios da filosofia subjacente a essa prática, o taoísmo, vieram confirmar tudo que ele já praticava e em que acreditava: harmonia com o mundo, que inclui harmonia com as pessoas. E para viver em harmonia com o

mundo e as pessoas, é preciso assumir uma atitude de humildade, tolerância, modéstia e frugalidade. Inclui também evitar desperdício, devastação e poluição do meio ambiente.

Esse contato de Hildo com o tai chi já nos rendeu trabalhos relacionados ao taoísmo e à área da lingüística como *O tai chi chuan e a Praça da Harmonia Universal* (COUTO, 2010a) e *O tao da linguagem: um caminho suave para a redação*. (COUTO, 2021a), assim apresentado pelo editor:

O que é o Tao da Linguagem? Se dizer o que é tao e o que é linguagem já é extremamente difícil, imagine juntas as duas coisas, e tentar explicar o que é tao da linguagem! De qualquer modo, há algumas sugestões de como a questão pode ser respondida. Entre elas, e resumidamente, podemos dizer que o tao da linguagem é a linguagem harmoniosa, a linguagem vista como caminho suave. Isso tem uma série de implicações, muitas delas mencionadas na conclusão e discutidas mais pormenorizadamente nos diversos capítulos que a antecedem.

Para finalizar essa minha homenagem ao amigo e acadêmico/pesquisador, gostaria de comentar uma observação feita pelo nosso colega Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira (FALE/UFMG, hoje PUC/MG), por ocasião de uma banca de um aluno seu da qual Hildo e eu fazíamos parte. Depois que Hildo partiu, Marco me disse:

- O Hildo escreve muito e bem, mas... fala pouco!
- Ao que eu retruquei:
- Essa é a sua sabedoria!

É isso mesmo: as pessoas mais propensas à reflexão, à análise da situação, à meditação, costumam ser econômicas nas palavras orais, mas loquazes na manifestação escrita. Aliás, o Hildo sabe disso, sempre tive uma inveja sadia da sua verve para escrever. Nestas poucas páginas, declinei apenas

parte de sua grande produção como acadêmico/pesquisador. Muito mais pode ser visto apenas citando seu nome completo no Google, por exemplo. Meu amigo escreve muuuito, mas fala muuuito também, só que com o olhar. Seus olhos contam tudo. Reparem!

Referências Bibliográficas

CARR, Nicholas. *O que a internet está fazendo com os nossos cérebros – a geração superficial*. Tradução Mônica G. F. Friaça. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

COUTO, H. H. <http://www.gel.org.br/busca-gel/index.php>, diversos, a partir de 1981.

COUTO, Hildo H. do. *O que é português brasileiro?* São Paulo: Brasiliense, 1991. Primeira Edição, 1986.

COUTO, H. H. *O crioulo português da Guiné-Bissau*. 1. ed. Hamburgo: Helmut Buske Verlag, 1994a. 152p .

COUTO, H. H. Anti-crioulos e glototania no contato lingüístico afro-lusitano no Brasil. In: *Atas do I Congresso internacional da ABRALIN*. Salvador: Editora da UFBA, 1994b. p. 204-206.

COUTO, H. H. A comunicação homem-animal numa fazenda de Minas Gerais. *Cadernos de linguagem e sociedade* (UnB) 1, 1 .40-48. 1995.

COUTO, H. H. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996. 341p .

COUTO, H. H. *Fonologia e fonologia do português*. Thesaurus, 1997a.

COUTO, H. H. Romanês: O anti-crioulo dos ciganos. In: *III Encontro de Estudos Lingüísticos de Assis*, 1998, Assis. Anais do III EELA. Assis: Editora da UNESP, 1997b. p. 43-51.

COUTO, H. H. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Brasília: Thesaurus, 2000 (Resenha).

COUTO, H. H.. *Anticrioulo: manifestação lingüística de resistência cultural*. Brasília: Thesaurus, 2002a.

COUTO, H. H. *A língua franca mediterrânea: Histórico, textos e interpretação*. 1. ed. Brasília: Plano Editora e Oficina Editorial do Instituto de

Letras/UnB, 2002b. v. 1. 206p .

COUTO, H. H. Resquícios de africanismos lingüísticos no Brasil. *Papia* (Brasília), Brasília, v. 13, p. 125-135, 2003a.

COUTO, H. H. Portugueses e tupinambás em Porto Seguro, 1500: interação, comunhão e comunicação. In: Cláudia Roncarati & Jussara Abrachado. (Org.). *Português brasileiro- contato lingüístico, heterogeneidade e história*. 1ed.Rio de Janeiro: 7Letras, 2003b, v. 1, p. 253-271.

COUTO, H. H. *Ecolingüística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. 1. ed. Brasília/DF: Thesaurus Editora, 2007. v. 1. 462p .

COUTO, H. H. *Lingüística, ecologia e ecolingüística*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009. 187p .

COUTO, H. H. *O tai chi chuan e a Praça da Harmonia Universal*. 1ª. ed. Brasília: Thesaurus Editora, 2010a. v. 1. 174p .

COUTO, H. H. Contatos entre francês e português ou influências do primeiro no segundo. *Synergies Brésil*, v. 2, p. 107-116, 2010b.

COUTO, H. H. Contato entre português e espanhol na fronteira Brasil-Uruguai. In: Mello, H.; Altenhofen, C. V.; Raso, T.. (Org.). *Contatos lingüísticos no Brasil*. 1ed.Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, v. , p. 369-395.

COUTO, H. H. *O tao da linguagem: um caminho suave para a redação*. 1ª. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2012a. v. 1. 232p .

COUTO, H. H. Onomasiologia e semasiologia revisitadas pela ecolingüística. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 20, p. 183, 2012b.

COUTO, H. H. do; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. A Questão do Segredo nas Antilínguas: Uma Visão Ecolingüística. *Cofluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa* N° 39/40, 2º semestre de 2010/1º semestre de 2011, Rio de Janeiro, p. 92-110

GUIMARÃES ROSA, João. *Manuelzão e Miguilim*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977.

MAGALHÃES, J.O. Representação da Nasalidade das Vogais em Português. In: <http://www.gel.org.br/busca-gel/index.php>, 1991.

MAGALHÃES, J.O. *Memorial*. 1996 (apresentado à UFMG como um dos requisitos para o concurso de professor titular).

UMA VISITA IMPORTANTE

Antônio Batista Pereira

(Professor aposentado da SEEDF e do UNICEUB)

Um dia, criei coragem e convidei: Venha comer uma galinha comigo aqui na roça. Ele nem vai aceitar, ocupado que é, imaginei.

Há muito não nos víamos. Entrei na página da UnB e lá estava o *email* dele. Com pouco, recebi a resposta. “Eu vou. Me aposentei, mas estou com uma turma de orientandos. Sem remuneração. E estou gostando”. Confesso que fiquei um tanto intrigado. Isso é bem raro, alguém cujas tantas ideias valiosas que podem enriquecer as melhores universidades do país, senão de outros mundos, ensinando por amor à profissão (e eu que pensava ser um educador...).

O professor Hildo foi meu modelo de profissional exigente, responsável, competente. Nas nossas relações, o que mais me afetou foi sua consciência crítica. Nunca discuti muito com ele, sentia-me tão limitado que preferia ouvir e absorver as suas ideias. Mais tarde, depois de terminar o mestrado, mais por sua benevolência, como meu orientador, e depois que fui lecionar na faculdade, é que comecei a ler suas obras. Empolguei-me com as suas ideias e muito cresci com elas.

Pois bem, num final de semana combinado, cá estava ele na minha casa, trazendo-me uma garrafa de vinho e uma obra, a última sua publicada. Tão grande é meu respeito por ele que sua presença não deixa de me perturbar. Por outro lado, sen-

tia-me orgulhoso de tê-lo em minha casa, conversando comigo como um de seus pares. Eu senti isso.

Depois do almoço saímos pela propriedade, ele sempre animado e observador. Ao ver um caramanchão de maracujá, falou com uma feição de quem recordava os costumes linguísticos do passado: “lá na minha terra aquilo se chamava ‘lata-da’”. Há quanto tempo eu não ouvia aquela expressão, e nunca mais me lembraria dela não fosse sua observação.

Tudo que diz respeito à língua mexe com ele. Sua linha de atuação vai acompanhando o pensamento da época e, em todas as fases, deixou com dignidade a sua contribuição. E não é à toa que, mais uma vez se faz presente no atualíssimo tema ecológico com sua obra *Ecolinguística – estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Ao me entregar um exemplar da obra, disse: “Se não quiser ler tudo, leia, pelo menos, o prefácio”. Confesso que me senti muito importante quando tomei o livro em minhas mãos. Assim que comecei a folheá-lo, vi a dedicatória: “Para o Antônio Batista, um ecologista na prática, como lembrança dos anos 80. Um abraço do Hildo. Bsb, 29/05/2010”. Ao ler, senti-me envaidecido por tanta deferência.

Sua obra se compõe numa linguagem técnica, muito bem fundamentada, como todos os seus trabalhos. Ainda não li todo o livro, mas os capítulos que já li já exprimem a grandeza da sua contribuição à língua e à ecologia.

Depois de muito papo, ele se despediu e eu fui direto à obra, ao prefácio, como ele sugerira. Foi aí que me encontrei, vendo o meu saudosismo se aflorar em cada passagem registrada. Eu fui me vendo caminhar com ele numa infância distante, mas tão claramente que mais parecia o tempo presente. No entanto, no nosso caminhar, eu via duas linhas, ora independentes, ora confusas, mostrando ações e hábitos culturais daquele tempo, daquele meio. Na realidade, a minha consciência ecológica não vem de tão longe, assim como um estado

mais maduro, uma consciência política, que só conheci bem mais tarde. Enquanto o Hildo mergulhava num estado de reflexão – (...) *sempre que a época de chuva (inverno) chegava, ficava muito feliz. (...) Eu sentia um prazer indescritível ao ver aquele quadro tão alvo* –, eu seguia um tanto alienado. Não me lembro de um dia ter me preocupado com a chuva, ou com a falta dela. Acho que eu era mesmo um bicho do mato, ou a própria natureza, que vai buscando se adaptar às condições do momento. Tinha intimidade com os rios cheios, transbordando, e eu e meus primos encarapitados nos troncos de árvores que desciam rio abaixo. Ou quando cruzava a nado o São Francisco, lá no porto do Chico Coelho. Puxa, tinha a largura de uns trezentos ou quatrocentos metros, e a gente saía lá do outro lado, quase uns dois quilômetros abaixo. Vivia na pobreza sem me preocupar com ela. Nas férias escolares eu ia para o sítio dos meus tios, pelas bandas do Indaiá. Subia e descia o morro do Jenipapeiro, com os pés descalços se entortando nas pedras escaldantes. Deixei as unhas dos dedos dos pés nos tocos duros da palhada. Nos pés, no máximo uma “precata Roda” (Acho que ninguém mais se lembra das Alpargatas Roda). Só muito mais tarde calcei o primeiro sapato. Mas era só para a missa de domingo, e quando estava na cidade. Lá na roça, na hora de comer, minha tia servia arroz, feijão, ovos fritos, tudo numa mesma gamela, para meus dois primos e eu. Os ovos se desmanchavam e a gema coloria o arroz de vermelho. E tudo era muito bom. Tudo se resolvia “à vontade de Deus” e, a nós, bastava-nos a comida daquele dia, e à noite, um colchão feito de pano listrado, cheio de palhas de milho seca rasgadas com a unha, que deixávamos novinho e fofo na hora de deitar. E a gente nem sabia o que era insônia. Nem o que se passava além daquele mundinho único. O muro de Berlim pouco ou nada significava para mim. Frutas, além de laranja e goiaba, só as nativas. Eram o “articum” (araticum) o jenipapo, e outras com

uns nomes feios como o bacupari, a cagaita. Madeira não era problema. A natureza nos fornecia sem se queixar, paus para a coberta, ou para um mundéu para pegar bichos que vinham comer nossas galinhas e cabritos.

Um fato que me incomodava muito eram os maus tratos aos animais. Sobretudo os bois de carro eram ferroados para puxar o carro com mais força (...) – continua o Hildo. Ele se mostra em uma infância cheia de violências e contradições culturais, quando o homem se servia dos animais sem o mínimo respeito a eles. Ou era uma questão de sobrevivência? Não sei, mas, até mesmo aqueles que se exibiam orgulhosamente numa besta toda paramentada, com arreata enfeitada de estrelas de prata, coxonilho branco, de pura lã de carneiro, ainda estes ostentavam um belo par de esporas preso às botas longas, que enfiavam na anca do animal para impulsioná-lo. E isso era tão natural... para mim, pelo menos. À frente dos bois, como “candiero” (candeeiro) eu ouvia os gritos do Orozimbo, o carreiro, enquanto ferroava os bois. Um dia o Orozimbo parou o carro na frente de uma venda, e entrou. Acompanhei. Pediu duas pingas. Pegou um dos copos e virou na goela. Fez umas caretas, botou uma mão na boca e com a outra apontou para o outro copo, olhando para mim: bebe! Olhei para o copo, olhei para ele, olhei para o copo de novo. “Num é ômi não, sô?”, falando de um jeito que mais parecia um exibicionismo para o vendeiro. Este olhou para mim com uma cara de aprovação e eu acabei virando a pinga na garganta. A dose era exagerada e eu acabei me engasgando, espalhando o líquido para todo lado. Pouco desceu para o estômago, mesmo assim deixou-me meio mole. Recomeçamos a viagem e, vez por outra ouvia o vozeirão do carreiro: “Acorda, ômi, senão os boi te pisa”. E a cada ferroada eu chegava a sentir na nuca o bafo quente dos bois da guia. Assim, a vida seguia lenta, sem pressa. Era uma semana para ir de Morada a São Gonçalo do Abaeté, dormin-

do debaixo do carro e comendo paçoca de carne seca e rapadura com farinha. O problema era achar os bois no dia seguinte. A travessia do Borrachudo era a vau – os bois cruzavam o rio caminhando e puxando o carro. Difícil era descer e subir a barranca de cada lado. Já os rios Indaiá e Abaeté, só mesmo de barco. Era uma viagem longa para carregar tão pouco!

Nunca maltrate um animal por brincadeira, pois ele sente a dor como você, tradução de um provérbio alemão que o Hildo cita para mostrar sua intimidade e respeito para com a natureza. *Tinha horror em ver porcos ou galinhas sendo mortos* – ele diz. Imagino o quanto deve ser duro para ele encarar os confinamentos, em que bois, porcos, galinhas, coelhos, e até javalis, rãs, jacarés, peixes deixam de fazer parte da vida em liberdade e passam a ser controlados por laboratórios, tal é o desequilíbrio da natureza, que não consegue por si só recuperar-se dos estragos feitos por seu predador maior. A grande preocupação agora é a produção de alimentos. Segundo pesquisas recentes, em 2050 já não haverá comida para todos. Certa vez, visitei o professor quando ele era meu orientador de monografia na UnB. Ele morava no Lago Norte, num ponto mais conhecido como Península, no Distrito Federal. Comentei com ele sobre meu interesse em fazer um trabalho sobre as formigas e com um certo exagero afirmei o meu respeito por elas. Ele deu um sorriso meio maroto e me deu uma resposta mais ou menos assim: “Hoje em dia não estou mais defendendo as formigas, elas estão maltratando as minhas plantas”. É que seu quintal estava cheio de laranjeiras, e o combate estava difícil. Hoje em dia, se quisermos cultivar plantas, não temos outra saída. E sabemos que nem sempre foi assim. Homens, animais, insetos, conviviam de certa forma pacificamente. Havia espaço e comida para todos. A própria natureza se incumbia de eliminar os excessos ou as deficiências, sem medo nem dó, como disse o poeta. Os animais deixaram de ter vida própria em função da

necessidade de se produzir alimentos. E a Sociedade de Defesa aos Animais faz “vistas grossas” aos horrores cada vez mais contundentes e inevitáveis. Os frangos viviam pelo menos uns seis meses no terreiro, antes de irem para a panela. Uma galinha, praticamente, morria de velhice – ou quase. Uma poedeira confinada passa sua curta vida de cócoras numa pequena gaiola de, aproximadamente, 30 cm x 40 cm, sem poleiro, sem sexo e sem exercitar sua atividade mais característica: ciscar. Os frangos de granja têm seu tempo de vida cada vez mais reduzido. Dizem que um dia a menos a cada ano, e hoje em dia já estamos comendo frangos com menos de quarenta e cinco dias (no nosso tempo de criança, Hildo e eu não ingeríamos hormônios. Talvez isso explique em parte a nossa estatura).

Mas, voltando ao prefácio, lá tem o poema “Capelinha do Chumbo”, na verdade o que mais me prendeu a atenção. Nele se vê como era real a sua integração com a natureza, com aquele mundo único e completo naquela fase de vida. Naquela fase de vida, porque, inevitavelmente, teria que ir embora dali, pois a pequena Capelinha não mais dava suporte às suas necessidades. Ali de novo, só numa de suas visitas anuais, num processo de “naturoterapia”, quando a cidade grande o deixava saturado. Mas tudo mudara. Os “políticos de fora”, como ele disse, tiraram-lhe um pedaço da infância, ou da vida, quando mudaram o nome do seu lugar para “Major Porto”. *Sô, não existe mais a que foi minha.*

Hoje, pelo que sei, o Hildo não está em contato intenso e exclusivo com a natureza, mas nos seus trabalhos atuais se dedica a ela, ora se apoiando nos fatos da sua infância, ora observando o curso da natureza, principalmente nas relações entre a língua e o ambiente.

O Professor Hildo que me desculpe por ter me aproveitado das suas idéias para descarregar a minha indignação contra o desrespeito à natureza. Não tive essa consciência pre-

maturamente, como ele, aliás, a minha consciência crítica começou a se despertar tardiamente, quando eu era seu aluno, observando o comportamento dos meus colegas e em conversas informais com o próprio professor. Hoje, talvez numa atitude de purgação, já plantei mais de quatrocentas árvores dentre as quais o jatobá do mato, ipês de cores diversas, jequitibá, baru, tamboril, pequi e muitos outros, que povoaram a minha infância. Se vou vê-las crescidas, não sei, mas estão aí, plantadas e crescendo no seu próprio ritmo. Aqui na roça ainda uso cuia, coité (o professor deve se lembrar do coité; não era muito comum, mas existia pelas nossas bandas.), balaio, colher de pau, moringa de barro, panela de ferro, fornalha (fogão à lenha). Só corto e queimo árvores secas, ou restos de construção. Pode não ser muito, mas estou tentando recuperar um pouco a vegetação que margeia o lado esquerdo do rio São Bartolomeu, no trecho que me toca. Assim, vou convivendo com essa catarse, e, quem sabe, ser merecedor do título de “ecologista na prática”.

Obrigado.
Antônio
Seu eterno discípulo.

ALGUMAS PALAVRAS AO PROFESSOR HILDO

Teresinha de F. Montebello Pereira (PHU-Brasília)

Mestre Moo Shong Woo (PHU-Brasília)

“O Tai Chi do século XXI deve ser acessível a toda humanidade, fácil de aprender e de praticar, e deve conduzir o indivíduo e a sociedade para a saúde e paz mundial”, MESTRE MOO-SHONG WOO.

Nossos agradecimentos à estimada Professora Elza K. N. N. do Couto e colegas, pela lembrança e pelo honroso convite para a divulgação do Being Tao Tai Chi Chuan, e o registro da companhia valiosa e diária do Mestre em Being Tao Tai Chi Chuan Hildo Honório do Couto, título que lhe foi conferido pelo Grão Mestre Moo Shong Woo.

Foram anos brilhantes, de 2005 até início de 2011, quando tivemos a sorte de experimentar e compartilhar com o agregador Mestre Hildo, momentos saudáveis, fraternos, enriquecedores, inestimáveis e alegres juntamente com outros professores voluntários e os praticantes de Tai Chi Chuan, na Praça da Harmonia Universal (EQN 104/105, Brasília – DF).

Pelo incentivo e pela dedicação especial do Professor Hildo e de vários colaboradores da Praça da Harmonia Universal, que o movimento Being Tao Tai Chi Chuan foi reconhecido oficialmente como Patrimônio Cultural de Brasília, pelo Governo do Distrito Federal – Lei nº 3.951/2007.

Diariamente, exceto por motivo de força maior, professor Hildo sempre esteve presente na PHU participando ativamente das atividades e dos eventos realizados, e também dos eventos e solenidades externas.

Dentre as frases marcantes e incentivadoras aos novos praticantes do Tai Chi, destacamos: “O Tai Chi além dos benefícios, tem efeitos colaterais como conhecer novas pessoas e fazer novas amizades”.

Abaixo, seguem informações sobre a prática do Tai Chi – Being Tao e da Praça da Harmonia Universal, e “pensamos que mais pessoas merecem conhecer um pouco mais desse caminho simples, harmonioso, equilibrado e pacífico que o mestre Woo transmite, sem receber nada em troca, a não ser a expansão da fraternidade, saúde e paz para a sociedade”.

O Grão Mestre Moo Shong Woo, sempre faz referências positivas ao professor Hildo, como “um grande líder do Being Tao Tai Chi Chuan, e que as pessoas deveriam seguir. Ele exercita o Corpo, a Mente e o Espírito, e contribui muito e com dignidade para toda a sociedade”.

Eis a saudação de Dr. Aristein Tai Shyn Woo, filho do Mestre Woo, médico acupunturista e professor de Tai Chi, ao estimado professor Hildo:

“Professor Hildo,

Obrigado pelo seu exemplo de virtude. Agradeço sua atenção, seu cuidado com a correta transmissão do Being Tao, seu valor humano e acadêmico.

Agradeço do fundo do meu coração, com a toda reverência que a tradição oriental reserva aos professores. E o senhor é totalmente digno dessa reverência.

Aristein Woo”

Um pouco de história

Pedimos permissão para apresentar um pouco da história da Praça da Harmonia Universal, e da inestimável contribuição a ela pelo Professor Hildo.

Há quase quatro décadas, o céu de Brasília acaricia um movimento popular e crescente pela saúde do homem e do planeta, com práticas diárias e gratuitas de Tai Chi Being Tao oferecidas à comunidade, cujo lema e objetivo é “Saúde, Fraternidade e Paz”! O local chama-se PRAÇA DA HARMONIA UNIVERSAL!

Tudo teve início a partir da inspiração do Grão Mestre Moo-Shong Woo, em outubro de 1974. No gramado da quadra 104/105 Norte, nascia esse movimento pela saúde do corpo, da mente e do espírito, cujo caráter imaterial e humanitário mereceu o reconhecimento do Governo do Distrito Federal.

O Tai Chi Being Tao compreende várias formas de exercícios e terapias chinesas para a saúde e longevidade, como Tai Chi Chuan, Chikung, automassagem, captação da energia solar, momentos de interiorização/meditação entre outras. Sua prática regular resulta em benefícios profiláticos e terapêuticos para a saúde física, com base nos conhecimentos ancestrais da Tradicional Medicina Chinesa, bem como no desenvolvimento da mente e do espírito, ao amparo dos preceitos e vivência da Filosofia Taoísta.

A partir de agosto de 2005, a Praça da Harmonia Universal passou a contar com a inestimável participação do professor Hildo Honório do Couto, primeiro, como o praticante mais assíduo da turma das 7:30 às 8:30 h, depois como facilitador e em seguida como Mestre de Being Tao Tai Chi – título conferido pelo Grão Mestre Moo Shong Woo. Até o ano de 2010, grandes realizações e contribuições em trabalhos voluntários e institucionais aconteceram, sempre com a participação

do Mestre Hildo, que, estando em Brasília sempre estava presente (exceto os meses em que esteve nos USA).

Com o coração agradecido, mencionamos as principais participações e orientações do Mestre Hildo, nos projetos, eventos e atividades abaixo:

- Orador na Câmara Legislativa do DF, representando os praticantes de Tai Chi, durante a Sessão Solene de outorga do título de Cidadão Honorário de Brasília (11 de agosto de 2006) por iniciativa do Deputado Distrital Odilon Aires.

- Adepto do Tui Shou (Tai Chi de Dois), desde 2007, é grande divulgador desta prática baseada nos movimentos de Tai Chi 13 movimentos, fazia questão de treinar todos os dias e repassar para os interessados.

- Freqüentador e incentivador da prática de Tai Chi e Chi Kung na Praça dos Três Poderes, desde julho de 2008, a cada segundo domingo do mês, sob a coordenação do professor José Milton de Oliveira.

- Incentivador e organizador do Projeto Arquitetônico preliminar, encaminhado ao Arquiteto Dr. Oscar Niemayer, em setembro de 2009, para a Praça da Harmonia Universal, por intermédio do Embaixador Dr. Samuel Pinheiro Guimarães e de sua esposa Maria Maia. Os documentos técnicos encaminhados foram conseguidos com a gentil colaboração da arquiteta Beatriz Coroa do Couto (filha do professor Hildo).

- Intérprete para os praticantes de Tai Chi, na palestra realizada por Bill Douglas, na Praça da Harmonia, no dia 23 de abril de 2010, dia anterior ao evento, da celebração do Dia Mundial do Tai Chi & Chikung 2010, inserida nos festejos do Cinquentenário de Brasília, em que a PHU convidou, e recebeu em Brasília o casal fundador desse movimento internacional por “Um Mundo - Uma Respiração!” Bill Douglas e Angela Wong Douglas são dirigentes da Organização Internacional do Dia Mundial do Tai Chi e Chikung, sediada nos Estados Unidos.

- Participação de 2006 até 2010 de eventos como: Comemoração do Ano Novo Chinês/Calendário da Natureza, Comemorações do Dia Mundial de Tai Chi e Chi Kung (evento internacional), Aniversário de Brasília, Comemoração dos Aniversários da PHU e do Tai Chi Aberto - Mestre Woo em Brasília, Dia da Natureza e de São Francisco, Dia Internacional da Paz.

- Organizador com o jovem Marvin Erich Schilder, Dr. Aristein Woo e Teresinha Pereira da página www.phu.org.br, com o objetivo de dar mais visibilidade à Praça da Harmonia Universal, maior divulgação e expansão do Being Tao Tai Chi pelo mundo, e para os interessados na prática gratuita do Tai Chi, no Distrito Federal.

Mais participações nos seguintes eventos de destaque na PHU:

- Comemoração do Dia Internacional da Paz – 23 de setembro de 2008.

- Centenário da Imigração Japonesa ao Brasil e a comemoração dos 34 anos de Tai Chi gratuito – 05 de outubro de 2008.

- Semana Brasil-China, em comemoração aos 35 anos de Tai Chi aberto à sociedade, e comemoração do Dia da Natureza e Dia de São Francisco. De 27 de setembro a 04 de outubro de 2009. Na Escola Classe da 104 Norte e na Praça da Harmonia.

- Lançamento do livro *O tai chi chuan e a Praça da Harmonia Universal*, do professor Hildo Honório do Couto, em outubro de 2010, em comemoração aos 36 anos de Tai Chi Chuan na PHU.

Além das atividades e eventos realizados, deixou a sua marca no coração dos incontáveis amigos e alunos de Tai Chi, e aqueles mais próximos que sempre o relembram pelo caráter e pelos gestos simples, mas muito fortes como: Maria das Neves, Karen, Barbará, José Milton, Rafaella, Eutenir, dona Lí-

lian, dona Idelaudia, professor Siegfried, Luciano, Maria Maia, Mestre Dada Inocalla e Mestre Wang Pó, entre outros.

Por volta de março de 2011, o professor Hildo Honório do Couto mudou-se de Brasília para Goiânia, onde organizou e orienta gratuitamente um grupo de praticantes de Being Tao Tai Chi Chuan, “filial da PHU”, no Parque Vaca Brava, de segunda a sexta, das 7 às 8 horas. A partir daí sentimos imensamente a ausência do Mestre professor Hildo sempre conciliador, tolerante, solidário, bondoso e amigo de todos! Sorte e felicidade agora, dos amigos e praticantes goianos do Being Tao Tai Chi!

Cumprimentos com gratidão, com carinho e com muito respeito ao Mestre Hildo Honório do Couto pelo aniversário, e desejamos muita saúde, prosperidade e vida muito longa!

Referências

Couto, Hildo Honório, 2010. *O tai chi chuan e a Praça da Harmonia Universal*. Brasília: Editora Thesaurus.

Lao Tzu. 2004. *Tao te ching: O livro que revela Deus*. São Paulo: Editora Martin Claret

Oliveira, José Milton. 2009. *Tai chi: A saúde do ser*. Brasília: Editora Star-print.

Páginas na internet:

www.wulinpraticasorientais.com

www.phu.org.br

www.taichipe.blogspot.com

Brasília, abril de 2013



ABT - Associação Being Tao
IIBT - Instituto Internacional de Being Tao
Praça da Harmonia Universal
EQN 104 / 105 Brasília DF



ARTIGOS

I. FONOLOGIA

Estudar fonologia com o prof. Hildo sempre foi uma grande satisfação e honra. Durante um de seus cursos tomei uma importante decisão: a escolha do tema de pesquisa da tese de doutorado, defendida recentemente, cujo foco era uma releitura da fonologia de uma língua crioula de base inglesa. Com suas sábias orientações conquistei horizontes jamais imaginados. Hildo sempre foi um nobre amigo e mestre, sempre pronto para ajudar (Celeste Garcia Ribeiro Novaga, Instituto Federal de Mato Grosso, IFMT, Rondonópolis).

* * *

O PADRÃO ACENTUAL DO PORTUGUÊS¹

Seung-Hwa Lee (UFMG/CNPq)

Introdução

O falante nativo de qualquer língua reconhece o acento dessa mesma língua através dos seus correlatos fonéticos – intensidade (*loudness*), duração (*duration*) e *Pitch* (altura). Os correlatos fonéticos do acento do português do Brasil são o resultado da mistura de duração e intensidade (cf. Cagliari, 1999). O acento primário é objeto de inúmeros estudos sobre a fonologia do português, de acordo com os quais, o acento

¹ Agradeço a Prof. Marco Antônio de Oliveira, a Prof. Iggy Roca e a Profa Leda Bisol pela discussão e comentários e a Profa. Eunice Nicolau pela leitura e correção do português. Todos os erros que persistem são da minha inteira responsabilidade.

determina o ritmo de fala e distingue as palavras, além de influenciar e motivar muitos processos fonológicos dessa língua, como o sistema vocálico (cf. Câmara Jr. 1970) e a vogal nasalizada (Moraes & Wetzels, 1992), entre outros. Como é bem conhecido na literatura, o acento primário do português cai numa das três últimas sílabas da palavra, mas há divergências nas explicações para a atribuição desse acento, tanto em relação ao padrão acentual quanto em relação à sensibilidade, à categoria lexical e à sensibilidade ao peso silábico.

Este artigo discute/retoma as análises anteriores sobre o acento do português em termos do padrão acentual e argumenta que o português possui, como padrão acentual, pé troqueado silábico e pé iambo.

1. Os fatos

As generalizações que envolvem o acento primário do português podem ser resumidas como se vê em (1) e (2):

(1) quando uma palavra termina em vogal, o acento cai na penúltima sílaba *gáto, lívro, palávra, bonito, cáqui, fálo, fála*

(2) quando a palavra termina em sílaba pesada (consoante ou ditongo), o acento cai na última sílaba

- a. rapáz, felíz, país
- b. anél, tonél, papél
- c. amór, tutór, menór
- d. irmã, atúm, armazen
- e. herói, chapéu, degráu

No entanto, verifica-se que:

- O acento pode cair na antepenúltima sílaba, terminando a palavra em vogal ou em consoante:

- (3) a. dúvida, máquina, médico, lâmpada, pêssogo, pérola
 b. ínterim, Wáshington
 c. falássemos

- O acento pode cair na última sílaba, quando a palavra termina em vogal, como os exemplos de (4) demonstram;

- (4). caquí, café, urubú, jacaré, avô, avó

- Diferentemente de (2), o acento cai na penúltima sílaba, embora a última sílaba da palavra seja pesada:

- (5) a. Revólver, Imóvel, jóvem
 b. fálam, falámos, falaram

- Por último, o acento pode cair na quarta sílaba a partir do lado direito da palavra, após a epêntese:

- (6) téc[i]nico, rít[i]mico

Enfim, apesar das regularidades de (1) e (2) acima, à primeira vista, parece que o acento do português não é previsível, o que pode ser ilustrado pelos exemplos de (7):

- (7) a. [pública]_A VS. [Pública]_V VS. [Publicá(r)]_V
 b. [sábía]_A vs. [sabía]_V vs. [sabiá]_N

Os exemplos de (7) têm a mesma sequência sonora (CVC-CVCV), e o acento pode cair em qualquer uma das sílabas. Além disso, a posição de acento distingue palavras e determina a categoria lexical. A partir desta oposição, Câmara Jr. (1953) defende que o acento do português é imprevisível e é

fonêmico – o acento do português é listado no léxico junto com as palavras e não há regra de atribuição de acento.

2. Acento como o processo

Com o advento da fonologia gerativa (Chomsky & Halle, 1968), surgem os trabalhos que generalizam a atribuição de acento primário do português, que podem ser divididos em dois grupos – a abordagem fonológica e a abordagem morfológica.

Na teoria da fonológica métrica parametrizada (Hayes, 1995), o acento é relativo e a regra de acento é determinada em termos de binariedade do pé, direcionalidade, a forma do pé (troqueu moraico, troqueu silábico e iambo) e a exaustividade de análise do pé. O acento do português, como foi observado na seção anterior, cai numa das três últimas sílabas, e as análises anteriores sobre o acento não apresentam divergências em relação a: binariedade, direcionalidade e exaustividade de análise do pé. Mas as duas abordagens acima mencionadas apresentam divergências em relação ao domínio de aplicação de regra de acento, à sensibilidade ao peso silábico e à sensibilidade à categoria lexical; tais divergências serão focalizadas a seguir.

A abordagem fonológica (Bisol, 1992, 1994; Wetzels, 1992, 2007; Massini-Cagliari, 1999) argumenta, a partir das generalizações (1) e (2) da seção anterior, que o acento é atribuído no domínio da palavra fonológica, é insensível à categoria lexical e é sensível ao peso silábico. De acordo com esta proposta, o acento do português é bem parecido com o do latim (cf. Massini-Cagliari, 1999) e o padrão acentual do português é troqueu moraico (cf. Wetzels, 1992; Massini-Cagliari, 1999). Na abordagem fonológica, é necessário introduzir o conceito de extrametricidade para explicar o acento em palavra paroxí-

tona que termina em sílaba pesada – ou seja, a última consoante/mora é invisível (extramétrica) para o troqueu moraico.

- (8) a. fála(m), falámo(s), falára(m),
b. Jóve(m), hóme(m), jóque(i)

Quando uma palavra termina em sílaba pesada, o acento cai preferencialmente na última sílaba nos não-verbos, como foi mostrado em (2) acima, mas o acento cai sempre na penúltima sílaba nos verbos, como em (8a); ou seja, a consoante final do verbo não faz parte, sistematicamente, da mora no português. Por outro lado, a última sílaba é extramétrica nas palavras proparoxítonas para satisfazer o troqueu moraico, como os exemplos de (9) demonstram:

- (9) dúvi(da), máqui(na), médi(co), lâmpa(da),
pêsse(go), péro(la), falásse(mos)

No caso da marca de flexão verbal do plural da 1ª pessoa (-mos), a abordagem fonológica apresenta arbitrariedade na escolha da unidade extramétrica - ora a última mora é extramétrica, como em (8a), ora a sílaba é extramétrica, como em (9). Para a palavra oxítônica que termina em vogal, o conceito de *catalexis* (Kiparsky, 1992) é introduzido para justificar o padrão acentual troqueu moraico – a abordagem fonológica estipula uma consoante abstrata na representação subjacente para satisfazer o troqueu moraico como em (10):

- (10) caféC, jacaréC, ParáC

Essa consoante é apagada após a atribuição do acento, uma vez que ela não possui a forma fonética correspondente no português.

É possível, no entanto, eliminar os conceitos de *catalexis* e a extrametricidade nesta abordagem. Pode-se assumir que o acento das palavras fora das generalizações de (1) e (2) seja marcado no léxico. Assim, a abordagem fonológica poderia justificar melhor o padrão acentual de troqueu moraico sem artefatos e a explicação preservaria uma abordagem puramente fonológica para o acento do português. No entanto, esta alternativa deixa o léxico mais carregado, tratando os exemplos de (4) a (6) como os casos do acento marcado no português.

A abordagem morfológica (Mateus, 1983, Lee, 1995, 2007) argumenta que o acento do português é sensível à categoria lexical e insensível ao peso silábico. Além disso, Lee (1995) mostra que o domínio de atribuição do acento é o radical derivacional para os não-verbos e a palavra fonológica para o verbo. A abordagem morfológica traz algumas vantagens sobre a abordagem fonológica, quando se trata do acento marcado. Nesta abordagem, as palavras oxítonas que terminam em vogal recebem o acento através da regra do acento, na qual o acento é atribuído à última vogal do radical derivacional, como os exemplos em (11) demonstram:

- (11) a. [gát]o, [menín]o
 b. [coronél]
 c. [café]

As palavras de (11) mostram que as paroxítonas e oxítonas recebem o mesmo tratamento em termos de acento quando a estrutura morfológica do não-verbo (cf. Câmara Jr., 1970) é levada em conta. Além disso, os exemplos em (12), abaixo, mostram que as formas proparoxítonas dos verbos recebem o acento através da regra de acento:

- (12) falou, falávamos, faláram

b. professor + s -> pro. fe. sso. res
 *pro. fe. ssors

Além disso, os trabalhos sobre a aquisição da sílaba do português mostram que as crianças aprendem a estrutura complexa (a sequência de consoantes na sílaba) tardiamente, cf. (Freitas, 1997, Yavas, 1998). Isso mostra que a gramática evita ou não gera a estrutura complexa/marcada. Pelo mesmo raciocínio, pode-se deduzir que o acento marcado é possível somente através da marcação no léxico, enquanto o acento não-marcado é gerado através da gramática. O acento marcado do português apresenta algumas evidências fonológicas. As palavras de acento marcado podem sofrer o reparo para satisfazer o acento não-marcado. Lee (2007) mostrou que as palavras de acento marcado se sujeitam a abaixamento das vogais médias, como em (15a) e podem sofrer síncope para assemelhar as palavras de acento não-marcadas, como em (15 b e c):

- (15) a ab[ɔ]bora, rev[ɔ]lver
 b. chácara > [ʃakrɐ] fósforo > [fɔsfru]
 c. homem => [õmɪ]

A formação de palavras traz outra evidência em relação ao padrão acentual. A morfologia não cria as palavras de acento marcado no português. As palavras derivadas², novas (criadas) ou as palavras de origem estrangeira não resultam nas palavras proparoxítonas e nas palavras paroxítonas que terminam em sílaba pesada – elas sempre respeitam as generalizações de (1) e (2) da seção 1, como os exemplos de (16) demonstram:

2 Os sufixos como -ico e -voro, são sempre átonos e os sufixos de grau superior como -íssimo e -érrimo sempre carregam o acento na primeira vogal do morfema. Assume-se que estes sufixos são marcados no léxico.

- (16) a. música -> musicalizar
 b. BANESPA, COPASA
 c. PETROBRAS, UOL
 d. Deletár (ing. Deléte) Radár (ing. rádar)

Além disso, os dados de hipocorístico que fazem parte da morfologia prosódica trazem um fato interessante. De acordo com Martini (2010), o hipocorístico é formado pela eliminação dos elementos silábicos anteriores à sílaba tônica, respeitando o padrão acentual troqueu moraico, como em (17):

- (17) Débora → Déba Héléna → Léna
 Anacléto → Cléto Raquéel → Quél
 Getúlio → Túlio Alexándre → Xánde

E o hipocorístico também pode ser formado pela supressão dos elementos silábicos finais, formando o iambo, como os exemplos de (18) demonstram:

- (18) Benedito → Bené
 Clodoáldo → Clodô
 Eduárdo → Edú
 Cristína → Crís
 Valquíria → Val

Os exemplos de (18) mostram que o pé iambo é gerado através da gramática. Isso evidencia que o padrão acentual do pé iambo faz parte do acento não-marcado do português.

4. O padrão acentual do português

Esta seção discute os padrões acentuais a partir das análises do acento primário propostas por Lee (2007) à luz

da Teoria da Otimalidade (Prince & Smolensky, 1993; Prince & McCarthy, 1993, 1995). Na abordagem da OT, a gramática é determinada através do ranqueamento das restrições relevantes. As restrições assumidas/utilizadas nas análises para o acento primário do português são:

(19) a. FtBin (Pé Binário): os pés são binários nalgum nível de análise (μ , σ)

b. Parse- μ/σ : as análises do pé são exaustivas

c. Ft-R : Right-to-Left: Align (Foot, R, Word, R)

d. Align (Stem, Right Hd, Right): O lado direito do radical derivacional coincide com o lado direito da cabeça do pé

e. WBP (Weight By Position): a sílaba pesada na posição final de palavra é acentuada.

f. Troqueu: O pé é troqueu

g. Iambo: O pé é iambo

g. Paradigm Uniformity (PU): acentue a vogal temática nas formas verbais do tempo passado

Lee (2007) argumenta que o pé troqueu silábico é prioritário em relação ao pé iâmbico no português, como ilustra (20):

(20) Troqueu >> Iambo

/bonito/	TROQUEU	FTBIN	FtR	PARSE	IAMBO
☞ a. bo(ní to)				*	*
b. (bó ni) to			*!	*	*
c. (boní)to	*!		*	*	
d. bo (ní) to		*!	*	**	

O ranqueamento em (20) mostra que o pé do candidato ótimo é troqueu, diferentemente da análise anterior (Lee, 1995), na qual o padrão acentual é iambo para o não-verbo. No entan-

to, as restrições fonológicas apresentadas no tableau (20) não são suficientes para dar conta do acento das palavras oxítonas que terminam em vogal e é necessário introduzir a restrição ALIGN, que alinha o lado direito do radical derivacional ao lado direito da cabeça do pé e está representada como no tableau abaixo. O ranqueamento da restrição ALIGN sobre a restrição TROQUEU garante o candidato (21b) como vencedor/ótimo, apesar da violação da restrição TROQUEU. A não violação das restrições FT-BIN e IAMBO gera o padrão acentual de iambo no tableau (21), enquanto o troqueu é o padrão acentual em (22) e é considerado preferencial quando a palavra termina em vogal.

(21) ALIGN >> TROQUEU

/jacare/	ALIGN	TROQUEU	FTBIN	FT-R	PARSE	IAMBO
a. jaca(ré)}			*		**!	
☞ b. ja(caré)}		*			*	
c. (jacá)re}	*!	*		*	*	
d. ja(cá)re}	*!				*	*

(22)

/bonito/	ALIGN	TROQUEU	FTBIN	FTR	PARSE	IAMBO
☞ a. bo(ní) to)					*	*
b. (bó ni) to	*!			*	*	*
c. (boni)to		*!		*	*	
d. bo (ní) to			*!	*	**	

Os tableaux acima mostram que o padrão acentual do troqueu é prioritário em relação ao iambo (por TROQUEU >> IAMBO) e que ambos os padrões acentuais são possíveis no português.

O acento nas palavras oxítonas que terminam em sílaba pesada cai na última sílaba da palavra. No entanto, a forma do pé gerado é iambo, uma vez que a restrição FTBIN não leva em consideração a mora nesta análise.

(23)

/rapaz/	ALIGN	TROQUEU	FTBIN	FTR	WBP	IAMBO	PARSE
☞.ra(páz)			*				*!
Fb. (rapáz)		*					
c. (rápaz)	*!				*	*	

Os tableaux de (21)-(23) mostram, pois, que o acento nas palavras oxítonas e paroxítonas é determinado através da mesma gramática e que os padrões acentuais são o troqueu silábico e o iambo. Este ranqueamento das restrições mostra o mesmo efeito da abordagem fonológica discutida na seção anterior e corresponde às generalizações do acento do português. Além disso, o acento nas palavras oxítonas que terminam em vogal é previsível e determinado através da gramática sem necessidade de extrametricidade e *catalexis*. Além disso, o ranqueamento prevê o troqueu como o padrão acentual preferencial/prioritário no português.

As palavras do grupo do acento marcado também passam pelo ranqueamento; o ranqueamento IDSTRESS >> ALIGN garante a forma fonética correta e o padrão do pé, nestes exemplos, é troqueu, uma vez que a restrição TROQUEU domina a restrição IAMBO.

(24) IDSTRESS >> ALIGN

/jóvem/	IDSTRESS	ALIGN	TROQUEU	FT-R	WBP	IAMBO	PARSE
☞ a. (jóvem)}		*			*	*	
b. (jovém)}	*!		*				

(25)

/fósforo/	IDSTRESS	ALIGN	TROQUEU	FT-R	WBP	IAMBO	PARSE
a. fos(fó}ro)	*!				*	*	*
☞ b. (fósfo}ro)		*		*		*	*
c. (fosfó}ro)	*!		*	*	*		*
d. (fós)(fó}ro)		*		*!*		*	
e. (fós fo}ro)		*		*!*			**

Os exemplos acima mostram que o acento já está marcado na representação subjacente, diferentemente dos exemplos anteriores – quando o acento muda a posição, violando a restrição IDSTRESS. E o ranqueamento estabelecido para os não-verbos também aplica-se nos verbos, sem problemas, como o tableau (26) demonstra:

(26) TROQUEU, FTBIN, FT-R >> WBP, PARSE, IAMBO

/cantam/	TROQUEU	FTBIN	FT-R	WBP	PARSE	IAMBO
☞ a. (cán tam)				*		*
c. (cán) TAM		*!	*	*	*	
d. (cantám)	*!			*		
e. can(tám)		*!		*	*	
f. (cán) (tám)		*!*	*			

A última sílaba não recebe o acento por ranqueamento da restrição TROQUEU sobre as restrições de WSP e IAMBO – o candidato (26a) é escolhido como o ótimo apesar das violações das restrições de WSP e IAMBO. A restrição de ALIGN não é atuante nos verbos e o pé troqueu é sempre preferencialmente escolhido nos verbos. Por outro lado, a última sílaba pesada é acentuada nos não-verbos, como resultado da combinação das restrições ALIGN e WBP.

Existem também formas oxítonas e proparoxítonas nos verbos. Como foi observado anteriormente, a vogal temática é acentuada no tempo pretérito, independentemente da posição nas palavras. Essa generalização é interpretada como PU, conforme Lee (2007). A restrição PU domina a restrição troqueu, deixando a possibilidade de pé iâmbico nos verbos, como mostra o tableau (27):

(27) PU >> TROQUEU >> IAMBO

/perdi/	PU	FTBIN	TROQUEU	FT-R	PARSE	IAMBO
☞ a. (perdí)			*			
b. (pér di)	*!					*
c. (pér)di	*!	*		*	*	
d. per (dí)		*			*!	

O candidato ótimo (27a) é escolhido, apesar da violação da restrição TROQUEU, e se torna o pé iambo, mas satisfaz a restrição PU que está ranqueada mais alto na hierarquia. O candidato (27d) também satisfaz a restrição PU, mas perde para o candidato ótimo por violar mais restrições (FTBIN e PARSE) do que o candidato ótimo.

Já nas palavras proparoxítonas³, o candidato ótimo (28a) satisfaz as restrições de TROQUEU, FTBIN e PU e mantém o pé trocaico na forma fonética.

(28)

/falassemos/	PU	FTBIN	TROQUEU	FT-R	PARSE	IAMBO
F a. fa (lásse)mos				*	**	*
b. fala(ssé)mos	*!				**	*
c. fala(ssé)mos	*!	*		*	***	
d. (falá)(ssé)mos			*!	**		*
e. (falá)ssemos			*!	**	**	
f. (fála)(ssé)mos	*!		*	**		**
g. fa(lá)ssemos		*!		**	**	

Em resumo, essa seção mostrou que o acento do português é explicado através da interação entre a morfologia e a fonologia. O ranqueamento das restrições de marcação morfológicas sobre as restrições fonológicas garante o pé troqueu silábico e o pé iambo como padrão acentual do português – ALIGN, PU >> TROQUEU, FTBIN, FT-R >> WBP, PARSE, IAMBO

5. Considerações Finais

Este artigo discuti a importância da estrutura morfológica e a atuação da gramática na atribuição do acento primário do português para determinar o padrão acentual desta língua.

3 O acento nas palavras proparoxítonas do futuro condicional também pode ser tratado da mesma forma, assumindo-se que essas palavras são compostas: falar + íamos

Assim, buscou demonstrar que as generalizações sobre o acento – o acento cai na penúltima sílaba quando a palavra termina em vogal e cai na última sílaba, quando a palavra termina em consoante – permitem o ranqueamento entre as restrições fonológicas, dando preferência ao pé troqueu silábico sobre o pé iambo: TROQUEU, FTBIN, FT-R >> WBP, PARSE, IAMBO. A posição baixa da restrição WBP na hierarquia do ranqueamento garante insensibilidade do peso silábico nos verbos sem estipular o conceito de extrametricidade na análise e favorece o troqueu silábico sobre o troqueu moraico em termos do padrão acentual. Entretanto, as restrições de marcação morfológica são necessárias para explicar a atribuição do acento nas formas oxítonas do não-verbo que terminam em vogal e nas formas oxítonas e proparoxítonas do verbo, dispensando o uso de *catalexis*. Este artigo mostra que as restrições ALIGN e PU sobre as restrições fonológicas atribuem o acento corretamente.

Portanto existem somente dois tipos de acento marcado no português, que estão marcados no léxico – as formas proparoxítonas do não-verbo e as formas paroxítonas do não-verbo que terminam em sílaba pesada. Essas palavras não são criadas através da formação de palavras e podem sofrer o reparo para se tornar o acento não-marcado.

Quanto ao padrão acentual, os dados de formação de hipocorísticos trouxeram uma evidência interessante para justificar o iambo como o padrão acentual do português, além das generalizações de (1) e (2) sobre o acento. Isso evidencia que a gramática/morfologia do português gera/cria o pé iambo como o acento não-marcado. Enfim, este artigo argumenta que o português possui dois padrões acentuais – troqueu silábico e iambo.

Referências Bibliográficas

- BISOL, Leda. (1992) *O Acento: Duas Alternativas de Análise*. ms. UFRGS/PUCRS.
- BISOL, Leda. (1994) O acento e o pé métrico binário. *Letras de Hoje* 98, p. 25-36.
- CAGALIARI, Luiz Carlos (1999) *Acento em Português*. Edição do Autor. Campinas.
- CÂMARA Jr, M. (1970). *Estrutura da Língua Portuguesa*. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro.
- CHOMSKY, N. & HALLE, M. *The Sound Pattern of English*. New York, Harper and How, 1968.
- HAYES, B. (1995) *Metrical Stress Theory – principles and case studies*. Chicago: The University of Chicago Press.
- KIPARSKY, P. (1992) *Catalexis*. ms. Stanford University.
- LEE, S.-H. (1995) *Morfologia e fonologia lexical do português do Brasil*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp.
- LEE, Seung-Hwa. Acento do Verbo do Português: uma Análise à luz da OT. Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, v. 1, p. 277-289, 2001.
- LEE, Seung-Hwa. O Acento Primário no Português: Uma Análise Unificada na Teoria da Otimalidade. In: Araújo, Gabriel A. (Org.). *Acento em Português: Abordagens Fonológicas*. 1a ed. Parábola Editorial. São Paulo, 2007, p. 121-143.
- MARTINI, Lirian (2010) *Morfologia Prosódica do Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. UFMG.
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis. (1999). *Do Poético ao Lingüístico no Ritmo dos Trovadores*. São Paulo: Culura Acadêmica Editora.
- MATEUS, Maria Helena Mira (1983). O Acento de Palavra em Português: uma nova proposta. *Boletim de Filologia* 27, 211-229.
- MCCARTHY, J. & A. PRINCE. 1993. Generalized Alignment In Booij, G. & van Marle, J. (eds.) *Yearbook of morphology 1993*. Dordrecht: Kluwer. 79-153.
- MCCARTHY, J. & A. PRINCE. (1995) Faithfulness and Reduplicative Identity in Prosodic Morphology. in BECKMAN, Dickey & URBANC-

ZYK, (eds.) *Papers in Optimality Theory*, Amherst:GLSA. ROA-60/ROA-216 p. 249-384.

MORAES, J.A. de & L.W. WETZELS (1992) Sobre a duração dos segmentos vocálicos nasais em português. Um exercício de fonologia experimental. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 23: 153-166.

PRINCE, A. & P. SMOLENSKY. *Optimality Theory: constraints Interaction in Generative Grammar*. Report No. RuCCS-TR-54, New Brunswick, NJ: Rutgers University Center for Cognitive Science. 1993.

WETZELS, W. Leo. Mid Vowel Neutralization In Brazilian Portuguese. in *Cadernos de Estudos Linguísticos* 23. UNICAMP. Campinas. p. 18-55. 1992.

WETZELS, W. Leo. Primary Word Stress in Brazilian Portuguese and the Weight Parameter. *Journal of Portuguese Linguistics* 5,2. 2006. Special Issue on the Prosody of the Iberian Languages, guest-edited by G. Elordieta and M. Vigario

YAVAS, M. Padrões de aquisição da fonologia do português. *Letras Hoje*. 1988; 23:7-30.

VARIAÇÃO E MUDANÇA NO CABOVERDIANO – PELOS CAMINHOS DA OTIMIDADE

Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues (UnB)
Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello
(Birbeck University of London)

1. A língua caboverdiana

Em Cabo Verde, a despeito de as ilhas do Arquipélago terem sido colonizadas em diferentes épocas e por distintas castas da população (LOPES, 1967), as variedades insulares foram consideradas como próprias de uma única formação linguística. Surge, assim, uma língua considerada una no arquipélago: o Crioulo Caboverdiano (CCV) ou, mais comumente, o Caboverdiano (CV), apesar das diferenças das línguas africanas de *substrato*, maioria populacional e linguística, com base no *superstrato* do Português quinhentista.

De acordo com Almada (1998), o Crioulo de Cabo Verde constituiu uma tentativa bem sucedida de reelaboração não só do português, mas, sobretudo, das línguas maternas dos africanos, que, por serem de etnias diferentes, haviam ficado impedidos de se comunicar com a sua transferência forçada para a nova colônia. Corroborando essa posição, Veiga (1996) afirma ser o crioulo o resultado de uma elaboração, num con-

texto plurilinguístico adverso e limitado. Para ele, de início, quando começou o povoamento com escravos africanos, alguns comerciantes genoveses e um número reduzido de colonos portugueses, a situação linguística deveria ser equivalente a uma verdadeira Torre de Babel.

Todavia com a evolução do tempo e da sociedade, se sucederia ao caos inicial, paulatinamente, um instrumento de comunicação ainda limitado e emergente de confrontos e de cedências por parte dos diversos sistemas linguísticos em presença: o pidgin, meio de comunicação instável, com poucos recursos lexicais e gramaticais, funcionando mais na base de parataxe (ausência de hierarquização e de relação sintáticas) do que de sintaxe.

Com a passagem de uma sociedade de habitação para uma de plantação, houve a fixação, em Cabo Verde, de parte significativa do contingente de escravos e de um número insignificante, mas permanente, de colonos brancos. Desse modo, o pidgin teria adquirido estabilidade lexical e gramatical. Estavam, assim, criadas as condições para que o mesmo entrasse numa nova fase: a da criouliização.

Baseando-se em historiadores caboverdianos, Veiga (1996) assegura que a formação e a irradiação do crioulo situam-se entre 1550 e 1600. Afirma, ainda, consoante esses mesmos autores, que o crioulo formado em Cabo Verde teria influenciado o das Antilhas e os dos rios da Guiné. Em 1784, era tamanha a importância do crioulo para Cabo Verde que um escritor anônimo afirma que, dos brancos de Santiago, “raros são os que sabem falar a língua portuguesa com perfeição, e só vão seguindo o estilo da terra.”

A partir do século XIX, com a introdução do ensino oficial no arquipélago, o crioulo, cuja consolidação se processou sem grandes sobressaltos nos séculos XII e XIII, passou a ser objeto de ataques. Contudo, em direção oposta, no século XX,

o crioulo passou a representar a essência da caboverdianidade. Foi neste período que o mesmo ascendeu ao estatuto de língua nacional e materna. Nas palavras comprometidas e notadamente entusiásticas de Veiga (1996), “tudo leva a crer que o estatuto de língua oficial (ao lado do Português Europeu), não sendo possível uma conquista deste final de século, certamente selo-á no decorrer do século XXI”.

2. Variação e mudanças linguísticas

Nos processos de variação e mudança linguísticas, o contato é elemento determinante. Ele pode ocorrer entre duas ou mais línguas, o contato interlinguístico, ou entre segmentos de uma mesma língua, o contato intralinguístico. A Crioulista tem contemplado contatos do primeiro tipo, enquanto a Sociolinguística tende a abordar mais detidamente contatos do segundo tipo, na perspectiva da variação e da mudança, num sistema heterogêneo de fala.

Os estudos da variação intralinguística resultantes de alguma forma de contato entre membros de uma mesma comunidade de fala ganharam impulso na década de 60 com o advento da Sociolinguística Variacionista. Nela, análises sincrônicas da variação no interior de uma comunidade passaram a fornecer informações sobre como determinada mudança estaria sendo implementada diacronicamente na estrutura linguística e social. O princípio básico seria o *Princípio da Uniformidade*, segundo o qual fatores que regulam a variação no presente seriam basicamente os mesmos que teriam atuado no passado.

Na década de 70, Labov (1972) afirma ser comum uma língua apresentar para o mesmo referente duas pronúncias distintas, ou seja, apresentar maneiras diferentes de dizer a

mesma coisa. O problema, segundo ele, não seria o de detectar a variação, posto ser a mesma inerente aos sistemas linguísticos, mas o de decidir o lugar da variação na estrutura linguística. A análise formal da época oferecia duas opções: as variantes pertenceriam a dois sistemas diferentes, sendo a alternância exemplo de mistura de dialeto ou *code-switching*, ou as variantes estariam em *variação livre* dentro do mesmo sistema.

Ambas as possibilidades tratavam da variação fora do sistema social em que se situava o fato linguístico. E, na concepção de Labov (1975), não seria possível compreender e descrever o desenvolvimento de uma mudança linguística dissociado da vida social da comunidade, uma vez que as pressões sociais estariam operando continuamente sobre a língua como uma força social imanente agindo na vida presente e nos tempos passados.

Para Labov (1975), a maior parte das variações acontece somente uma vez e seu desaparecimento é tão rápido quanto o seu surgimento. Num segundo estágio, em havendo recorrência, essas variações passariam a ser imitadas, podendo ser difundidas até o ponto em que entrem em contato com as mais velhas ao longo de uma extensa fronteira. Num estágio mais avançado, a regularidade seria alcançada com o triunfo de uma ou outra dessas formas.

A Sociolinguística Variacionista pressupõe que haja variação por trás de toda mudança, mas que nem toda variação resulte em mudança linguística. Essa ideia está no cerne do pensamento de Oliveira (1987) ao afirmar que os casos de variação tendem a ser resolvidos, principalmente do ponto de vista diacrônico. As variações sincrônicas também tenderiam a ser resolvidas. As variantes começam a assumir o papel de alofones, em situação de “empate” linguístico. Quando uma das formas obtém mais regularidade ou prestígio, cessa a va-

riação, fixa-se a mudança linguística com apenas uma das formas sendo sistematizada.

As variantes de uma variável tendem a se rejeitar mutuamente. Uma situação onde duas formas, num mesmo contexto, dizem a mesma coisa não é funcional. Mesmo sendo a variação inerente às comunidades de fala, os sistemas linguísticos conspiram contra variação. Não tendo como ser impedido, uma vez surgido, cada caso deverá ser resolvido. Essa resolução dependerá do encaixamento social da inovação. Dependendo do grupo social em que surgir, a variação terá maiores ou menores chances de se fixar. Há a possibilidade de os grupos encontrarem soluções diferentes, porque, como afirma Oliveira (1987, p. 33), se houver um distanciamento geográfico ou barreiras sociais acentuadas, pode acontecer “o surgimento de dialetos, cada qual com características próprias, ou mesmo surgimento de diferenças mais profundas”.

3. Gramática gerativa e sociolinguística

Nos últimos tempos, estudiosos têm tentado promover visão integradora e reunir modelos da Gramática Gerativa com o modelo da Sociolinguística Variacionista. Aplicar pressupostos talhados para a variação intersistêmica num contexto de variação intrasistêmico implica verdadeira “conjugação de contrários”, o que não tem sido tarefa fácil nem desafio aceito prontamente por todos. Ancorado em Luchesi (2000), este item abordará a questão.

A Sociolinguística tem por objetivo integrar fatores sociais externos à estrutura da língua, na análise de um estágio qualquer de desenvolvimento histórico de uma variedade linguística. A partir da relação entre a variação linguística observada num determinado momento e a mudança em curso na

estrutura da língua ao longo do tempo, o modelo procura resolver o chamado *Problema da Mudança*, além de propor nova concepção para o objeto de estudo da linguística: o sistema heterogêneo, constituído por unidade e regras variáveis.

O modelo da Gramática Gerativa, por sua vez, desenvolveu uma concepção diferente da mudança linguística. Nesse modelo, ela é regulada pela forma como o conhecimento linguístico se estrutura nas mentes dos falantes e é impulsionada crucialmente no processo de aquisição de língua materna (Lightfoot, 1979, 1991, 1993 *apud* Luchesi, 2000). Assim, a mudança não seria regulada apenas pela estrutura gramatical de uma língua particular, mas também por estruturas inatas, comuns a todos os indivíduos da espécie humana, formalizadas através da idéia de uma Gramática Universal (GU).

Embora opostas, a reunião dessas abordagens poderia ajudar a esclarecer questões relativas ao tipo de estruturas da gramática de uma comunidade de fala que seriam passíveis de variação ou não. Poderia também ajudar a esclarecer a definição do “quando” a variação atinge o grau de sistematicidade, uma vez que a variação só se torna relevante para o processo histórico da mudança linguística quando atinge um certo grau de sistematicidade, decorrente de seu encaixamento na estrutura linguística de uma comunidade de fala.

Em dimensão psíquico-biológica do fenômeno linguístico, a gramática gerativa interessa-se pela descrição da língua interna (língua-I), deixando para um segundo plano a língua externa (língua- E). O modelo busca respostas universais para a questão central de como as línguas funcionam, não de como são usadas. O impasse reside, pois, no fato de o objeto da Gramática Gerativa ser o conhecimento linguístico internalizado que torna o indivíduo um falante de uma língua, e não, como na Sociolinguística, o modo como esse indivíduo realiza esse conhecimento nos atos concretos de interação verbal.

A Gramática Gerativa elimina a variação e a heterogeneidade inerentes à performance, consideradas entraves para observação adequada da competência linguística. Todavia, ao reconhecer a existência desses entraves, aceita a possibilidade de ocorrência de frases agramaticais, os chamados acidentes de performance, lapsos de memórias ou truncagens, eventos contingenciais que, segundo a teoria, não devem ser considerados na compreensão do funcionamento ou da constituição histórica da língua.

No entanto, sabe-se que, no uso concreto da língua, encontram-se grande número de formas e estruturas que não refletem o funcionamento perfeito da gramática. E, devido a uma série de fatores que atuam dentro da rede de interação verbal de qualquer comunidade de fala, determinados fatos desviantes da fala se generalizam na estrutura dos segmentos sociais, em função de processos históricos particulares e específicos. Esse outro impasse pode ser resolvido em se assumindo que nos atos de fala concretos ocorrem enunciados, ao mesmo tempo, agramaticais e funcionais.

Como todo o processo de constituição histórica de estrutura gramatical da língua passa por variação sistemática encaixada na estrutura social da comunidade de fala e na estrutura gramatical do conhecimento linguístico compartilhado pelos seus membros, segundo Luchesi (2000), para que uma teoria da gramática possa contribuir na explicação do desenvolvimento da mudança linguística, deve ser capaz de incorporar no funcionamento da gramática os fatos relativos da variação observada nos padrões de comportamento linguístico.

Na mesma direção, Oliveira (1987) argumenta que a solução quanto à teoria linguística poderia estar na opção do pesquisador por uma teoria que permita que sistemas linguísticos particulares sejam, eventualmente, alterados em menor ou maior grau. Na opinião dele, qualquer teoria razoável terá

que enfrentar este problema se quiser dar conta das diferenças acentuadas que existem entre as línguas naturais. Em suma, a variação linguística não pode ser impedida nem ignorada, as línguas naturais o tem demonstrado. Logo, uma teoria deve prever seu surgimento e as maneiras como isso pode se dar.

4. Teoria da otimidade

A Teoria da Otimidade, iniciada por Prince e Smolensky com o trabalho *Optimality* (1991), seguida por *Optimality Theory- Constraint and Interaction in Generative Grammar* (1993), entre outros por toda a década de 90, prediz uma fonologia ancorada em Restrições. De modo geral, a teoria busca determinar e caracterizar as propriedades universais da linguagem, que são compartilhadas por todas as línguas; bem como determinar e caracterizar os limites possíveis de variação linguística entre as línguas naturais.

Segundo a Teoria da Otimidade, a Gramática Universal dispõe de um alfabeto linguístico, um conjunto de restrições (CON) e duas teclas de função GEN (gerador) e Eval (avaliador). A gramática particular de uma língua dispõe das formas básicas dos morfemas, utilizados na construção de *inputs* (entradas). Para cada entrada, a função GEN (gerador) produz um conjunto de candidatos potenciais, os *outputs* (saídas). A função Eval (avaliador) é encarregada de selecionar o candidato ótimo do conjunto.

A violação de restrições é pressuposto básico da Teoria da Otimidade. Essa violação está associada aos padrões específicos das línguas e à variação entre diferentes línguas. Por exemplo, há a restrição de que as línguas apresentem Ataque, mas nem todas as línguas cumprem essa exigência da mesma maneira, uma vez que algumas apresentam sílabas com con-

soante inicial e outras não. A seleção das formas específicas e das universais que constarão na gramática de determinada língua é garantida por meio da interação das restrições e também pela hierarquização delas nessa mesma língua.

Quando houver conflito de restrições cabe à gramática resolver a situação conflituosa por meio de uma hierarquia de domínio estrito das restrições. Dentro do conjunto de restrições hierarquicamente organizadas por uma gramática particular, o *output* desejável é o que viole restrições localizadas mais abaixo na hierarquia, aquelas que, autorizadas, previstas, de certa forma, convencionalizadas, identificam e marcam o sistema daquela língua.

A OT trata da variação interlinguística, ou intersistêmica, da Língua-I postulada por Chomsky. Com relação à variação intrasistêmica, estudos recentes apontam algumas possibilidades de se lidar com a opcionalidade e com a variação dentro de uma mesma língua. Na opinião de Araújo (2000), a Teoria da Otimidade redefine o foco da pesquisa linguística através de uma nova interpretação das restrições da Gramática Universal, que passam de invioláveis para violáveis. A pesquisa em OT, segundo o referido autor, resolve o problema dos “universais não-universais”, dado que, nela, os universais não representam o mesmo papel em todas as línguas, e sua hierarquização garantirá a diversidade entre as línguas do mundo.

Costa (2001), falando sobre a opcionalidade, afirma que, em cada processo de seleção de um candidato ótimo, apenas um candidato é escolhido como gramatical. Essa seleção de apenas um candidato gera o problema de se saber como a teoria lidaria com casos de opcionalidade. Em Pesetsky (1988 *apud* Costa, 2001), é proposto que os casos de opcionalidade sejam consequência de *empates* entre restrições. Quando duas restrições encontram-se numa situação de empate, tem-se a opcionalidade: um candidato é gramatical na hierarquização

em que A domina B e o outro é gramatical na hierarquização inversa.

Antilla & Yu Cho (1998) são pontuais ao adiantarem que a variação e a mudança não estão entre os objetivos da linguística gerativa e que modelo gerativista se refere à competência, seu objeto por excelência, enquanto a variação reflete as interações entre a competência e outros sistemas cognitivos, incluindo os sistemas sociais. Na concepção desses autores, um possível método para a variação é atribuir a mesma à performance. Existe uma série de evidências de que a microestrutura da variação não é gramaticalmente errática, mas reflete princípios muito similares àqueles encontrados no domínio das regras categoriais.

A hipótese dos autores citados de que as gramáticas são parcialmente ordenadas tem importante implicação teórica, como a predição de que o conjunto de gramáticas possíveis inclui os sistemas variável e invariável. Ambos os tipos de gramática são considerados “nós” no inventário geral de gramáticas. Em alguns nós, o *ranking* converge em um vencedor, o termo invariante, em outros, várias soluções são encontradas, resultando em variação.

Antilla e Yu Cho (1998) concluem que, dado o estágio de desenvolvimento da gramática gerativa atual, nenhum tipo de teoria variável é ainda aceitável dentro do modelo. Isso porque, a língua tem a propriedade de heterogeneidade ordenada que a gramática gerativa contemporânea ainda não consegue capturar, sendo essa propriedade que desempenha um papel crucial na mudança. Para eles, na mudança de língua, a Gramática Universal pressuposta pela OT define possibilidades variantes e invariantes e transições entre os dois estados, permitindo incorporar variação sincrônica e mudança diacrônica.

5. O caboverdiano pela OT

Neste item, pretendem-se apresentar algumas possibilidades de análise pensadas dentro do quadro teórico da Teoria da Otimidade para contemplar variações fonético-fonológicas observadas no Caboverdiano. Essas possibilidades procuram contemplar o fenômeno da opcionalidade constante na questão da variação sincrônica ou diacrônica no Caboverdiano, e cada uma delas busca conseguir representar, teoricamente, os conflitos, interações e arranjos internos que promovem variação e mudança nessa língua.

Para este estudo do Caboverdiano pela Teoria da Otimidade, a entrada diacrônica (*input*) considerada será a de Sotavento. Essa escolha do *input* deu-se pelo fato de ser esse o primeiro crioulo a ser falado em Cabo Verde e que, devidamente estabelecido como língua dos nativos daquela ilha, espalhou-se para todo o arquipélago, dando origem, em contextos diversos, a todas as outras variedades; e formou o que se pode, inegavelmente, chamar de língua nacional, o Caboverdiano.

Com relação aos dados, os exemplos apresentados são provenientes de Pesquisa de Campo realizada em Cabo Verde, nas ilhas de Santiago, Fogo, São Vicente e Santo Antão (Souza, 2003). Há também o suporte bibliográfico das obras de Almada (1961), Silva (1984) e Veiga (1985). Quanto ao modelo teórico da OT, o estudo estará ancorado em Archangeli (1996), Hammond (1996) e Pulleyblank (1996).

As restrições de fidelidade e de marca (cf. Costa, 2001), que parecem interagir na *well formedness* (boa-formação) das estruturas vocabulares do CV foram organizadas com base na observação dos dados e em alguns dos trabalhos citados acima. Elas são as seguintes:

FAITH SYL(TO)- Sílabas tônicas não podem ser alteradas ou eliminadas

FAITH SYL (AT).- Sílabas átonas não podem ser alteradas ou eliminadas.

FAITH AB1,3- As aberturas 1 e 3 devem ser respeitadas.

FAITH AB3- A abertura 3 deve ser respeitada.

*COMPLEX- Sílabas têm no máximo uma consoante nas extremidades.

*FOOTLESS- Não pode haver sílabas sem afiliação a um pé.

NOCODA- Sílabas terminam com uma vogal.

*PEAK F- Não há pico nos encontros tautossilábicos finais.

Diante do quadro de variação e/ou mudança no Cabo-verdiano, pensou-se em duas possibilidades de análise, neste estudo, cada uma subdividida em dois itens, na forma representativa dos *tableaux* (tabelas) da OT. A primeira delas, situada na diacronia, compreende os itens (1a) e (1b); a segunda, localizada na sincronia, envolve (2a) e (2b):

Diacronia- (a) Hierarquia Evolutiva- hierarquização e interação dos princípios linguísticos universais dentro de uma linha evolutiva;
(b) Hierarquia de Independência Parcial- hierarquização relativamente autônoma para cada conjunto de ilhas.

2. Sincronia- (a) Hierarquia de GEN- hierarquização das formas criadas em GEN, além das restrições de marcação e fidelidade;
(b) Hierarquia de Independência Total- hierarquização diferenciada para cada variante do arquipélago.

É importante ressaltar que, mesmo tendo-se feito corte epistemológico nos eixos em que se situam os fatos que a ciência linguística estuda, qualquer dos modelos de hierarquização aventados acima pode ser descrito inserindo-se numa dada linha do tempo (diacronia) ou fazendo-se abstração dela (sincronia), uma vez que, de fato, as perspectivas não são excludentes, mas, pelo contrário, uma pressupõe a outra numa escala temporal e gradual.

Como era preciso definir um ponto onde localizar as representações, a definição dos nomes e conteúdo dos itens acima foram feitas consoante aspectos da Gramática Gerativa e o que se conhece, até o momento, sobre a OT. Para se observar as reestruturações silábica e vocabular resultantes da hierarquização e interação de Princípios Linguísticos Universais no Caboverdiano, tanto na perspectiva diacrônica como na sincrônica, serão traçados quatro grupos de *tableaux* baseados em (1a), (1b), (2a) e (2b) com comentários posteriores sobre cada possibilidade de análise relativamente à variação ou mudança no Caboverdiano.

Neste estudo da fonologia do Caboverdiano, por causa da extensão das representações sob a forma de *tableaux*, apenas um fenômeno linguístico foi escolhido como foco para análise, o da reestruturação silábica por meio da apócope. Antes disso e de modo sucinto, descreve-se, na direção Sotavento-Barlavento, outros três casos — alçamento da vogal média baixa /a/ para [e] e para [ɔ] e síncope vocálica em nomes e verbos.

O alçamento de /a/ para [e] no Caboverdiano é um fenômeno que pode ser percebido em ocorrências como estas: /'la.kri/ > ['lekr], /de.'zas.tre/ > ['di.zestr], /la.raN.za/ > [la.ren.ʒa] e /'graN.di/ > ['grend], entre outras. Já o alçamento de /a/ para [ɔ] manifesta-se em casos desta natureza: /kaN'ta.du/ > [kan.'tɔd], /ba.'ra.tu/ > [ba.'rɔt], /ka.'za.ku/ > [ka.'zɔk], /'pra.tu/ > ['prɔt], entre outros. A síncope vocálica em nomes e verbos pode ser observada em ocorrências deste tipo: /bu.'ra.

ku/ > [‘bra.ku], /miN.ti.roS/ > [min.‘trɔs], /di.‘ze / > [‘dze] e /ko.‘me/ > [‘kme]. A apócope das vogais em nomes e verbos é comum em formas como estas: /ma.‘ri.du/ > [me.rið], /‘fi.dʒu/ > [‘fidʒ], ‘milho’ /‘mi.dʒu/ como [‘midʒ], ‘falado’ /‘fladu/ como [‘flɔð], ‘outro’ /‘o.tu/ como [‘ot], ‘vinagre’ /vi.na.gri/ como [vi.ne.gr] e ‘ouro’ /‘o.ru/ como [‘or].

Vejamos como se pode representar esse último processo num *tableau* geral para explicar a hierarquização e interação de princípios atuantes na efetivação do processo em apócope, segundo os pressupostos da Teoria da Otimidade:

Input /vi.na.gri/	*COMPLEX	*PEAK[F]	FAITH SYL (TO)	FAITH SYL (AT)	FAITH AB 1,3	NOCODA	*FOOTLESS
1.[vin.‘ag]			*!	*			
2.vi.[‘na.gri]	*	*!					
3.[vin.agr]	*		*	*!			
4.[vi.‘negr]	*		*		*		*

Dentre os princípios envolvidos nesse caso estão aqueles de natureza estrutural ou de marca- *Complex, *Peak [f], NoCoda, *Footless- e aqueles relativos à fidelidade ou similaridade *input-output*- Faith Syl (To), Faith Syl (At) e Faith AB. 1,3. Em linha horizontal, os princípios mais relevantes para a língua estão abaixo na hierarquia e os princípios que podem ser violados com maior aceitação pela língua estão mais distanciados na hierarquia, mais distantes do *input*.

No Caboverdiano, como observado em Souza (2002), a proeminência da sílaba tônica exerce força centrípeta relativamente às sílabas adjacentes, prêtonicas e postônicas. Por isso, os princípios que representam-nas, Syl (To) e Syl (At), são decisivos na boa-formação das palavras e na aceitação ou eliminação de

uma ou outra forma, em interação direta com a restrição estrutural de não haver pico para sílabas finais com Ataque complexo, o que configura a apócope. Em alguns casos, esse pico transformou-se em Coda da sílaba anterior, como se verá adiante.

Para o *tableau* geral apresentado na página anterior, que trata da variação ou mudança de uma forma de Sotavento em Barlavento, tem-se a seguinte leitura: o candidato 4 é o candidato ótimo, gramatical, a forma vencedora do *ranking*. O primeiro candidato comete uma violação fatal ao inserir como coda a consoante do ataque da sílaba tônica, não obedecendo, portanto, ao princípio de fidelidade à sílaba tônica. O candidato 2, o que mais se aproxima do candidato ótimo, violou fatalmente uma condição estrutural que prevê, no caso de encontros tautossilábicos, em final de palavras, ataques sem pico. O candidato 3, ao violar as fidelidades às vogais das sílabas tônica e átona, assinalou seu apagamento do *ranking* como *output* desejável. Restou o candidato 4 que, apesar de apresentar uma sílaba sem afiliação de pé antes de um pé estruturado, assim como o candidato 3, ainda assim é o melhor. Embora viole quatro restrições, sua vitória é dada porque todas elas estão muito abaixo na hierarquização dos princípios universais no Caboverdiano.

Esse fato evidencia a tendência do Crioulo de Cabo Verde à aceitação de ataques sem pico, no final de palavra com sílabas complexas. Pode-se supor que, conforme adiantado anteriormente, o próximo passo seja a inclusão desse ataque complexo como coda na sílaba tônica, como ocorreu, por exemplo, em formas como [me.ʔid] e [ˈmidʒ] de Barlavento para /maridu/ e /ˈmi.dʒu/ de Sotavento. Dessa forma, o modelo trocaico (HL) das ilhas Sotavento, definitivamente, mudaria para (LH), que parece ser a tendência estrutural das ilhas do norte.

Nesse particular, veja-se a transformação de /kaN.ʔta. du/ em [ˈkan.tɔd] que resulta numa palavra dissilábica,

oxítona. A aparente complexidade silábica é resguardada pela simplificação vocabular que ela promove. As vogais central baixa e a alta posterior fundem seus traços de altura e de abertura resultando numa vogal média. O resultado é ótimo: a vogal tônica (baixa) fica média e a postônica (alta) desaparece. Além do que Troqueus clássicos (HL), com esse mecanismo, passam a Jâmbicos (LH), ocasionando encurtamentos trissilábico e dissilábico. A seguir, apresentam-se as quatro possibilidades de análise propostas para descrever e explicar a variação e/ou mudança fonológica no Caboverdiano:

1a). Hierarquia Evolutiva

Esse primeiro modelo prevê que, em cada etapa de estruturação do sistema linguístico do Caboverdiano, uma forma seria eleita como o *candidato ótimo*. Nessa língua, haveria um sequenciamento da L-I, ou seja, um só *input* que iria, progressivamente, atingindo várias formas de *output*. Em determinada época e contexto, uma forma se fixaria como o candidato ótimo, noutro ambiente, ela continuaria seguindo ao longo do eixo de evolução temporal até fixar sua outra forma otimizada em determinado contexto.

Input /vi.na.gri/	*COMPLEX	*PEAK[F]	FAITH SYL (TO)	FAITH SYL (AT)	FAITH AB 1,3	NOCODA	*FOOTLESS
1.[vin. 'ag]			*!	*			
2.vi.[na.gri]	*	*!					
3.[vin.agr]	*		*	*!			
4.[vi.'negr]	*		*		*		*

Esse modelo prevê uma forma vocabular inicial para língua, a qual se segue uma forma que passa pelo processo de harmonização, e que, numa etapa final, sofre a queda da vogal átona final. Em termos da OT, houve uma reorganização de princípios/restrições na passagem da estruturação de um sistema para o outro. Na primeira etapa, a violação à restrição de fidelidade às aberturas 1 e 3, a segunda no *ranking*, retirou a possível forma “vinegri” da estrutura. Nesse estágio, a restrição *Peak[F] estava mais recuada na hierarquia. Na segunda etapa, há um deslocamento da restrição Peak [f] para o lugar outrora ocupado por Faith Ab. [1,2], o que contribuiu para eliminar a forma antiga “vinagri” do *ranking* em favor da fixação de “vinegri”. Na terceira etapa proposta, é ainda Peak [f] quem irá retirar a forma intermediária “vinegri” para que a forma selecionada pelo grupo de falantes, a otimizada “vinegr”, passe a figurar definitivamente na estrutura.

Desse quadro, pode-se deduzir que o que aconteceu no CCV foi o seguinte: (a) a palavra crioula já estabilizada “vinagri” de Sotavento, (b) passa por um processo de transformação na própria região ou quando vai para Barlavento, onde chega com leves oscilações na vogal da sílaba tônica, (d) daí, pelas pressões estruturais do meio, passa a se realizar como a vogal média, que, em tendo já se harmonizado com a final, a descarta definitivamente da estrutura.

Veja-se, a título de mais um exemplo, o caso da transformação da palavra ‘tanto’: *tantu* → *tontu* → *tonte* → *tont*. Isso demonstra que, em Barlavento, ao se promover a queda da vogal átona final, aceita-se outra estrutura silábica. Esse é um indicativo de que, num determinado estágio do Caboverdiano, houve uma reacomodação do sistema que permitiu o encaixe dessa estrutura silábica da Língua-E para a Língua-I. Assim, uma vez coletivizada a forma e fixado o uso, passou a fazer parte da L-I daquela comunidade de fala.

1b. Hierarquia de Independência Parcial

Por este segundo modelo, haveria um só *input* para as duas L-I em questão, mas, cada sistema faria a escolha mais adequada a sua maneira de (re) interpretar os dados linguísticos, gerando *outputs* diferenciados, devido, justamente, às suas escolhas e re-organizações linguísticas. Em resumo, uma hierarquização diferente para cada ilha, dois *outputs* para a mesma entrada. Somente as formas das Línguas Externas (L-E) seriam distintas.

Etapa I

Input: /vi.'na.gri/	*COMPLEX	FAITH AB. 1,3	FAITH SYL (TO)	FAITH SYL (AT)	*PEAK [F]	NOCODA	* FOOTLESS
1.[vin. 'ag]			*!	*			
3. vi.['na.gri]	*				*		*
4.[vin.agr]	*		*	*!			
5.vi.['ne.gri]	*	*!					

Etapa II

Input: /vi.'na.gri/	*COMPLEX	*PEAK[F]	FAITH SYL (TO)	FAITH SYL (AT)	FAITH AB.1,3	NOCODA	* FOOTLESS
1. [vin. 'ag]			*!	*			
2. vi.['na.gri]	*	*!					
3. vi.['ne.gri]	*		*		*		
4. [vin.agri]	*		*	*!			

Etapa III

Input: /vi.'na.gri/	*COMPLEX	*PEAK[F]	FAITH SYL (TO)	FAITH SYL (AT)	FAITH AB.1,3	NOCODA	* FOOTLESS
1.[vin. 'ag]			*!	*			
2.vi.['ne.gri]	*	*!					
3.[vin.agr]	*		*	*!			
4. vi.['ne.gr]	*		*		*		*

Esse segundo modelo mostra hierarquizações de princípios/restrições diferentes para Sotavento e Barlavento. Embora o *input* seja o mesmo, para que cada *output* adquirisse uma forma e não outra, segundo a teoria, seria preciso haver um ranqueamento distinto para cada uma. No *tableau* de Sotavento, a restrição de fidelidade às aberturas 1 e 3 que assegura a permanência de /a/ no centro da sílaba e de /i/ no final da palavra é determinante, enquanto que, na reorganização de Barlavento, esse papel é desempenhado por uma restrição de marca, Peak [f], que promove a troca de [e] por /a/ e a apócope do [i].

Esse modelo implica diretamente em mudança linguística, e, indiretamente em variação sincrônica ao longo da diacronia. Apresentando uma entrada idêntica, as gramáticas estariam em conflito quanto à sistematização de uma forma ou de outra para constar na L-E. A situação, por fim, viria a ser resolvida por certo tipo de alofonia condicionada. A variação (inerente, em termos labovianos), fixa-se como duas escolhas possíveis (não-variação, em termos de Oliveira (1987) dentro do leque de opções que a L-I estaria oferecendo.

Citando Labov (1966), os membros de uma comunidade de fala compartilham um conjunto comum de padrões normativos, mesmo quando é encontrada uma variação estratificada no discurso atual. Desse modo, subsistemas diferentes não implicariam necessariamente em gramáticas diferentes. Enquanto que, para Chomsky, isso é evidência direta de outra sistematização, de outra L-I.

Diante do impasse, sem pretensões de solucioná-lo, pode-se argumentar que haveria, aqui, uma só gramática passando pela fase de mudança em curso, em andamento. As formas estariam estabilizadas, aguardando a ascensão de uma ou de outra. Num estágio anterior, cogita-se que tenham sido idênticas e que, num posterior, promoveram (ou foi promovido)

re-arranjo no ranqueamento das restrições, encaminhando-se à distinção gramatical entre ilhas.

Em suma, prevê-se, pelo modelo descrito aqui, a variação numa mesma L-I, mas também, indiretamente, a gênese de dois sistemas para os dois grupos de ilha. Reunindo aspectos desse segundo modelo e do anterior situados na diacronia, pode-se, assim como Pereira (1999) relativamente à diferença entre Sotavento- Barlavento, manifestar-se assim:

Os crioulos das duas ilhas não são tão divergentes como aparentam. Existe nas duas variedades uma lógica interna idêntica de aproximação em relação ao português que já estava em curso no século XIX, na própria ilha de Santiago. Provavelmente na migração para Barlavento, foram as formas mais leves de Sotavento que foram apropriadas e reforçadas pelos recém-chegados europeus aprendizes do crioulo. (...) Se as tendências de mudança são idênticas, a grande diferença está, então, na sua extensão e na maior ou menor resistência com que deparam. O crioulo de Santiago é mais resistente, mesmo em termos. O crioulo de S. Vicente é mais permissivo, devido, entre outros aspectos, à importância da presença europeia no povoamento da ilha.

Ainda aqui, para finalizar a proposição dos modelos diacrônicos propostos, convém destacar, ainda, em caráter de reforço, um dos princípios considerados atemporais da Sociolinguística Laboviana por Scherre (2003): “dissociação da relação entre estrutura linguística e homogeneidade, com o conseqüente estabelecimento de uma nova concepção de língua, associando a ela a noção de heterogeneidade como característica necessária”.

2a. Hierarquia de GEN

Este terceiro modelo propõe um só *input* e dois *outputs* dentro de um mesmo sistema, representado por apenas uma hierarquização na tabela. Ele prevê etapas constitutivas da L-I, abstraindo-se a noção de tempo. Seria esse um processo inerente às línguas. Pela teoria, o primeiro candidato no ranking seria o *candidato ótimo*, o segundo, o *candidato simpático*-aquele que ainda não teria sido encaixado na L-I do sistema linguístico, mas que na L-E de um dos grupos estaria tendo grau de aceitação semelhante ao de um candidato ótimo.

Input: /vi.'na.gri/	*COMPLEX	NOCODA	*FOOTLESS	FAITH SYL (TO)	FAITH (AT)	FAITH AB. 1,3	*PEAK [F]
1. vi.['na.gri]	*		*				
2. vi.['ne. gr]	*		*	_*_			
3.[vin.agr]	*!						
4.[vi.nag]		*!					

Pelo *tableau* proposto no modelo acima, tem-se que duas formas vocabulares são processadas como correspondentes, como saídas, para a mesma entrada. Assim, para o CCV, tanto “vinagri” como “vinegr” seriam ótimas, gramaticais para o *input* “vinagri”. Em competição, as duas formas seguiriam pelo *ranking*, em que outras já teriam sido eliminadas ou ainda o seriam, até o ponto em que uma delas encontre uma restrição mais alta e a viole (-*-). Nesse caso, mesmo violando essa restrição, o candidato não desapareceria, ele continuaria como uma opção ou substituto para o candidato ótimo já gerado pela gramática.

Esse modelo propõe uma maneira de incluir as periferias, os chamados acidentes de performance como *possibilidades previstas* dentro do sistema- o candidato não-optimal,

mas simpático ao sistema, que, segundo a OT, seria aquele que surge quando a gramática não consegue gerar uma forma ótima. Nesse caso específico, deveria se ampliar essa noção: o candidato simpático seria aquele gerado como *opção 2* pelo sistema. Ele poderia representar um trabalho de criação anterior ou posterior de –Gen dentro do sistema.

Como se disse no tratamento do modelo 5.2.2, a sociolinguística laboviana não interpreta a variação linguística como mistura de gramáticas, mistura de dialetos ou gramáticas em competição. No presente modelo, a variação inerente, como o próprio nome sugere, seria prevista pelo sistema. As tendências estariam disponíveis na L-I como possibilidades de realização na L-E. Como elas surgiriam no uso efetivo da comunidade, os fatores independentes motivadores, constituiriam o gatilho, o mecanismo desencadeador de sua formatação e fixação.

Em termos de teorização, o modelo do *tableau* com hierarquia em –Gen pode ancorar-se *Algoritmo de Despromoção de Restrições* (Tesar, 1995, 1997 *apud* Costa, 2001) ou em outro mecanismo semelhante. Na aquisição de língua materna, de acordo com esse princípio, sempre que a hierarquização assumida pela criança gera resultados que não estão de acordo com a forma-alvo, uma das restrições é despromovida na hierarquização. O processo repete-se iterativamente até se chegar à hierarquização correspondente à da língua-alvo.

Como se sabe, qualquer teoria linguística que se pretenda eficaz em termos de generalidade deve ser capaz de explicar o processo de aquisição de língua materna. Assim, a Teoria da Otimidade não precisa explicar a variação, mas precisa explicar, necessariamente, a aquisição. A despromoção de restrições se mostra como processo computacionalmente eficaz e pode conduzir a uma aprendizagem rápida, uma vez que, ao verificar-se a posição inadequada de uma restrição numa dada

hierarquia, sua relação com outras com que está em conflito pode ser automaticamente deduzida, eliminando-se outras gramáticas possíveis.

Neste ponto, caberia uma pergunta: no caso dos crioulo- contexto de aquisição e reestruturação de uma L2, na etapa do pidgin- ou contexto de aquisição de uma L1- na fase do crioulo- o mesmo dispositivo poderia estar operando, em graus diferenciados, mas com a mesma essência? Em outras palavras, seria possível propor que, no caso das línguas crioulas (ou das línguas naturais em geral), na aquisição de uma L2 por adultos ou de uma L1 por crianças dessa mesma comunidade de fala, haveria um dispositivo interno que promoveria e julgaria gramatical mais de uma forma para o mesmo *input* recebido?

O que se sabe é que as línguas variam e mudam com o tempo. E o que se propõe, neste estudo, é uma teorização capaz de contemplar a pressuposição de a língua dispor de um dispositivo inato para oferecer as possibilidades inerentes àquele sistema, e que o tempo e os movimentos sociohistóricos que o compõem constituem mecanismo e o gatilho dessa variação e mudança, previstas, então, na gênese das línguas naturais. Todavia, como esse modelo diz respeito ao modo como a gerativismo entende o modelo mental do falante-ouvinte ideal e, ao mesmo tempo, ao modo como a OT se organiza, é preciso mais reflexão sobre o tema antes de completa-lo, tarefa para um próximo estudo.

2b. Hierarquia de Independência Total

Pelo modelo de hierarquias totalmente independentes, haveria um *input* e dois *outputs* diferenciados para cada variedade do Crioulo Caboverdiano. Em outras palavras, haveria

duas entradas e duas saídas distintas, cada variedade (Sotavento e Barlavento) representaria uma L-I diferenciada da outra, uma outra gramática com princípios e formas vocabulares estabelecidas e sistematizadas.

Sotavento

Input: /vi.'na.gri/	*COMPLEX	FAITH AB. 1,3	FAITH SYL (TO)	FAITH SYL (AT)	*PEAK [F]	NOCODA	* FOOTLESS
1.[vin. 'ag]			*!	*			
2. vi.['na.gri]	*			*		*	
3.[vin.agr]	*		*	*!			
4.vi.['ne.gr]	*	*!					

Barlavento

Input: /vi.'na.gri/	*COMPLEX	*PEAK[F]	FAITH SYL (TO)	FAITH SYL (AT)	FAITH AB.1,3	NOCODA	* FOOTLESS
1.[vin. 'ag]			*!	*			
2.vi.['na.gri]	*	*!					
3.[vin.agr]	*		*	*!			
4. vi.['ne.gr]	*		*		*	*	

Nos *tableaux* acima, são descritos dois sistemas linguísticos independentes. Eles são diferenciados tanto pela hierarquização dos princípios/restrições como pela forma do *input*, embora se perceba uma semelhança entre eles. A mesma história ou continuidade dela, a mesma cultura, tudo isso serviria para justificar a semelhança. No plano da gramática gerativa, entretanto havendo uma “parametrização”, uma “hierarquização” diferente entre eles, está confirmada a distinção das L-I envolvidas.

Este modelo está bem de acordo com os pressupostos gerativistas de variação intersistêmica. Na opinião de Luchesi

(2000), pode-se entender a variação nos padrões de comportamento linguístico como um reflexo da concorrência de gramáticas distintas no plano da Língua-I. Essa visão que procura preservar a homogeneidade dos sistemas que constituem a competência linguística dos falantes, foi contestada por Weinrich, Labov e Herzog (1968), em defesa da natureza heterogênea do sistema linguístico de uma comunidade de fala.

Pelo modelo apresentado, e partindo do princípio da homogeneidade dos sistemas linguísticos, aventa-se, então, para o Caboverdiano a co-existência de duas gramáticas distintas. A primeira seria proveniente da criouliização resultante do encontro de portugueses, africanos e outros estrangeiros em Sotavento, na era de 1400. A segunda, da transformação daquela, séculos depois e com outros grupos de falantes, além de africanos e portugueses, em Sotavento. Foram essas, pois, as possibilidades de análise sugeridas para o CCV pela OT.

Considerações finais

A apresentação e discussão dos modelos dentro da Teoria da Otimidade para explicar a variação sincrônica e a mudança diacrônica pretendeu dimensionar o poder de generalidade da teoria, sua extensão explicativa, sua aplicabilidade. A premência em se discutir a variação e/ou mudança nas línguas crioulas faz com estudos como este se debruçem sobre a organização intrasistêmica com o aparato e pressupostos de modelos gerativos. Além do que, nas discussões mais recentes sobre o tema, está a questão da Otimidade e da Variação.

Esse trabalho representa mais uma das tentativas de se conjugar os “contrários” por natureza, dentre os estudos linguísticos. Buscou-se, com isso, dar início à resposta do tipo de processo que se observa na estrutura do Caboverdiano: varia-

ção ou mudança, se há embate de gramáticas ou harmonização delas, enfim, dar um passo na direção da investigação da unidade e/ou pluralidade inerente ao sistema dessa língua.

Levando-se em consideração as polaridades insulares de Sotavento e Barlavento, em linhas gerais, pode-se afirmar, com base na OT, que o Caboverdiano denota a manifestação da pluralidade genética de uma língua, em que cada traço de sua gramática parece apontar para aspectos universais recorrentes nas línguas do mundo e, ao mesmo tempo, representar uma escolha gramatical específica de cada grupo de falantes dentro do conjunto de princípios universais de que se dispunha para organizar o sistema linguístico, a gramática do CCV.

Referências Bibliográficas

ALMADA, Maria Dulce. 1961. Cabo Verde: Contribuição para o Estudo do Dialecto Falado no Seu Arquipélago. *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, no. 55. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1961.

ALMADA, Maria Dulce. 1998. Bilinguismo ou Diglossia. *Ensaaios. Spleen Edições*. Praia- Cabo Verde.

ARCHANGELLI, Diana. 1996. *Optimality Theory: an Introduction to Linguistics in the 1990s*. Arizona, USA.

ANTILLA, Arto & CHO, Young-mee Yu. 1998. Variation and Change in Optimality Theory. *Lingua* 104: 32-56.

ARAÚJO, Gabriel Antunes de. 2000. Morfologia Não-Concaterativa em Português: os *Portmanteaux*. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 39: 5-21.

CARREIRA, Antônio. 1983. *O Crioulo de Cabo Verde; Surto e Expansão*. MEM Martins. Portugal,

- CARREIRA, Antônio. 1972. Cabo Verde; Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocata (1640-1878). *Memória* 24. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- COSTA, João. 2001 *Gramática, Conflitos e Violações- Introdução à Teoria da Otimidade*. Editorial Caminho, SA, Lisboa.
- HAMMOND, Michael. 1999. Optimality Theory and Prosody. In: Archangeli, D. (org.). *Optimality Theory: an Introduction to Linguistics in the 1990s*. Arizona, USA.
- LABOV, William. 1972. The Study of Language in Its Social Context. *Sociolinguistic Patterns*. University of Pennsylvania Press.
- LABOV, William. 1975. The Social Motivation of a Sound Change. *Sociolinguistic Patterns*. 3ª ed. Philadelphia, University of Pennsylvania Press: 1-42.
- LOPES, Edmundo C. 1967. Dialectos Crioulos e Etnografia Crioula. *Estudos Linguísticos Crioulos. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa.
- MELLO, Maria Aparecida Curupaná da Rocha. 2007. A Questão da Produtividade Morfológica no Guineense. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.
- LUCHESE, Dante. 2000. A Teoria e o Método. *A Variação na Concordância de Gênero numa Comunidade Afro-Brasileira: Novos Elementos sobre a Formação do Português Popular do Brasil*. Tese de Doutorado. UFRJ.
- OLIVEIRA, Marco Antônio de. 1987. Variável Linguística: Conceituação, Problemas de Descrição Gramatical e Implicações para a Construção de uma Teoria Gramatical. *D.E.L.T.A.* 3, no. 1: 19-34.
- PEREIRA, Dulce. 1999. Um Crioulo de outro Planeta. *Crioulos de Base Portuguesa; Actas do Workshop sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa. FLUL*: 27-60.
- PRINCE, Alan & SMOLENSKY, Paul. 1993. *Optimality Theory; Constraint Interaction in Generative Grammar*. RuCCS TR-2.

- PULLEYBLANK, D. 1996. Optimality Theory and Features. In: ARCHANGELLI, Diana. *Optimality Theory: an Introduction to Linguistics in the 1990s*. Arizona, USA: 59-11.
- RODRIGUES, Ulisdete Rodrigues de Souza. 2007. *Fonologia do Caboverdiano: das Variedades Insulares à Unidade Nacional*. Tese de Doutorado: Universidade de Brasília.
- SILVA, Baltasar L. da. 1984. *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. *Imprensa Nacional da Moeda*, Lisboa.
- SOUZA, Ulisdete Rodrigues de. 2003. A Sílabas Tônicas como Centro de Processos Fonológicos do Crioulo Cabo-Verdiano. *Revista Pápiá*, n. 13.
- VEIGA, Manuel. 1995. *Introdução à Gramática- O Crioulo de Cabo Verde*. Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco. Gráfica do Mindelo, São Vicente.

INTELIGIBILIDADE E SOTAQUE NA AQUISIÇÃO DA FONOLOGIA DO INGLÊS POR BRASILEIROS EM DIFERENTES IDADES: UMA VISÃO ECOLINGUÍSTICA

Ronaldo Lima Jr.
Universidade Católica de Brasília
Casa Thomas Jefferson, Brasília

Em uma coletânea de textos que visam a homenagear Hildo Honório do Couto é razoável que haja um texto que procure unir duas áreas com as quais o professor Hildo tem contribuído vasta e incansavelmente: a fonologia e a ecolinguística. Portanto, este trabalho apresentará dados de uma pesquisa sobre a inteligibilidade e o grau de sotaque estrangeiro na fonologia da interlíngua de aprendizes brasileiros de inglês sob uma perspectiva ecossistêmica de aquisição.

Introdução

A ecolinguística trata a língua como um ecossistema, no qual estão inseridas as interações e inter-relações entre os diversos sistemas que constituem a língua, tais como o seu pró-

prio uso, a comunicação, a interação entre falantes, os processos mentais de falantes, a aquisição, a evolução, etc. Portanto, em uma visão ecossistêmica da língua o que importa é o seu uso comunicativo real.

Em uma visão ecológica, o falante, bem como o aprendiz de língua, é visto como um sistema complexo e dinâmico que está inserido e interagindo com vários sistemas complexos e dinâmicos, e que tem subsistemas complexos, com todos esses sistemas e subsistemas interagindo entre si. O falante ou aprendiz tem seu meio cognitivo e está inserido em um meio social, ao ponto que o próprio uso linguístico transforma a língua. No caso de um aprendiz de língua estrangeira, cada uma de suas interações nos meios cognitivos e sociais que compõem o ecossistema linguístico molda, transforma e evolui a sua interlíngua.

A linguística ecossistêmica⁴, portanto, está alinhada à visão da aquisição de línguas adicionais como um sistema complexo e dinâmico (e.g. LARSEN-FREEMAN, 1997; DE BOT, 2008; VERSPOOR; LOWIE; DIJK, 2008; VERSPOOR; DE BOT; LOWIE, 2011; LOWIE, 2010; LARSEN-FREEMAN; CAMERON, 2008; CAMERON, 2003; JESSNER, 2008; ELLIS, 2008; ELLIS; LARSEN-FREEMAN, 2009; SILVA, 2007) que, conforme Larsen-Freeman e Cameron (2008), também é não-linear, auto-organizador, aberto, emergente, algumas vezes caótico, e adaptativo.

O termo complexo explicita que o sistema é composto por diversos elementos ou agentes, mas apresenta um comportamento que vai além da soma dos comportamentos de seus agentes individuais. O comportamento de sistemas complexos não está em seus componentes individuais, mas emerge das interações interconectadas e iterativas de seus componentes entre si e com o ambiente, cujos resultados não são previsíveis.

4 Conforme tem sido proposto por Hildo Honório do Couto e colaboradores em www.meioambienteelinguagem.blogspot.com.

O sistema que é a aquisição de línguas adicionais é dinâmico por mudar constantemente com o tempo, sendo os processos mais importantes do que produtos, uma vez que sua natureza dinâmica impossibilita um estado final. A natureza dinâmica da língua do aprendiz de uma segunda língua (L2) também pode ser vista na definição de *interlíngua* (SELINKER, 1972), que coloca a proficiência do aprendiz em um contínuo de constante desenvolvimento. Por causa da interação entre os componentes e o ambiente, além da característica de auto-organização, a ASL emerge da interação do aprendiz com a língua e do aprendiz com outros falantes, em situações sociais, fazendo da aquisição de línguas um processo tanto individual como social.

A natureza não-linear de sistemas complexos está no fato do efeito ser desproporcional à causa. Em sistemas lineares é possível calcular ou prever o efeito ou consequência de uma ação, o que não é possível em sistemas não-lineares. Ao mesmo tempo em que um acúmulo de neve, por exemplo, pode não causar nada a uma montanha, uma pequena pedra pode causar uma avalanche.

A desproporcionalidade de causa e efeito, juntamente com a capacidade de auto-organização do sistema e a interação de todos os seus componentes entre si e com o ambiente, leva à característica fractal dos sistemas complexos. Um fractal é uma figura geométrica cujas partes assemelham-se à figura original. Uma árvore ou um brócolis são exemplos de fractais, pois olhando para os detalhes, como os galhos e subgalhos, ou os caules e subcaules, esses assemelham-se à figura completa. Essa imagem traduz a característica iterativa dos sistemas complexos, cuja forma emerge de processos/ciclos iterativos, como explicam De Bot, Lowie e Verspoor (2007, p. 19): “Por meio da iteratividade de processos simples que são aplicados repetidamente com o *output* do processo anterior

utilizado como *input* do próximo, a complexidade na língua emerge”⁵.

Essa visão de gramática vai ao encontro dos conceitos de gramáticas funcionalistas, baseadas no uso real em sociedade e na análise de dados reais, como a gramática sistêmico-funcional de Halliday (1994), a fonologia de uso de Bybee (e.g. 2001, 2002a, 2002b, 2008 e 2010), a fonologia probabilística de Pierrehumbert (e.g. 1999, 2001a, 2001b, 2002 e 2003), os modelos fonológicos multirrepresentacionais de Cristóvão Silva (e.g. 2003, 2005, 2006a, 2006b, 2007, CRISTÓFARO-SILVA; GOMES, 2007), e a fonologia articulatória de Browman e Goldstein (e.g. 1987, 1988, 1989a, 1989b, 1990a, 1990b, 1992 e 1993), que foi expandida por Albano (2001) para uma fonologia acústico-articulatória.

Justificativa do estudo

Os dados aqui relatados fazem parte de uma investigação mais abrangente sobre a aquisição de diversos aspectos da fonologia do inglês como língua estrangeira por brasileiros que começaram a estudar inglês em salas de aula brasileiras em diferentes idades. Os dados são analisados levando-se em consideração as premissas epistemológicas da linguística ecossistêmica, como as brevemente descritas anteriormente.

A justificativa da necessidade de se investigar a aquisição da pronúncia por aprendizes de L2 é praticamente

5 “Through iterations of simple procedures that are applied over and over again with the output of the preceding iteration as the input of the next, complexity in language emerges.”

desnecessária. São inumeráveis os exemplos em forma de anedota de situações frustrantes, e até constrangedoras, que aprendizes de uma língua podem passar por não terem o domínio necessário de sua fonologia. Kelly (2000, p. 11), por exemplo, imagina um aprendiz em um restaurante pedindo *soap* em vez de *soup* devido à falta de controle da pronúncia. Celce-Murcia, Brinton e Goodwin (1996) imaginam um turista nos Estados Unidos pedindo *batter* em vez de *butter* e recebendo, no lugar de manteiga, um olhar estranho. Singleton e Ryan (2004, p. 87) destacam que um “sotaque ruim pode induzir os interlocutores a ‘se desligarem’ durante conversas e/ou evitar futuras interações com o usuário da L2 em questão”⁶.

O domínio da pronúncia de uma segunda língua está também intimamente ligado ao *ego linguístico*⁷ (e.g. GUIORA *et al*, 1972; GUIORA *et al*, 1980) do falante, pois mesmo sendo compreendido, a presença de sotaque estrangeiro em sua fala pode lhe trazer constrangimento ou algum tipo de pressão social, como bem colocado por Parrino (1998):

Nós nos definimos pelo que falamos, mas mais notavelmente pelo jeito como falamos. Os sotaques que colorem as línguas que falamos impactam significativamente a nossa identidade. A nossa pronúncia nos alia ou nos isola da comunidade de falantes... Ela precede nossas intenções e completa nossos enunciados.⁸

6 “poor accent can induce interlocutors to ‘switch off’ during conversations and/or to avoid further interactions with the L2 user in question”. Tradução minha, como as demais quando não houver indicação de tradutor.

7 “*language ego*”.

8 “We define ourselves by what we say, but more notably by how we say it. The accents that color the languages we speak impact significantly on our identity. Our pronunciation allies or isolates us from a community of speakers... It precedes our intentions and completes our utterances.”

Moyer (2004) também afirma que, pelo fato da pronúncia ser um dos aspectos linguísticos que permitem rapidamente identificar um falante como nativo ou não-nativo, ela é um aspecto linguístico “psicologicamente ‘carregado’”⁹ e, por isso, é “inerentemente associado com identidade”¹⁰ (MOYER, 2004, p. 42).

Além disso, este estudo procura trazer mais informações sobre como a questão da idade no início da aprendizagem do inglês como L2 pode influenciar na aquisição de sua fonologia. Há uma crença de que, em aprendizagem de L2, quanto mais cedo melhor. Apesar do assunto não ser tão simples e definitivo assim em aquisição de L2, principalmente por casos de aprendizes novos malsucedidos e aprendizes mais velhos extremamente bem-sucedidos (e.g. FLEGE, 1999; BIRDSONG, 1992, 1999a, 1999b; BONGAERTS, 1999, 2005; MOYER, 2004), a literatura mostra uma tendência de aumento de dificuldade em adquirir uma L2 com o aumento da idade; contudo, sem uma idade de corte após a qual é impossível adquirir uma L2 (e.g. SINGLETON; RYAN, 2004; BIALYSTOK; HAKUTA, 1999), como uma vez apregoado pela Hipótese do Período Crítico (LENNEBERG, 1967; PENFIELD; ROBERTS, 1959; SCOVEL, 1988).

Coleta de dados

Os dados foram coletados com 30 alunos de um instituto particular de ensino de língua inglesa em Brasília, no qual os alunos estudam a L2 como atividade extracurricular. Todos os alunos gravados estavam cursando o último semestre de seu curso de inglês e nunca haviam morado ou estudado inglês em

9 “Psychologically ‘loaded’”.

10 “inherently associated with identity”.

um país falante de inglês, para que os resultados refletissem o produto das salas aula de inglês do Brasil mais fielmente.

Os participantes foram divididos em três grupos: 10 participantes que iniciaram os seus estudos de inglês-L2 no Brasil antes dos 12 anos de idade (denominado grupo “pré-período crítico”), 10 que iniciaram o estudo entre os 12 e os 14 anos de idade (grupo “período crítico”), e 10 que iniciaram seus estudos após os 16 anos de idade (grupo “pós-período crítico”), sendo cada grupo composto por cinco homens e cinco mulheres. Além desses, 10 falantes nativos de inglês americano, cinco homens e cinco mulheres, compuseram o grupo controle e também foram gravados.

Cada participante de pesquisa foi gravado executando três tarefas de produção oral em inglês: lendo palavras-alvo inseridas em uma frase veículo, lendo um parágrafo retirado da revista americana “Time”¹¹, e contando um pequeno episódio sobre o seu último fim de semana. As gravações levaram a duas análises, uma análise acústica de seis vogais do inglês e um julgamento de inteligibilidade e grau de sotaque estrangeiro por um painel de juízes. Apenas os dados do julgamento de inteligibilidade serão apresentados aqui.

As gravações foram analisadas nos quesitos *inteligibilidade* e *grau de sotaque estrangeiro* por um painel de nove juízes, sendo três falantes nativos de inglês americano e experientes na área de ensino de inglês como língua estrangeira, em particular, a falantes de português do Brasil; três falantes nativos de inglês americano, porém sem treinamento linguístico, e sem experiência de ensino de línguas; e os outros três não falantes nativos de inglês, porém bilíngues fluentes em inglês e com vasta experiência no ensino de inglês-L2 no Brasil.

11 <http://techland.time.com/2011/05/27/apples-online-music-locker-a-great-idea-thats-10-years-old/> - publicado no dia 27 de maio de 2011 e acessado no dia 31 de maio de 2011.

As gravações foram apresentadas aleatoriamente e Para cada uma das 80 gravações, cada juiz marcou o grau de inteligibilidade em uma escala de sete pontos (de “unintelligible” a “completely intelligible”), o grau de sotaque estrangeiro também em uma escala de sete pontos (de “a lot of foreign accent” a “absolutely no foreign accent”), e o nível de proficiência no qual o participante provavelmente está com base no seu desempenho fonológico, cujas opções foram “iniciante”, “intermediário”, “avançado” ou “falante nativo”.

Análise dos dados

A tabela a seguir mostra as médias das notas de inteligibilidade (intel) e sotaque (sotaq) para cada grupo, mostrando as médias para a tarefa 2 (leitura do parágrafo), para a tarefa 3 (fala espontânea), e para a média geral das duas tarefas.

		Intel 2	Intel 3	INTEL geral	Sotaq2	Sotaq3	SOTAQ geral
Controle	M	6,9	7,0	6,9	6,6	6,8	6,7
	DP	0,6	0,2		0,7	0,6	
Pré	M	4,9	5,1	5	3,3	3,9	3,6
	DP	1,2	1,4		1,5	1,3	
PC	M	4,5	4,9	4,7	3,0	3,5	3,2
	DP	1,5	1,4		1,4	1,3	
Pós	M	3,3	4,4	3,8	1,9	2,7	2,3
	DP	1,5	1,4		1,2	1,1	

Tabela 1: Média (M) e desvio-padrão (DP) do julgamento do painel de juízes para inteligibilidade e grau de sotaque estrangeiro.

É possível ver as médias das avaliações decrescendo conforme a idade de início de aquisição de cada grupo aumenta, com uma grande queda entre os falantes nativos e os aprendizes mais novos. É possível observar também desvios-padrão

pequenos, que demonstram consistência entre os juízes. Uma análise do Coeficiente de Correlação Intraclasse mostrou um grau confiável de concordância entre os juízes: 0,83 ($F = 43$; $p = 0,000$).

É contratável também que os juízes deram notas mais altas para o quesito “inteligibilidade” do que para “grau de sotaque estrangeiro”, possivelmente pela natureza mais ampla e subjetiva do conceito “inteligibilidade”. Essa diferença é visível no gráfico abaixo.

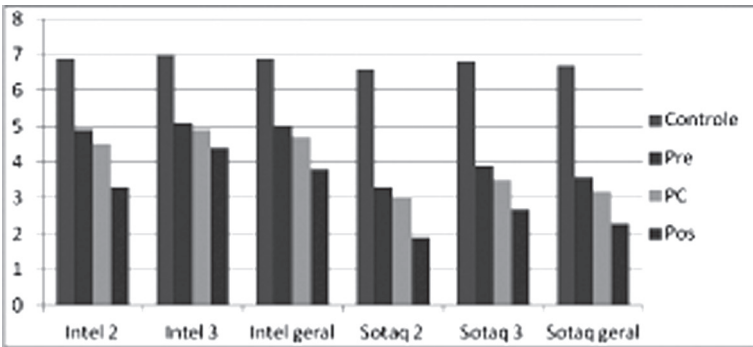


Figura 1: Julgamento do painel de juízes separado por julgamento.

Levando-se em consideração as médias gerais, é possível observar uma grande queda entre o grupo de falantes nativos e o grupo pré-período crítico, tanto em inteligibilidade quanto em sotaque. Entre o grupo pré-período crítico e o grupo período crítico há também uma queda em ambos os quesitos, porém bem menos acentuada. A queda continua entre o grupo período crítico e o pós-período crítico, dessa vez um pouco mais acentuada que entre os grupos anteriores. As diferenças percentuais entre as médias de cada grupo no quesito inteligibilidade são as seguintes: nativos→pré (-27%); pré→pc (-4%); pc→pós (-13%). No quesito sotaque,

a queda inicial, entre os grupos controle e pré, é ainda maior, de 44%, e as quedas entre os outros grupos de aprendizes se assemelha às do quesito inteligibilidade: pré→pc (-6%); pc→pós (-13%). As maiores diferenças, que são entre os falantes nativos e os aprendizes pós-período crítico, chegam a 44% em inteligibilidade e a 62% em sotaque.

Uma análise de variância (one-way ANOVA) para cada quesito constatou que as médias dos grupos diferem estatisticamente: inteligibilidade $F = 386$; $df = 3$; $p = 0,000$; sotaque $F = 807$; $df = 3$; $p = 0,000$.

Foram conduzidos testes-t *post-hoc* entre os grupos para verificar qual grupo difere estatisticamente do outro. Os resultados foram interpretados com a correção de Bonferroni, considerando, portanto, o valor de alfa de 0,017. A tabela a seguir resume os resultados desses testes-t *post-hoc*.

	Inteligibilidade			Sotaque		
	t	DF	p	T	df	P
contr-pré	17,8	192	0,000	25,4	227	0,000
pré-pc	2,0	340	0,057	2,5	335	0,012
pc-pós	5,4	357	0,000	6,4	352	0,000

Tabela 2: Resultados dos testes-t *post-hoc* para inteligibilidade e sotaque.

Os resultados dos testes-t *post-hoc* indicam que há diferença estatística entre as médias do grupo controle e do grupo pré-período crítico tanto no quesito inteligibilidade como no de qualidade de sotaque. Os altos valores de t dessas comparações marcam uma diferença muito alta entre os falantes nativos e os aprendizes. Entre os grupos pré-período crítico e período crítico houve diferença estatística apenas no quesito sotaque, e mesmo assim não tão robusta quanto as outras diferenças encontradas. As diferenças en-

tre os grupos período crítico e pós-período crítico foram significativas em ambos os quesitos. Como consequência, o grupo controle se difere de todos os grupos de aprendizes, e o grupo pré-período crítico se difere dos demais grupos de aprendizes. Esses resultados apontam para um declínio das notas dos grupos conforme aumentam suas idades de início de aquisição, mas com rupturas maiores entre falantes nativos e aprendizes e depois entre o grupo pós-período crítico e os demais.

Uma correlação de Spearman indicou alta covariação entre a média geral de inteligibilidade e idade de início de aquisição: $\rho = -0,8$; $p = 0,000$. A mesma correlação negativa pôde ser observada entre a média geral da qualidade do sotaque e idade de início de aquisição: $\rho = -0,84$; $p = 0,000$. Os gráficos a seguir mostram essas correlações.

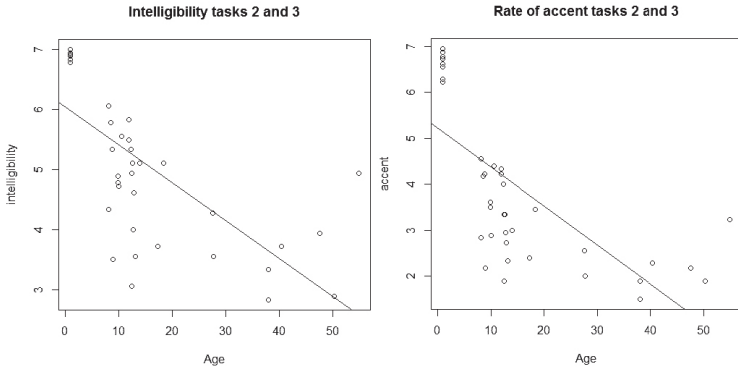


Figura 2: Gráficos de dispersão da correlação entre idade e média geral de inteligibilidade e de sotaque estrangeiro.

Os juízes também classificaram cada gravação com relação ao provável nível de proficiência do falante em “iniciante”, “intermediário”, “avançado” ou “falante nativo”, marcação

essa contabilizada numericamente em 1, 2, 3 e 4. Com isso as três marcações que os juízes fizeram para cada gravação foram utilizadas para gerar uma nota geral da pronúncia de cada participante. As médias de cada marcação atribuída a um falante foram somadas a fim de produzir uma nota acumulada, com o máximo de 36 pontos: sete pontos para inteligibilidade em cada uma das tarefas (14 pontos), sete pontos para sotaque em cada uma das tarefas (14 pontos), mais quatro pontos para proficiência também em cada uma das tarefas (8 pontos).

A tabela a seguir apresenta a soma das três notas da tarefa 2 (leitura do parágrafo), a soma das três notas da tarefa 3 (fala espontânea), e a soma das seis notas. Seguindo o padrão observado nas notas individuais, há uma grande queda entre os falantes nativos e o grupo pré-período crítico (-36%), uma pequena queda entre o grupo pré-período crítico e o grupo período crítico (-5%), e uma queda um pouco maior entre o grupo período crítico e o grupo pós-período crítico (-12%).

	Tarefa 2 (soma das 3 notas)	Tarefa 3 (soma das 3 notas)	Geral (soma das 6 notas)
Controle	17,2	17,6	35 (97%)
Pré	10,5	11,5	22 (61%)
PC	9,6	10,6	20 (56%)
Pós	6,9	8,9	16 (44%)

Tabela 3: Notas acumuladas para cada grupo.

Levando-se em consideração que a menor nota acumulada é seis, caso o participante tivesse sido classificado com nota um em todas as marcações de ambas as gravações, a média 16 do grupo pós-período crítico é bastante baixa. Se colocarmos as médias em uma escala de 0 a 100, escala que

estamos mais acostumados a interpretar, teremos as seguintes notas de pronúncia para os grupos controle, pré, pc e pós: 97, 53, 47 e 33, respectivamente. Esses números e o gráfico a seguir ajudam a visualizar as diferenças entre os grupos.

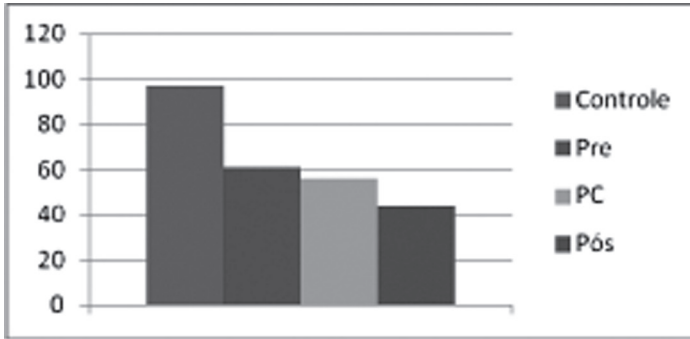


Figura 3: Nota acumulada de pronúncia para cada grupo.

Uma análise de variância (ANOVA) foi conduzida com essas médias acumuladas e indicou que há grande diferença estatística entre os grupos: $F = 861$; $df = 3$; $p = 0,000$. Os testes-*t post-hoc* apontam para uma diferença estatisticamente significativa entre quaisquer grupos de participantes, mais uma vez indicando um declínio nas notas dos grupos de participantes conforme suas idade de início de aquisição aumentam, porém com rupturas maiores entre os falantes nativos e os aprendizes, e depois entre o grupo pós-período crítico e os demais.

	T	df	p
contr-pré	26,5	105	0,000
pré-pc	2,7	340	0,007
pc-pós	6,8	357	0,000

Tabela 4: Resultados dos testes-*t post-hoc* para nota geral de pronúncia.

O próximo gráfico ajuda a visualizar essas quedas mais significativas e também mostra que há indivíduos que fogem do padrão de seu grupo, o que era de se esperar, uma vez que, sendo sistema dinâmico, a aquisição de línguas não opera de modo linear e igualitário.

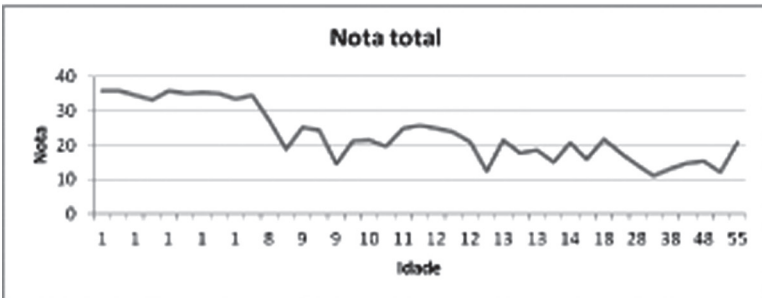


Figura 4: Plotagem das notas acumuladas dos participantes em relação à idade de início de aquisição.

A fim de encontrar esses possíveis aprendizes excepcionais, que tenham um desempenho superior ao da média dos grupos, foram identificados os aprendizes que tiveram marcação máxima em algum critério por algum juiz. No quadro a seguir, a coluna “Intel” mostra quantas vezes esses aprendizes foram marcados com nota máxima no critério *inteligibilidade*. Não há uma coluna para o critério *sotaque* porque não houve um aprendiz sequer que tenha recebido nota máxima nesse critério por nenhum juiz em nenhuma das duas tarefas. A coluna “Nat” mostra quantas vezes um aprendiz foi marcado como “nativo” no quesito *proficiência* por algum juiz. A última coluna contém outras observações positivas no desempenho de aprendizes, e os alunos com melhores desempenhos no julgamento do painel de juízes foram negritados no quadro a seguir.

	Intel	Nat	Outras observações
preH01	2	-	Maior nota acumulada entre os aprendizes.
preH03	3	-	
preH04	6	2	
preH05	2	-	
preM01	5	-	
preM02	3	1	
preM03	3	-	
preM04	1	-	
pcH02	2	-	Nota acumulada maior que a média do grupo pré.
pcH03	2	-	
pcH05	4	-	
pcM02	5	-	
pcM03	2	-	
pcM04	6	1	Segunda maior nota acumulada entre os aprendizes.
pcM05	4	1	Nota acumulada maior que a média do grupo pré.
posH01	2	-	Nota acumulada igual à média do grupo pré.
posH02	1	-	
posH03	1	-	
posH05	1	-	
posM02	2	-	
posM03	1	-	
posM04	1	-	
posM05	3	-	

Quadro 1: Alunos com marcações extraordinárias no julgamento dos juízes.

O aluno que claramente mais se destacou no julgamento do painel de juízes foi o preH04, pois recebeu nota máxima

em inteligibilidade seis vezes, passou por “nativo” duas vezes e obteve a maior nota acumulada entre os aprendizes. Apenas outra participante recebeu marcação máxima em inteligibilidade por seis vezes. Essa mesma aluna obteve a segunda maior nota acumulada, passou por “nativa” uma vez, e, interessante-mente, pertence ao grupo período crítico (pcM04). No grupo pós-período crítico, nenhum participante obteve nota acumulada maior que a média do grupo pré-período crítico, nenhum participante passou por falante nativo, e nenhum participante recebeu marcação máxima em inteligibilidade mais que três vezes. Contudo, os dois participantes que tiveram as maiores notas acumuladas desse grupo, posH01 e posM05, são destaques e representam os dois picos no grupo pós-período crítico do gráfico a seguir. O participante posH01 começou a estudar inglês ao 18 anos de idade, e a participante posM05 aos 55.

Considerações finais

Nos julgamentos de inteligibilidade, grau de sotaque estrangeiro, nível de proficiência e soma dos quesitos, houve correlação negativa entre a qualidade da produção dos participantes e suas idades no início da aquisição. A queda na qualidade foi muito maior entre os falantes nativos e os aprendizes pré-período crítico do que entre os grupos de aprendizes. Foi surpreendente o fato de todos os alunos estarem cursando o último semestre de seus cursos avançados durante a gravação e, mesmo assim, alguns serem classificados em nível de proficiência como iniciantes. Foi surpreendente, também, encontrar alunos que foram julgados como falantes nativos, mesmo que poucas vezes. Isso mostra que, apesar das análises do julgamento dos juízes corroboram a hipótese de uma tendência gradual de dificuldade de aquisição da fonologia com

o aumento da idade de início de aquisição, trata-se apenas de uma tendência e não de uma regra. Por ser um sistema complexo e dinâmico, a aquisição de línguas toma rotas distintas para cada indivíduo e não tem um caminho linear, antes tem progressos e retrocessos conforme o sistema procura se auto-organizar e apresentar o comportamento que emerge das interações de suas partes entre si e com o meio.

Como o processo de aquisição é um sistema dinâmico, ele traz consigo todos os seus elementos, como atratores, repelentes e subsistemas em constante interação entre si e com o ambiente, que são de difícil isolamento em uma pesquisa. Decidir a começar ou ter a oportunidade de começar a estudar uma língua estrangeira quando criança ou quando adulto implica uma série de características sociais, financeiras, culturais, educacionais, cognitivas, psicológicas, fisiológicas, etc., que, em conjunto com a própria idade biológica, são as causadoras das facilidades ou dificuldades que cada aluno tem em adquirir a L2. Este estudo reconhece, portanto, que no “fator idade” aqui analisado estão embutidas várias outras características dos aprendizes, e que podem ser investigadas com metodologias mais qualitativas e holísticas, que vão ao encontro da visão ecossistêmica da língua.

Há, portanto, a necessidade de estudos com foco nas características extralinguísticas de alunos excepcionais, com uma abordagem qualitativa minuciosa, que investigue longitudinalmente, por meio de observações desses alunos em sala de aula e de diversas entrevistas indiretas, suas características, crenças e hábitos que os tornam excepcionais. Estudos que consigam descobrir o que alunos bem sucedidos fazem de diferente dos outros aprendizes têm aplicação pedagógica imediata, auxiliando professores de línguas a ensinarem seus alunos como lidar com a L2 de maneira mais eficiente.

Referências bibliográficas

ALBANO, E. C. **O gesto e suas bordas: esboço de fonologia acústico-articulatória do português brasileiro.** Campinas: Mercado das Letras, 2001.

BIALYSTOK, E.; HAKUTA, K. Confounded age: linguistic and cognitive factors in age differences for second language acquisition. In: In: BIRDSONG, D. (Org) **Second language acquisition and the Critical Period Hypothesis.** Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999. Cap. 7, p. 161-181.

BIRDSONG, D. Introduction: whys and why nots for the Critical Period Hypothesis in second language acquisition. In: BIRDSONG, D. (Org) **Second language acquisition and the Critical Period Hypothesis.** Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999b. Cap. 1, p. 1-22.

BIRDSONG, D. Ultimate attainment in second language acquisition. **Language**, v. 68, p. 706-755, 1992.

BIRDSONG, D. **Second language acquisition and the Critical Period Hypothesis.** Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999a.

BONGAERTS, T. Ultimate attainment in L2 pronunciation: the case of very advanced late L2 learners. In: BIRDSONG, D. (Org.) **Second language acquisition and the Critical Period Hypothesis.** Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999. p. 133-159.

BONGAERTS, T. Introduction: ultimate attainment and the critical period hypothesis for second language acquisition. **IRAL: International Review of Applied Linguistics in Language Teaching**, v. 43, n. 4, p. 259-267, 2005.

BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Tiers in articulatory phonology, with some implications for casual speech. **Haskins Laboratories Status Report on Speech Research**, SR-92, p. 1-30, 1987.

BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Some Notes on Syllable Structure in Articulatory Phonology. **Haskins Laboratories Status Report on Speech Research**, SR-93/94, p. 85-102, 1988.

BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Articulatory gestures as phonological units. **Haskins Laboratories Status Report on Speech Research**,

SR-99/100, p. 69-101, 1989a.

BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Gestural structures and phonological patterns. **Haskins Laboratories Status Report on Speech Research**, SR-97/98, p. 1-23, 1989b.

BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Gestural specification using dynamically-defined articulatory structures. **Haskins Laboratories Status Report on Speech Research**, SR-103/104, p. 95-110, 1990a.

BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Representation and reality: physical systems and phonological structure. **Haskins Laboratories Status Report on Speech Research**, SR-105/106, p. 83-92, 1990b.

BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Articulatory Phonology - an overview. **Haskins Laboratories Status Report on Speech Research**, SR-111/112, p. 23-42, 1992.

BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Dynamics Articulatory Phonology. **Haskins Laboratories Status Report on Speech Research**, SR-113, p. 51-62, 1993.

BYBEE, J. **Phonology and language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BYBEE, J. Phonological evidence for exemplar storage of multiword sequences. **Studies in Second Language Acquisition**, v. 24, p. 215-221, 2002a.

BYBEE, J. Word frequency and context of use in the lexical diffusion of phonetically conditioned sound change. **Language Variation and Change**, v. 14, p. 261-290, 2002b.

BYBEE, J. Usage-based grammar and second language acquisition. In: ROBINSON, P.; ELLIS, N. **Handbook of cognitive linguistics and second language acquisition**. Nova Iorque: Routledge, 2008. p. 216-236.

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CAMERON, L. **Metaphor in educational discourse**. Londres: Continuum, 2003.

CELCE-MURCIA, M.; BRINTON, D. M.; GOODWIN, J. M. **Teaching pronunciation: a reference for teachers of English to speakers of other languages**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1996.

- CRISTÓFARO-SILVA, T. Descartando fonemas: a representação mental da fonologia de uso. In: HORA, D.; COLLISCHONN, G. **Teoria linguística: fonologia e outros temas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. Fonologia probabilística: estudos de caso do português brasileiro. **Lingua(gem)**, v. 2, n. 2, p. 223-248, 2005.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. Modelos multirrepresentacionais em fonologia. In: MARCHEZAN, R. C.; CORTINA, A. (Orgs). **Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito**. Araraquara: Laboratório Editorial da FCL, 2006a. p. 171-185.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. Fonética e fonologia: perspectivas complementares. **Estudos das Língua(gem)**, v. 3, p. 25-40, 2006b.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. O Ensino de Pronúncia na Aula de Língua Estrangeira. In: FONSECA-SILVA, M. C.; PACHECO, V.; LESSA-DE-OLIVEIRA, A. S. C. **Em torno da língua(gem): questões e análises**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.
- CRISTÓFARO-SILVA, T.; GOMES, C. A. Aquisição fonológica na perspectiva multirrepresentacional. **Letras de Hoje**, v. 42, n. 1, p. 179-191, 2007.
- DE BOT, K. Introduction: second language development as a dynamic process. **The Modern Language Journal**, v. 92, n. 2, p. 166-179, 2008.
- DE BOT, K.; LOWIE, W.; VERSPOOR, M. A Dynamic Systems Theory approach to second language acquisition. **Bilingualism: Language and Cognition**, v. 10, n. 1, p. 7-21, 2007
- ELLIS, N. The dynamics of second language emergence: cycles of language use, language change, and language acquisition. **The Modern Language Journal**, v. 92, n. 2, p. 232-249, 2008.
- ELLIS, N.; LARSEN-FREEMAN, D. Constructing a second language: analyses and computational simulations of the emergence of linguistic constructions from usage. **Language Learning**, v. 59, suppl. 1, p. 90-125, 2009.
- FLEGE, J. Age of learning and second language speech. In: BIRDSONG, D. (Org.) **Second language acquisition and the Critical Period Hypothesis**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999. p. 101-131.
- GUIORA, A.; ACTON, W.; ERARD, R.; STRICKLAND, F. The effects of benzodiazepine (Valium) on permeability of language ego boundaries.

Language Learning, v. 30, p. 351-363, 1980.

GUIORA, A.; BEIT-HALLAHMI, B.; BRANNON, R.; DULL, C.; SCOVEL, T. The effects of experimentally induced changes in ego states on pronunciations ability in a second language: an exploratory study. **Comprehensive Psychiatry**, v. 13, p. 421-428, 1972.

HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold, 1994.

JESSNER, U. A DST model of multilingualism and the role of metalinguistic awareness, **The Modern Language Journal**, v. 92, n. 2, p. 270-283, 2008.

KELLY, G. **How to teach pronunciation**. Harlow: Longman, 2000.

LARSEN-FREEMAN, D. Chaos/complexity science and second language acquisition. **Applied Linguistics**, v. 18, n. 2, p. 141-165, 1997.

LARSEN-FREEMAN, D.; CAMERON, L. **Complex systems and applied linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LENNEBERG, E. **Biological foundations of language**. Nova Iorque: John Wiley, 1967.

LOWIE, W. The development of early L2 phonology: a dynamic approach. In: International Symposium on the Acquisition of Second Language Speech New Sounds, 6, 2010, Poznań, Polônia. **New Sounds 2010 Proceedings**, 2010. Disponível em <http://ifa.amu.edu.pl/newsounds/Proceedings_guidelines>

MOYER, A. **Age, accent and experience in second language acquisition**. Nova Iorque: Multilingual Matters, 2004.

PARRINO, A. The politics of pronunciation and the adult learner. In: MOKE, T. (Org) **Adult ESL: politics, pedagogy and participation in classroom and community programs**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1998. p. 171-184.

PENFIELD, W.; ROBERTS, L. **Speech and brain mechanisms**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1959.

PIERREHUMBERT, J. B. What people know about sounds of language. **Studies in the Linguistic Sciences**, v. 29, n. 2, p. 111-120, 1999.

PIERREHUMBERT, J. B. Stochastic phonology. **Glott International**, v. 5, n. 6, p. 195-207, 2001a.

PIERREHUMBERT, J. B. Exemplar dynamics: word frequency, lenition

and contrast. In: BYBEE, J.; HOOPER, P. (Orgs) **Frequency and the emergency of linguistic structure**. Amsterdam: J. Benjamins, 2001b. p. 137-157.

PIERREHUMBERT, J.B. Word-specific phonetics. **Laboratory Phonology VII**, Mouton de Gruyter, Berlin, p. 101-139, 2002.

PIERREHUMBERT, J. B. Phonetic diversity, statistical learning, and acquisition of phonology. **Language and Speech**, v. 46, n. 2-3, p. 115-154, 2003.

SCOVEL, T. **A time to speak**: a psycholinguistic inquiry into the critical period for human speech. Rowly, MA: Newbury House, 1988.

SELINKER, L. Interlanguage. **International Review of Applied Linguistics**, v. 10, n. 3, p. 209-231, 1972.

SILVA, A. H. P. Towards a Dynamic View on L2 Phonological Acquisition. In: International Symposium on the Acquisition of Second Language Speech New Sounds, 5, 2007, Florianópolis, Brasil. RAUBER, A. S.; WATKINS, M. A.; BAPTISTA, B. O. (Orgs.). **New Sounds 2007**: Proceedings of the Fifth International Symposium on the Acquisition of Second Language Speech, 2008. p. 448-458. Disponível em <<http://www.nupffale.ufsc.br/newsounds/proceedings.htm>>

SINGLETON, D.; RYAN, L. **Language acquisition**: the age factor. Clevedon; Tonawanda NY; e Ontario: Multilingual Matters Ltd, 2004.

VERSPoor, M.; DE BOT, K.; LOWIE, W. (Orgs.) **A dynamic approach do second language development**: methods and techniques. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 2011.

VERSPoor, M.; LOWIE, W.; VAN DIJK, M. Variability in second language development from a dynamic systems perspective. **The Modern Language Journal**, v. 92, n. 2, p. 214-231, 2008.

II. LÍNGUAS CRIOULAS E CONTATO DE LÍNGUAS

“Acho que a sua proposta é muito interessante, uma vez que aborda a questão do contato linguístico a partir de um marco teórico sólido, que apresenta conceitos fundamentais (comunidade de fala - comunidade de língua e seus componentes)” (a propósito de um texto sobre o contato português-espanhol em Chuí/Chuy) (**Tatiana Amaral**, Universidad Autónoma de Madri).

“Achei a ecolinguística, que não conhecia, uma conceitualização muito pertinente. O senhor apresenta vários conceitos úteis como o de ecologia do contato de línguas, comunidade de língua e comunidade de fala, que podem dar conta de diversos fenômenos. Não tenho nenhuma crítica a lhe fazer, naturalmente (idem)”

Isabella Mozzillo, Universidade Federal de Pelotas (RS).

CONTACT PORTUGUESE, HILDO DO COUTO, AND *PAPIA*

John Holm
Universidade de Coimbra

0. Introduction

Varieties of Portuguese resulting from contact with other languages have existed for over half a millennium, but the scholarly study of these varieties followed an exceptionally unsteady path until 1990, when Hildo do Couto began editing the journal *Papia*. This article presents an overview of the history of the study of contact varieties of Portuguese (section 1), followed by an analysis of what *Papia* has achieved thus far (section 2), concluding with an appraisal of do Couto's contribution to the field (section 3).

1. A history of the study of restructured Portuguese

1.1 *Early Portuguese pidgins*

Portuguese was the first European language known to be creolized when the Portuguese began settling the Cape Verde Islands and São Tomé after the 1460s and 1480s, respectively.

However, Portuguese also contributed to the pidginized *Lingua Franca* of the Mediterranean, which arose with the crusades. Whinnom (1977:11) points out that “the massive influx of Portuguese captives into Algiers after the disastrous rout of the Portuguese under Sebastian at Alcazarquivir in 1578... resulted in a marked increase of Portuguese words in the vocabulary of the *Lingua Franca* of Algiers”, whence terms like *moro namorada* ‘Arab girlfriend.’

Examples of the pidginized Portuguese of Africans or literary representations modeled on their foreigner’s Portuguese can be found in the *língua de preto* or *falar guineu* in the plays of Gil Vicente and other sixteenth-century Portuguese dramatists, published as early as 1516 (Naro 1978:343). The pidginized varieties of Portuguese spoken along the coasts of Africa and Asia were already forming by this time, leading to the creoles that emerged from them.

1.2 *Portuguese creoles: the seventeenth and eighteenth centuries*

The earliest known written evidence of a Portuguese-based creole comes from what is today Indonesia but was then the Dutch East Indies. Portuguese-creole speaking slaves from India, Ceylon, Malacca and other Asian colonies which the Dutch had seized from the Portuguese were brought to Java to build the new capital, Batavia. In 1692 this apparently koineized variety of Malayo-Portuguese was recorded by Georg Meister, a German working for the Dutch East India Company. His spelling of it reflects his Thuringian dialect of German and a smattering of Latin and French, but no knowledge of European Portuguese. As Hancock (1977:277) noted, “In the few instances where the early forms of modern creoles have been recorded, it appears to have been by speakers of languages lexically unrelated to them.” Such speakers were apparently more willing to deal with the cre-

oles as autonomous systems, and their representation of creole sounds has usually been less obscured by the orthography of the lexical-source language. In 1780 the Dutch published the first grammar and dictionary of Malayo-Portuguese (*Nieuwe Woordenschat...*), which was the earliest such work on any variety of restructured Portuguese (Whinnom 1965:513).

Some of the earliest reports of other varieties of restructured Portuguese came from the British. In his book, *A Voyage to the East Indies in 1747 and 1748*, C. F. Noble gave the first report of a “broken and mixed dialect of English and Portuguese” in China (p. 244, cited by Bauer 1975:96).

1.3 Portuguese creoles: the nineteenth century

The first known documentation of Papiamentu, the creolized Portuguese and Spanish spoken in the Netherlands Antilles, was a letter written in 1776 by a Curaçao Jew to his mistress, published and discussed by Wood (1972); in 1825 a short catechism was published in Papiamentu, beginning the strongest and longest literary tradition of any creole language.

Van Name (1869-70) was the first linguist to compare the structure of Papiamentu with that of Caribbean creoles based on English, French and Dutch, confirming that it was indeed a creole language and not a dialect of Spanish. This insight proved useful to a linguist who followed him, Hugo Schuchardt, whose work from the 1880s to the 1920s made him the father of creole studies, particularly the Portuguese-based creoles. In his very first creole study (Schuchardt 1882, translated 2009), which was also the first article to document the Portuguese-based creole of São Tomé, he observes that Van Name had “...overlooked the fact that Curaçaoan has many Portuguese elements” (ibid., 2009:153), beginning the unearthing of Papiamentu’s complicated identity. Schuchardt’s pri-

mary focus was on creoles based on Portuguese, and he went on to write articles describing the creoles of Annobón, Senegal, Cape Verde, Príncipe, as well as Indo-Portuguese and Malayo-Portuguese. However, he also wrote detailed descriptions of the Lingua Franca and creoles based on Spanish, French, English and Dutch.

Between 1882 and 1885 Schuchardt wrote to over 340 colonial administrators and other educated people living in areas he considered likely to have pidgin or creole languages. The responses he received allowed him to chart, however roughly, the geographical distribution of the major restructured varieties of European languages. Among his correspondents was the Portuguese philologist Adolpho Coelho, who wrote a series of articles between 1880 and 1886 on overseas varieties of Portuguese and Portuguese-based creoles. Their collaboration was wonderfully productive and led to the publication of the first descriptions of a number of Portuguese-based creoles. The recent work of Sousa (2007, forthcoming) reveals that some of their contacts were Portuguese in the sense that they lived in Portugal's empire but were in fact native speakers of the creoles they described. These *filhos da terra* or 'sons of the soil' include António de Paula Brito (1887), who wrote the first grammar of Capeverdean in Capeverdean; Marcellino Márques de Barros, who wrote one of the earliest descriptions of Guiné-Bissau Creole Portuguese (1897-1907), and. Sebastião Dalgado, who wrote the first of a number of descriptions of Indo-Portuguese in 1900.

1.4 Portuguese contact varieties: the twentieth century

At this time Portuguese-based creoles were viewed as dialects of the Portuguese language rather than as separate linguistic systems or languages, a perspective clear in the

work of Leite de Vasconcellos (1901), the father of Portuguese dialectology. The problem is that restructuring is a graded phenomenon and the dialectologist's approach becomes increasingly inappropriate with creoles whose structures are so distant from those of Portuguese (e.g. Angolar) that modern linguists must treat them as distinct languages. It is easier to argue for the dialectal status of semi-creoles or partially restructured varieties such as some nonstandard sociolects of Brazilian Portuguese. Coelho recognized that these show "a tendency towards creolization" (1880-86 [1967]: 170) and later the Brazilian linguist Silva Neto called them "semi-crioulo" varieties of Portuguese (1950:131). However, not recognizing the external influence from other languages on such sociolects leaves the structures which they do not share with European Portuguese inexplicable.

Of course politics can also play a role. The view that all Portuguese-based creoles are dialects of Portuguese survived in Portugal itself until quite recently, having been supported by the fascist government of Antônio Oliveira Salazar from 1928 to 1970 as ideological support for the basic unity of the Portuguese language throughout the Portuguese colonial empire, whose disintegration in 1975 Salazar had sought to prevent. After the blossoming of creole studies in Portugal from 1880 to 1920 (Kihm and d'Andrade [1992:192], Sousa [2012:344, forthcoming]), there was a distinctly barren period with few Portuguese working in the field—with some notable exceptions such as Graciete Nogueira Batalha, Jorge Morais Barbosa and Maria Isabel Tomás. Thus few Portuguese-speaking linguists participated in the rapid growth of creole studies that began in the 1960s in the Caribbean area, the United States and northern Europe. Until the 1990s, most of the research on the Portuguese-based creoles was carried out by a limited number of non-Portuguese linguists

such as Alain Kihm, who wryly observed that “les absents ont tort” (1980:3). However, in June, 1991 Kihm and Ernesto d’Andrade organized the first colloquium on the Portuguese-based creoles to be held in Portugal at the University of Lisbon (d’Andrade and Kihm, eds. 1992). Among the participants was Hildo Honório do Couto, representing the growing interest in this area of linguistic research in Brazil. After Tarallo and Alkmim’s book introducing the discipline (1987), do Couto published the first issue of *Papia: Revista de Crioulos de Base Ibérica* in 1990 and his *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins* in 1996. Meanwhile learned associations such as the Society for Caribbean Linguistics (founded in 1972), the Comité International des Études Créoles (1976) and the Society for Pidgin and Creole Linguistics (1989) were joined by the Associação: Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola (2001) and the Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares or ABECS (2002), each with its respective journal (*Papia*’s subtitle becoming *Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* with the 2003 issue). ABECS generally meets in Brazil and ACBLPE in Portugal or other European countries to avoid excessive travel expenses, especially for graduate students; however, they had joint meetings in Paris in 2010 and in São Paulo in 2012, many members belong to both societies, and their relationship is more one of brothers than rivals.

2. *Papia*

Hildo Honório do Couto has had a very positive influence on the growth and development of the scholarly study of the Portuguese-based creoles. This section is devoted to an informal survey of what he has accomplished just by

editing 20 issues of *Papia* from 1990 to 2010 and serving as the main force in the founding of ABECS. This survey is quantitative but informal in the sense that it is not written by a statistician and is intended only to give a general impression of how much *Papia* has enriched the linguistic literature on a number of contact languages based on Portuguese and Spanish. To this end this study presents the total number of articles (as well as shorter notes, reviews, etc.--although for the sake of simplicity these will also be referred to as “articles” below) that were published up to and including 2012 on various topics:

Topics of articles published in *Papia*, 1990-2012

General and miscellaneous.....	98
Guiné-Bissau CP	34
Capeverdean CP	30
São Tomé CP	3
Angolar CP	2
Tonga Portuguese	3
Príncipe CP.....	2
Annobón CP or Fa d'Ambu.....	2
Angolan Vernacular Portuguese.....	3
Mozambican Vernacular Portuguese.....	2
Brazilian Vernacular Portuguese.....	40
East Timor Portuguese.....	1
Non-standard Caribbean Spanish.....	9
Indo-Portuguese of India.....	3
Indo-Portuguese of Sri Lanka.....	1
Malacca CP	6
Macau CP.....	3
Papiamentu.....	8
Habla Bozal.....	2

Palenquero.....	6
Chabacano.....	9
Língua Geral.....	7
Lingua Franca.....	3
Língua de Preto.....	1
Total.....	276

There could now be a long defense of the choices made in selecting appropriate categories for this survey, but since this study is admittedly informal, the explanations below will be kept to a minimum. First (and most obviously), an editor can only publish articles on the topics that contributors are willing to offer. Secondly, the “general and miscellaneous” category, which includes everything from comparative studies to articles on non-Iberian based creoles, is much too broad and is clearly a category of the Labovian wastepaper-basket variety. The next three largest categories are Guiné-Bissau CP (the editor’s main research area), Capeverdean CP (which has always been the best-documented variety of creole Portuguese—and the one with the most support to become standardized for writing), and Brazilian Vernacular Portuguese (in the broadest sense, a topic of unsurprising interest in Brazil). The next three are Non-standard Caribbean Spanish (a variety being researched in several countries), Chabacano (covered in a special issue of *Papia*) and Papiamentu (whose speakers’ love for their language may have been inherited from their Capeverdean ancestors [Jacobs 2012]). Most of the remaining categories have several articles each, probably reflecting the editor’s efforts to cover them evenly.

3. Hildo Honório do Couto's contribution to contact linguistics

This is not the place to praise do Couto's excellent books, which are discussed in another part of this festschrift and alone are surely enough to distinguish him as an important figure in the field of contact linguistics. The point of this article is to make clear how much he advanced the scholarly study of contact languages in general and the study of contact varieties of Portuguese in particular through his founding of *Papia* and ABECS. Simply reading section two above and comparing it with Sandra Madeira's forthcoming *Bibliography of Restructured Portuguese in Africa* will make it abundantly clear how much do Couto has enriched and energized his field of study. Hildo Honório do Couto is without a doubt the father of contact linguistics studies in Brazil, and like all good fathers he has taken care to secure the future of what he created.

References

- BARROS, M[arcellino Márques de]. 1897-1907. O Guinéense. *Revista Lusitana*. 5:174-181, 271-300 (1897/99); 6:300-317 (1901); 7:81-96, 166-188, 268-282 (1902); 10:306-310 (1907).
- BAUER, A. 1975. *Das Kanton-Englisch: ein Pidginidiom als Beispiel für ein soziolinguistisches Kulturkontaktphänomen*. Bern:Lang.
- BRITO, António de Paula. 1887. Dialectos crioulos-portugueses. Apontamentos para a gramática do crioulo que se fala na ilha de Santiago de Cabo Verde' [with introduction]. Republished in Jorge Morais Barbosa, ed. 1967, pp. i-xx, 329-404. Translated from the Portuguese and Capeverdean by Dominika Swolkien, Susana Gonçalves and John Holm as "Creole Portuguese Dialects: Notes for

the grammar of the Creole spoken on the island of Santiago, Cape Verde”. In J. Holm and S. Michaelis, eds. *Contact Languages: Critical Concepts in Linguistics*. 5 volumes. London, New York: Routledge. vol. 1, pp. 110-130.

COELHO, F. Adolpho. 1880-1886. Os dialectos românicos ou neolatinos na Africa, Asia, e América. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*. Reprinted in J. Morais-Barbosa, ed. 1967.

COUTO, Hildo Honório do. 1996. *Introdução ao estudo das línguas criouloas e pidgins*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

DALGADO, Sebasião Rodolpho. 1900. Dialecto indo-português de Goa. *Revista Lusitana*. 6:63-84.

D'ANDRADE, Ernesto and Alain Kihm, eds. 1992. *Actas do Colóquio sobre Crioulos de base lexical portuguesa*. Lisbon: Edições Colibri.

HANCOCK, Ian F. 1977. Recovering pidgin genesis: approaches and problems. In Albert Valdman, ed. *Pidgin and Creole Linguistics*. Bloomington: Indiana University Press, pp. 277-294.

HOLM, John and Susanne Michaelis, eds. *Contact Languages: Critical Concepts in Linguistics*. 5 vol., London, New York: Routledge.

JACOBS, Bart. 2012. *Origins of a creole: the history of Papiamentu and its African ties*. Boston, Berlin: De Gruyter Mouton.

KIHM, Alain. 1980. *Aspects d'une syntaxe historique: études sur le créole portugais de Guiné-Bissau*. Thèse de doctorat de 3e cycle. Université de Paris III, Sorbonne Nouvelle.

KIHM, Alain and Ernesto d'Andrade. 1992. Porquê de um colóquio sobre “Crioulos de base lexical portuguesa”? In E. d'Andrade and A. Kihm, eds. pp. 191-200.

MADEIRA, Sandra. forthcoming. *A Bibliography of Restructured Portuguese in Africa.Papia*.

MORAIS-BARBOSA, Jorge, ed., 1967. *Estudos linguísticos Crioulos*. Lisboa: Academia Internacional de Cultura Portuguesa.

NARO, Anthony J. 1978. A study on the origins of pidginization. *Language* 54:2, pp. 314-349.

NIEUWE WOORDENSCHAT, *uyt het Nederduitsch in het gemeene*

Malaisch en Portugeesch, zeer gemakkelyk voor die eerst op Batavia komen. 1780. Te Batavia, By Lodewyk Dominicus, Stads-Drukker, op de Tygers-Gragt, aan de West-Zyde.

SCHUCHARDT, Hugo. 1882. Ueber das Negerportugiesische von S. Thomé (Westafrika). *Sitzungsberichte der kaiserlichen Akademie der Wissenschaften zu Wien* 101(2): 889-917. [Translated 2009 by T. Hagemeyer and J. Holm as On the Creole Portuguese of São Tomé (West Africa) in J. Holm and S. Michaelis, eds., vol. 1, pp. 131-156].

SILVA NETO, Serafim da. 1950. (2nd ed. 1963). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.

SOUSA, Sílvio Moreira de. 2007. *A teoria crioula de Adolfo Coelho segundo a correspondência com Hugo Schuchardt e Leite de Vasconcellos.* Master's thesis, University of Vienna.

_____. 2012. O papel das bibliografias na história da Crioulística. *Papia* 22:2, pp. 335-354.

_____. forthcoming. *A influência de Schuchardt na primeira geração de luso-crioulistas: "A ciência alemã e a ignorância portuguesa."* Doctoral dissertation, University of Oporto.

TARALLO, Fernando and Tania Alkmim. 1987. *Falares Crioulos: línguas em contato.* São Paulo: Editora Ática.

VAN NAME, Addison. 1869-70. Contributions to creole grammar. *Transactions of the American Philological Association* 1:123-167.

VASCONCELLOS, José Leite de. 1901. *Esquisse d'une dialectologie portugaise.* (Thèse pour le doctorat de l'Université de Paris). Paris, Lisbon: Aillaud.

WHINNOM, Keith. 1965. Contacts de langues et emprunts lexicaux: the origins of the European-based creoles and pidgins. *Orbis* 14:509-527.

_____. 1977. The context and origins of Lingua Franca. In J. M. Meisel, ed. *Languages in contact: pidgins – creoles: languages in contact.* Tübingen: Gunter Narr, pp. 3-18.

WOOD, R. E. 1972. New light on the origins of Papiamentu: an eighteenth-century letter. *Neophilologus* 56:18-30.

MARINHEIRISMOS NO CRIOULO DA ILHA DE SANTIAGO (CABO VERDE)

Jürgen Lang
(Erlangen, Alemanha)

1. Introdução

Como muitas outras sociedades surgidas na época colonial, a de Santiago tem uma origem marítima: os antepassados dos caboverdianos de hoje, tanto europeus como africanos, chegaram à ilha por via marítima. Os colonos da ilha, europeus e desde a segunda geração também mulatos, geralmente ao mesmo tempo latifundiários, armadores, e comerciantes, continuaram durante cerca de 150 anos a passar parte da sua vida a bordo de navios, viajando entre as ilhas e o continente africano. Há palavras crioulas cuja etimologia e história só se abre com quem tenha em conta tal facto. Nomeadamente, os ‘marinheirismos’ do crioulo de Santiago podem-nos fornecer informações sobre aspectos do período inicial da história caboverdiana que dificilmente obteríamos por outra via. É a veracidade destas afirmações que pretendemos demonstrar nas páginas seguintes.

Há marinheirismo, quando uma palavra que designa uma realidade que pertence ao âmbito do mar ou da navegação passa a designar uma realidade que já não está rela-

cionada com o mar. Quando tais empregos se tornam usuais, os lexicógrafos registam-nos nos seus dicionários. Como os lexicógrafos, ocupar-nos-emos apenas de marinheirismos que se tornaram usuais. No presente artigo, consideraremos marinheirismos não apenas aquelas palavras que, sendo correntemente usadas em sentido figurado (frequentemente metafórico ou metonímico) não marítimo, continuam a ser usadas também no sentido marítimo inicial, mas ainda aqueles onde este uso primitivo se perdeu. De acordo com esta definição, exemplos de marinheirismos são tanto o verbo português (pg.) *arribar*, que além de ‘chegar a um lugar, mesmo que seja por terra e sem subir’ significa ainda hoje ‘dirigir-se ou chegar a embarcação ao porto’ (cf. Michaelis 1998: s.v. *arribar*), como o verbo fr. *arriver*, que apenas tem o significado ‘chegar’. Ambos os verbos provêm do verbo *ARRĪPĀRE do latim vulgar que significava ‘chegar à margem do rio ou ao litoral’ e tinha sido formado a partir de um complemento preposicional AD RĪPAM (PERVENĪRE). Neste sentido, o termo ‘marinheirismo’ pertence à linguística histórica e muitas palavras revelar-se-ão marinheirismos apenas aos olhos dos etimólogos.

Não é de estranhar que marinheirismos surjam preferentemente em línguas faladas em sociedades onde a navegação desempenha um papel importante (Inglaterra, Portugal etc.). Em regra geral, produzem ainda mais marinheirismos as populações de colónias ultramarinas, onde só se chega por via marítima. Tal foi o caso das HISPANIAE e da GALLIA TRANSALPINA no século II a.C. e o das colónias ultramarinas europeias na época dos descobrimentos, onde se incluem as colónias que deram origem a crioulos.

Aliás, a criouliização é, ela mesma, um processo susceptível de produzir marinheirismos. Os europeus que fundaram as colónias tinham chegado por mar (e, no caso

de Santiago, os moradores da ilha continuaram por muito tempo a navegar entre as ilhas e o continente africano). Os escravos, também trazidos por via marítima, viram-se obrigados a adquirir conhecimentos aproximativos da língua dos europeus. Palavras da língua europeia relacionadas com a vida no mar puderam assim dar origem a palavras crioulas, e marinheirismos da língua europeia puderam dar origem a marinheirismos crioulos. Em determinadas circunstâncias, porém, podia acontecer que os ‘crioulizadores’ atribuissem erroneamente a uma palavra europeia de significado marítimo outro significado independente do mar ou da navegação.

2. Classificação

Em relação aos marinheirismos do crioulo caboverdiano de Santiago (cs.) distinguimos dois casos: o primeiro, onde o uso não marítimo que caracteriza a palavra crioula se documenta também na palavra portuguesa correspondente (classe A), e o segundo, onde tal não acontece (classe B). Classe A abrange os marinheirismos crioulos presumivelmente herdados do português, classe B os marinheirismos presumivelmente de criação crioula. Em ambos os casos impõe-se fazer uma distinção ulterior: o significado primitivo marítimo da palavra se documenta em ambas as línguas (subclasses α) ou se documenta apenas no português (subclasses β). Em resumo, podemos obter as subclasses apresentadas na tabela seguinte:

		Significado marítimo	Significado não marítimo
A.	Marinheirismos crioulos presumivelmente herdados do português:		
A.α	pg.	+	+
	cs.	+	+
A.β	pg.	+	+
	cs.		+
B.	Marinheirismos crioulos presumivelmente de criação crioula:		
B.α	pg.	+	
	cs.	+	+
B.β	pg.	+	
	cs.		+

QUADRO 1: marinheirismos no crioulo de Santiago

Na secção 3 apresentaremos exemplos para as quatro categorias e na secção 4 deter-nos-emos com a interpretação dos casos da categoria B.β por serem de especial interesse. De facto, os exemplos desta categoria colocam-nos ante o problema de saber se o significado marítimo do étimo português sobreviveu algum tempo em crioulo e se perdeu posteriormente, depois de haver dado origem a um emprego figurado, ou se o significado não marítimo resultou imediatamente de um malentendido comunicativo, no qual os escravos crioulizadores atribuíram um sentido não marítimo a um significante português com significado marítimo.

No primeiro caso, tratar-se-ia de uma simples mudança semântica como ocorre na história de qualquer língua, no segundo caso teríamos de concluir que o marinheirismo crioulo nasceu por crioulização.

3. Exemplos classificados

3.1 Marinheirismos presumivelmente herdados do português. O significado marítimo documentase em ambas as línguas (A.α)

Tanto em português como em crioulo santiaguense existe um substantivo **maré**. Em relação ao mar, significa em ambas as línguas ‘fluxo e refluxo periódico das águas do mar que, duas vezes por dia, se elevam e se abaixam, alternativamente’ (Michaelis 1998: s.v. maré). Usa-se ainda em ambas as línguas em sentidos figurados que nas duas línguas não são idênticos. Em português, maré pode equivaler, tanto no português europeu como no brasileiro, ‘ensejo, ocasião, oportunidade’ (cf. Bluteau 1716:

s.v. maré, Silva 1954: s.v. maré, Michaelis 1998: s.v. maré); em crioulo santiaguense, quando não se refere ao mar, maré significa simplesmente ‘momento, altura’:

(1) Pálu pripára si kabálu y, na maré di dispidi, si pai purguntal: ... ‘O Paulo preparou o seu cavalo e, na altura de despedir-se, o seu pai perguntou-lhe: ...’
(Brüser et al. 2002: s.v. maré)

A diferença semântica manifesta-se ainda nas locuções das respectivas línguas que contêm o substantivo maré.¹² Consideramos, não obstante, que estes sentidos figurados constituem apenas diferentes acentuações de um significado figurado básico ‘momento (propício)’ comum a ambas as línguas e que o crioulo pode ter herdado do português.

12 Cf. pg. estar ou não de maré ‘estar bem ou mal disposto’ (Michaelis 1998: s.v. maré)

vs. cs. *dentul maré* di ‘quase no momento em que, pouco tempo antes de’, na *maré di/ki* ‘no momento de, na altura de, quando’ (Brüser et al. 2002: s.v. *maré*).

O caso de pg. **pirata** e cs. **piráta** é semelhante. Apesar de os dicionários do crioulo santiaguense não registarem o uso da palavra para designar o ‘ladrão do mar’, pudemos comprovar a sua existência em conversações com falantes nativos. No entanto, o emprego da palavra com o sentido mais amplo de ‘ladrão’ (cf. Michaelis 1998: s.v. *pirata*) parece ter-se tornado mais usual em ambas as línguas. O crioulo pode tê-lo herdado do português embora ainda não esteja registado no dicionário de Bluteau que data dos anos 1712 a 1778. Em crioulo santiaguense, por sua vez, *piráta* costuma ser um carterista adolescente:

(2) *Guárda kartera dretu pamô sta un grupu di piráta ta sigiu!* ‘Guarde bem a carteira, porque há um grupo de piratas que o segue.’ (Brüser et al. 2002: s.v. *piráta*)

O substantivo português **ressaca** ‘fluxo e refluxo das ondas, fenómeno produzido pelo refluxo das ondas, no mar, sob o nível médio das águas’ usa-se também no sentido de ‘cansaço, enfado após uma noite passada em claro’ ou, na linguagem popular, de ‘malestar no dia seguinte ao de uma bebedeira’ (cf. Michaelis 1998: s.v. *ressaca*). Os dicionários do crioulo santiaguense de Brüser et al. (2002) e Quint (1999) só indicam este último significado metafórico:

(3) *Pálu tene rasáka, pur isu k’è meste un kafé fórti, ku un káldu d’óbu.* ‘O Paulo tem ressaca, por isso precisa de um café forte e de um caldo de ovos.’ (Brüser et al. 2002: s.v. *rasáka*)

Pudemos, porém, comprovar em conversas com falantes nativos que a palavra crioula se usa também no seu significado marítimo primitivo.

3.2 Marinheirismos presumivelmente herdados do português. O crioulo desconhece o significado marítimo (A.β)

No Dicionário da linguagem de marinha de Leitão/Lopes (1974) encontramos dois artigos para o substantivo **ancoreta**: 1. ‘Nome que davam a uma âncora pequena cujo peso regulava por metade do que tinha a âncora normalmente usada pelo navio’ e 2. ‘Pequeno barril, de forma achatada, que anda no fundo das embarcações miúdas, com água para as suas guarnições’. Definições semelhantes à primeira das que acabamos de referir encontram-se ainda nos artigos ancorote e ancorote deste dicionário. Em 1712, Bluteau só regista ancorote e, deste termo, remete para âncora.

Silva (1949) regista o segundo significado do Dicionário da linguagem de marinha para ancorote e ancorote. Não encontramos nenhuma explicação da passagem do primeiro ao segundo significado. Quanto ao segundo, parece claro que é a função marítima do barril que explica a sua forma. Talvez se usassem antigamente pequenos barris destes inclusive em navios maiores, visto que:

The staggering of the barrels in each layer did [...] leave smaller volumes to be filled up with smaller casks, unless the space was to be wasted. (Barker 1994: 372)

Michaelis (1998) descreve o ancorote e a ancorote como ‘âncoras pequenas’ e o ancorote como sendo um ‘pequeno barril, próprio para o transporte de água, vinho etc.’ Falta pois, neste dicionário, qualquer referência ao âmbito marítimo em

relação ao barril. O significado que encontramos em Michaelis para ancorote é o único que regista o dicionário de Brüser et al. (2002) para cs. **ankréti** (cf. ainda Rougé 2004: s.v. ancorote: "... à Santiago ankreti ~ankoreti un baril pour transporter de l'alcool"). A forma deste ankréti continua a ser a indicada por Leitão/ Lopes (1974) no seu Dicionário da linguagem de marinha (cf. Brüser et al. 2002: s.v. ankréti, e ilustração p. 56). A julgar pelo exemplo (4), alegado por Brüser et al. (2002), usam-se ou usavam-se em Santiago dois barris deste tipo para transportar líquidos a lombo de burros de carga:

- (4) Kel buru la dja kánsa ku kel 2 ankréti la.
 'Aquele burro já se cansou com aqueles dois ancorotes.'
 (Brüser et al. 2002: s.v. ankréti)

O verbo pg. **marinhar** não é listado no dicionário de Bluteau de 17121778. Segundo o dicionário de Silva (1957) significa, por um lado, 'prover, guarnecer de pessoal náutico', e por outro lado, 'ser bom marinheiro'. Silva regista ainda empregos como 'trepas, subir ao alto'. Nos numerosos exemplos literários que dá, documenta-se apenas este uso, sem qualquer referência ao âmbito dos marinheiros. Michaelis (1998; cf. s.v. **marinhar**) também conhece este emprego e apresenta o seguinte exemplo: O garoto marinhou à sacada. Quando referido à navegação, o verbo significaria segundo Michaelis 'dirigir, manobrar, governar navios'. Para o descendente do pg. **marinhar** em crioulo santiaguense, cs. **marinha**, só encontramos exemplos com o significado 'subir, trepar como marinheiro':

- (5) Milão pega na kel lansol el marinha riba, ...
 'Milão pegou neste lençol e trepou.' (Lima 2005: 28).

Pg. **vogar** significa antes de mais '(fazer) navegar (a remos), derivar nas águas', mas também metafóricamente 'estar

em uso, estar na moda': Vogam cabeleiras ondulados [sic] e chapéus esquisitos nas senhoras modernas (cf. Silva 1958: s.v. vogar) ou 'divulgar-se, ter curso': Vogam auspiciosas notícias (cf. Michaelis 1998: s.v. vogar). Já em 1721, Bluteau apresentou vogar como sinónimo de valer (Pòr os antigos sinaes, que não say se vogão agora). Cs. **voga** só tem o significado 'estar na moda/em voga, usar-se':

(6) Kel tipu di sapátu li ka sa ta voga más, na ánus 50 e stába na móda. 'Este tipo de sapato já não está em voga, nos anos 50 estava na moda.' (Brüser et al. 2002: s.v. voga).

Os usos metafóricos de pg. voga, vogar poderiam ser galicismos (cf. fr. être en vogue).

3.3 Marinheirismos de criação presumivelmente crioula. Ambas as línguas conhecem o significado marítimo (B.α)

Cs. **staleru** vem do pg. **estaleiro**. O significado 'lugar onde se constroem ou consertam os navios' (Michaelis 1998: s.v. estaleiro) existe em ambas as línguas. Mas as duas usam a palavra também em contextos não marítimos. Em português pode ser usado, por exemplo, para referir a uma 'espécie de pedestal, [...] em que os escultores assentam as pedras para deles fazer qualquer obra' (Michaelis 1998: s.v. estaleiro; cf. também Silva 1952; s.v. estaleiro). A transferência semântica pode justificar-se facilmente: este pedestal é também um cavalete onde se coloca um objecto em construção. Resulta muito mais difícil explicar o emprego da palavra crioula para designar um 'estábulo', que se observa no seguinte exemplo:

(7) Es trabesa muru, es sai di palásiu, es bai dretinhu pa staleru di Nha Bédja, es robal otu kabálu, ... ‘Atravessaram o muro, saíram do palácio, foram direito ao estábulo de Nha Bédja e roubaram-lhe outro cavalo, ...’
(Brüser et al. 2002: s.v. staleru)

Uma vez que o étimo português não admite tal emprego, temos de incluir cs. *staleru* ‘estábulo’ na classe B.α. Porém, não voltaremos a falar de cs. *staleru* ‘estábulo’ por considerar que o seu significado pode ser o resultado duma etimologia popular que relacionou a palavra com o pg *estábulo* e/ou o inglês *stable*.

Em cs. **nbárka**, do pg. **embarcar**, temos porém um exemplo prototípico da categoria B.α: usados em ambiente marítimo, ambos os verbos significam ‘pôr dentro de uma embarcação, entrar a bordo de uma embarcação’. No entanto, ambos possuem usos figurados nas respectivas línguas que se diferenciam. Já em Bluteau 1713 (s.v. *embarcar*) encontramos, por exemplo, a metáfora, *embarcar-se em algum negócio*. O crioulo santiagoense, por sua vez, generalizou um uso metonímico da palavra, ausente do português, uma vez que no crioulo de Santiago, *nbárka* significa também ‘emigrar’:

(8) Nunka N pensába na nbárka pa N vive lonji di nha família. ‘Nunca se me ocorreu emigrar para viver longe da minha família.’ (Brüser et al. 2002: s.v. *nbárka*)

3.4 Marinheirismos de criação presumivelmente crioula. O crioulo desconhece o significado marítimo (B.β)

Pg. *estiva*, **estivar** vêm do italiano *stiva*, *stivare*. O substantivo italiano designa o espaço no fundo de um navio destinado a receber a carga, ou seja, o porão. Pg. *estiva* designa mais concretamente a ‘primeira porção de carga, ge-

ralmente a mais pesada, que se põe no navio'. Em boa lógica, o verbo pg. *estivar* significa 'pôr essa carga' (cf. Michaelis 1998: s.v. *estiva*, *estivar*). Este significado marinho não parece sobreviver no verbo **stiba** do crioulo santiagoense. A afirmação "À Santiago stiba [significa] 'arrimer', 'remplir à ras bord'" de Rougé (2004: s.v. *estivar*) torna-se ambígua, já que o fr. *arrimer* tem empregos marinhos e não marinhos, e os dois dicionários do crioulo santiagoense (Quint 1999, Brüser et al. 2002) não registam nenhum emprego marinho para cs. *stiba*. Em crioulo de Santiago, este verbo, curiosamente, torna a significar mais ou menos o mesmo que o étimo do ital. *stivare*, lat. *STĪPĀRE*, isto é, 'encher demasiado, abarrotar, meter à força, comprimir(se), compactar, ficar comprimido/compactado', significado que não existe no português.¹³ Compare-se o exemplo seguinte¹³:

(9) Bidon, óras ki e ben di Mérka, es ta stival ben stibádu, e ta ben xeiu di ropa ku kumida di tudu tipu. 'Os bidões [de 200 litros, J.L.], quando vêm dos Estados Unidos, enchem-nos bem enchidos, vêm cheios de roupa e de comida de todo o tipo.' (Brüser et al. 2002: s.v. *stiva*)

O substantivo pg. **xareta** designa uma 'rede para impedir a abordagem de um navio' ou simplesmente uma 'rede para pescar' (cf. Silva 1958: s.v. *xareta*, Michaelis 1998: s.v. *xareta*). Os dois dicionários do crioulo santiagoense só registam o adjetivo **xaréta** com o significado de 'bonito, elegante, chique':

(10) Oxi N odja nos nóbu bizinhu, fórti rapás xaréta!
'Hoje vi o nosso novo vizinho. Que rapaz mais elegante!
(Brüser et al. 2002; Quint 1999: s.v. *xaréta*)

13 Cf. também Quint (1999).

A metáfora que deu origem a este novo significado parece ser a mesma que encontramos nos empregos metafóricos do fr. *draguer* ‘pescar com rede de arrasto, galantear’, *dragueur* ‘barco de pesca de arrasto, galanteador’.

O verbo **kalafati** [kələ’fəti], var. **kalafatxi** [kələ’fəci], do crioulo santiaguense, provêm certamente do substantivo pg. **calafate** que significa ‘operário que veda com estopa alcatroada as fendas ou juntas de uma embarcação’ (cf. Michaelis 1998: s.v. *calafate* e *calafetar*). O verbo pg. *calafet(e)ar*, que designa a actividade correspondente, parece que deriva, através do árabe *qalfāta* de um lat. vulg. *CALEFATARE, intensivo de *CALEFARE, que teria substituído o verbo clássico CALEFACĒRE. A evolução semântica ‘aquecer’ > ‘calafetar’, explicar-se-ia pelo facto de ‘aquecer’ o pez fazer parte do trabalho de *calafate* (cf. Corominas/ Pascual 1984/1992: s.v. *calafetar*). Contudo, ao contrário do verbo cs. *kalafáta*, que designa efectivamente a actividade do *calafate* e que provém directamente do pg. ant. *calafatar*, a palavra cs. *kalafat(x)i* parece ter hoje apenas significados bastante divergentes da actividade do *calafate*. Significa, por um lado, ‘amarrotar’, e por outro lado ‘remexer, desarrumar’:

(11) *Kenha ki dja kába kalafati nha ropa?* ‘Quem amarrou a minha roupa?’

(12) *Kusê bu s’ta djobe kiu sa ta kába kalafati dentu kása?* ‘O que é que você está a procurar e o que o faz desarrumar a casa?’ (Brüser et al. 2002: s.v. *kalafati*)

Não conseguimos documentar nenhum destes significados para os antecedentes portugueses, não podemos por isso esclarecer a ponte semântica que poderia ter levado do significado marítimo do substantivo pg. *calafate* aos significados não-marítimos do verbo crioulo *kalafat(x)i*.

O verbo cs. **nobega** provém sem dúvida do verbo pg. **navegar**, cujo significado primário é ‘viajar pelo mar ou pelos grandes

rios' (Michaelis 1998: s.v. navegar). Os dicionários do português registam ainda outros significados, marinhos ou não, para navegar, mas estes não coincidem com os do verbo crioulo nobega (a não confundir com o verbo cs. navega, sinónimo do pg. navegar). Cs. nobega rege normalmente um complemento introduzido pela preposição ku 'com'. Acompanhado de um complemento com um objecto material, nobega traduz-se por 'usar (esta coisa)', quando acompanhado de um complemento que remete a uma pessoa nobega significa 'manter uma relação de amizade (com a pessoa em questão)'. Vejamos dois exemplos tirados do dicionário de Brüser et al. (2002: s.v. nobega) que ilustram estes significados. Temos, por um lado, com um complemento a designar uma coisa, e por outro lado, um complemento a designar uma pessoa:

(13) Óra ki bu kába nobega ku panéla labal, dipos bu nborkal. 'Quando terminar de usar a panela, lave-a e depois emborque-a.'

(14) Si bu kre pa algen nobega ku bo, bu ten ki prende tráta algen ku más ruspetu. 'Se quiser que alguém mantenha relações amistosas consigo, tem que aprender a tratar as pessoas com mais respeito.'

(Brüser et al. 2002: s.v. nobega)

Sem complemento introduzido por ku, nobega corresponde aproximadamente a 'viver o dia a dia, desenrascar-se':

(15) IAsin ki és bira ta kotal modi ki és vive, modi ki és novega [sic] ti ó'ki és ben txiga na Tóri da Lua, ... 'De modo que começaram a contar-lhe como viveram, como se desenrascaram até finalmente chegarem à Torre de Lua...'

(Lima 2005: 150)

O crioulo santiaguense tem ainda um substantivo nobégu que significa 'trabalho doméstico' e 'amizade' (cf. Brüser et al. 2002: s.v. nobégu), derivado do verbo cs. nobega.

Na linguagem dos marinheiros portugueses existia (e existe ainda hoje) um verbo **noroestear**, usado, segundo o Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual de Humberto Leitão e José Vicente Lopes (1974), em relação à agulha de marear (‘desviar a agulha o seu Norte para Oeste’) e ao rumo que o navio devia seguir (‘navegar para Noroeste’). O verbo consta com o primeiro destes dois significados em Bluteau (1716: s.v. *noroestear*) e com ambos em Silva (1954: s.v. *noroestear*). Em flagrante contraste com estes significados, o verbo **norostia** do crioulo santiagoense, que sem dúvida descende directamente deste verbo português, significa ‘demorar-se, perder/desperdiçar tempo’:

(16) Ka bu norostia pa nu ka txiga tárdi! ‘Não perca tempo, para que não cheguemos tarde!’

(17) Bu sa ta norostia dimás, otokáru ta pasánu.

‘Você demora demasiado, perderemos o autocarro.’ (Brüser et al. 2002: s.v. *norostia*)

Pertence também à categoria B.β o substantivo **káu**, com a variante **kábu**, o marinheirismo mais frequente do crioulo santiagoense. A pesar de provir claramente do pg. **cabó**, não refere aos numerosos cabos das ilhas, mas significa simplesmente ‘lugar’, por vezes até ‘propriedade, campo’ etc. Comparem-se os seguintes exemplos do dicionário de Brüser et al. (2002: s.v. *káu*):

(18) Bu ta speram na káu di kustumi ‘Espera por mim no lugar do costume’

(19) Bá xinta na bu káu!

‘Senta-te no teu lugar!’ (Brüser et al. 2002: s.v. *káu*)

Este significado justifica expressões como *káu deta* ‘lugar para dormir’, *káu di kánba* ‘esconderijo’. Em conformidade

com o significado da palavra crioula, as pessoas não escolarizadas interpretam o nome da sua terra Kábuberdi/ Káuberdi, como significando simplesmente ‘lugar verde’.

4. Interpretação

Passaremos rapidamente sobre os exemplos da classe A. Quanto aos empregos figurados de pg. **maré**, **pirata**, **ressaca**, **marinhar** e **vogar**, constituem belos exemplos de criatividade linguística. No caso de vogar o mérito da criação da metáfora poderia corresponder a locutores do francês, nos restantes casos a locutores portugueses. Quanto a pg. **ancorete**, é difícil entender como uma palavra que inicialmente designava uma pequena âncora passou a designar um pequeno barril. De qualquer forma, trata-se em todos estes casos de mudanças semânticas e de problemas que interessam em primeiro lugar à história da língua portuguesa ou de outra língua europeia. Os falantes de crioulo apenas imitaram estes usos portugueses.

O nosso marinheirismo protótipo da subclasse B.α, o verbo cs. **nbárka**, já oferece um interesse maior, visto que testemunha um dos aspectos mais trágicos da história das ilhas. O uso do verbo nbárka ‘embarcar’ com o significado ‘emigrar’ se explica evidentemente pelo facto de os inúmeros caboverdianos dos séculos passados obrigados à emigração terem forçosamente abandonado as ilhas em barco, antes do estabelecimento das ligações aéreas com o resto do mundo.

Afirmamos logo de início que o particular interesse dos marinheirismos crioulos da subclasse B.β resulta do facto de todos eles admitirem, em princípio, duas explicações. O verbo crioulo **nobega** servir-nos-á para ilustrar o dilema.

Imaginemos uma conversa entre dois moradores de Santiago ao final do século XV, o primeiro dizendo ao se-

gundo "O Pedro navega com o João". Tal afirmação sugere que o Pedro e o João mantêm relações de amizade. Um escravo que assiste a esta conversa e tenta compreender, sabendo que o Pedro e o João são efectivamente amigos, poderia chegar à conclusão que navega com (para ele nobega ku) significa simplesmente 'ser amigo de'. Se as coisas tivessem ocorrido desta forma, o novo significado do verbo crioulo seria o resultado de um erro cometido por um aprendiz da língua portuguesa, quer dizer, parte integrante do processo da crioulação do português em Santiago. No entanto, dada a natureza profundamente marítima da sociedade santiaguense primitiva, é mais razoável partir do princípio que o verbo crioulo tivesse no início aproximadamente o mesmo significado que o seu predecessor português – pelo menos entre aqueles que faziam parte das tripulações dos navios que viajavam entre as ilhas e o continente africano. Este verbo adquiriria, porém, uma ampla gama de empregos metafóricos, entre eles, o de 'dar-se bem, entender-se com alguém', visto que relações amistosas eram consideradas uma condição prévia, ou, pelo menos, o resultado natural de sucessivas viagens em conjunto.

Quando, no século XVII, o comércio e a navegação caboverdianas sucumbiram à concorrência de holandeses, franceses e ingleses e a sociedade santiaguense tornou-se preponderantemente rural, o significado original do verbo 'nobega' teria sido esquecido, passando os sentidos metafóricos a funcionar como significados básicos. Se a situação descrita anteriormente tivesse correspondido à verdade dos acontecimentos, o novo significado do verbo crioulo seria o resultado de uma mudança semântica ocorrida na história do crioulo de Santiago. O facto do verbo cs. nobega ter actualmente acepções tão heterogéneas como 'usar (esta coisa)', 'manter uma relação de amizade (com a pessoa em questão)',

‘viver o dia a dia, desenrascar-se’, mas todas elas explicáveis a partir de um hipotético cs. nobega (ku) *’navegar (com)’, é mais um argumento a favor da segunda explicação.

Qual destas duas explicações se aplica aos restantes exemplos da categoria B.β? Propomos explicações opostas para os verbos crioulos kalaft(x)i e stiba. É evidente que a primeira carga de um barco se coloca com particular cuidado, evitando que fiquem quaisquer espaços ociosos que poderiam dar origem a deslizamentos em alto mar. O surto do significado actual ‘compactar’ etc. a partir de um verbo crioulo **stiba**, que significa ‘pôr a primeira carga num navio’, pode, deste modo, facilmente ser explicado. O facto de a primitiva sociedade caboverdiana precisar de um verbo para esta fase crítica do carregamento dos navios parece lógico, e não é menos evidente que quem fazia este trabalho (sob a vigilância de um marinheiro entendido) eram escravos e não colonos. Todavia, a necessidade frequente de calafetar os navios que viajavam entre as ilhas e o continente africano, um trabalho tão artificial e de responsabilidade dificilmente teria sido confiado a africanos que no melhor dos casos tinham alguma experiência na fabricação de almadias para a navegação fluvial. Fica todavia por esclarecer como um verbo crioulo **kalafati**, que inicialmente significava ‘calafetar’, chega a ser empregue no sentido figurativo com o significado de ‘amarrotar’ e ‘remexer, desarrumar’. Inclusive a existência de uma variante kalafatxi, que nos lembra os verbos cs. fatxi-fatxi ‘cintilar’ e patxi(patxi) ‘remexer na comida, sujar, emporcalhar’, certamente de origem onomatopaica¹⁴, nutre a suspeita de que a história desta palavra crioula tivesse sido outra. Talvez o verbo crioulo resultasse efectivamente da interpretação errónea de uma palavra portuguesa que designava uma actividade que os próprios ‘crioulizadores’ não praticavam e que,

14 Cf. as interjeições onomatopaicas krátxi, plátxi, uátxi e látxi, esta última secundada de um verbo latxi.

por isso mesmo, era apenas conhecida por um grupo restrito de africanos.

Supomos que o caso do cs. **norostia** ‘demorar-se, perder/desperdiçar tempo’ é altamente ilustrativo, quanto as obsessões dos comerciantes que moravam em Santiago ou frequentavam a ilha durante os primeiros dois séculos da sua história. Para o seu significado propomos a explicação seguinte:

Devido aos fortes ventos alísios que sopram de nordeste para sudoeste, estava praticamente excluído, durante a maior parte do ano, regressar das ilhas Caboverdianas para Portugal pela via mais directa. Quanto mais forte sopravam os alísios, mais se impunha começar por ‘navegar para Noroeste’ (um dos significados marinhos do pg. *noroestear*) para alcançar Portugal pelo Oeste, após ter dado uma ampla volta que, evidentemente, era considerada uma enorme perda de tempo. Para os comerciantes europeus e caboverdianos que viajavam de Santiago para Europa, este *noroestear* era pois sinónimo de perder tempo. Para os comerciantes caboverdianos, falantes de português e de crioulo, *norostia* também o era. Se eles próprios começaram a usar a palavra com o sentido de ‘perder/desperdiçar tempo’ em contextos não marítimos, é o que provavelmente nunca poderemos averiguar. Pelo contrário, parece evidente que foram falantes de crioulo não relacionados com essas viagens intercontinentais que desproveram o verbo do seu significado primitivo, erigindo como significado básico do verbo o que inicialmente tinha sido apenas uma implicatura conversacional. O facto do verbo crioulo não ser transparente (em cs. ‘norte’ se diz *nórti* e ‘oeste’ se diz *oésti*) teria facilitado este processo.

No plano teórico, a nossa explicação do cs. *norostia* significa que, o que apresentámos como sendo uma alternativa (invenção de empregos figurados e posterior abandono do significado original ou simples erro de compreensão) constitui efectivamente uma alternativa a nível individual e momen-

tâneo, mas não a nível social. Entre os falantes de crioulo da época, o novo significado ‘perder tempo’ pode ter sido fruto de figuração nalguns indivíduos e de malentendido em outros.

Para finalizar, como explicar, que, da palavra portuguesa *cabo*, que num contexto geográfico significa ‘terra alta, que a modo de monte fica superior às águas do mar’ (Bluteau 1712: s.v. *cabo*), resultasse em crioulo santiaguense numa palavra **kábu, káu**, que, em contexto geográfico, significa simplesmente ‘lugar’?

Convém primeiro lembrar que em português a palavra *cabo* pode ter diferentes significados espaciais, entre eles um que se aproxima do significado do substantivo crioulo. Estamos-nos a referir ao substantivo deverbal *cabo* que, em conformidade com o significado do verbo *caber* de onde deriva, designa um ‘lugar em que uma pessoa ou coisa cabe’ (cf. Michaelis 1998: s.v. *cabo*). Mas este substantivo deverbal, além de ter um significado mais restrito, é tão pouco frequente que dificilmente pode explicar a passagem de pg. *cabo* a cs. **kábu** ‘lugar’. Estamos convencidos que uma explicação mais aceitável dessa passagem se encontrará um dia na história dos descobrimentos e na geografia das ilhas.

Não é por acaso que os avanços dos portugueses na exploração da costa africana se mediam, tanto no século XV como se faz ainda hoje, indicando os cabos e os rios atingidos. Na época dos descobrimentos, os cabos costeiros e as desembocaduras de rios serviam aos marinheiros de pontos de orientação e referência por excelência. Os chamados portolanos da época são bastante ilustrativos, a este respeito. As distâncias entre cabos e bocas de rios adjacentes especificavam-se em léguas, nos portolanos que tinham a forma de listas, e podem ser apreciadas a olho nu naqueles que tinham forma de mapa. Temos um belo exemplo destas listas na relação da viagem de exploração de Pedro de Sintra, de 1462, transmitida pelo na-

vegador veneziano Cadamosto. Este relato enumera além do Rio Grande (na actual Guiné Bissau) sete rios e sete cabos que este descobridor ultrapassou, dando-lhes nome. Os progressos dos descobrimentos levaram assim ao contínuo alargamento e aperfeiçoamento dos portolanos.

As ilhas caboverdianas, entre as quais a de Santiago foi descoberta entre 1456 e 1460, foram exploradas a partir do mar. Podemos ter a certeza que, também nesta exploração e até muito mais tarde, cabos e ribeiras serviam de pontos de orientação por excelência para a navegação de cabotagem, único meio, visto o carácter montanhoso da ilha, de garantir o contacto entre os vales. Neste contexto não deixa de ser significativo que o significado da palavra portuguesa ribeira conheceu também uma considerável ampliação ao passar para o crioulo. De facto, cs. **rubera**, com a sua variante **ribera**, não significa apenas ‘ribeira’ e ‘leito de uma ribeira’, mas ainda ‘região, zona’. Compare-se o seguinte exemplo onde aliás rubera e káu aparecem lado a lado¹⁵:

(20) Es ta djuntába ku otus mininu di kel rubera mé y di otus káu, es ta koreba riba, es ta koreba báxu. ‘Costumavam juntar-se com outras crianças daquela zona e de outros lugares, para correr monte acima, monte abaixo.’

Pensamos que esta importância de cabos e ribeiras nos primórdios da história da ilha pode explicar o alargamento dos significados dos crioulos káu e ribeira em relação aos dos seus precursores portugueses cabo e ribeira. Aqueles escravos que integravam as tripulações dos navios santiaguenses conheciam certamente o significado destas palavras portuguesas e usariam as palavras crioulas em conformidade com isto. Pen-

15 Cf. Brüser et al. (2002: s.v. rubera), onde encontramos ainda este exemplo: Es pidi pa podu lus na ses rubera ‘Pediram que se trouxesse a electricidade à sua zona.’

samos, porém, que deve ter havido outros que nem chegaram a atribuir o significado ‘cabo’ ao seu kábu. Pois, ao contrário do que sucede com os significados ‘ribeira’ e ‘zona’, o novo significado do cr. káu era dificilmente compatível com o sentido geográfico de pg. cabo.

5. Conclusões

Vimos como, também no caso de Santiago, a história e a história linguística podem explicar-se mutuamente. Os novos significados de palavras de origem portuguesa no crioulo santiaguense muitas vezes só se explicam tendo em conta a história da ilha. Ao contrário, o percurso crioulo de tais palavras pode frequentemente ilustrar e precisar a nossa visão dos primórdios da história de Santiago. Os marinheirismos crioulos revelaram-se particularmente aptos a tal fim. Como vimos, isto deve-se, em primeiro lugar, à importância que teve a navegação na primitiva sociedade santiaguense e, em segundo lugar, ao abandono quase completo dessa actividade durante o século XVIII. Muitos significados marítimos de palavras descendentes de termos marinhos portugueses, que existiriam ainda no crioulo primitivo, pelo menos em determinados sectores da sociedade, cairiam por essa altura definitivamente em desuso.

Referências bibliográficas

- Barker, Richard (1994): „Barrels at sea; water, stowage and guns on the Portuguese ocean“, em: Bernardino Cadete (org.), *As navegações portuguesas e o descobrimento da América*, Lisboa: p. 365397.
- Bluteau, Raphael (17121778): *Vocabulario portuguez e latino*, Coim-

braLisboa: Companhia de JesuPatrircal Officina da Música (Reedição HildesheimZürichNew York: Hildesheim 2002).

Brüser, Martina/ Santos, André dos Reis/ Dengler, Ekkehard/ Blum, Andreas (2002): Dicionário do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde) sob a direcção de Jürgen Lang, Tübingen: Narr.

Christl, Joachim (2005): „Marinerismen im kanadischen Französisch“, em: Horiot, Brigitte/ Schafroth, Elmar/ SimoniAurembou, MarieRose (orgs.), *Mélanges offerts au professeur Lothar Wolf. ‘Je parle, donc je suis ... de quelque part’*, Lyon: Centre d’Études Linguistiques Jacques Goudet, p. 95107.

Corominas, Joan/ Pascual, José Antonio (19841992): *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, 5 vols., Madrid: Gredos.

Dulong, Gaston (1991): „L’emploi du vocabulaire maritime dans les domaines non maritimes dans le français du Canada“, em: Horiot, Brigitte (org.), *Français du Canada – français de France*, Tübingen: Niemeyer, p. 2528.

Jiménez, Lidio Nieto (2002): *Tesoro lexicográfico del español marinerio anterior a 1726*, Madrid: Arco/Libros.

Juneau, Marcel (1991): „Le vocabulaire maritime dans la langue commune au Québec: apport galloroman“, Horiot, Brigitte (org.): *Français du Canada français de France*, Tübingen: Niemeyer, p. 1723.

Leitão, Humberto/ José Vicente Lopes (1974): *Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual*, 2ª. edição, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

Lima, Humberto (org.) (2005): *Karlus Magnu di pasaji pa Kabu Verdi, Praia: Instituto da Investigação e do Património Cultural.*

Michaelis, (1998): *Moderno dicionário da língua portuguesa*, São Paulo: Melhoramentos.

Quint, Nicolas (1999): *Dictionnaire capverdienfrançais*, Paris: L’Harmattan.

Silva, António de Morais (19491959): *Grande dicionário da língua portuguesa*, 10a edição, Lisboa: Confluência.

Silva, Tomé Varela da (2004): *Na bóka noti. Un libru di stórias tradisio-nal organizádu y prizentádu pa T.V. da S.*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

LA CONSTRUCCIÓN ECOLINGÜÍSTICA DEL CONTACTO DE LENGUAS (ESPAÑOL Y LENGUAS AMERINDIAS)*

Klaus Zimmermann
Universidade de Bremen (Alemanha)

1. Teoría constructivista del contacto de lenguas

Antes de entrar en los aspectos concretos del contacto de lenguas en Hispanoamérica tengo que aclarar mi base teórica, que es un acercamiento constructivista, porque la manera de enfocar aquí el contacto se debe a esta visión.

El acercamiento constructivista al contacto de lenguas parte del hecho de que todo tipo de actividad verbal y comportamiento en general está guiado por el cerebro y la cognición (incluido en esta el procesamiento y la actuación de los sentimientos y afecciones). Cada percepción y creación de significado es producto de la *construcción* cognitiva. Como tal es en última instancia inevitablemente individual a pesar de los factores “externos idénticos” que “influyen” las creaciones de significación y en los comportamientos. Los fenómenos colectivos o de masa (entre ellos lo que llamamos lengua) no son producto de procesamientos simultáneo-idénticos sino que son producto del acercamiento de las construcciones individu-

ales por medio del proceso de la viabilización, es decir la constante revisión de las construcciones conceptuales individuales frente a la realidad, y, lo que más importante para nuestro tema, la lengua, la viabilización intersubjetiva de los fenómenos lingüísticos, sea el significado, sea la función pragmática, sea lo adecuado en términos estilísticos, sea la pronunciación etc. Para que la lengua pueda cumplir su función comunicativa hace falta este proceso continuo y altamente complejo y caótico de transformación, viabilización, adaptación de las construcciones individuales. El acercamiento constructivista, y me adhiero a esta corriente por los hallazgos de la neurofisiología sobre el funcionamiento del cerebro¹⁶, aplicado a la cuestión del contacto de lenguas, implica que todos los factores que influyen en la producción y recepción de enunciados pasan por la percepción y la construcción cognitiva.

Cuando queremos encontrar causas o determinantes de comportamientos sociales y lingüísticos recurrimos muchas veces a factores “externos” (p.ej. socioeconómicos, políticos etc.). Estos, sin embargo, no actúan como tales de manera objetiva –como pretende una teoría objetivista de las ciencias– sino tan sólo en la forma construida por los actores. Esto no significa la negación de la existencia de tales factores externos (o internos) sino la convicción de que una teoría de la influencia (que reclama cierta forma de causalidad) tiene que elucidar la forma construida en la cognición de los individuos y su relevancia para que ellos puedan reconocer su impacto. Esto implica que también factores como ideologías, mitos y “creencias religiosas”, así como “errores”, pueden influir en el contacto de lenguas. Por lo tanto, no basta solo con reunir los factores

16 Este artículo ha sido escrito en 2007, publicado en 2011 en: Congosto Martín, Yolanda/ Méndez García de Paredes, Elena (eds.): *Variación lingüística y contacto de lenguas en el mundo hispánico*. Madrid: Iberoamericana, 361-388. La versión que se encuentra aquí es una reimpresión con algunas correcciones y actualizaciones. Cf. Roth (1996, 2003).

macrosociales o históricos proporcionados por otras ciencias, sino también valorar el estudio de su construcción y otros factores no estimados por estas ciencias pero hipotéticamente pertinentes al proceso estudiado. Hay que considerar, además, que las construcciones no sólo se hacen de forma individual (por estar el cerebro situado en cada individuo) sino que hay que reconocer que cada cerebro tiene una forma propia y divergente en función de determinados aspectos fisiológicos, a lo que hay que añadir la combinación de factores que influyen en las construcciones, tanto los factores externos como las predisposiciones generales y las momentáneas de la interacción de varias partes del cerebro (incluso las emocionales). Lo que tiene el individuo como *lengua* es flexible, variable y dinámico. Por ello propongo diseñar el contacto de lenguas a partir de la visión del *cerebro individual*.

Sin embargo, esta teoría se puede relacionar con planteamientos anteriores no explícitamente basados en la neurofisiología. Observaciones del comportamiento y la posibilidad (limitada) de introspecciones la confirman. Así, por ejemplo, Uriel Weinreich (1953 [1977]), el fundador de la teoría moderna del contacto lingüístico, igualmente insiste varias veces en su libro sobre el axioma de que “es el individuo el lugar de procesamiento del contacto” (1977: 89 y 96) y Eugenio Coseriu, disertando sobre el cambio de lenguas, y apoyándose sin duda en Wilhelm von Humboldt, localiza sus causas en el *habla* (o *discurso*) (el intercambio de mensajes verbales entre los individuos), o sea, la conformación del enunciado y de sus partes para expresar y comunicar algo a alguien en un contexto histórico (Coseriu 1974: 176). A modo aclarativo, agregaría que en esto no debemos olvidar el aspecto de la construcción cognitiva de los significados, sean conceptuales (léxicos) u operativos (gramaticales). Entonces, mi objetivo de presentar un esbozo de una teoría constructivista del contacto no es nuevo en su

totalidad. Es en parte la continuación de un pensamiento existente no aceptado plenamente y por otra parte un ensayo de formularla en su perspectiva radical.

La perspectiva constructivista, además, implica que la concepción de lenguas, su identidad y su alteridad frente a otras también son construcciones cognitivas. Este hecho es conocido desde hace tiempo por los lingüistas, pero no sacamos las conclusiones pertinentes: la dialectología y la sociolingüística nos enseñaron que no hay fronteras discretas y objetivas de lenguas y variedades, sino que construimos nuestros conceptos de las lenguas a partir de criterios históricos de relevancia. Estos criterios son variables y están determinados por el papel de las actitudes:¹⁷ lo que construyen los hablantes como criterio pertinente en un momento histórico y en un área cultural no lo hacen otros hablantes en otra época u otro contexto político.¹⁸ Además, a partir de esta construcción política y so-

17 Manuel Alvar, lingüista y filólogo español con una orientación amplia, también ha prestado mucha atención a las actitudes. En su estudio local sobre la ciudad colombiana amazónica Leticia, una obra –creo– no suficientemente valorada en la comunidad de lingüistas, demuestra una concepción científica que merece ser destacada: En este estudio no restringe su interés a una lengua, sino que muestra un interés más amplio y moderno, enfoca la región estudiada como *espacio comunicativo multilingüe*. Hay un capítulo sobre el español regional amazónico, otro sobre el contacto del español amazónico con el portugués amazónico, otro sobre varias formas de bilingüismo de la población indígena, bilingüismo entre lenguas indígenas y bilingüismo de lenguas indígenas con el español, así como un capítulo sobre la influencia del español sobre las lenguas indígenas en términos tanto lingüísticos como *sociolingüísticos*. Ha investigado *actitudes* frente a las lenguas y finalmente discute aspectos de política lingüística y educación bilingüe. Su método empírico, claro, influenciado por su experiencia dialectológica, combina dos acercamientos, cuestionarios y grabaciones de habla. En todo su proceder y su presentación se percibe –en un momento lo dice explícitamente– una máxima teórico-metodológica: elicitar los datos “siempre desde la perspectiva del hablante” (Alvar 1977: 204).

18 Esto se ve en la construcción cognitiva de la diferencia de las lenguas románicas (la diferencia entre el gallego y el portugués, la diferencia entre el francés y el franco-provenzal, pero también la diferencia entre el castellano y el catalán) en comparación con la construcción del bávaro, suabo o *schwyzertütsch* como dialectos y no como lenguas y aun del *niederdeutsch* durante cierto tiempo, no por error lingüístico sino como construcción política. También se ve en la construcción o no construcción de lenguas apartes en muchas zonas que consideramos zonas de transición de lenguas (p.ej. en el

cial, muchas veces los hablantes o agentes especializados intervienen en la estructura y el estatus de sus (u otras) lenguas para transformarlas de tal manera que quepan en el concepto construido (por ejemplo, por medio de la planificación lingüística). El purismo es, sin duda, una de estas medidas para reestablecer conceptos de lengua cuya validez se vio amenazada por las “mezclas” consecuencias del contacto.¹⁹

El concepto de lengua (con el atributo construido o no construido de purismo) y el concepto del buen hablante (con el atributo construido o no construido de perfección de manejo de la L2) que quiere o tiene que hablar una L2 tienen, por lo tanto, un impacto clave para el manejo cognitivo de las alternativas de comportamiento en la situación de contacto. Solo el querer hablar una L2 como un nativo de L2 provoca el esfuerzo de eliminar interferencias de la L1 en la L2.²⁰ El que un hablante o una comunidad de hablantes no dé relevancia la “integridad estructural y auténtica” de la propia lengua o de la otra (un objetivo que no es natural sino una construcción social) abre todas las posibilidades de interferencias, transferencias y mezclas. Aun más, conocemos casos de contacto en los que la producción de interferencias, transferencias y de la mezcla se cultivan, es decir, se convierten en una meta intencional y un hábito positivamente valorado del comportamiento lingüístico.²¹

continuo entre castellano y portugués en el *fronterizo* en Uruguay).

- 19 Cf. La colección de artículos sobre aspectos del purismo en varios contextos culturales: Brincat / Boeder / Stolz (eds.) (2003), también Zimmermann (2006b) para el caso de lenguas amerindias.
- 20 Además, esta actitud está muchas veces relacionada con la motivación o no de integración en una comunidad lingüística ajena (cf. la muy conocida diferenciación entre *integrative and instrumental L2-Learning* (Lambert / Gardner 1972).
- 21 Por ejemplo, ciertos grupos profesionales y generacionales actualmente en Alemania, pero también hablantes de lenguas indígenas en Iberoamérica integrando un vocabulario ajeno y practicando un code switching para adquirir con ello prestigio en su comunidad nativa, cf. Hamel (1988), Schrader-Kniffki (2003).

Hay otros ámbitos donde se pueden averiguar consecuencias del contacto: consecuencias sociales, la emergencia de variedades regionales, consecuencias individuales, consecuencias comunicativas y consecuencias políticas, que he tratado en otros trabajos. Aquí me he limitado a tipologizar las consecuencias estructurales.

2. La construcción cognitiva de los factores virtuales que influyen en el contacto

2.1. El principio de cooperación en la comunicación en situaciones de contacto

Desde la perspectiva del cerebro y de la cognición en una situación de contacto natural, sin la actuación del factor poder, establecido por la intercomunicación, en la que dos lenguas se hablan por dos grupos me parece natural que los interlocutores, para garantizar la comunicación y obedeciendo a la máxima (universal) de cooperación (Grice 1975) hagan uso de la lengua del otro hasta cierto grado, dependiendo de sus habilidades. El procesamiento cognitivo de la L2 y la relación entre L1 y L2 reside en el cerebro pero tan sólo mientras exista el deseo o la necesidad de comunicarse con el otro, es decir la comunicación real con ello. Qué elementos de la L2 se adoptan en esta situación comunicativa recíproca, no se puede prever. Depende del tema del encuentro comunicativo, de la frecuencia e intensidad de los encuentros, de la actitud frente a la propia lengua y a la ajena y muchos otros factores más. Pero es importante señalar que el contacto actualizado puede distinguirse en dos fases: a) la comunicación-recepción con una 1ª fase de procesamiento cognitivo, b) comunicación-producción con una 2ª fase de pro-

cesamiento cognitivo productivo procesando elementos y estructuras de dos lenguas, una familiar y rutinizada, otra nueva, no rutinizada, parcialmente conocida, de construcción inicial. La urgencia de comunicar muchas veces no deja el tiempo de reflexionar sobre el propio enunciado en el sentido de un monitoreo como lo ha descrito Krashen (1981). Es verdad que existe este monitoreo pero no hay razón para postular que todos los hablantes lo hagan de la misma manera y hay casos empíricos en los que no se hizo. Esto puede desembocar en un proceso recíproco de contacto cognitivo y diferente ya que se construye desde dos posturas opuestas. Postulo, de manera idealizada, este como el tipo de contacto más natural.

2.2. Actitudes normativas en la construcción

Existe actualmente una controversia en los estudios del contacto de lenguas. La teoría de las restricciones sistémico-tipológicas (Poplack 1982) y la teoría de que no haya este tipo de restricciones (Thomason/Kaufman 1988). Esta controversia es muy útil ya que abre nuevas perspectivas de investigación. En el pasado, había existido durante años sólo la perspectiva de restricciones, desarrollada mucho antes de los escritos de Poplack. Esta postura es una consecuencia supuestamente lógica desde la teoría estructuralista. En esta línea, hay que admitir que no cabe duda de la autenticidad de los casos estudiados de que haya combinaciones eventuales de elementos de dos lenguas que no ocurren. Tampoco cabe poner en duda los ejemplos aportados de la fracción opuesta que demuestran que sí hay (en otros casos de contacto) mezclas que no deberían existir desde los postulados del estructuralismo. Una parte de la controversia se debe, creo, a una teoría errónea de lengua y a la no consideración de otros criterios como la incompatibilidad

de los dos sistemas. Otra instancia intermedia que puede actuar como criterio de no mezclar o no combinar determinados elementos de L1 con elementos de L2 es la actitud normativa. La actitud normativa es una instancia en la que actúan criterios como gusto, belleza, purismo etc. Por ello, sostengo que las restricciones no se deben siempre a la incompatibilidad de estructuras sino a la actitud normativa que rechaza la mezcla por razones como las mencionadas. Es evidente que el *purismo* es una acción en contra de mezclas ocurridas y la actitud en contra de las hablas o variedades híbridas es una razón de *gusto* históricamente construida.

Ahora bien, la historia nos enseña, que este tipo de contacto ocurre pocas veces. Hay muchos factores que pueden ser tenidos en consideración por los interlocutores en el contacto para que no actúen de esta forma, siempre considerando estos factores como activados en su forma construida por los participantes, lo que incluye su posible no activación/consideración. Propongo entonces considerar el explicar los diferentes tipos de contacto de lenguas como formas de la mezcla natural y previsible. La ausencia de mezcla se considera, por el contrario, como producto de un proceso específico, el intento explícito o disposiciones implícitas de mantener lo que se puede llamar la integridad del propio sistema o norma lingüística. Tanto estas disposiciones como estos intentos son productos de la historia de la construcción social de lo lingüístico, que desembocó en el Occidente en el concepto peculiar de “lengua” como sistema de reglas, normativizable y con límites claros, definidos explícitamente entre las lenguas vecinas. Esta idea de lengua actúa en contra de la emisión de enunciados mixtos (híbridos) y actúa en contra de la imitación y adopción de variedades mixtas si se han producido en capas de la sociedad. Se rechazan y se comentan despectivamente hasta su difamación y una fuerte propaganda antihíbrida.

No todos los grupos ni individuos se adhieren a esta idea-construcción occidental de lengua. Se puede obedecer a sus imperativos o no. Otros grupos humanos no lo hacen ni lo hicieron en el pasado. Y también en nuestro ámbito occidental existen áreas donde no tiene vigencia esta idea-construcción²². Sin embargo, se puede observar una alta obediencia en nuestro ámbito occidental. Esta se debe no sólo a la disposición y al intento explícito de todos sino también en parte a la voluntad de unos pocos y a la instalación de un aparato de propagación e implementación de esta idea e incluso a la imposición de sanciones sociales a los que no se comportan lingüísticamente de acuerdo con ella. Es verdad que últimamente se puede percibir una socavación de este imperativo en algunos ambientes de la sociedad²³.

El concepto de lengua (con el atributo construido de purismo o no) y el concepto del buen hablante (con el atributo construido de perfección y *near-native-speakerness* o no) que quiere o tiene que hablar una L2 tienen, por lo tanto, un impacto clave para el manejo cognitivo del contacto. Solo el querer hablar una L2 como un nativo provoca el esfuerzo de evitar y eliminar interferencias de la L1 en la L2²⁴. El que un hablante o una comunidad de hablantes no den relevancia a la “integridad estructural y auténtica” de la propia lengua o de la otra (un objetivo que no es natural/universal sino una construcción social) abre todas las po-

22 Cf. más abajo el caso de la *media lengua*.

23 Por ejemplo jóvenes alemanes que adoptan, para fines estilísticos, el hablar híbrido de jóvenes extranjeros, esp. turcos. También existen textos literarios bilingües, que en secuencias parciales imitan el hablar híbrido: en el ambiente chicano (Liliana Valenzuela), y puertorriqueño de Nueva York (Giannina Braschi), en Perú (José María Arguedas), así como en Quebec y sociedades poscoloniales para producir efectos *estilísticos*, sin que esto sean ya manifestaciones de una nueva variedad.

24 Además, esta actitud está muchas veces relacionada con la motivación o no de integración en una comunidad lingüística ajena (cf. la muy conocida diferenciación entre *integrative and instrumental L2-Learning*).

sibilidades de interferencias, transferencias y mezclas. Aun más, conocemos casos de contacto en los que la producción de interferencias, transferencias y mezclas se cultiva, es decir, se convierte en un objetivo intencional y un hábito del comportamiento lingüístico.

2.3. La falacia de confundir la construcción del sistema sincrónico con el uso lingüístico

Una gran parte de la discusión sobre contacto de lenguas versa sobre la cuestión de las causas internas o sistémicas que favorecen o impiden/limitan la influencia, mezcla e integración. El tratamiento de esta cuestión ha sido caracterizado por una visión estructuralista. Esta postula la existencia de un sistema sincrónico, un ejemplo evidente de una construcción científica. Son las estructuras sistémicas (en el sentido de Saussure) de las lenguas receptoras que se consideran compatibles o no compatibles con las de las lenguas donantes. Se postula, pues, cierta inmunidad o restricciones del sistema (tipológicos) cf. Silva-Corvalán 2011). La mentalidad estructuralista concibe el contacto como uno de sistemas/estructuras. Primero quiero aclarar que es indispensable el instrumental estructuralista de análisis para detectar y describir las influencias, en combinación con otras como la “frecuencia relativa de uso” por grupos étnicos diferentes (García 1995). Pero no se debe confundir el método de descripción de lo estructural con el procesamiento cognitivo. La mezcla se produce en la ejecución del sistema cognitivo, manifiesto en el discurso y se estabiliza poco a poco (o no) en un nuevo sistema. Claro que no se trata de contestar la observación de la restricción de mezclas, sino de ofrecer otra interpretación y explicación y con ello de enfocar otros aspectos más allá de lo sistémico.

2.4. *¿Actitud normativa o sistema como filtro de aceptabilidad? Elementos de la situación ecolingüística.*

Uno de estos aspectos es el impacto de la construcción del concepto de norma y la lengua normativizada para el contacto de lenguas. En este sentido, poco se ha tenido en cuenta que en el caso de las influencias de lenguas indígenas sobre el castellano se trata de una configuración socio ecolingüística muy especial: el contacto de lenguas orales con una lengua normativizada y una comunidad de habla con una concepción implícita de lengua construida como norma e intervenciones estandarizantes. Una comunidad que ha construido una idea tal de la lengua, una conciencia de la importancia de la lengua para su identidad y su cohesión social, una idea de una lengua altamente elaborada para fines comunicativos considerados como altamente intelectuales etc., una comunidad que es consciente que la lengua es *compañera del imperio* y medio de expresión de un patrimonio cultural y religioso superior al de la otra lengua, produce otras actitudes frente a una lengua “inferior” que una comunidad que no tiene construida esta actitud de supremacía. La existencia de tales actitudes incluso en la época colonial (preacadémica) se puede corroborar en documentos históricos (leyes, cédulas, ordenanzas y sus justificaciones), tratados históricos (Joseph de Acosta, Bernardino de Sahagún, Jerónimo Mendieta), en tratados lingüísticos (Antonio de Nebrija, Juan de Valdés, Cristobál de Villalón, Bernardo José Aldrete etc.) y filosóficos (Juan Luis Vives). En la actualidad podemos emplear métodos empíricos de elicitación y análisis de discurso. Hay que intentar encontrar no sólo el estatus oficial de las lenguas, sino también huellas de la actitud hacia las lenguas entre los hablantes en contacto. Esto es importante, ya que no siempre

el estatus oficial tiene vigencia para los protagonistas del contacto.

3. Teoría y método: La perspectiva recíproca como parte de la perspectiva ecolingüística

Quiero señalar otro fallo de muchos estudios sobre el contacto de lenguas en Iberoamérica (y otras regiones del mundo). La historia de las ciencias ha producido en el campo de los estudios del lenguaje especializaciones como lingüística hispánica, alemana, inglesa, lingüística románica, lingüística general etc. cuyos enfoques eran implícitamente parciales y orientadas hacia lo que está y pasa en una lengua, además producto de la concepción de la lengua como sistema cerrado que se había conformado y consolidado en Europa a partir de las aportaciones de Dante, de Nebrija, de las Academias etc. Este desarrollo, positivo para algunos aspectos, era negativo para los estudios de contacto. Es curioso: ninguno de los estudiosos hubiera negado que en la mayoría de las situaciones de contacto este presupone dos individuos y comunidades y que, en principio, el contacto puede tener consecuencias para ambos, ya nos refiramos a individuos, comunidades y/o lenguas (de manera diferente según la constelación). El estudio del contacto excluye del campo de procesos a investigar una parte esencial si se restringe a las influencias en una sola lengua, individuo o comunidad. Por tanto, una perspectiva adecuada y completa debe enfocar el proceso en su totalidad, investigando las influencias recíprocas en términos empíricos y, sobre todo, en términos de comparación de los resultados, así como incluir en sus reflexiones las condiciones y procesamientos. A

nivel teórico debe considerar esta bilateralidad y reciprocidad de cada actuación en situaciones de contacto.²⁵

Este último enfoque está orientado por una visión ecolingüística.²⁶ Es esta comparación la que rápidamente desvelaría que es la misma situación “externa” la que está construida diferentemente por los dos “lados” del contacto y, por ello, los comportamientos de los hablantes son diferentes, un hecho de alta importancia para entender el contacto de lenguas en Iberoamérica. Hasta ahora ha prevalecido una perspectiva unilateral: ¿qué elementos de lenguas amerindias o africanas han sido integradas al castellano?. Esta es una pregunta legítima y válida en términos empíricos. Tiene relevancia etimológica, cultural y política. Este tipo de trabajo es indispensable para investigar otros aspectos del contacto. La visión ecológica del contacto lingüístico, como la ecología en general, es consciente de que sólo la visión global de un ecosistema permite un conocimiento adecuado de los procesos interdependientes que pasan en el contacto, sea este conflictivo o no. Propongo conceptualizar una situación de contacto tanto como el deterioro de un ecosistema existente como la formación de un nuevo ecosistema social. El concepto de diglosia propuesto de Ferguson (1959) y extendido por Fishman (1967) se refiere a la existencia y uso de dos o más lenguas en la misma comunidad, y tiene implícita la convicción de la posibilidad de la coexistencia pacífica de cada una en su nicho o dominio. Otros casos nos han demostrado que la existencia de una lengua superpuesta, que ejecuta actividades para garantizar su supremacía, conduce al desplazamiento de la dominada

25 Esto puede llevarnos a construir otro tipo de disciplinas lingüísticas, cf. Zimmermann (2003).

26 Después de la redacción de este artículo en 2007 llegó a mi conocimiento el libro de Hildo do Couto (2007) sobre la ecolingüística con sus planteamientos que coinciden en gran parte con las mías expuestas aquí.

(cf. el concepto de diglosia de los sociolingüistas catalanes). No quiero adentrarme ahora en una discusión de política lingüística²⁷, sino aportar argumentos de que la explicación del contacto de lenguas requiere un enfoque ecolingüístico, no sólo a nivel político sino también a nivel estructural de las lenguas implicadas. Es esta comparación la que desvelaría rápidamente que es la misma situación “externa” y los mismos sistemas los que están construidos de manera distinta por diferentes miembros/subgrupos de ambas lenguas involucradas. En esto es –por lo menos a nivel teórico– altamente significativo que no haya una sola estrategia de comportamiento sino varias, incluso antagónicas, comportamientos de resignación, de colaboración, de resistencia (Lastra 2006), de mezcla, de purismo, de incoherencia etc. Los comportamientos de los hablantes en contacto son diferentes, un hecho de alta importancia para entender el contacto de lenguas en Iberoamérica.

4. El contacto y la construcción de la historia del español en Hispanoamérica

La mayoría de los estudios sobre la historia del español en Hispanoamérica pueden caracterizarse como *glotocentristas* (que incluye algo de eurocentrismo): Consideran la historia de una lengua sólo en lo que pasa con esta lengua, estudiando tan sólo las influencias de otras lenguas en el español. Pero la historia del español es también su influencia en otras lenguas y las lenguas y variedades emergidas por el contacto, como las lenguas criollas (Palenquero, Papiamentu), lenguas mixtas como la *media lengua* en Ecuador, el *fronterizo* en las

27 Cf. mis planteamientos en Zimmermann (1999, 2006).

regiones fronterizas entre Uruguay y Brasil, el *yopará* en el Paraguay, variedades como el español andino y las múltiples “variedades del español indígena”, el *cocoliche* de los inmigrantes italianos en Buenos Aires, la variedad afrohispana en Bolivia (Lipski 2009) así como variedades del español caracterizadas por code switching y code mixing en EE.UU. Siendo el español una lengua de un pueblo expansionista y colonizador en el pasado, su historia está profundamente vinculada con la de las lenguas afectadas por la expansión. Se pueden distinguir dos ámbitos de consecuencias: a) en su expansión territorial y poblacional el español desplazó a otras lenguas, lo que contribuyó a su actual estatus mundial y al bajo estatus (y a veces la muerte) de otras lenguas (el lado sociopolítico); y b) el español influyó en la fonética, la morfosintaxis, el léxico, la pragmática, la escripturalización, la gramatización, la normativización, la concepción de lengua etc. de las lenguas amerindias y las de grupos de inmigrantes aloglóticos (el lado estructural), proceso que llamamos la *hispanización*²⁸ de estas lenguas, es decir el estudio de los efectos en las lenguas indígenas, africanas y de migrantes en contacto y conflicto. A partir de un momento la focalización en uno solo de los varios aspectos involucrados puede, si se convierte en el único, fomentar una visión no sólo parcial (irreprochable porque nadie puede ocuparse de todo), sino una visión reductora, eufemística, e ideológicamente peligrosa (o neocolonial).

28 Cf. Hill/Hill (1986), Zimmermann (1986, 1987), Schrader-Kniffki (2003); cf. también Zimmermann (2008).

5. La cuestión de los indigenismos en el castellano americano²⁹

En la época colonial hubo una situación de confluencia de lenguas y variedades de lenguas en América. Es conocida la confluencia de distintas variedades regionales de España con la fuerte impronta del andaluz. Se trata, por supuesto, también de un contacto lingüístico, aquí de dialectos o lenguas genéticamente muy cercanas y con un alto grado de intercomprensión. La teoría de la fusión de estos dialectos en una única variedad, que habrá que cuestionar, se explica como proceso de nivelación o koineización.³⁰ No voy a hablar de este aspecto del contacto en este ensayo. Sino del contacto del español con las lenguas amerindias.

5.1. La restricción de indigenismos a pocas lenguas

Los estudios al respecto se caracterizan por la perspectiva unilateral antes mencionada. La pregunta clave es: ¿Qué elementos de lenguas amerindias (o africanas, en algunas zonas, sobre todo del Caribe) han sido integradas al castellano?

29 En lo que sigue haré uso de una terminología de fenómenos de contacto elaborado en Zimmermann (2010a). De manera abreviada: 1. El término *interferencia* se refiere a elementos de L1 en L2. 2. El término *transferencia* a elementos de L2 en L1. 3. El hablar dos lenguas sin base estable en una sola lengua le llamamos a este proceso *mezcla de lenguas* o *lenguas híbridas* (con los casos de *code switching* y *code mixing*, *language intertwining*, *koineización*). 4. Simplificaciones y reducciones de complejidad. 5. La clara separación de las lenguas implicadas, el deseo del aprendizaje de la L2 en forma perfecta, queriendo evitar cualquier “mezcla”, guardando (y construyendo) la integridad y pureza de las dos lenguas. Para los casos 1 a 3 propongo el término *translingualización*, como hiperónimo de *interferencia*, *transferencia* y *mezcla*. *Translingualización* es el término correspondiente al de la *transculturación* a nivel lingüístico. Para una teoría de la *transculturación* a nivel lingüístico cf. Zimmermann (2005). Para una historia del término cf. Máñez (2007).

30 Cf. para el término Trudgill (1986), para la aplicación al caso de Hispanoamérica, cf. De Granda (1994); para la Edad Media, cf. Tuten (2003).

Esta es una cuestión legítima y válida en términos empíricos. Tiene relevancia etimológica, cultural y política. Este tipo de trabajo es indispensable para investigar otros aspectos del contacto. A condición de que los investigadores estén conscientes de la parcialidad de sus investigaciones (legítima a nivel personal y temporal).

Hay muchos estudios sobre indigenismos en el español o variedades del español en América y los datos son muy diversos para cada país. En México se han contado actualmente 313 indigenismos activos (Lope Blanch 1969), no contando los topónimos y los indigenismos que ocurrieron a lo largo de la historia en los textos (cf. el diccionario de Francisco Santamaría 1974). En Colombia son, según el cálculo de Luis Florez (1967: 30) una docena. No pretendo presentar una nueva colección, ni aumentarla ni reducirla. Sin embargo, parece que no está terminada la discusión. Recientemente Julio Calvo, que prepara un diccionario del quechua, dijo que, haciéndolo, encontró más o menos 3500 quechuismos en el español del Perú (1500 de uso en la ciudad de Lima) (cf. Calvo Pérez 2008). No conozco su base de datos, pero me parece interesante este hallazgo. Aún cuando se restrinja al ambiente rural (lo que, por supuesto, no debe desprestigiarse), el resultado es sorprendente. Evidentemente habrá que medir, como lo ha hecho Lope Blanch para México, la *vitalidad* de los quechuismos y su radio de uso. Sin embargo, estos estudios, importantes para tener una visión del estado actual y su vitalidad desde una perspectiva sincrónica, no nos aclaran nada sobre los procesos anteriores del contacto. Para tener una visión suficientemente completa habrá que hacer estudios diacrónicos relacionándolos con estudios de actitudes. Si se presentan los resultados de tales estudios sincrónicos tal cual al público corren el riesgo de interpretaciones falsas.

Otro hallazgo de los estudios del pasado merece explicación, el de que haya pocas lenguas indígenas de las que los

españoles han tomado en préstamo palabras. En México, los indigenismos son nahuatlismos en su gran mayoría, pocos mayismos a nivel nacional (más en la Península yucateca), casi nada de lenguas como el otomí, zapoteco, purépecha etc., tampoco en las regiones donde siguen hablándose estas lenguas (situación de diglosia regional³¹ o adstrato en otra perspectiva). ¿Cómo se explica esto? Tomando la situación de contacto como tal, podría imaginarse como hipótesis más evidente que el contacto a nivel regional y local con estas lenguas debe haber conducido a los españoles en la primera fase de la colonia y posteriormente a los hispanohablantes mestizos, que vivían en esta región, a tomar en préstamo las palabras respectivas de las lenguas locales. Pero no fue así. La explicación del procesamiento cognitivo es que los españoles/ hispanohablantes, una vez que se habían apropiado-transferido de un significante de otra lengua para una *cosa* desconocida hasta entonces y relevante para su vida no necesitaban otra transferencia más de la lengua local para la comunicación entre ellos, mientras que la comunicación con los indígenas locales era escasa o en castellano. Lo esencial era la *transferencia* semántica, no el préstamo del significante del lexema local. Esto implica, que el tener un elemento de expresión, desfavorece la transferencia en términos cognitivos si la transferencia no aporta una plusvalía (p.ej. en términos o comunicativos o referenciales-significativos, identitarios o sociales). Con ello se explican también las translingualizaciones semánticas en forma de neologismos de tipo *pavo de indias*, *cochino de indias*, *piña* etc. y también el pasaje de indigenismos de una región a otra, como los tainismos de las islas del Caribe y los nahuatlismos hacia América del Sur. Fue decisivo que la comunidad urbana de los españoles construyera una red de comunicación bastante cer-

31 Cf. mi artículo sobre diglosia en México de Zimmermann (2010c).

rada, a pesar del mestizaje, integrando en su comunidad una cantidad selectiva de indígenas, que se asimilaron (Cifuentes 1998: 80).³² La autoasimilación de los indígenas en su “propio territorio geográfico y cultural” a la lengua y cultura de los invasores, presupone un acto evidente de construcción mental, cultural, identitario y lingüístico.

5.2. Un escenario de la situación colonial del uso de las lenguas y del contacto

Quiero presentar un escenario (simplificado) del contacto en la época colonial desde la perspectiva constructivista, antes explicada: El caso de la familia colonial de padre español y madre indígena (en una primera fase). El padre habla con su esposa castellano. La madre adquiere conocimientos del castellano, pero deficientes, su castellano está caracterizado por interferencias. El padre habla a sus hijos mestizos en castellano, la madre indígena en un discurso castellano-indígena “híbrido” o indígena. El padre español adquiere palabras indígenas, sobre todo plantas, animales, cultura culinaria, vestimenta etc. en forma de transferencias, sea del contacto inmediato o por imitación de transferencias escuchadas en el habla de otros hispanohablantes. También la lengua indígena de la madre está caracterizada por transferencias del castellano. No sabemos cuáles, pero podemos imaginar transferencias de tipo cultural, o sea de fenómenos particulares de la cultura castellana y eventualmente marcadores discursivos (si nos permitimos una retro-extrapolación de resultados de estudios de contacto en la actualidad hacia la época colonial, algo bastante arriesgado). Los hijos de estos matrimonios crecen como bilingües. Se puede suponer

³² En el campo, al contrario, hubo el empleo de lenguas indígenas, sobre todo del náhuatl, incluso en documentos jurídicos (cf. Cifuentes 1998).

que los conocimientos de cada lengua entre los hijos bilingües eran altamente conformes al patrón nativo, sobre todo a nivel fonético y gramatical, con un grado de translingüización selectiva a nivel léxico. Esto cambia en la segunda generación cuando mestizos bilingües se casan entre ellos. El prestigio y el peso del castellano ejercen tal presión que les hace construir la gestión de su personalidad lingüística de la manera más ventajoso, lo que les lleva a hablarles a sus hijos en la lengua prestigiosa, la castellana. Esto vale para los mestizos que viven en un ambiente castellanohablante.

Debe haber sido diferente en los casos de las madres que viven en un ambiente indígena. Hubo este ambiente en las “Repúblicas de Indios”. Ahí seguía como lengua común y de prestigio la lengua indígena respectiva. La sociedad colonial estaba marcada por un tipo de segregación residencial y lingüística (Aguirre Beltrán 1983: 43). A partir de un cierto momento, se establecieron las “Repúblicas de Indios”, o sea un tipo de reservas para proteger a la población indígena de la mala influencia de la población hispana, medida propuesta por los misioneros. En estas regiones los habitantes siguieron hablando la lengua nativa respectiva. En un documento del 6 de abril de 1691 se dice que “al presente habrá muchos indios que no la sepan [la lengua castellana]”³³ y la Real Cédula de 1770 nos da una impresión un poco diferente para los alrededores de la Ciudad de México, constatando que sí hay conocimiento de la lengua castellana entre los indígenas pero resistencia a usarla:

[...] aun en las inmediaciones a la capital de Méjico en el corte espacio de dos leguas [...] no porque los naturales no entiendan el castellano, sino por que no quieren hablarla, mediante que ha visto pobres indias que entien-

33 Documento impreso en Cifuentes (1998: 281-283).

dan castellano, otomi y mexicano y al cura y sus vicarios nunca les hablaban en castellano, sucediendo lo mismo con los alcaldes mayores y justicias valiéndose estos del intérprete.

Pero hubo indígenas hablando castellano y pocos españoles que hablaban una lengua indígena. Mendieta (1937), uno de los pocos que menciona este hecho, caracteriza este uso de castellano “corrupto” y lengua indígena “corrupta”. Creo que es lícito interpretar esta caracterización de Mendieta en mis términos de que cada una de estas dos variedades era caracterizada por interferencias.

Después de esta primera fase de contactos la situación se vuelve mucho más complicada. Durante una época prolongada hubo estabilización del predominio del castellano en las familias de las capas urbanas mestizas y españolas establecidas, viabilizándose esta decisión en la intercomunicación. No obstante, hubo dos tipos de migración que deben tenerse en cuenta, la de matrimonios de mestizos con indígenas, la de inmigrantes de España, los gachupines, y el fenómeno de la auto-castellanización de personas indígenas fuera de matrimonios.

5.3. Otra vez: los peligros de la unilateralidad de perspectiva

Como ya dije antes, hay un cuerpo importante de trabajos lingüísticos sobre la cuestión de los indigenismos. Normalmente son parte de trabajos sobre americanismos, es decir de estudios contrastivos entre español peninsular y español americano y de carácter sincrónico, actual. Este tipo de estudios, en su forma más saliente de colecciones y diccionarios de indigenismos, está, sin embargo, restringido en varios aspectos: Quiero profundizar en cuatro aspectos: el de la unilateralidad y la restricción teórica consecuencia de la unilateralidad, cier-

tos métodos de presentación de los indigenismos, con la falta de indicaciones diacrónicas (la historia de los indigenismos, su uso y desuso durante los siglos) y la ponderación de la influencia.

5.3.1. La interdependencia de la asimetría de influencias

En el pasado de los estudios realizados sobre contactos en Iberoamérica incurrieron en otra falacia: se formuló una teoría general sobre el contacto en base a un único tipo de contacto (Malmberg 1973, Lope Blanch 1986), el de la integración de elementos de otra lengua en la materna (L1), como prototipo: la influencia de lenguas indígenas en el castellano. Poco o nada se ha considerado el contacto en sentido contrario, el hablar y asimilarse a otra lengua (L2), que muestra un panorama de translingualizaciones bien diferente.

5.3.2. La manera de presentación de los indigenismos

La manera de presentación en forma de diccionarios implica un cierto peligro de esencialización. Presentan al público, también a los estudiantes principiantes, y me temo que también a los colegas no expertos en contactos, una imagen problemática, por ocultar el otro lado y los otros aspectos del contacto. No veo otra solución de presentación actualmente, pero sería muy acertado mencionar en las introducciones de tales obras esta otra cara y de caracterizar la obra como parcial.

Además, detrás de este interés se percibe la tradición de la lingüística histórico-diacrónica que se había ocupado de las influencias de las lenguas prelatinas y poslatinas en la formación de las lenguas románicas. Emblemas de este tipo de interés

son las nociones de sustrato y superestrato. Es bastante obvio que tales conceptos como sustrato, superestrato y adstrato no tienen ninguna importancia para los hablantes actuales. Forman parte de la lengua y el hablante común no sabe nada de su procedencia celta, ibera, griega, visigoda, árabe, taina, náhuatl o quechua. Y si lo sabe, no le importa en la praxis comunicativa. Somos nosotros los lingüistas los que en forma de arqueología lingüística, contribuimos a una concienciación de estos hechos fomentando algo como una conciencia histórica. Me hago partidario de aquellos que propugnan que este saber sobre la evolución de la lengua propia (y de otras) es útil en varios aspectos. Para nosotros, los lingüistas tiene, además, otros intereses, que ya se construyeron en el siglo XIX: demostrar la contribución cultural de un pueblo “sustrático” o “superestrático” a la evolución cultural, tomando los residuos de sustrato o superestrato como huellas de la autoría de los conceptos y pensamientos de los pueblos de cuya lengua entró a la lengua actual. En esta línea, se generó entre los estudiosos cierta controversia sobre la influencias de lenguas indígenas en América. Simplificando un poco, se puede resumir que hubo una fracción que minimizaba las influencias y otra que las maximizaba. Minimizar significa para los maximizadores el intento de devaluar el aporte cultural de los pueblos amerindios; maximizar significa para los minimizadores el no ver las realidades de uso (vitalidad) y de crear una imagen atavista de la lengua. Esta controversia afecta no sólo a los expertos en lingüística sino a nivel político por el hecho histórico de la conquista, la opresión colonial etc., una herida abierta hasta hoy en día para algunos. Sea como fuere, no se trata sólo de una cuestión procedimental del contacto, sino de identidad. Protagonista de la teoría de un sustrato amerindio fuerte en el español de varios países americanos ha sido el antropólogo Guillermo Bonfil Batalla (1990), con su construcción de un “México profundo”.

Analizando esta controversia nos damos cuenta de que esta no se genera sobre los “hechos” sino sobre la construcción de impacto y relevancia de los hechos. Así Lope Blanch opina que cada dominio lingüístico tiene un peso específico distinto, y que el dominio del léxico es una “superficial parcela idiomática” (Lope Blanch 1986:70) y todavía menos trascendencia tienen los topónimos. Tanto para él como para otros muchos lingüistas, el dominio central es el morfosintáctico. Para alguien como Bonfil Batalla (1990: 37-40) serían el léxico, el sistema de los campos léxicos, la clasificación de parcelas del mundo por medio del léxico y con ello la semántica los dominios más importantes. Yo mismo (1995: 19-20) había insistido en la necesidad de incluir los dominios pragmáticos, textuales y prosódicos. Con todo ello se matizará el impacto de las influencias indígenas, pero me pregunto, cuál es el punto esencial de la controversia. Creo que es el de identidad. Los indigenismos léxico-semánticos constituyen para alguien como Bonfil Batalla una contribución al patrimonio intelectual de México que se manifiesta en la lengua. Las transferencias abiertas son el testimonio más saliente, pero habrá que buscar y estudiar también el universo semántico (denotativo y connotativo) detrás de estas transferencias y detrás de palabras con significado castellano (en su momento) pero con sustitución, extensión o fusión semántica de un significado-concepto de origen indígena. Ejemplos son palabras que denotan fenómenos culturales como la concepción de la muerte, de religión sincrética (la palabra *santo* que denota un dios indígena) y todos los conceptos antropocéntricos de valor como *bueno y malo, bello y feo, sabroso y asqueroso, comible, cómodo, enfermo, puro, púdico*, y los conceptos sociales, como propiedad, honor, feminidad, etc. en sus variaciones etnocéntricas. Podrían mencionarse también los nombres de plantas cultivadas como tomate, cacao, aguacate etc. ya que constituyen aportes culturales (y con ello

intelectuales) a la cultura posindígena, mestiza y transcultural. Pero es importante constatar que estos aportes serían igualmente válidos en el caso de que no hubieran sido prestados también los significantes de las palabras.

5.3.3. El nivel semántico-conceptual en el contacto de lenguas y su importancia para la historia del español en América

Pero quiero resaltar otra lección de estas reflexiones, el problema de la construcción-ponderación de los dominios lingüísticos en el contacto de lenguas. Las lenguas son fenómenos de doble articulación, ninguna parte de las dos tiene validez sin la otra. Pero en el contacto de lenguas se produce una transferencia, interferencia o fusión del signo total o parcial. Si queremos hacer una ponderación (lo que es un problema porque el uno no existe sin el otro): ¿Qué es más importante? ¿El lado del significado o del significante? A título de hipótesis quiero asumir una postura un tanto herética en la lingüística actual. Me parece que el lado semántico-conceptual incluyendo las operaciones como expresión de tiempo, modo, ilocuciones, aspectos epistémicos, negación, activo-pasivo, ergativo, etc. en su forma específica de cada lengua (como producto de la invención cognitiva y su viabilización y transformación a través del tiempo y la evolución de la sociedad-cultura) es el verdadero núcleo cognitivo y la contribución intelectual de cada comunidad lingüística. La tipología lingüística considera muchos aspectos formales para sus análisis: orden de palabras, patrones de sílabas, flexión, aglutinación, aislamiento o incorporación, preposiciones o no, género y número, concordancia, etc. No quiero disminuir las implicaciones semánticas de este tipo de fenómenos de las lenguas, pero por lo menos algunos me parecen, de hecho, menos relevantes, a pesar de ser más estables. Para la carac-

terización morfosintáctica y formal son indispensables, pero para el contacto de lenguas y sus implicaciones culturales deben considerarse secundarios y no esenciales como hasta ahora ha postulado la lingüística estructural, cuyos axiomas han determinado tanto nuestro pensamiento.

Los estudios tradicionales sobre el contacto semántico en la historia del español en América enfocaron las influencias semánticas abiertas. Queda toda la gran tarea de buscar y determinar las influencias semántico-conceptuales cubiertas³⁴ por parte de las culturas indígenas (y de inmigrantes de otras lenguas) en su evolución diacrónica (inicialmente más fuertes, paulatinamente desplazadas, su diferente grado de persistencia y vitalidad en las variedades del español, incluyendo las variedades del español habladas por los indígenas y poblaciones rurales, etc.).

5.3.4. La cuestión de la perspectiva de análisis

Quiero aclarar aquí también otro punto crucial. Lo que acabo de explicar se ha enfocado desde cierta perspectiva, la de la comunidad afectada, en el caso concreto, la mexicana. Podría ser también de la peruana, boliviana o guatemalteca o de Argentina del noroeste (o incluso de Brasil). No es una perspectiva panhispánica ni de España (que no hay que confundir) siendo la peninsular la menos importante y en el pasado la más comprometida por el peligro de un eurocentrismo. Es una aclaración importante ya que se muestra consciente de que hay varias perspectivas y cada una hace descubrir otra faceta de un fenómeno. Cada perspectiva es, en cierta medida, subjetiva; no hay perspectiva objetiva. Un acercamiento multiperspectivo no garantiza objetividad (epistemológicamente

³⁴ Cf. la visión similar de construir el contacto de lenguas en el ámbito euro-asiático de Haarmann (2007: 176-180).

imposible) pero es una manera de llegar a la intersubjetividad.

Con ello, entramos en un punto central que tiene repercusiones políticas en otros casos, la actitud negativa y el temor ante estos productos del contacto con las medidas de eliminación de préstamos integrados, el purismo retroactivo. Encontramos, en este caso, dos actitudes frente al mismo fenómeno, por un lado el deseo de rehabilitar y dignificar la contribución cognitiva hasta su enaltecimiento apoyándose en la existencia visible en la superficie de la lengua, el significante y, por el otro, la eliminación de las huellas superficiales de un aporte conceptual. Este tipo de argumento es muy frecuente en muchas comunidades. Desde el punto de vista cognitivo, de hecho, no importa si un concepto se expresa por medio de un significante que procede del tronco dominante de una lengua o de una lengua extranjera. Lo que importa es la utilidad cognitiva del concepto o del significado operacional. Pero hemos visto que la cuestión de los indigenismos tiene un valor agregado de tipo sociolingüístico y político, de identidad. Comparando préstamos en diversas lenguas y situaciones históricas nos damos cuenta de que un anglicismo en México es otra cosa que un indigenismo, aunque desde el punto de vista mecánico y procedimental parezca el mismo fenómeno. El estudio de los indigenismos, aparte de analizar los aspectos más bien técnicos, tiene que tener en cuenta esta dimensión, una dimensión que puede contribuir a la distensión de dos culturas, híbridas o transculturadas, sí, pero todavía no reconciliadas plenamente como demuestran acontecimientos recientes (como la guerra civil en Guatemala en la segunda mitad del siglo XX, la sublevación en Chiapas, las tensiones en Bolivia hace poco). No digo que eso debe ser la única medida ni la más importante, pero puede ser una entre otros.

6. La cuestión de la determinación en las lenguas mixtas: El caso de la *media lengua*

Quiero tocar otro aspecto del contacto en Iberoamérica para presentar otra faceta y para hacer otro tipo de comparación, las lenguas mixtas (*language intertwining*) como el yopará, la *media lengua* y también las lenguas criollas. Es necesario advertir que, estrictamente hablando, las lenguas con préstamos también son mixtas, pero en forma restringida y controlada mientras que en las lenguas mezcladas, que enfocaremos en lo que sigue, el aumento de interferencias-transferencias y los niveles afectados son mucho más amplios, como en el caso, por ejemplo, de la *media lengua* en algunas aldeas de Ecuador (p.ej. Imbabura). Simplificando el asunto, se puede caracterizar esta nueva lengua como aquella que tiene la estructura gramatical del quichua y el léxico del español (Muysken 1979, 1997, Gómez Rendón 2005: 39). Un ejemplo:

Ejemplo 1 (Gómez Rendón 2005: 50)

Y mientras trabaja- shpa- ndu primer año estudia-rka-
ni.

Y mientras trabaja- GER- GER primer año estudia-
-PRET-1ªSing.

Y mientras trabajaba el primer año, estudiaba.

Gómez Rendón hace un intento de detectar los “factores históricos y sociales que determinaron el origen y el desarrollo de la media lengua de Imbabura” (2005: 39). Su manera de proceder se parece a la de muchos otros que quieren detectar los factores “determinantes”. Se presentan factores macrosociales que no puedo en este caso verificar pero que parecen acertados y, a continuación, se afirma que estos fueron las causas deter-

minantes. Con ello, lo que Gómez Rendón hace, es explicar el proceso de adopción de la media lengua por los hablantes de Angla, pero no la conformación de la propia lengua. Después dice:

Según algunos informantes, era normal que un padre de familia aprendiera el castellano en la ciudad y hablara esta lengua a sus hijos –pero no a su esposa, con quien se comunicaba en quichua. La madre jugó un papel decisivo en la transmisión de la media lengua a las generaciones más jóvenes, y el padre en la transmisión del castellano. Poco a poco el quichua hablado dentro de la familia se llenó de interferencias del castellano dando paso a una mezcla de lenguas que era el principal código de comunicación entre hermanos. (Gómez Rendón 2005: 46)

Hay muchos comentarios y preguntas que hacer. No pongo en duda los hechos, sino la manera de enfocarlos.

a) El mismo tipo de situación (un padre migrante temporal que adquiere el castellano y regresa a su comunidad de origen) se encuentra en muchas comunidades indígenas a lo largo del continente americano. Sin embargo, allá no se desarrolló algo semejante como la media lengua, por lo menos no se estabilizó como variedad fija.

b) Supongo que la adquisición del castellano debió ser solo parcial y que el resultado sería una realidad lingüística llena de interferencias y simplificaciones.

c) También me pregunto cómo la madre puede jugar un papel decisivo en la transmisión de la media lengua si el padre se comunicaba con ella en quichua. Eso parece una conclusión errónea del autor. Supongo entonces que era la madre la que transmitió la lengua quichua dentro de la familia, no la *media lengua*.

d) Todo ello deja presuponer que los hijos practicaban algún tipo de bilingüismo.

e) Decir que en este escenario el quichua hablado dentro de la familia “poco a poco se llenó de interferencias del castellano” deja abiertas las siguientes cuestiones principales: ¿cómo y por qué?, o sea, ¿por qué no practicaban una comunicación bilingüe?, ¿por qué no separaron las dos lenguas como nosotros hablantes de educación superior hacemos en Europa?

f) Y mi comentario más crucial: ¿por qué no evolucionó poco a poco una lengua mixta similar por ejemplo entre los otomíes de México? Allí encontré en los años ochenta exactamente la misma situación. Pero no encontré este tipo de lengua mixta. Encontré interferencias del otomí cuando hablaban castellano y encontré transferencias y *code switching* cuando hablaban otomí, pero nunca este tipo de relexificación masiva.

Ejemplo 2:

Nubu hingui ne **pos** da mengui yague va **fuerza**

[*Si no quiere pues que se regrese apoco a la fuerza*]

pa da zi ts-i mu daza da gut-i ha nu mina da mengui

[*para llevar si se puede que pague y si no que se regrese*]

yague to da ncue.

[*apoco a quién va a enojar*]

(Zimmermann 1992: 482; cf. también Hekking 1995).

Mi pregunta es entonces la siguiente: ¿pueden tomarse los factores mencionados como determinantes? Es obvio que estos factores macrosociales no son suficientes. Queda la sospecha de que haya otros factores más que el autor no ha detectado (por ejemplo, no habla de la existencia de una escuela), pero no importa, lo esencial es que no puede dar una respuesta ni empírica (muy difícil, es verdad) ni teórica, ya que opera en sus reconstrucción sólo a nivel de condiciones externas sin entrar en factores actitudinales que reflejan el conjunto del procesamiento cognitivo-emocional de la construcción

(por lo menos a nivel de un modelo teórico) de la lengua, de construcción de la comunicación y de construcción de la relación identidad y lengua. Mi propuesta para suplir esta laguna es que los hablantes que crearon la media lengua no les importaba una cierta construcción de lengua, no les importaba la integridad ni de su lengua materna, el quichua, ni de la L2, el castellano. Tenían a su disposición material lingüístico proveniente de dos lenguas e hicieron uso de este material indistintamente en la comunicación (discurso) para expresar sus deseos comunicativos sin prever ni preocuparse del resultado en términos ni de la norma ni del sistema existentes en las dos lenguas. La posible no existencia de una escuela puede ser un factor a tener en cuenta, pero no como factor externo, sino como no activación de la actitud normativa y purista. Así fue como estos hablantes en contacto crearon en el discurso, sin querer, una variedad aparte, nueva lengua para algunos lingüistas, chapurreo para otros.

Una característica común a estas lenguas es que sus hablantes provienen de grupos no nativos de español. Comparando las diferencias del comportamiento “contactológico” de los castellanohablantes y de los amerindios quichuahablantes llegamos a la conclusión de la construcción diferente del fenómeno y nos damos cuenta de una instancia aparte de los factores externos, una instancia que los construye, los evalúa dentro de un marco de relevancia más amplio. Dentro de este marco puede ser que ellos construyesen lo que llamamos (nuestra) lengua de manera diferente que nosotros. En la historia de las ciencias del lenguaje podemos observar una variación de acercamientos a la concepción de qué es este fenómeno. La historiografía de las ciencias del lenguaje nos demuestra que las lenguas tienen varias caras y la actual concepción occidental es el resultado de un proceso de construcción dependiente de la función política de las lenguas y variedades en el mundo

occidental (Lara 2005, Zimmermann 2008c). Esto significa, no podemos presuponer que los hablantes indígenas americanos desarrollen el mismo tipo de construcción ecológico y social de su lengua que los hispanohablantes. Además, es un proceso dinámico: no podemos presuponer que la construcción de la propia lengua y la de los otros ha sido la misma en la época posconquistadora, de la colonia, que en la época de los países independientes y en los últimos 50 años: años de escolarización, castellanización e indoctrinación de supremacía de la lengua castellana por el discurso linguo-pedagógico. Este ha contribuido fuertemente en la autoinfravaloración de su lengua indígena materna. Por otro lado se calcó la solución “española” de planificación lingüística, la de crear Academias y escribir gramáticas y diccionarios normativos que la revitalizaran, en vez de insistir en el desarrollo y promoción del *uso* de la lengua.

7. Conclusión: ¿inmunidad del sistema o rechazo de la extrañez?: del “error” al cambio lingüístico

Quiero agregar que hasta hoy la evaluación de los indigenismos en el español es controvertida. Esta depende del criterio que empleemos para definir el espectro de manifestaciones del contacto: según si tomamos el castellano común, panhispanico, la norma culta de cada país, las variedades regionales, las variedades étnicas o etnolectos (o el habla de hablantes bilingües o las diversas formas de español indígena) y variedades de monolingües de comunidades exbilingües (p.ej. español andino), variedades altamente mezcladas, en el pasado excluidas de los estudios³⁵ por haberse considerado

35 Cf. Zimmermann (2010b).

no lenguas o usos incorrectos o incompetentes de lenguas por no nativos y por ello no dignos de estudios o sólo para actuar en contra de los “errores”. Es verdad, muchos cambios lingüísticos son –para quedarnos en esta perspectiva– al inicio “errores”, desviaciones de la regla cumplida hasta este momento, y muchos miembros de la comunidad de habla los perciben como errores o por lo menos como usos extraños (lo que se llama “acento extranjero”). Pero si este error es repetido por otros y después por muchos más, pierde su extrañeza, se vuelve familiar, por ser oído y usado cada vez por más personas, hasta que llega el momento en que el error se integra al conjunto de posibilidades en el habla (Keller 1990). Igual que el “error” intralingüístico se vuelve aceptable de esta forma, los “errores” por contacto siguen el mismo camino, por lo menos a nivel cognitivo. Tanto el “error” intralingüístico como el “error” por contacto dependen de la *aceptación* actitudinal por parte de los hablantes. ¿Cómo se conforma la aceptación? Claro que aquí depende de la situación, si se trata de la transferencia de elementos de L2 a L1 o la interferencia de L1 en el habla de L2 o la comunicación en dos lenguas. Cada situación ofrece diferentes escenarios de procesamiento y difusión. Además, depende de la composición de la comunidad de habla. Si los que producen interferencias son pocos inmigrantes o una minoría integrada al grupo autóctono es más probable su rechazo por el grupo autóctono. Si las relaciones comunicativas son escasas entre los grupos y el grupo que habla en alguna forma una L2 es apartado y tiene una estructura comunicativa interna e intensa, el modo interferencial de hablar no se rechaza dentro del grupo, se viabilizan como aceptables los fenómenos que para otros serían errores ya que cada uno lo hace y nadie ejerce una presión de norma. Con ello se estabilizan y pueden llevar a una variedad de contacto estable.

Volviendo a la controversia entre restricciones tipológicas en el contacto y la “libertad” total, propongo que se establezca el nivel intermediario, el de la actitud normativa, estética o identitaria. Si la teoría de las restricciones sistémico-tipológicas se puede llamar *teoría fuerte*, la teoría de la actuación de las actitudes mencionadas (u otras más), que son mucho más aptas a la transformación y eliminación, se puede llamar *teoría suave*, que considera estas como barreras, considerando las barreras como obstáculos, pero obstáculos eliminables. Me parece necesario aclarar también que el cambio lingüístico (aquí producido por el contacto) es un proceso largo del cuál podemos distinguir varias fases:

- La fase individual.
 - La fase de restricción de su uso a un ámbito grupal (familiar, generacional, profesional, religioso, etc.).
 - La fase de restricción de su uso a un ámbito social (estrato social bajo o estrato alto).
 - La fase de restricción de su uso a un ámbito regional o de territorio político, estos pueden ser comarcas, regiones de intensa intercomunicación económica y/o cultural, o territorios nacionales o transnacionales (como grupos profesionales o religiones transnacionales).
 - La fase de integración a la lengua común estandarizada, transnacional (panhispánico, p.ej. en el caso del castellano).

En cuanto a la cuestión de factores externos determinantes, propongo dejar de llamar a estos factores como determinantes y considerarlos como condiciones necesarias, aunque no suficientes para la explicación de un fenómeno de contacto. Hablando de la emergencia del contacto y su difusión, no digo

que sea *un* factor que determina este proceso sino que habrá que detectar de manera heurística las condiciones situacionales en combinación con el estudio de las actitudes, que juntos configuran la construcción relevante para el desarrollo futuro de los resultados del contacto. Hasta hace poco la explicación del contacto de lenguas en Iberoamérica ha sido caracterizada por la generalización del contacto específico desde la perspectiva de las influencias en el castellano sin tener en cuenta las condiciones específicas. La comunidad de hablantes del castellano tenía una construcción histórica específica o estaba en proceso de conformarla en la época de la colonia, una lengua con una cultura de escritura en formación, un sentimiento de supremacía cultural, religiosa, militar, de transporte terrestre y náutico etc., y una estratificación social en favor de la población europea y mestiza occidentalizada. Esta situación no era favorable para la adquisición de la lengua amerindia, y con ello no acudieron ni al bilingüismo ni a la mezcla, sino a la comunicación por medio de intérpretes y a la integración lingüística de lo nuevo sea en forma de expresiones metafóricas (*piña*), descripciones (*pavo de indias*) o transferencias bien controladas (*maíz, chocolate, tomate*). Comparando estos tipos de actitud y procesamiento podemos decir que el último corresponde a una segregación lingüística y a una defensa de la integridad de la propia lengua en una situación de contacto cultural mientras que los procesos de interferencia y de mezcla no obedecen a tales criterios de comportamiento. Aunque hay testimonios de una conciencia de “palabras peregrinas” como se llamaban ya en Quintiliano y Juan Luis Vives en *De ratione dicendi* de 1532 (cf. Vives 1948: 695), no creo que hubiera una actitud deliberada de purismo entre la población colonial española y por ello la actitud no se puede calificar de purista.

Referencias bibliográficas

- Aguirre Beltrán, Gonzálo (1983): *Lenguas vernáculas. Su uso y desuso en la enseñanza*. México: CIESAS.
- Alvar, Manuel (1977): *Leticia: Estudios lingüísticos sobre la Amazonia colombiana*. Con una monografía etnográfica de Elena Alvar. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo.
- (1981): “Español, castellano, lenguas indígenas (Actitudes lingüísticas en Guatemala sudoccidental)”. En: *Logos Semantikós. Studia Linguistica in honorem E. Coseriu (1921-1981)*. Vol. III, Berlín/ New York ; Madrid: De Gruyter / Gredos, 393-406.
- (1986): *Hombre, etnia, estado: Actitudes lingüísticas en Hispanoamérica*. Madrid: Gredos.
- Auer, J. Peter C. (1984): *Bilingual conversation*. Amsterdam / Philadelphia: Benjamins.
- Auer, Peter (1998): “Introduction: ‘bilingual conversation’ revisited”. En: Auer, Peter (ed.): *Code-switching in conversation: Language, interaction and identity*. London: Routledge, 1-24.
- Bakker, Peter / Mous, Maarten (1995): “Introduction”. En: Bakker, Peter / Mous, Maarten. (edd.): *Mixed languages: 15 case studies in language intertwining*. Amsterdam: IFOTT: 1-11.
- Bechert, Johannes/ Wildgen, Wolfgang (1991): *Einführung in die Sprachkontaktforschung*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Bonfil Batalla, Guillermo (1990): *México Profundo: una civilización negada*. México: Grijalbo.
- Brincat, Joseph/ Boeder, Winfried/ Stolz, Thomas (eds.) (2003): *Purism in minor languages, endangered languages, regional languages, mixed languages*, Bochum: Brockmeyer.
- Calvo Pérez, Julio (2008): *Nuevo diccionario bilingüe español-quechua / quechua, español*. Lima: Universidad “San Martín de Porres”.
- Cifuentes, Bárbara (1998): *Letras sobre voces: Multilingüismo a través de la historia*. México D.F.: CIESAS/INI.
- Coseriu, Eugenio (1974): *Sinchronía, diacronía e historia: El problema*

del cambio lingüístico. [traducción alemana: München: Fink 1974, 1ª ed. Montevideo 1958].

Couto, Hildo Honório do (2007): *Ecolingüística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora

Escobar, Anna María (2000): *Contacto social y lingüístico: El español en contacto con el quechua en el Perú*. Lima: Pontificia Universidad Católica.

Fabbro, Franco (1999): *The neurolinguistics of bilingualism: An introduction*. London: Psychology Press.

Ferguson, Charles (1959): "Diglossia", En: *Word* 15, 325-340.

Flórez, Luis (1967): *Temas de castellano: notas de divulgación*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo.

García, Érica (1995): "Frecuencia (relativa) de uso como síntoma de estrategias etnopragmáticas". En: Zimmermann, Klaus (ed.): *Lenguas en contacto en Hispanoamérica*. Madrid: Iberoamericana/ Frankfurt am Main: Vervuert, 51-72.

Gómez Rendón, Jorge (2005): "La media lengua de Imbabura". En: Olbertz, Hella/ Muysken, Pieter (eds.): *Encuentros y conflictos: Bilingüismo y contacto de lenguas en el mundo andino*. Madrid: Iberoamericana/ Frankfurt am Main: Vervuert, 39-57.

Granda, Germán de (1994): "El proceso de koineización en el período inicial del desarrollo del español de América". En: Lüdtke, Jens (ed.): *El español de América en el siglo XVI*. Frankfurt am Main: Vervuert, 87-108.

Haarmann, Harald (2007): *Foundations of culture: Knowledge construction, belief systems and world view in their dynamic interplay*. Frankfurt am Main: Lang.

Halsband, Ulrike (2007): *Aspekte bilingualer und multilingualer Sprachverarbeitung*. En: Kochendörfer, Günter (ed.): *Sprache – interdisziplinär: Beiträge zur kognitiven Linguistik, Neurolinguistik und Neuropsychologie*. Frankfurt am Main: Lang.

Hamel, Rainer E. (1988): *Sprachenkonflikt und Sprachverdrängungen:*

Die zweisprachige Kommunikations-praxis der Otomí-Indianer in Mexico. Frankfurt am Main: Lang.

Hekking, Ewald (1995): *El otomí de Santiago Mexquititlán: desplazamiento lingüístico, préstamos y cambios gramaticales.* Amsterdam: IFOTT.

Hill, Jane H. / Hill, Kenneth C. (1986): *Speaking mexicano: Dynamics of syncretic language in Central Mexico.* Tucson: The University of Arizona Press.

Hirsch, Joy (1997): "Distinct cortical areas associated with native and second languages". En: *Nature* 388, 171-174.

Humboldt, Wilhelm von (1990): *Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad. Traducción y prólogo de Ana Agud.* Barcelona: Anthropos.

Keller, Rudi (1990): *Sprachwandel: Von der unsichtbaren Hand in der Sprache.* Tübingen: Francke.

Krashen, Stephen D. (1981): *Principles and Practice in Second Language Acquisition.* London: Prentice-Hall International.

Labov, William (2001): *Principles of linguistic change.* Vol. 2. *Social factors.* Malden, Mass./ Oxford: Blackwell.

Lambert, Wallace / Gardner, Robert (1972): *Attitudes and motivation in second language learning.* Rowley, Mass.: Newbury House.

Lastra, Yolanda (2006): *Resistencia a los préstamos en chichimeco-jonaz.* Ponencia en el 52 ICA en Sevilla, julio de 2006.

Lope Blanch, Juan M. (1986): "En torno a la influencia de las lenguas indoamericanas sobre la española". En: *Actas del II Congreso Internacional sobre el Español de América, Ciudad de México, 27-31 de enero 1986.* México: UNAM, 65-75.

Maturana, Humberto R. (1980): "Biology of cognition". En: Maturana, H.: *Autopoesis and Cognition: the realization of the living.* Dordrecht: Reidel.

Máynez, Pilar (2007): "Acerca del concepto 'transculturación'". En: Schrader-Kniffki, Martina/ Morgenthaler García, Laura (eds.): *La Ro-*

mania en interacción: Entre historia, contacto y política. Ensayos en homenaje a Klaus Zimmermann. Madrid: Iberoamericana/ Frankfurt am Main: Vervuert, 249-261.

Mendieta, Jerónimo fray de (1973): *Historia Eclesiástica Indiana.* Estudio preliminar y edición de Francisco Solano y Pérez-Lila. 2 vols., Madrid: Biblioteca de Autores Españoles.

Muysken, Pieter (1979): "La mezcla de quichua y castellano: El caso de la 'media lengua' en el Ecuador". En: *Lexis* 3, 41-46.

Muysken, Pieter (1997): "Media lengua". En: Thomason, Sarah G. (ed.): *Contact languages: A wider perspective.* Amsterdam: Benjamins, 365-425.

Muysken, Pieter (2000): *Bilingual speech: A typology of code-mixing.* Cambridge: Cambridge University Press.

Ninyoles, Rafael LL. (1977): *Cuatro idiomas para un Estado: el castellano y los conflictos lingüísticos en la España periférica.* Madrid: Ed Cambio 16.

Osorio Romero, Ignacio (1990): *La enseñanza del latín a los indios.* México: UNAM.

Paradis, Michel (2004): *A neurolinguistic theory of bilingualism.* Amsterdam / Philadelphia: Benjamins.

Roth, Gerhard (1996): *Das Gehirn und seine Wirklichkeit: kognitive Neuropsychologie und ihre philosophischen Konsequenzen.* Frankfurt am Main: Suhrkamp [5ª edición revisada].

Roth, Gerhard (2003): *Fühlen, Denken, Handeln: Wie das Gehirn unser Verhalten steuert.* Frankfurt am Main: Suhrkamp [nueva edición completamente revisada].

Santamaría, Francisco J. (1974): *Diccionario de Mejicanismos.* 2ª. Edición corregida y aumentada. México D.F.: Porrúa.

Schmidt, Siegfried J. (1995): "El constructivismo radical: Un nuevo paradigma en el discurso interdisciplinario". En: *Teoría/Crítica* 2, 37-83.

Schrader-Kniffki, Martina (2003): *Spanisch-Zapotekische Bitt- und Dankeshandlungen. Sprachkontakt und Höflichkeit in einer amerindis-*

chen Kultur Mexikos. Frankfurt am Main: Vervuert.

Silva Corvalán, Carmen (2011): “Lenguas en contacto: los límites de la convergencia gramatical”, en: Congosto Martín, Yolanda/ Méndez García de Paredes, Elena (eds.): *Variación lingüística y contacto de lenguas en el mundo hispánico*. In memoriam Manuel Alvar, Madrid: Iberoamericana, 291-310.

Thomason, Sarah G. / Kaufman, Terrence (1988): *Language contact, creolization and genetic linguistics*. Berkeley: The University of California Press.

Trudgill, Peter (1986): *Dialects in Contact*. Oxford: Blackwell.

Tuten, Donald N. (2003): *Koineization in Medieval Spanish*. Berlin: Mouton de Gruyter.

Velasco Ceballos, Rómulo (1945): *La alfabetización en la Nueva España*. México: SEP.

Vives, Juan Luis (1948): *Obras completas*. Primera traslación castellana íntegra y directa. Comentarios, notas y un ensayo bibliográfico por Lorenzo Riber. 2 vols., Madrid: Aguilar.

Weinreich, Uriel (1953): *Languages in contact*. New York: Linguistic Circle of New York.

Zimmermann, Klaus (1986): “El español de los Otomies del Valle del Mezquital (México), un dialecto étnico”. En: *Actas del II Congreso Internacional sobre el Español de América, Ciudad de México, 27-31 de enero 1986*. México: UNAM, 234-240.

--- (1987): “Préstamos gramaticalmente relevantes del español al otomí. Una aportación a la teoría del contacto entre lenguas”. En: *Anuario de Lingüística Hispánica* 3, 223-253].

--- (1992): *Sprachkontakt, ethnische Identität und Identitätsbeschädigung. Aspekte der Assimilation der Otomí-Indianer an die hispanophone mexikanische Kultur*. Frankfurt am Main: Vervuert.

--- (1995): “Aspectos teóricos y metodológicos de la investigación sobre el contacto de lenguas amerindias con el español”. En: Zimmermann, Klaus (ed.): *Lenguas en contacto en Hispanoamérica: Nuevos enfoques*,

Frankfurt am Main: Vervuert, 11-35.

--- (2003): “Lingüísticas parciales, nacionales y transnacionales: Construcción y transgresión de fronteras”. En: *Lexis* 17: 1-2, tomo 1 [“Homenaje a José Luis Rivarola” tomo 1, ed. por Cisneros, Luis Jaime et al.] 503-527.

--- (2004a): “El contacto de las lenguas amerindias con el español en México”. En: *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana* 2: 2, 19-39.

--- (2004b): „Die Frage der Sprache hinter dem Sprechen: Was kann die Gehirnforschung dazu beitragen?“. En: Graumann, Andrea / Holz, Peter / Plümacher, Martina (edd.): *Towards a dynamic theory of language: A festschrift for Wolfgang Wildgen on Occasion of his 60th birthday*. Bochum: Brockmeyer, 21-57.

--- (2005): “Traducción, préstamos y teoría del lenguaje: La práctica transcultural de los lingüistas misioneros en el México del siglo XVI”. En: Zwartjes, Otto / Altman, Cristina (edd.): *Missionary linguistics II: Orthography and Phonology*. Amsterdam / Philadelphia: Benjamins, 107-136.

--- (2006a): “Génesis y evolución de las lenguas criollas: una visión desde el constructivismo neurobiológico”. En: *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana* 4: 1 (No. 7) 117-138.

--- (2006b): “El problema del purismo en la modernización lingüística de lenguas amerindias”. En: Terborg, Roland / García Landa, Laura (edd.): *Los retos de la planificación del lenguaje en el siglo XXI*, vol. 2, México: CELE-UNAM, 501-524.

--- (2008a): “Constructivist theory of language contact and the Romanisation of indigenous languages”. En: Stolz, Thomas / Bakker, Dik / Palomo, Rosa (edd.): *Aspects of Language Contact: New Theoretical, Methodological and Empirical Findings with Special Focus on Romancisation*. Berlin: Mouton de Gruyter (en prensa)

--- (2008b): “Migración, contactos y nuevas variedades lingüísticas: Reflexiones teóricas y ejemplos de casos de América Latina”. En: Escobar, Anna María/ Wölck, Wolfgang (edd.): *Contacto lingüístico y la emergen-*

cia de variantes y variedades lingüísticas, 129-160.

--- (2008c): “La invención de la norma y del estándar para limitar la variación lingüística y su cuestionamiento actual en términos de pluricentrismo (Mundo Hispánico)”. En: Erfurt, Jürgen /Budach, Gabriele (eds.): *Procesos de estandarización en el mundo francófono e hispanófono en el siglo XX*. Frankfurt am Main: Lang, 187-207.

--- (2010a): “El manejo de las lenguas en contacto (interferencia, transferencia, préstamo, code switching etc.) desde la perspectiva del constructivismo neurobiológico, en: Iliescu, Maria/ Siller, Heidi/ Danler, Paul (eds.): *Actes du XXV Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, Innsbruck 3 – 8 septembre 2007*. Berlin: de Gruyter/ Niemeyer 2010, 461-474.

--- (2010b): “La hispanofonía, la lingüística hispánica y las Academias de la Lengua: propuestas para una nueva cultura lingüística”, en: Ortega, Julio (ed.): *Nuevos hispanismos interdisciplinarios y trasatlánticos*, Madrid/ Frankfurt am Main: Iberoamericana/ Vervuert, 43-59.

--- (2010c): “Diglosia y otros usos diferenciados de lenguas y variedades en el México del siglo XX: entre el desplazamiento y la revitalización de las lenguas indomexicanas”, en: Barriga, Rebeca/ Martín Butrageño, Pedro (eds.): *Historia sociolingüística de México*. vol. 2: *México contemporáneo* México: El Colegio de México, 881-955.

GRADIÊNCIA DEFINITÓRIA: O CASO DA GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA LÍNGUA NACIONAL NO BRASIL

Heliana Mello (UFMG)

1. Introdução: a diáspora africana e suas consequências linguísticas

Muitas são as consequências linguísticas da diáspora africana nas Américas. Encontram-se desde os remanescentes de línguas africanas nas línguas de cultos religiosos (cf. Candomblé, no Brasil; Santería, em Cuba, República Dominicana e Porto Rico, Vodun no Haiti), passando-se pela inepção de línguas crioulas como o Creole do Haiti, até as línguas secretas faladas em remanescentes quilombolas (cf. Cafundó em São Paulo e Tabatinga, em Bom Despacho, Minas Gerais). Uma das consequências linguísticas mais marcadas, resultantes da diáspora africana nas Américas, foi sem dúvida a formação de línguas crioulas em regiões onde houve enorme concentração de mão de obra de africanos escravizados. Este foi o caso de crioulos clássicos como o do Haiti, o da Jamaica e os do Suriname. No Brasil, apesar da nossa herança genética e cultural africana, linguisticamente não temos a comprovação da existência de línguas crioulas ao longo da nossa história, mas vimos assistindo a um debate sobre a origem miscigenada do português brasileiro há

*muito tempo*³⁶. Este debate, outrora polarizado em dois extremos, representados por um lado que defende a crioulização prévia do português brasileiro e por outro que argumenta em prol da deriva do português europeu, tem-se felizmente atenuado, afastando-se das radicalizações dos seus extremos. A hipótese da crioulização prevê que houve, de fato, a formação de uma ou mais línguas crioulas no Brasil colonial, as quais, posteriormente foram descrioulizadas em função da crescente pressão e relevância da língua portuguesa no Brasil. Já a hipótese da deriva baseia-se na proposição de que os traços do português brasileiro que divergem do português europeu originam-se em arcaísmos e marcas vernáculas presentes nas variedades portuguesas trazidas ao Brasil ao longo de seu período colonial. À medida que a linguística brasileira se fortalece e se autentifica através do interesse crescente pelos estudos de cunho descritivo-explicativos das próprias variedades do português brasileiro, das línguas indígenas, das línguas de imigração e das demais manifestações linguísticas encontradas em território nacional, podemos assistir a uma complexificação das propostas sobre as origens do PORTUGUÊS BRASILEIRO e da necessidade de estudos que conjuguem o conhecimento de línguas africanas, indígenas, do próprio português diacronicamente considerado, de história e de técnicas de exploração do desenvolvimento linguístico. Ao mesmo tempo, com o advento de novas tecnologias, é possível desenvolverem-se estudos que considerem o nível fonético em análises linguísticas, observando-se, sobretudo, elementos prosódicos das línguas sob análise, o que significa um grande avanço sobre os estudos que consideram apenas traços sintáticos ou morfológicos em isolamento. Some-se a esses avanços também o desenvolvimento de corpora eletrônicos de estudos, que possibilitam o fácil acesso a grandes quantidades de dados através de interfaces computadorizadas.

36 MELLO, Heliana. *The genesis and development of Brazilian Vernacular Portuguese*. Ann Arbor: University Microfilm International. 1996.

A fim de esboçar a trajetória histórica do PORTUGUÊS BRASILEIRO, a seguir discutiremos questões de fundamentação que devem ser exploradas na consideração sobre a sua evolução e as suas fronteiras, algumas vezes pouco definidas, em relação ao seu grau de parentesco com línguas crioulas e com a variedade europeia portuguesa, lançando mão, sobretudo, de dados de caráter sócio-histórico.

2. Debate sobre as origens do PORTUGUÊS BRASILEIRO: origem crioula versus mudanças internas do sistema linguístico do PE – o contato e a deriva

Como não raro acontece em debates altamente ideologizados sobre linguagem e cultura, é possível que a celeuma sobre a origem do PORTUGUÊS BRASILEIRO esteja ancorada muito mais em questões pertinentes a crenças, auto-imagem e representações culturais que a evidências cientificamente legitimadas. A própria definição do que seja uma língua crioula é algo controverso e não consensual. Neste campo, encontramos definições calcadas na percepção que os próprios falantes de uma variedade linguística têm em relação à sua fala, como o caso dos haitianos e sua fala Crèole a qual é percebida por muitos como uma língua sem regras: ... *muitos haitianos monolíngues e bilíngues consideram o Crioulo como uma não-língua, alegando que “ele não tem regras”*.³⁷ Há definições baseadas em agrupamentos de traços linguísticos ou em sua ausência³⁸, há

37 HAGGERTY, Richard (ed.). *Haiti: A Country Study*. Washington: GPO for the Library of Congress, 1989. <http://countrystudies.us/haiti/30.htm/> Consultado em 15/05/2011.

38 HOLM, John & PATRICK, Peter. *Comparative Creole Syntax: Parallel Outlines of 18 Creole Grammars*. London: Battlebridge Press. 2007.

BAKKER, Peter; DAVAL-MARKUSSEN, Aymeric; PARKVALL, Mikael; PLAG, Ingo. Creoles are typologically distinct from non-creoles. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, Volume 26, Number 1, pp. 5-42(38). 2011.

também definições a partir de inferências históricas³⁹. Notável, entretanto, é que o não consenso reflete os debates que circundam o fato de as línguas crioulas ocuparem um espaço incômodo nos modelos contemporâneos de gênese linguística, uma vez que não se acomodam facilmente à noção de línguas-filhas, legítimas derivas em um tronco bem-organizado em uma família linguística. Assim, explica-se o desconforto de se associar uma dada variedade linguística a uma origem “bastarda”, fora dos padrões previstos para modelos tradicionais da mudança linguística, quais sejam, os tradicionais modelos de famílias linguísticas, que preveem uma única origem para línguas consideradas irmãs (cf. Família Indo-Europeia e tronco das línguas românicas)⁴⁰. A esse desconforto, somem-se os preconceitos associados aos falantes de línguas crioulas, normalmente populações residentes em regiões tropicais, pouco desenvolvidas, pobres e de ascendência étnica africana.

Voltando ao nível conceitual, quais são as evidências estruturais que distinguem línguas crioulas de línguas não-crioulas? É possível dizermos, por exemplo, que as variações de uso de marcação/não-marcação morfológica de plural no sintagma nominal do português brasileiro é resultado de manutenção de traços vernáculos do português europeu e não influência do contato com línguas africanas? Assim, seria viável diferenciar variedades vernáculas das línguas lexificadoras de línguas crioulas de forma dicotômica? Essas são perguntas de difícil resposta, que requerem

39 MUFWENE, Salikoko. Jargons, pidgins, creoles and koinés: what are they? In Arthur Spears and Donald Winford (eds.) *The structure and status of pidgins and creoles*. Amsterdam: John Benjamins. P. 35-70. 1997.

_____. Creolization is a social, not a structural, process. Comunicação apresentada no International Symposium on *Degrees of Restructuring in Creole languages*, Regensburg, Alemanha, 24-27 Junho. 1998.

40 THOMASON, Sarah & KAUFMAN, Terrence. *Language contact, creolization, and genetic linguistics*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 1988.
THOMASON, Sarah. *Language contact: an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press; Georgetown University Press. 2001.

um escrutínio que transcende a análise sincrônica de uma língua. Para proceder a tal investigação em relação ao português brasileiro, passaremos a seguir a explorar alguns elementos relacionados à formação e ao desenvolvimento dessa língua.

2.1 O que se sabe sobre a trajetória de formação e desenvolvimento do português brasileiro

A complexidade do cenário sociocultural e linguístico dos séculos de composição da língua nacional do Brasil talvez jamais possa ser inteiramente desvelada. Faz-se necessária uma permanente pesquisa histórico-linguística, que deve ser desenvolvida a fim de que sejam encontrados mais elementos esclarecedores sobre o nosso passado. Temos, entretanto, elementos indiciais para propormos modelos factíveis sobre os possíveis cenários que propiciaram o surgimento da língua nacional em suas duas grandes modalidades: o português popular brasileiro (ou português brasileiro vernáculo) e o português brasileiro padrão. Note-se, entretanto, que os rótulos aqui adotados, seja para referir-se às variedades vernáculas, seja para as variedades padrão, encobrem variabilidade e complexidade linguística. Não existe língua uniforme e desprovida de variabilidade.⁴¹ Espera-se que tais modelos sejam confirmados ou desconfirmados, a partir dos desenvolvimentos de novas pesquisas sobre a temática da formação cultural e populacional do Brasil, ou que outras propostas sejam feitas a partir de novos dados sócio-históricos e linguísticos que sejam agregados ao que já é do nosso conhecimento.

41 Quando se fala de uma dada variedade linguística, tem-se em mente uma grande abstração sistêmica, uma vez que qualquer variedade é formada por contínuos variáveis (variações relacionadas às localidades geográficas em que tal variedade é falada, aos assuntos dos quais se fala, ao formato da interação, i.e., se monólogo, diálogo, conversação, ao meio de interação, se oral ou escrito, etc.).

O estudo da formação do português brasileiro vernáculo levando-se em conta os cenários de contato de populações, enfoca sobretudo as diversificadas contribuições de línguas africanas, línguas indígenas – aí incluídas as diversas modalidades da assim chamada *língua geral* – e o português lusitano, também em suas variedades aportadas no Brasil.

A chegada dos portugueses à costa baiana, em 22 de abril de 1500, certamente não terá sido o início de uma complexa realidade linguística em terras brasileiras. Apesar de, normalmente, nos confrontarmos com a instigante pergunta sobre os desdobramentos do contato entre o português lusitano aqui chegado e as línguas autóctones, devemos também lembrar-nos da intrincada história de contato prévio de tais línguas autóctones, que por séculos coexistiram em terras onde hoje está o Brasil, antecedendo o seu contato contínuo com a língua colonizadora nas décadas subsequentes. Feito esse passo, devemos olhar para a inserção do português no Brasil, como uma complexificação de uma realidade linguística prévia, que receberia ainda outras contribuições, através da chegada das línguas africanas para cá trazidas, via tráfico negreiro. Como se vê, estamos diante de uma situação de contato de populações, com todas as consequências sócio-político-culturais que daí se depreendem, dentre elas o contato linguístico.

Muitas são as menções nos relatos dos primeiros contatos entre europeus com as populações nativas brasileiras do recurso à gestualidade para se fazerem entender as intenções comunicativas entre os interlocutores envolvidos. Daí poder-se supor que em contatos dessa natureza haveria uma boa vontade mútua na tentativa de estabelecimento de um processo comunicativo. O desejo de fazer-se entender e de entender ao outro é um primeiro passo para o amálgama criado em situações linguísticas de contato. Poder-se-ia dizer que assim começam a surgir as primeiras variedades de mescla

linguística, que podem resultar em jargões, que por sua vez poderiam seguir um caminho de desenvolvimento passando por um processo de pidginização e posterior criouliização. Entende-se por jargão uma variedade linguística emergencial, constituída por itens lexicais de diferentes proveniências e uma gramática icônica, que basicamente associa eventos físicos sequencialmente ordenados na linha do tempo a representações linguísticas, extremamente limitada. Já os pidgins são variedades linguísticas com um léxico expandido em relação aos jargões, com uma gramática limitada, porém caracterizável. Uma das características definitórias de pidgins é o fato de eles não serem geralmente língua materna nas comunidades que deles fazem uso, servindo como língua franca para o desempenho de diversas atividades, normalmente ligadas ao comércio. As línguas crioulas, por sua vez, são assim rotuladas pela sua “juventude” em relação a outras línguas conhecidas. Línguas crioulas possuem um léxico estável, uma gramática também estável e, frequentemente, são a língua materna das comunidades que delas fazem uso, assumindo, assim, o caráter de língua vernácula.

O ciclo evolutivo de variedades de contato, como acima explicitado, não é a única possibilidade para o desenvolvimento de línguas crioulas.⁴² Entretanto, para os nossos objetivos e por ser tradicionalmente aceito, serve-nos como um dos cenários plausíveis para o caminho evolutivo da gênese linguística.⁴³

Entretanto, o desenvolvimento de mesclas linguísticas não é, de forma alguma, a única possibilidade resultante do contato entre línguas e populações. Várias possibilidades, que vão desde o abandono completo das línguas primeiras de populações deslocadas ou que sofreram invasões até a constituição e emergência de novas línguas, são resultados

42 Cf. Mufwene (2008) para a rejeição desse modelo.

43 Cf. Mello (2002) para as diversas hipóteses sobre os resultados do contato linguístico.

viáveis e documentados ou reportados ao longo da história das línguas. Poderíamos pensar nessas diversas possibilidades como o espectro de momentos contíguos em um contínuo linguístico resultante do contato entre populações e suas línguas.

É importante, também, notar que a história de uma língua está diretamente associada à história das gerações de seus falantes. Nenhuma língua jamais foi estática. O processo de mudança linguística ocorre tanto sincrônica quanto diacronicamente, e toda língua será sempre uma abstração, formada por variedades e registros distintos em um mesmo momento no eixo temporal. Some-se a isso o fato de que a cada processo aquisicional, ou seja, cada vez que uma criança adquire sua língua materna, algo de novo acontece com o sistema, uma vez que os adquirentes de uma língua não recebem um modelo monolítico como fonte de dados. A sua base de referência é uma composição da mesma língua falada, em suas variedades, por todas aquelas pessoas que lhe servem de modelo.

A fim de melhor compreendermos a formação do português brasileiro, faz-se necessário que conheçamos os principais aportes linguísticos que integraram esse processo. O estado da arte não nos permite ter certezas em relação a um grau de detalhamento necessário para que se possam aventar hipóteses com alto nível de detalhamento, para o que seria necessário, por exemplo, termos disponível a descrição de todas as línguas que estiveram em contato nos períodos relevantes de formação do português brasileiro. Porém, de posse dos dados disponíveis em relação aos principais aportes linguísticos presentes no Brasil colonial e imperial e suas relações com os índices demográficos conhecidos, podemos esboçar algumas considerações sobre possíveis trajetórias de evolução da língua nacional.

Conforme discutido por Mello (1996, 2011), os dados demográficos e linguísticos disponibilizados via IBGE⁴⁴,⁴⁵ e por pesquisadores da demografia brasileira apresentam estimativas dos grupos populacionais ao longo da história brasileira. Por exemplo, o contingente populacional indígena é difícil de ser estabelecido – sabe-se ao certo, entretanto, que havia grupos linguísticos muito distintos e variados em todo o território nacional. O Ethnologue lista 176 línguas em seu inventário, como pode ser visto no Mapa 1. Esta seria apenas uma pequena fração da variedade linguística no Brasil no seu descobrimento.

Mapa 1 – Línguas do Brasil⁴⁶



44 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *Estudos sobre as línguas estrangeiras e aborígenes faladas no Brasil*. Rio de Janeiro : Serviço Gráfico do IBGE, 1950. 114 p. (Estatística cultural; 2).

45 IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. 2000. <http://www.ibge.org.br/>. Consultado em 15/05/2011.

46 http://www.ethnologue.com/show_map.asp?name=BR&seq=10 Consultado em 22/06/2011. Lewis, M. Paul (ed.), 2009. *Ethnologue: Languages of the World, Sixteenth edition*. Dallas, Tex.: SIL International. Online version: <http://www.ethnologue.com/>.

Através da ocupação da terra pelos portugueses e seu contato com povos indígenas houve o desenvolvimento da chamada *língua brasílica*, também conhecida como *língua geral*, uma coíné de base tupi-guarani.⁴⁷ É relevante mencionar que, já em 1595, seria publicada a obra do Padre Anchieta, intitulada *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, o que sinaliza a dimensão de importância que a família tupi-guarani exercia naquele momento nas relações de ocupação territorial do Brasil.

A língua brasílica manteve sua importância como língua franca na maior parte do território brasileiro até pelo menos meados do século XVIII, quando houve a intervenção do Marquês de Pombal e o português passou a ser legalmente língua mandatória no Brasil. Sua importância para a colonização da região amazônica foi ainda mais duradoura, e uma variedade denominada *nheengatu* ainda é falada nos dias atuais em locais pontuais daquela área, sobretudo às margens do Rio Negro.⁴⁸

Já o aporte africano constitutivo da população brasileira teve sua inepção com a chegada dos primeiros africanos trazidos para o Brasil na condição de escravos datada de 1538.⁴⁹ Ao longo de mais de três séculos de tráfico negreiro, as estimativas numéricas sobre a população desalojada da África e realocada para o Brasil alcançam a casa dos três a quatro milhões de indivíduos. Esse número é discutível. Há autores que chegam a mencionar de seis a nove milhões de indivíduos.

47 RODRIGUES, Aryan. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1994.

48 Como em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, onde constitui uma das línguas co-oficiais do município. Cf. MORELLO, Rosângela e MÜLLER de OLIVEIRA, Gilvan. Livro de Registro das Línguas: uma Política Patrimonial para as Línguas Brasileiras. Comunicação no III Seminário sobre a Gestão das Línguas. As políticas linguísticas no âmbito das Américas em um mundo multipolar. 29-31 de maio, 2006.

49 MATTOSO, Katia. *To be a slave in Brazil: 1550-1888*. New Brunswick, London: Rutgers University Press, 1989.

Qualquer que tenha sido o número de africanos aportados no Brasil, seu número foi claramente elevado, e sua importância foi duradoura e espaiada em todos os níveis da estruturação sociocultural brasileira.

Dois foram os troncos linguísticos trazidos da África para o Brasil: o afro-asiático e o congo-cordofiano. O primeiro teve importância reduzida e local, representado pelos africanos islamizados do ramo chádico, de língua hauçá, que foram instalados sobretudo na Bahia. O segundo teve grande importância e a ele pertencia a grande maioria dos africanos trazidos para o Brasil, que falavam línguas de uma mesma família linguística para cá trazida: a família níger-congo. Essa família linguística foi aqui representada principalmente por dois grandes grupos – o ramo kwa e o ramo bônue-congo.

Do ramo kwa foram trazidas as línguas ewe, fon, mahi (jeje, mina, ijó e iorubá (nagô)). Do ramo bônue-congo, aqui chegaram majoritariamente as línguas banto, representadas por falantes de quicongo, umbundo e quimbundo.⁵⁰

O número de africanos falantes de línguas banto em muito superava aquele de falantes de línguas kwa. Enquanto os africanos de procedência banto tiveram uma entrada contínua ao longo dos séculos de tráfico negreiro e foram espalhados pelo Brasil, aqueles falantes de línguas kwa aqui chegaram mais tardiamente, em número menor, e foram alocados sobretudo para a Bahia.⁵¹

Na história da vinda de africanos para o Brasil, há menção de escravos trazidos diretamente de Portugal (*negros do reino*), os quais já teriam chegado em terras brasileiras falando algum tipo de português. Há relatos também da realocação de senhores de engenho de São Tomé que teriam

50 PESSOA DE CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

51 Pessoa de Castro, 2001.

trazido consigo seus escravos, falantes de um crioulo de base lexical portuguesa.⁵²

No que diz respeito ao desempenho que os escravos mostravam de suas habilidades linguísticas em relação ao português, eram classificados como *negros boçais* aqueles que não se expressavam compreensivelmente naquela língua, e como *negros ladinos* aqueles que demonstravam um grau de proficiência razoável nela. Claramente os assim chamados ladinos usufruíam de *status*, superior uma vez que possuíam o domínio de um bem imaterial e altamente valorizado: a capacidade de comunicação com os seus senhores e a possibilidade de algum tipo de integração e ascendência social na sociedade colonial.

O componente português da população brasileira aqui esteve, evidentemente, desde a descoberta da terra. Após a partida da esquadra cabralina do litoral brasileiro, aqui foram deixados degredados para aprenderem as línguas locais e servirem de elo entre o novo território descoberto e o reino. Nos anos seguintes ao descobrimento, muitas viagens foram feitas ao litoral brasileiro, com interesses focados na prospecção de riquezas. A ocupação da terra, como estabelecimento colonial de fato, iniciou-se em 1530.

Os portugueses que inicialmente vieram para o Brasil pertenciam às camadas populares: em sua maioria homens, buscavam oportunidades de trabalho e a possibilidade de iniciar uma nova vida. Disso depreende-se que a grande maioria dos colonizadores falava variedades vernáculas do português lusitano, possivelmente de origem rural, eram analfabetos e desprovidos de instrução formal. A mão de obra portuguesa aqui chegada era oriunda de várias localidades como Madeira, Açores, Porto, Alentejo, Minho e Lisboa.⁵³

52 Mello, 1996.

53 SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed.

Essa grande diversidade de proveniência dos colonos provavelmente garantiu um equilíbrio linguístico, em que nenhum dos dialetos vernáculos locais teve uma preponderância marcante. É possível que tenha havido no Brasil um nivelamento dialetal do português europeu, como ocorrido em outras colônias, como nos Estados Unidos e na Austrália. Evidência para tal se vê presentemente em formas arcaicas portuguesas, de diversas proveniências dialetais, ainda encontradas no Brasil rural.

2.1.4 O aporte imigrante tardio

A chegada de imigrantes procedentes tanto do continente europeu quanto asiático ocorreu principalmente no século XIX e décadas iniciais do século XX. Houve concentração desse aporte na região sul do Brasil e no estado de São Paulo, em menor escala, também no Espírito Santo. Posteriormente, movimentos populacionais internos levaram membros dessas comunidades às mais variadas áreas urbanas e rurais do Brasil, sobretudo em regiões com prospectos de desenvolvimento econômico. A sua contribuição à constituição do PORTUGUÊS BRASILEIRO faz-se notar, sobretudo, na região sul do país, onde até os dias de hoje encontram-se comunidades bilingües. Uma grande distinção entre a situação sócio-cultural de inserção da comunidade imigrante no Brasil em relação aos povos indígenas e africanos anteriormente mencionados foi o seu status de trabalhadores livres, que obviamente lhes garantiu mais direitos individuais, inclusive linguísticos.⁵⁴

Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1963.

54 ALTENHOFEN, Cléo V. *As línguas de imigração no contato com o português no Brasil*. In: Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas. *Atas*. Córdoba: Asociación de Universidades Grupo Montevideo; Núcleo Educación para la Integración; Universidad de Córdoba, p. 73-78, 2007.

3. O continuum linguístico: entre a reestruturação e o vernáculo

A grande distância estrutural entre as variedades populares do português brasileiro e a sua variedade padrão adotada no país tem sido notada ao longo de séculos de sua história⁵⁵. Mais recentemente, trabalhos enfocando as diferenças entre o português brasileiro e o português europeu têm apontado para uma crescente diferenciação entre essas duas línguas, sobretudo no nível lexical.⁵⁶ As principais marcas de reestruturação linguística que têm sido notadas no português brasileiro, dentre outras, são: concordância verbo-nominal, concordância nominal de número (ex. *Os menino acabou de chegar* versus *Os meninos acabaram de chegar*) e em alguns casos de gênero (ex. *esses bebida* versus *essas bebidas*), redução de clíticos acusativos e incremento dos nominativos (ex. *ea já vem* versus *ela já vem; e' cortou com faca* versus *ele se cortou com faca*), normalização do paradigma verbal (ex. *você, nós, eles* → *gosta* versus *you gosta, nós gostamos, eles gostam*).

Um possível cenário para a formação do português brasileiro pode ser contemplado através da história de contato entre línguas indígenas, africanas, o português e posteriormente, línguas de imigração européia e asiática. O quadro linguístico do português brasileiro contemporaneamente exhibe variedades geográficas e sociais – entretanto, não há no Brasil a percepção por parte dos falantes de português brasileiro que essa variedade é uma língua à

55 Mello (1996).

56 SOARES DA SILVA, Augusto. Measuring and parameterizing lexical convergence and divergence between European and Brazilian Portuguese. In: Dirk Geeraerts, Gitta Kristiansen & Yves Peirsman (eds.), *Advances in Cognitive Sociolinguistics*. «Cognitive Linguistics Research 45», Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 41-83. 2010.

parte da língua portuguesa. Para os profissionais da linguística, essa também não é uma possibilidade. Notam-se diferenças marcantes em relação a outras variedades do português mundial, porém não tão quantitativa e qualitativamente marcadas para que o português brasileiro seja rotulado como uma língua crioula, como as variedades de Cabo Verde, Guiné Bissau e outras ex-colônias portuguesas. Assim sendo, parece ser mais plausível a sugestão de que o português europeu em contato com a diversidade linguística em contexto colonial no Brasil tenha sido nativizado com traços próprios. Isso se deveu à história de aquisição do português como língua segunda em diferentes graus de proficiência por um contingente muito amplo da população e pela transmissão de modelos reestruturados a gerações subsequentes.

Ademais, a grande miscigenação entre portugueses e mulheres indígenas no início da colonização, e mais tarde, ao longo de séculos, também com mulheres africanas garantiu a formação de uma população mestiça desde o início da colonização brasileira, o que não poderia deixar de carregar consequências linguísticas.

A língua geral, já mencionada, serviu como língua materna para um grande contingente de brasileiros mestiços, filhos de portugueses com mulheres indígenas, sobretudo habitantes do presente Estado de São Paulo e conhecidos como bandeirantes, que posteriormente se espalharam pelo território nacional em busca de riquezas e assim também propagaram a sua língua.

A miscigenação com mulheres africanas resultou em um grande contingente de mulatos, que, mesmo sendo considerados escravos, tinham maiores possibilidades de alforriarem-se e de trilharem caminhos de ascensão social, sobretudo por aparentemente falarem o português.

À medida que o processo colonial deixou de ser estritamente exploratório-nômade, como o era no ciclo do pau-brasil, e passou a se fixar em propriedades agrícolas, a vinda de famílias portuguesas, de origens sociais de classes trabalhadoras, cresceu substancialmente. Nesse momento, certamente, a presença português, pouco a pouco, foi aumentando e se fixando, em convivência com a língua geral e variedades de português como segunda língua faladas tanto por indígenas como por africanos. Esse dado, muito provavelmente, teve considerável importância na fixação da língua portuguesa como língua majoritária da população brasileira, então já solidamente configurada.

4. Considerações finais

Como mencionado na seção 1, não há uma definição estritamente estrutural para línguas crioulas. Apesar das tentativas de se criarem modelos prototípicos para essas línguas, baseados em traços gramaticais, esses não tem aceitação universal no meio acadêmico da linguística.

Aparentemente, não há, de fato, propriedades linguísticas que indiciam o processo de gênese de línguas crioulas, resultando em uma ruptura genética com as línguas lexificadoras. Isto é, se por um lado há geralmente claras diferenciações no sistema gramatical de línguas crioulas em relação às línguas envolvidas em seu processo de gênese, por outro, há também claras semelhanças, especialmente de cunho lexical, entre as línguas crioulas e as línguas dominantes presentes em sua inepção, por exemplo, os crioulos caboverdiano, guineense e santomense de um lado e a língua portuguesa de outro. Podem-se defender ligações genéticas entre línguas crioulas e suas línguas lexificadoras e, dessa

*forma, propor um continuum entre as variedades vernaculares e as assim chamadas línguas crioulas.*⁵⁷

Há diversos elementos que compõem esses cenários; dentre eles destacam-se: as necessidades comunicativas de grupos linguísticos diversificados em ambiente de contato; a disponibilidade quantitativa e qualitativa de dados e modelos da língua alvo; as características linguísticas da língua materna e da língua alvo; contexto sócio-econômico e hierarquias sociais/linguísticas; e a variação linguística individual inerente ao processo de aquisição.

Na perspectiva aqui apresentada, a questão do desenvolvimento linguístico em contextos de diáspora no Brasil, pode ser orientada da seguinte maneira: grandes contingentes populacionais multiétnicos em convivência em ambientes dominados por uma língua de poder sócio-econômico necessitavam estabelecer comunicação; isso levou ao desenvolvimento de variedades de português como segunda língua, ou seja, uma língua adquirida por adultos que já possuíam suas próprias línguas maternas, que por sua vez se tornaram nativizadas e passaram a ser o modelo para novos grupos populacionais em constante influxo. A língua alvo originária sofreu reestruturação quantitativa e qualitativamente diferenciada dependendo de fatores vários, como número e tipo de línguas envolvidas na situação de contato, proporções étnicas, atividades econômicas e influxo do modelo de língua alvo. Assim, apesar da necessidade permanente de in-

57 Cf. Mufwene (1998)

_____. Développement des créoles et évolution des langues. *Etudes Créoles* 25.1.45-70. 2002.

_____. Grammaticization is part of the development of creoles. *Papia* 16.5-31. 2006.

_____. *Language evolution: Contact, competition, and change*. Londres, Nova York: Continuum Press. 2008.

_____. Second language acquisition and the emergence of creoles. *Studies in Second Language Acquisition*, 32.1-42. 2010.

investigações de cunho linguístico e histórico sobre a formação do português brasileiro, pode-se afirmar que o contínuo de variedades encontradas no português brasileiro exhibe claras marcas resultantes do contato linguístico em seu processo de formação e desenvolvimento, fato esse comprovado pela história social desta língua.

4. Referências bibliográficas

ALTENHOFEN, Cléo V. *As línguas de imigração no contato com o português no Brasil*. In: Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas. Atas. Córdoba: Asociación de Universidades Grupo Montevideo; Núcleo Educación para la Integración ; Universidad de Córdoba, p. 73-78, 2007.

BAKKER, Peter; DAVAL-MARKUSSEN, Aymeric; PARKVALL, Mikael; PLAG, Ingo. Creoles are typologically distinct from non-creoles. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, Volume 26, Number 1, pp. 5-42(38). 2011.

HAGGERTY, Richard (ed.). *Haiti: A Country Study*. Washington: GPO for the Library of Congress, 1989. <http://countrystudies.us/haiti/30.htm/> Consultado em 15/05/2011.

HOLM, John & PATRICK, Peter. *Comparative Creole Syntax: Parallel Outlines of 18 Creole Grammars*. London: Battlebridge Press. 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *Estudos sobre as línguas estrangeiras e aborígenes faladas no Brasil*. Rio de Janeiro : Serviço Gráfico do IBGE, 1950. 114 p. (Estatística cultural; 2).

IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. 2000. <http://www.ibge.org.br/>. Consultado em 15/05/2011.

http://www.ethnologue.com/show_map.asp?name=BR&seq=10 Consultado em 22/06/2011.

LEWIS, M. Paul (ed.), 2009. *Ethnologue: Languages of the World*, Sixteenth edition. Dallas, Tex.: SIL International. Online version: <http://www.ethnologue.com/>.

MATTOSO, Katia. *To be a slave in Brazil: 1550-1888*. New Brunswick, London: Rutgers University Press, 1989.

MELLO, Heliana. *The genesis and development of Brazilian Vernacular Portuguese*. Ann Arbor: University Microfilm International. 1996.

_____. Português padrão, português não-padrão e a hipótese do contato linguístico. In: Tânia Maria Alkmim. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Novos estudos. v. III.. São Paulo: Humanitas, v. III, p. 341-358. 2002.

MORELLO, Rosângela e MÜLLER de OLIVEIRA, Gilvan. Livro de Registro das Línguas: uma Política Patrimonial para as Línguas Brasileiras. Comunicação no III Seminário sobre a Gestão das Línguas. As políticas linguísticas no âmbito das Américas em um mundo multipolar. 29-31 de maio, 2006.

MUFWENE, Salikoko. Jargons, pidgins, creoles and koinés: what are they? In Arthur Spears and Donald Winford (eds.) *The structure and status of pidgins and creoles*. Amsterdam: John Benjamins. P. 35-70. 1997.

_____. Creolization is a social, not a structural, process. Comunicação apresentada no Paper International Symposium on *Degrees of Restructuring in Creole languages*, Regensburg, Alemanha, 24-27 Junho. 1998.

_____. Développement des créoles et évolution des langues. *Etudes Créoles* 25.1.45-70. 2002.

_____. Grammaticization is part of the development of creoles. *Papia* 16.5-31. 2006.

_____. *Language evolution: Contact, competition, and change*. Londres, Nova York: Continuum Press. 2008.

_____. Second language acquisition and the emergence of creoles. *Studies in Second Language Acquisition*, 32.1-42. 2010.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

RODRIGUES, Aryon. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Palo: Loyola, 1994.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1963.

SOARES DA SILVA, Augusto. Measuring and parameterizing lexical convergence and divergence between European and Brazilian Portuguese. In: Dirk Geeraerts, Gitte Kristiansen & Yves Peirsman (eds.), *Advances in Cognitive Sociolinguistics*. «Cognitive Linguistics Research 45», Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 41-83. 2010.

THOMASON, Sarah & KAUFMAN, Terrence. *Language contact, creolization, and genetic linguistics*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 1988.

_____. *Language contact: an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press; Georgetown University Press. 2001.

O ESTATUTO MORFOLÓGICO DAS REDUPLICAÇÕES NO GUINEENSE

Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello
(Birkbeck University of London)
Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues
(Universidade de Brasília)

1. Palavras Iniciais

As afirmações carregadas de preconceito são partes do contexto maior das línguas crioulas, desde o reconhecimento de suas particularidades sociais e gramaticais. Trata-se da antiga noção colonialista, segunda a qual aqueles que eram diferentes dos brancos eram seres inferiores, o que levava a pensar que sua língua também era inferior. Assim, os traços diferentes das línguas crioulas em relação às não-crioulas eram tomados como traços inferiores e refletiam a ideia da inferioridade de seus falantes. Esses traços são analisados e julgados separados das relações e condições sócio-históricas de formação dos crioulos (e das sociedades crioulas). Como resultado, leva ao julgamento da incapacidade cognitiva dos falantes das línguas crioulas.

A chamada “pobreza” de morfologia das línguas crioulas é parte integrante dos aspectos gramaticais dessas línguas e reflete a ideia maior da “inferioridade”. Romaine (1994) salienta que “a falta de morfologia constitui uma das características das

línguas crioulas”. Esse pensamento encontra ambiente favorável na crença da “simplicidade” (em oposição à complexidade) das línguas crioulas.

Diante da crença da pouca ou nenhuma morfologia, o componente morfológico ficou esquecido nos estudos crioulos. Vários estudiosos são adeptos desse pensamento, como Seuren e Wekker (1986 – apud Plag) que afirmam que a “a morfologia é essencialmente estranha nas línguas crioulas”. Thomason (2001, p. 168), registra que “a maioria dos pidgins e crioulos apresenta uma falta total de morfologia ou têm recursos morfológicos muito limitados comparados à lexificadora ou outras línguas de *input*”.

Por outro lado, há crioulistas que se debruçaram sobre os dados crioulos e refutaram a crença da pobreza da morfologia nos crioulos, criando um novo debate na Crioulística. Neste estudo acerca das reduplicações do guineense, trouxemos mais dados à mesa de discussão refutando não somente a tese da “pouca morfologia”, como também a noção da “simplicidade” dessas línguas.

2. Sobre reduplicação

A reduplicação consiste na cópia do material fonético da base de uma palavra e a adjunção dessa forma copiada junto à base lexical. Esse processo é acionado para fins gramaticais e tem a tendência de copiar constituintes da base, porém, “o material reduplicado pode ser uma palavra inteira, um morfema inteiro, uma sílaba ou uma seqüência de sílabas” (Spencer, 1995). Como qualquer outro processo morfológico, a reduplicação leva a mudanças na base. Essas mudanças proporcionam a acomodação do significado da base ao contexto sintático ou discursivo do falante por meio da recursividade da língua, o

que implica formas reduplicadas semântica e gramaticalmente distintas das bases que a geraram.

O estatuto gramatical da reduplicação não é consensual entre os linguistas. Há aqueles que a consideram como processo de afixação, outros como composição ou mesmo como um processo de formação, juntamente com a afixação, e a composição, que é o caso de Sapir (1971). Para aqueles que consideram a reduplicação no âmbito da composição, a base argumentativa está na gênese dos processos morfológicos e das línguas em geral. Já aqueles que consideram a reduplicação como processo de afixação, tem um olhar voltado para as questões gramaticais nos moldes sincrônicos, sem considerar o processo de gramaticalização, bastante relevante para os crioulos. Enfim, trata-se da antiga disputa entre os pontos de vista sincrônico e diacrônico: para os crioulistas, a diacronia é bastante reveladora das articulações cognitivas de uma língua crioula, considerando que os fatores históricos e sociolinguísticos do crioulo refletem na construção de sua gramática e, conseqüentemente, nos processos recursivos que se apresentam no plano sincrônico.

Para o guineense os dados de reduplicações parecem obscurecidos para uma separação somente no contexto gramatical, isto é, sem considerar o percurso de gramaticalização e marcação dos parâmetros que apontam para características dos crioulos de modo mais generalizadas.

Rosa (2002) não se posiciona de forma declarada sobre o estatuto gramatical das reduplicações em sua descrição, sua posição é revelada quando considera o morfema reduplicado como um afixo, o que implica não considerar a reduplicação como processo composicional. Para ela, a forma reduplicada é “uma modificação de raiz, que consiste na repetição de toda ela ou parte dela”.

Para Katamba (1993), a reduplicação consiste em “um processo em que um afixo é realizado com material fonoló-

gico emprestado da base”. Trata-se de um processo peculiar, pois introduz um afixo subespecificado fonologicamente que apreende sua representação fonológica copiando a seqüência sonora da base. Este material tem o propósito de servir à derivação e flexão. Porém, o conjunto de funções não tem muita amplitude, nos verbos pode indicar marcas aspectuais, modais e temporais. Nos nomes, a reduplicação marca pluralidade, intensificação, diminuição e aumento do significado, o que aponta para uma motivação icônica.

Spencer (1991) considera a reduplicação como uma forma de afixação diferente do padrão de prefixação e sufixação, pois a parte que é repetida pode se posicionar à direita, à esquerda ou mesmo no interior da base.

A morfofonologia tem grande interesse no processo reduplicativo, pois ele apresenta aspectos morfológicos e fonológicos. Sob este ponto de vista, a forma duplicada apresenta características de uma forma presa afixada a uma base léxica. Isso quer dizer que, do mesmo modo que outras formas de afixação, a reduplicação envolve a adição de material, porém com identidade fonológica e semântica da base. Algumas características do processo apontam para a afixação:

- i. O material duplicado não tem existência fora da base que o gerou, ou seja, não tem existência fonológica a não ser afixado à sua base;
- ii. Ele foi gerado a partir do material fonológico da base, à “sua imagem e semelhança” e, no caso do guineense, a maioria dos reduplicados é a forma fonética completa da base, ou seja, o constituinte da palavra;
- iii. O estatuto morfofonológico do reduplicado não tem configuração fonológica ou morfológica de uma palavra plena. Sozinho ele não pode ser um morfema lexical, o que o coloca no time dos morfemas gramaticais. Com isso, pode-se pensar em um processo que envolve uma base lexical (a base) e um afixo gramatical (o reduplica-

do), não em duas bases lexicais como nas composições;

iv. A regra da reduplicação implica a adição de material morfofonológico para a adição de significados à base;

v. O reduplicado é parte material que permite o processamento fonológico que ajustará sintática e discursivamente a base da regra;

vi. Há traços determinados a partir do acionamento da regra: nos verbos, a noção de “iteratividade no tempo e no espaço” (Kihm, 94); nos adjetivos a noção semântica de intensificação, o que não descarta a porção iterativa na carga semântica do reduplicado com noção de intensificação. Essa dupla carga semântica envolvida na geração de formas pelo processo reduplicativo, levou Kihm (1994) a chamar a noção semântica do reduplicado guineense de “incrementação” (incrementation). Para ele, iteratividade e intensificação são dois lados de um mesmo conceito e “como ele é, obviamente, (assim como iconicamente) relacionado à habilidade cognitiva de adicionar mais um item a uma série ou mais um degrau a uma escala” (idem).

Sapir (1971) considera o processo de reduplicação como parte integrante dos processos gramaticais, nos quais também se inclui a afixação, a composição, a ordem vocabular etc. Contudo, para ele o “processo é geralmente empregado com transparente simbolismo, para indicar certos conceitos” (Sapir, 1971–negritos nossos), ou seja, trata-se de um processo motivado pela iconicidade, um princípio semiótico que aponta para a relação entre significante/significado. Essa noção vai de encontro à ideia saussuriana de arbitrariedade do signo linguístico.

Quando a reduplicação marca pluralidade ou iterações, com “mais da mesma formam = mais do conteúdo”, como em buska-buska ‘continuar procurando’ e buska ‘procurar’, o signo linguístico, neste caso, nada tem de arbitrário, uma vez que o aumento da forma implicou, gramaticalmente, a continuidade do processo verbal.

3. A Reduplicação no Guineense

A reduplicação no guineense tem sido estudada como um processo composicional (cf. Couto, 1994, 1996 e 1999, Kihm, 1994, Scantamburlo, 1999). Couto (1994 e 1999) observa que esse fenômeno é “um caso particular de um processo expressivo mais amplo”, pois, para o autor, trata-se de um procedimento que segue o curso das formas mais iniciais do desenvolvimento da morfologia. Esse pensamento tem como pressuposto as necessidades comunicativas da ecologia das interações linguísticas. As situações de contato de línguas que favorecem a emergência de um crioulo e o modo como acontecem as interações comunicativas deste contato falam a favor do papel preponderante da repetição no contexto interativo. Há autores que descartam a relevância desse momento de estruturação da gramática e seus resíduos nas atualizações sincrônicas dos crioulos. Bakker & Parkvall (2002) argumentam que, com pouquíssimas exceções, a reduplicação é um processo raro nos pidgins e universal nos crioulos e que sua entrada nos crioulos ocorre por influência das línguas de adstrato. Essa ideia despreza totalmente processo de desenvolvimento das interações linguísticas em situações pidginizantes.

Qualquer processo morfológico que venha a produzir novas formas que se adéquem ao contexto sintático ou comunicacional envolve articulações gramaticais recursivas disponíveis e parametrizadas na língua em que ocorre. Isso implica a existência de uma gramática definida na mente de sujeito falante. No caso dos crioulos, que se desenvolveram a partir de pidgins desprovidos de gramática, há processos que podem apontar para articulações primárias, ou seja, mais originais, no sentido de serem mais próximas da origem. No caso da reduplicação, no guineense e nos crioulos em geral, a produtividade e a recorrência “representa a sobrevivência de processos evoluti-

vamente iniciais” (Couto, 1999). No contexto de iniciação das bases recursivas da morfologia do crioulo, nada mais normal que a utilização dos processos mais simples e mais econômicos para representar noções gramaticais (Sapir, 1971). A evolução no processo de gramaticalização, no sentido de construção da gramática, na morfologia partiu da repetição, passou pela duplicação e composição, em seguida pela derivação, considerada como uma inovação gramatical e, finalmente chegou à flexão, “um luxo tardio que muitas línguas dispensam” (Couto, 1999).

Outro dado que reforça a autoridade da tese dos crioulistas diz respeito à noção de palavra mínima, nos termos da morfologia prosódica, ou da palavra ótima de Roman Jakobson. Esta ideia, já mencionada em Couto (1999), sugere que a repetição é a continuação da repetição da estruturação silábica CV ou CVCV. Os dados guineenses são favoráveis a essa hipótese, pois 36 dos 79 dados têm a estruturação CVCV-CVCV, alguns exemplificados abaixo.

REDUPLICAÇÃO	SIGNIFICADO	SIGNIFICADO DA BASE
<i>lupi-lupi</i>	‘andar desorientado’	lupi=?
<i>mopi-mopi</i>	‘ter muita mossa e machucar’	mopi=amassar
<i>koti-koti</i>	‘agarrar’ ‘prender-se’	kot=aderir
<i>kuri-kuri</i>	correr sem parar	kuri=correr
<i>kuti-kuti</i>	‘tentar fazer algo apesar das dificuldades’	kut=?
<i>lati-lati</i>	‘perder os sentidos de fraqueza’	lati- estar sem força
<i>poti-poti</i>	‘muito mole ou ferida infectada’	poti=?
<i>roti-roti</i>	‘muito roto’	roti=roto
<i>gosi-gosi</i>	‘agora mesmo’	gosi=agora

A questão que emerge diante dos dois pontos de vista é o estatuto a ser dado à forma reduplicada: palavra ou afixo. Talvez essa questão aponte para questionamentos ainda mais amplos na morfologia que são as noções de palavra, de forma livre e de forma presa. Essas noções, por um lado, levam a discussão para a questão da derivação ou composição e por outro lado, ao antigo debate da diacronia e da sincronia que se coloca desde o advento do estruturalismo.

Considerando que ambas as formas de análise estão fortemente argumentadas, é importante salientar que uma não invalida a outra, apenas se atêm a observar diferentes pontos salientes de um mesmo fenômeno e sobre o arcabouço particular de suas áreas estritamente especificadas. Isso não quer dizer que apresentam leituras diferentes da reduplicação, mas sim que se detêm em pontos de análise distintos. Uma delas observa a constituição cognitiva do sistema de regras e restrições do guineense que se expressam sincronicamente nos dados expostos. Esses dados podem revelar as estruturas e a forma de articulação do conteúdo morfofonológico do guineense. Tais observações possibilitam um esboço da estrutura interna que gera as reduplicações na mente do falante guineense e a maneira que é interpretada e processada pelo falante. É fato que criança exposta a um pidgin tende a recriá-lo e, ao mesmo tempo, estrutura-lo gramaticalmente como uma língua crioula. Do ponto de vista da crioulistica, o conhecimento que se expressa sincronicamente nos dados que se observa foi construído a partir de um percurso sociolinguístico que possibilitou a construção de uma gramática. Esse percurso de gramaticalização nas línguas crioulas muito tem a oferecer no campo das construções e do estabelecimento de sistemas gramaticais estruturados, bem como no estudo e na formalização de seus atuais recursos produtivos. Mesmo considerando as semelhanças gramaticais entre os crioulos, sabe-se que

há diferenças substanciais entre eles, e entre as línguas, de um modo geral. Isso quer dizer que as particularidades gramaticais acontecem independentemente do parentesco lexical com outros crioulos. As questões que se colocam são: Quais são essas diferenças e em que período da estruturação da gramática elas se consolidaram. E ainda, quais os fatores universais relevantes na delimitação dessa estrutura atual? Nesse ponto do questionamento as duas visões apresentadas à reduplicação se cruzam e se completam.

No caso do guineense, pode-se argumentar que a produtividade e recorrência dos dados de reduplicação apontam para um processo que se encontra em uma fase transitória entre a derivação e a composição, como resultado da construção da gramática. Desta forma, a morfologia vai tomando sua forma e marcando suas preferências e restrições paramétricas que vão emergir nos processos derivacionais propriamente ditos. Sincronicamente, as marcações dos recursos derivacionais no guineense já estão delineadas e em produtividade. Contudo, muitos dados reduplicados são itens lexicais em plena atividade discursiva, o que invalida a produção de equivalentes derivacionais pela existência do bloqueio (Aronoff, 1976). Há também dados de reduplicações momentâneas, já mencionadas em Couto (1994), o que argumenta a favor de um processo produtivo na morfologia do guineense. Contudo, no crioulo aporuguesado (CA) que é a variedade acroletal do guineense, as composições são mais raras, ou seja, quanto mais próximo do português, mais “a composição (e a reduplicação) cede lugar para a derivação e a flexão”. (Couto, 1994).

Essa transitoriedade da reduplicação no contexto da gramaticalização do guineense pode ser observada nos dados, visto que, dos 79 dados, 78 têm a forma do reduplicado copiada na íntegra, ou seja, a palavra inteira é copiada. O que representa um argumento bastante incisivo na alocação do processo

entre a derivação e a composição, pois, foneticamente, tem-se a realização do todo da base e não somente parte constituinte de sua estrutura fonológica. Mesmo não obtendo os atributos lexicais de uma palavra plena no guineense, o reduplicado tende a realizar todo o material fonético da sua base. Conforme se pode observar em alguns exemplos abaixo:

REDUPLICAÇÃO	SIGNIFICADO	SIGNIFICADO DA BASE
<i>roti-roti</i>	‘mutio roto’	roti=roto
<i>gosi-gosi</i>	‘agora mesmo’	gosi=agora
<i>kinti-kinti</i>	‘rápido’	kinti=quente
<i>muitu-muitu</i>	‘muitu intensificado’	muitu=muito
<i>muku-muku</i>	‘em segredo’	mukur=?
<i>puku-puku</i>	‘pouco a pouco’	puku=pouco
<i>amaña-amaña</i>	‘futuro próximo’	amanã=amanhã
<i>baga-baga</i>	‘cupim’	baga=um povo
<i>cupa-cupa</i>	‘chupeta’	cupa=chupar
<i>dia-dia</i>	‘cotidiano’	dia=dia
<i>fenti-fenti</i>	‘gesto de arrogância’	fenti=?
<i>jugu-jugu</i>	cupinzeiro com muitas colônias	jugu = jogo
<i>buji-buji</i>	‘tornar-se muito gordo’	buji=balancer
<i>buli-buli</i>	‘agitar-se’	buli=mexer
<i>buska-buska</i>	‘continuar a procurar’	buska=procurer
<i>cin-cin</i>	‘ pilar com mais de duas pessoas’	cin=?
<i>fala-fala</i>	‘falar sem sentido’	fala=falar
<i>febri-febri</i>	‘estar com muita febre’	febri=febre
<i>fidi-fidi</i>	‘ferir muito’	fidi=ferir
<i>fura-fura</i>	‘ir de um lado para o outro’	fura=furar

<i>ianda-ianda</i>	‘andar por todos os lados’	ianda=anda
<i>iari-iari</i>	‘andar sem destino. desafiar’	iari=?
<i>ieri-ieri</i>	‘chuviscar’	ieri=espalhar grão para galinhas
<i>iurni-iurni</i>	‘juntar aos poucos’	iurni=reunir
<i>janti-janti</i>	‘avançar’	jandi=adiante
<i>jubi-jubi</i>	‘olhar com muita atenção’	jubi=olhar
<i>juja-juja</i>	‘por junto’	juja=juntar
<i>juna-juna</i>	‘adivinhar’	juna=antecipar
<i>junda junda</i>	‘discutir com animosidade’	junda=esticar
<i>junta-junta</i>	‘ir juntando’	junta=juntar
<i>juri-juri</i>	‘despentear’	júri=?

Nos exemplos acima, três dados vêm crescendo do morfema -du, que, no dicionário de Scantamburlo (2004, p. 180) é “sufixo acrescentado nos verbos transitivos ou causativos na forma de passivo”. Porém, no caso dos reduplicados, ele é acrescentado para uma regra de formação de adjetivo, pois todos os dados com -du são adjetivos derivados com o acréscimo do sufixo. Isso aponta para a lexicalização da forma reduplicada que, inclusive, já produz novas formas tendo o reduplicado como base de regra, como se pode ver abaixo.

REDUPLICAÇÃO	SIGNIFICADO	SIGNIFICADO DA BASE
<i>lati-latidu</i>	‘muito enfraquecido ou muito mole’	lati=estar sem forças
<i>pindra-pindradu</i>	‘suspenso’	pindra=pendurar
<i>kebra-kebradu</i>	‘arrasado’	kebra=quebrar

Dos dados com o sufixo –du, apenas o pindra-pindradu não tem a semântica da intensificação. A regra $V_i \rightarrow A_{\text{COPI}}$ (de um verbo forma-se um adjetivo a partir da adição da cópia do material fonológico do verbo) é mais categorial que sub-categorial, pois ela produz um adjetivo a partir de um verbo. Basílio (2004) afirma que tanto o verbo quanto o adjetivo são predicadores. Enquanto o verbo denota eventos no tempo, o adjetivo denota qualidades e propriedades que são estáveis. No mecanismo de se fazer um verbo a partir de um adjetivo, a noção verbal do evento ou o seu efeito é atribuída como propriedade do substantivo especificado pelo adjetivo que se formou. Basílio ressalta que se trata de um predicado representando no tempo, um dado evento verbal que afetou o substantivo. A regra pode ser representada da seguinte forma:

$$[[[[p i n d r a]_i]_v - C O P]_i]_{.du}]_A$$

Há a ocorrência de dois casos de variantes em que ocorre o apagamento da vogal átona final da base, cujos reduplicados mantêm essa vogal, conforme se pode notar na tabela abaixo.

REDUPLICAÇÃO	SIGNIFICADO	SIGNIFICADO DA BASE
<i>ier-ieri</i>	‘chuviscar’	ieri=espalhar grãos para as galinhas
<i>kur-kuri</i>	correr sem parar	kuri=corer

Considerando que a preferência reduplicada do crioulo é a preferência da cópia da forma fonética na íntegra, os dados acima podem refletir um desgaste fonético que se realiza

apenas no nível da fala. Essa é a preferência na realidade fonológica do falante, tanto que esse apagamento não acontece em variantes. No dado *jur-juri*, na tabela abaixo, ocorre o mesmo processo fonológico. Contudo, a base do reduplicado é uma base presa no crioulo, mas que também está submetida à mesma regra dos dados.

REDUPLICAÇÃO	SIGNIFICADO	SIGNIFICADO DA BASE
<i>jur-juri</i>	‘despentear’	juri=?

O caso de *jur-juri*, que muda a forma da raiz pode ser explicado por ser uma formação onomatopaica, cuja motivação icônica está na sonoridade do signo. O que produz a alternância vocálica da base e do reduplicado. Da mesma forma ocorre com *kokin-kokiu*, cuja sonoridade determina sua forma fonética.

REDUPLICAÇÃO	SIGNIFICADO	SIGNIFICADO DA BASE
<i>kokin-kokiu</i>	‘revidar tapas’	Koki= bater na cabeça com nó dos dedos’

A distribuição da preferência das reduplicações entre as classes maiores no guineense foi a seguinte: 55 verbos, 13 nomes substantivos, 6 adjetivos e 5 advérbios. O gráfico abaixo demonstra essa distribuição:

A preferência das reduplicações são os verbos, nos quais o morfema reduplicativo veicula noções aspectuais e intensificadora, ou seja, incrementadora (Kihm, 1989).

Nos verbos, à exceção de *febri-febri* ‘estar com muita febre’, todos os verbos resultados de reduplicações, a partir de base livre, têm as bases também verbais. Em todos esses dados, o reduplicado veicula a ideia de intensificação e de iteratividade. Essas noções, por sua vez, são acrescidas na semântica da

ação ou do processo representado na base de regra, conforme pode ser notado nos dados abaixo.

REDUPLICAÇÃO	SIGNIFICADO	SIGNIFICADO DA BASE
<i>fidi-fidi</i>	‘ferir muito’	fidi=ferir
<i>fura-fura</i>	‘ir de um lado para o outro’	fura=furar
<i>ieri-ieri</i>	‘chuviscar’	ieri=espalhar grão para galinhas
<i>iurni-iurni</i>	‘juntar aos poucos’	iurni=reunir
<i>janti-janti</i>	‘avançar’	jandi=adiante
<i>padasa-padasa</i>	estraçalhar continuamente até reduzir a pedacinhos	padasa=cortar em pedaços
<i>pinca-pinca</i>	‘empurrar continuamente’	‘pinca=empurrar
<i>pinga-pinga</i>	‘pingar continuamente’	pinga=pingar
<i>pinta-pinta</i>	‘colorir de várias cores’	pinta=pintar

Dos 79 dados, 24 não têm a base com estatuto de forma livre no guineense, somente na forma da reduplicação, ou seja, apenas a formação de base+reduplicado constitui uma palavra plena da língua. Esses dados argumentam a favor da preferência dos crioulos da repetição e da palavra ótima (Couto, 1999), uma vez que, mesmo com a base não disponível no léxico, as relações fonológicas da estruturação CVCV-CVCV e CVC-CVC se realizam nas reduplicações sem base livre. No caso da carga gramatical veiculada pelo reduplicado, pode ser observada a incrementação, no caso dos verbos e a intensificação semântica, no caso dos advérbios e adjetivos, conforme os exemplos da tabela abaixo.

REDUPLICAÇÃO	SIGNIFICADO	SIGNIFICADO DA BASE	CATEGORIA
<i>kefi-kefi</i>	‘coisa leve’ ‘inchado’	kef=?	A
<i>poti-poti</i>	‘muito mole ou ferida infectada’	poti=?	A
<i>muku-muku</i>	‘em segredo absoluto’	muku=?	Adv
<i>cin-cin</i>	‘pilar com mais de duas pessoas’	cin=?	V
<i>juri-juri</i>	‘despentear’	júri=?	V
<i>piti-piti</i>	‘tornar-se muito gordo’	piti=?	V
<i>poci-poci</i>	‘agitar a água’	poci=?	V
<i>n'ai n'ai</i>	‘andar sem destino’	n'ai=?	V
<i>n'ãni-n'ãni</i>	‘criar desordem’	n'ãni= ser abandonada, mal-tratado	V
<i>tafal-tafal</i>	‘enganar’	tafal=?	V

Das 24 ocorrências de base presa, algumas podem ser explicadas pela origem onomatopaica como se pode notar abaixo.

REDUPLICAÇÃO	SIGNIFICADO	SIGNIFICADO DA BASE
<i>poci-poci</i>	‘agitar a água’	poci=?
<i>pati-pati</i>	‘chafurdar’	pati=?
<i>koi-koi</i>	‘cair duro’	koi=?
<i>lufa-lufa</i>	‘rosto inchado’	lufa=?
<i>cin-cin</i>	‘pilar com mais de duas pessoas’	cin=?

Todos os 5 advérbios têm o reduplicado como incrementador da base e, seguindo uma tendência da RFP de advérbios em português, todos derivam de adjetivos. Nesse percurso transformacional a propriedade ou qualidade veiculada pelo adjetivo e especificada no substantivo é intensificada, passando a ser especificadora ou modificadora de um evento. Com isso, a propriedade é atribuída ao evento denotado pela ação verbal (Basílio, 2004).

REDUPLICAÇÃO	SIGNIFICADO	SIGNIFICADO DA BASE
<i>gosi-gosi</i>	‘agora mesmo’	gosi=agora
<i>kinti-kinti</i>	‘rápido’	kinti=quente
<i>muitu-muitu</i>	‘muito intensificado’	muitu=muito
<i>muku-muku</i>	‘em segredo’	mukur=?
<i>puku-puku</i>	‘pouco a pouco’	puku=pouco

Nos dados acima é possível observar que todos os advérbios têm o traço [+incrementador] e nenhum deles é de origem onomatopaica. Apenas um, *muku-muku*, tem a base presa.

Quanto às reduplicações como nomes substantivos, os quais somaram 13 dados, todos podem ser definidos a partir da semântica de nomeação de seres, de eventos ou de entidades. Mas essa nomeação vem carregada, em 12 dos 13 casos, do traço [+incrementador]. O único dado que não apresentou a semântica de intensificador é *baga-baga* ‘cupim’, cuja base tem o mesmo nome de um povo africano. Vê-se que, além de plenamente opaco, não é possível determinar a incrementação da reduplicação, visto que, quando instigados a reconhecer o significado da base como o ‘povo *baga*’ no reduplicado, os informantes questionados não o reconhecem como tal. Isso quer

dizer que se trata de mais uma reduplicação sem base livre e sem [+incrementação], que se apresenta como uma exceção no conjunto dos substantivos, conforme dispostos abaixo:

REDUPLICAÇÃO	SIGNIFICADO	SIGNIFICADO DA BASE
<i>amaña-amaña</i>	‘futuro próximo’	amanã=amanhã
<i>baga-baga</i>	‘cupim’	baga=um povo
<i>cupa-cupa</i>	‘chupeta’	cupa=chupar
<i>dia-dia</i>	‘cotidiano’	dia=dia
<i>fenti-fenti</i>	‘gesto de arrogância’	fenti=?
<i>jugu-jugu</i>	cupinzeiro com muitas colônias	jugu = jogo
<i>lenga-lenga</i>	‘andar do bêbado ou discurso enfadonho’	lenga=?
<i>lufa-lufa</i>	‘rosto inchado’	lufa=?
<i>ñemer-ñemer</i>	‘discurso enfadonho’	ñemer=?
<i>paka-paka</i>	‘comportamento boêmio e em busca de parceiros sexuais’	paka=buscar parceiro sexual
<i>somna-somna</i>	‘muito barulho’	somna=barulho
<i>toka-toka</i>	‘transporte coletivo’	toka=tokar?

4. Considerações finais

O guineense, assim como outros crioulos, apresenta traços próprios que revelam suas origens crioulas. Os processos reduplicativos se revelam dentro de um padrão próprio do guineense, porém, expondo a construção desses itens lexicais que se estruturaram mediante o mecanismo gramatical deste

crioulo. Esse mecanismo morfológico, constituído mediante um processo de estruturação linguística *sui generis*, em relação às línguas não-crioulas, não se revela menos recursivo em decorrência da criouliização, apenas tem, na sua história sociolinguística, marcas aspectuais características de sua condição criouliizada. São aspectos como a transitoriedade entre os processos de composição e de derivação na gênese da construção da gramática guineense, em relação ao estatuto e alocação das reduplicações. Embora essa permeabilidade também ocorra em línguas não crioulas, no guineense as marcas se mostram bastante aparentes, o que afirma o interesse dos linguistas nos estudos crioulos para desvendar informações sobre a gênese dos sistemas linguísticos.

Nas reduplicações do guineense, os aspectos gramaticais considerados próprios desse crioulo podem ser notados na origem da estruturação gramatical como forma de expressar categorias linguísticas, ambos, dentro de um padrão de gramaticalização. Ressalta-se que, nos processos da reduplicação, os recursos da capacidade gerativa presentes nos parâmetros da linguagem humana são plenos e ativos, de forma a revelar recursividade e criatividade linguísticas. Como qualquer outra língua crioula ou não-crioula. Enfim, esses processos se originaram na base de uma gramática que se desenvolve e se articula nos dispositivos das línguas naturais, o que, no caso dos recursos padrões da linguagem humana (*default*), independem da condição crioula da língua, do povo ou do território onde ela é realizada.

Referências Bibliográficas

- ARONOFF, Mark. **Word formation in generative grammar**. Cambridge: The MIT Press, 1976.
- BAKKER, P. & MUYSKEN, P. **Mixed languages and language intertwining**. In: ARENDS, J., MUYSKEN, P. & SMITH, N. (eds.). *Pidgins and creoles : an introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- CARREIRA, António. **Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Lisboa: Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa, 1972.
- . **Mandingas da Guiné Portuguesa**. Publicação comemorativa do V centenário da descoberta da Guiné. Lisboa: Sociedade industrial de tipografia limitada, 1947.
- COUTO, Hildo Honório do. **O crioulo português da Guiné-Bissau**. Hamburg: Buske, 1994.
- . **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: Editora UnB, 1996.
- . **A reduplicação em português**. In: *Lusorama*, 29-49. Frankfurt am Main/ Berlin: Ed. Teo Ferrer de Mesquita – TFM, 1999.
- . **A questão da gramaticalização nos estudos crioulos**. *Boletim, Londrina*, v. 36, p. 53-84, 1999. (b)
- . **A reduplicação nos crioulos portugueses**. In: *Crioulos de Base Portuguesa*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, 2000.
- . **Contato Interlinguístico: Da Interação à Gramática**. Parte 09 – Comunidade (7.1 a 7.7) <http://www.unb.br/il/let/crioul/contato.htm>. Em 05/2005.
- . **Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente**. Brasília: Thesaurus, 2007.
- . *Linguística, Ecologia, Ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- KATAMBA, Francis. **Morphology: Modern linguistics series**. New York: Palgrave, 1993.
- KIHM, Alain. **Kriol syntax: the Portuguese-based creole language of Guinea-Bissau**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1994.

- KIPARSKY, Paul. **Lexical morphology and phonology**. In: I. S. Yang ed. **Linguistics in the Morning Calm**. Seoul. Hanshin, 1982.
- LOPES, Carlos. **Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- . **Kaabunke: espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais**. Lisboa: Comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- . **A transição histórica na Guiné-Bissau**. Bissau: Instituto nacional de Estudos e Pesquisa. 1987.
- MELLO, Maria Aparecida C. da R. de. **A questão da produtividade morfológica no Guineense**. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- NARO, Antony. **A study on the origins of pidginizations**. In: *Language* 54.2. pp. 314-347. 1978.
- RODRIGUES, Ulisdete R. de S. **Fonologia do Caboverdiano: das variedades insulares à unidade nacional**. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. 2 ed. São Paulo: Contexto
- ROUGÉ, Jean-Louis. **Petit Dictionnaire etymologique du kriol de Guinée-Bissau et Casamance**. Bissau: INEP – Instituto nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.
- . **Sobre a Formação dos Crioulos do Cabo Verde e de Guiné**. s.d.
- ROUGÉ, Jean-Louis. **Dictionnaire étymologique des créoles portugais d’Áfrique**. Paris: Editions Karthala, 2004.
- SAPIR, Edward **A linguagem: uma introdução aos estudos da fala**. 2 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.
- SCANTAMBURLO, Luigi. **Dicionário do guineense, volume I: introdução e notas gramaticais**. Lisboa: Colibri – FASFEBI, 1999.
- . **Dicionário do guineense, volume II: Dicionário guineense-português: dicionariu guinensi-purtugis**. Lisboa: FASFEBI, 2002.
- SPENCER, Andrew. **Morphological Theory: an introduction to Word structure in generative grammar**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

III. ECOLINGUÍSTICA

Toda sua argumentação ao explicar os princípios da ecolinguística é muito bem estruturada, faz todo sentido. É impossível conceber língua sem povo, e este sem território. Ao me propor estudar “línguas (L) de jovens (P) urbanos (T)” vejo claramente que os três elementos fundamentais da sua EFL estão explícitos. Assim, quanto mais eu seguia adiante na leitura mais eu reconhecia possibilidades de análise das línguas que eu havia escolhido, *Sheng* e *Lugha ya Mitaani* dentro da proposta “ecologia da língua” (sobre *Ecolinguística*, 2007) (**Juliana Macek**, Universidade de São Paulo).

Muitas vezes, a produção interna do conhecimento linguístico, no Brasil, além de mal divulgada, é apenas uma “mastigação” daquelas fontes estrangeiras. Não parece ser o caso desse autor professor da UnB, cuja publicação parece bastante original (idem) (**Rodrigo Borges de Faveri**, postado na internet).

Devido à correria da cidade grande só hoje tive o prazer de apreciar essa saborosa e, para mim, nostálgica obra (me refiro ao prefácio). Por pouco não chorei ao ler ESTÂNCIA 1 e dentre muitas coisas, o sacrifício do LOBATO. Que saudade gostosa da infância, da vida na roça, dos amigos por lá deixados. Espero que os amigos urbanos possam, de alguma forma, experimentar um pouquinho dessa alegre viagem. “Quá!” vou parar por aqui. Parabéns! É muito legal sacar em um livro a trajetória de um ser humano bravo, mineiríssimo, cheio de sensibilidade, simplicidade, sabedoria, assim. “É bão de mais, só!” (idem) (**Jeferson Santos de Almeida**, Praticante de tai chi chuan na Praça da Harmonia Universal, EQN 104/105, Brasília).

Professor da UnB é pai da ecolinguística no Brasil (**UnB Agência**, 06/07/2012).

ECOLOGIA DOS CONTATOS LINGUÍSTICOS EM MANBAE, TIMOR-LESTE

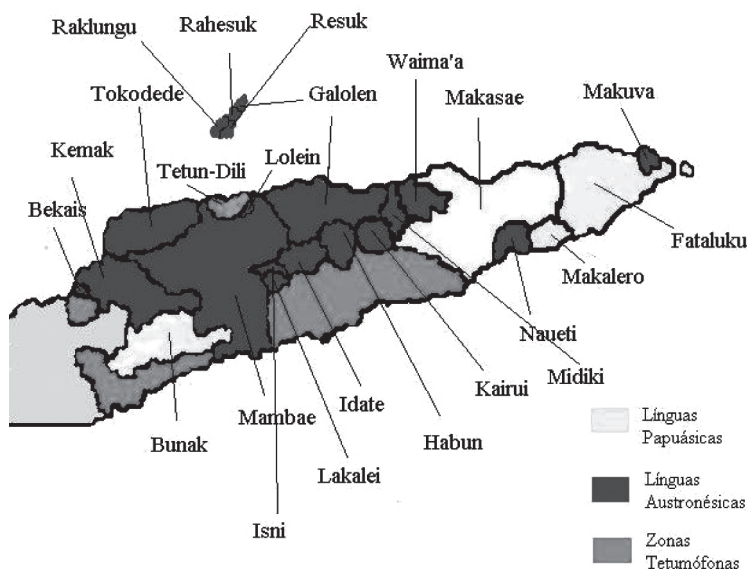
Davi Borges de Albuquerque
(Universidade de Brasília – UnB)

1 Introdução⁵⁸

O Manbae (grafias alternativas *mambae*, *mambai*) é uma língua majoritária de Timor-Leste, provavelmente com o maior número de falantes L1, cerca de 17% da população leste-timorense (National Board of Statistics, 2004), aproximadamente 160.000 pessoas. De maneira distinta, a língua Tetun é falada por cerca de 82% da população, porém em situações de diglossia e, ainda, em suas variedades distintas, a saber: Tetun Prasa e Tetun Terik, há um número reduzido de falantes como L1.

Os falantes de Manbae habitam uma grande área da região central de Timor-Leste (mapa.1) e, por esse motivo, sofreram diferentes tipos de contatos com vários povos. Em relação ao contato com povos vizinhos, o Manbae teve contato maior com os falantes de Bunak, na região a oeste, e Tetun, localizado a norte (Tetun prasa) e a sudoeste e sudeste (Tetun Terik).

58 Abreviações utilizadas: 1sg '1ª pessoa do singular', 2sg '2ª pessoa do singular', 3sg '3ª pessoa do singular', 1pl.exc '1ª pessoa do plural exclusiva', PERF 'aspecto perfectivo', DEF 'marcador de definição', EXI 'verbo existencial', IN 'inalienável', IND 'marcador de indefinição', INT 'intransitivizador', IRR 'irrealis', LOC 'locativo', MSC 'masculino', NEG 'negação', NOM 'nominalizador', PL 'plural', POS 'possessivo', PROG 'aspecto progressivo', RED 'reduplicação'.



MAPA 1. Distribuição das línguas de Timor-Leste

Ainda, o contato com povos estrangeiros ocorreu em diferentes períodos: uma segunda migração Austronésica, de origem Ambônica (Hull, 2001), por volta do século XI; os comerciantes dos sultanatos malaios, falantes do *Pazar Melayu*, por volta do século XIV; o colonizador português, a partir do século XVI; a invasão japonesa de 1942 a 1945; e a invasão indonésia de 1975 a 1999.

A língua Manbae é de origem Austronésica, pertencendo à família Malaio-Polinésia (Hull, 2001). Dentro da classificação genética das línguas faladas em Timor-Leste, o Manbae faz parte de um subagrupamento, chamado Ramelaico⁵⁹, da região central de Timor, juntamente com as línguas Kemak e Tokodede.

59 O termo 'ramelaico', proposto por Hull (2001), origina-se do nome da montanha Ramelau, que se localiza na região central de Timor-Leste e também mesma área onde são faladas as línguas do subagrupamento.

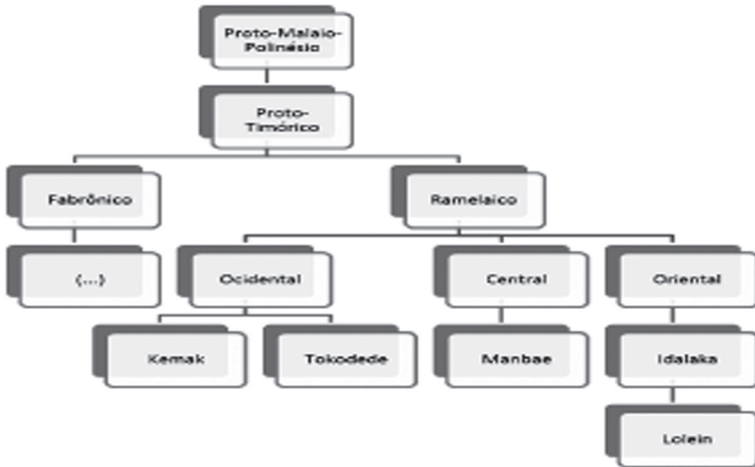


FIGURA 1. O grupo Ramelaico das línguas Timóricas

A metodologia baseou-se na coleta e análise dos dados pelo presente autor, assim como na revisão da pouca bibliografia existente, conforme será comentado em (3), juntamente com a utilização da abordagem ecolinguística, especificamente da linguística ecossistêmica, proposta por Couto (2012a) para as interpretações das análises realizadas aqui.

A coleta de dados ocorreu em dois períodos distintos: o primeiro entre 2008 e 2009, houve a coleta em diferentes distritos de Timor-Leste (Maliana, Aileu, Ainaro, Dili) com 6 falantes de Manbae como L1. O segundo período ocorreu durante os meses de abril a agosto de 2010 com a coleta de dados de mais dois informantes residentes no Brasil, um falante de Manbae L1, outro falante de Manbae L2. Os dados linguísticos do Manbae foram coletados seguindo a metodologia laboviana (Labov, 1966, 1972), procurando reduzir ao máximo o paradoxo do observador. Dessa forma, foram gravadas conversas de conteúdo altamente informal e pessoal a respeito da vida do falante, como: família, trabalho, situações de riscos de vida.

Além disso, foram coletados também listas de palavras do vocabulário básico para as línguas Austronésicas (Greenhill, Blust e Gray, 2008), assim como alguns textos da literatura oral e algumas histórias sobre o período da dominação indonésia (1975-1999).

Da abordagem ecolinguística serão utilizados os pressupostos teóricos já conhecidos e utilizados pelos ecolinguistas, que são os seguintes: meio ambiente, ecossistema, holismo, inter-relações, adaptação, evolução, porosidade, diversidade e visão de longo prazo. Porém, o presente capítulo dará ênfase aos princípios de adaptação e evolução que a língua Manbae sofreu para manter-se e sobreviver até a atualidade.

Provavelmente, o primeiro linguista a levantar a discussão a respeito da ecologia do contato de línguas foi Mackey (1979), afirmando que no estudo das línguas em contato deve-se levar em conta uma série de elementos sociolinguísticos, como etnia, manutenção linguística, comportamento linguístico diglossia, a competência linguística do grupo e o papel das línguas na educação e na comunicação (Mackey 1979: 453), sendo assim esse tipo de estudo na realidade consiste em um estudo ecológico da língua, pois é por meio da abordagem ecolinguística que esses elementos podem ser analisados de maneira conjunta. Basicamente, para Mackey a língua é um fenômeno social e a ecologia é o estudo das relações, assim as ciências sociais já haviam incorporado a ecologia em seus estudos e faltava somente a ciência da linguagem adotar o estudo da língua como um estudo das relações entre os vários papéis sociais das línguas e como estes se relacionam entre si e com as políticas e práticas sociais em diferentes meio ambientes (Mackey 1979:454). Ainda, Couto (2007: 48) salienta a importância dessa publicação por ser provavelmente o primeiro texto em que foram aplicados os pressupostos teóricos da proposta de Haugen (1972) de 'ecologia da língua', sendo também que o

linguista Einar Haugen é considerado o fundador da ecolinguística, com essa publicação (Haugen, 1972). No ano seguinte, em Mackey (1980), este autor aplicou novamente a proposta de Haugen (1972), mas desta vez ele estudou a ecologia da mudança de língua. O autor propõe basicamente três parâmetros ecológicos (medição de atração interlingual, elaboração de perfis das pressões das línguas comunitárias e padrões de geocodificação do uso linguístico) para se analisar a mudança de língua e aplica-os a um estudo de caso em Quebec.

Ainda, Mufwene (2001, 2008) dedicou duas publicações aos estudos de contato de línguas, seguindo uma abordagem ecológica, principalmente para o estudo das línguas crioulas, seu nascimento e seu desenvolvimento. Para Mufwene, a língua é uma espécie biológica semelhante ao parasita, já que necessita do ser humano para sobreviver. O linguista acaba por considerar o princípio da evolução o mais importante para a análise, chegando elaborar um modelo evolucionário.

Já os pressupostos ou princípios da ecolinguística foram elencados em Couto (2007: 29-36) e discutidos posteriormente em Couto (2012a, 2012b). Em Couto (2009), o autor dedicou uma publicação ao estudo ecológico do contato de línguas, afirmando que o fenômeno do contato entre línguas/povos é simplesmente uma necessidade de interação interlinguística, tese elaborada anteriormente por ele em Couto (1999), e da dinâmica desse contato é que surge o processo de evolução linguística.

O presente trabalho procura analisar as influências na língua Manbae do contato entre os diversos povos em território leste-timorense. Dessa maneira, faz-se necessário traçar um breve histórico da ilha de Timor, dos contatos linguísticos e, especificamente, dos falantes Manbae (2). Em (3), será feita uma revisão bibliográfica, e elaborado um esboço da gramática Manbae pelo fato de até a atualidade haver um hiato em

relação à descrição desta língua, assim como de outras faladas em Timor-Leste. Finalmente, na seção (4), será analisada a influência do contato de línguas na gramática Manbae, buscando identificar as diferentes camadas linguísticas e enfocando a ecologia do contato linguístico.

2 Breve histórico da língua Manbae

Há evidências de ocupação humana na ilha de Timor que datam aproximadamente entre 35.000 AP e 30.000 AP (O'Connor, Spriggs e Veth, 2002), porém não se sabe ao certo a origem desses primeiros habitantes, podendo ser de origem austronésica, mas também de povos pré-austronésicos desconhecidos, diferentes dos papuásicos que chegaram em um período posterior a ilha.

2.1 Os primeiros contatos: povos pré-austronésicos e papuásicos

O subgrupo Ramelaico, ao qual pertence a língua Manbae, é de origem austronésica. No entanto, esse subagrupamento parece ter se separado em período recente, já que as línguas Manbae, Tokodede, Kemak e Idalaka que fazem parte dele apresenta pouca diferenciação linguística.

Resquícios do que foi um primeiro contato das línguas Ramelaicas (Manbae, Tokodede, Kemak e Idalaka), em um período pré-histórico indeterminado, encontram-se no léxico destas. Os povos falantes das línguas de substrato, que deixaram apenas alguns empréstimos, possuem origem desconhecida, sendo chamados apenas de pré-austronésicos para se diferenciar dos povos de origem austronésica e papuásica (às vezes cha-

madros de não austronésicos). A única informação que se pode afirmar, além das línguas de origem desses povos não serem as mencionadas anteriormente, é que esses povos habitavam a região central de Timor-Leste antes de serem dominados.

Dessa forma, a análise dos cognatos das diferentes línguas ramelaicas revela a presença de itens lexicais que não são cognatos PAN (Proto-Austronésio) e nem de origem papuásica. Abaixo se encontram alguns exemplos de substratos distintos nas línguas Manbae, Tokodede e Kemak, acompanhados das reconstruções para o PAN e/ou PMP (Proto-Malaio-Polinésio):

PAN, PMP	Manbae	Tokodede	Kemak
*kedi,	loba	X	loba
*dikiq			
*ma-diñdiñ	bisa	tupudu	suma
*ma-raŋaw	glia	seu	X
*ma-baseq	X	tita	glia
*nabuq	mou	blasi	manahu

Um segundo contato ocorreu com os povos falantes de línguas papuásicas por volta de 4000 AP, que de acordo com análise feita por Hull (2004) dos cognatos das línguas de origem papuásica faladas em Timor-Leste é possível não apenas determinar a datação das migrações em comparação com as línguas faladas nas ilhas vizinhas, mas também reconstruir um ancestral comum, uma proto-língua, que era falada na península Bomberaica da Papua Ocidental, e assim chamada pelo autor de Proto-Neo-Bomberaico (Hull, 2004, p.28).

2.2 A reestruturação gramatical das línguas de Timor-Leste

Aproximadamente no século XI da era cristã, ocorreu uma segunda migração austronésica para a ilha de Timor. Esse

povo que migrou para a ilha de Timor era de origem ambôni- ca e povoou o Timor-Leste a partir do distrito de Manatuto, provavelmente pelos rios de Laleia e Lacló (Hull, 2001). Esse contato foi fundamental para a configuração atual das línguas faladas em Timor-Leste, já que foi devido a essa dominação ambônica que as línguas leste-timorenses sofreram intensa reestruturação gramatical e uma segregação linguística ainda maior, com o isolamento e diferentes graus de dominação que contribuíram para a formação de várias línguas diferentes, assim como complexos dialetais.

Alguns anos mais tarde, provavelmente no século XIV, a maior influência que aparece nas línguas e na cultura timorense é originária dos povos falantes da língua malaio. Durante um período de aproximadamente quinhentos anos, por volta do século VIII até o século XIII, o reino indianizado de Java dominou o comércio nos mares do sudeste asiático. No final do século XIII, porém, o reino Jau de Majahapit, localizado em Java Oriental, inicia uma investida ao reino de Çrî Vijaya e assume o controle das rotas comerciais (Thomaz, 1994: 547) para logo em seguida, no século XV, cair em decadência. Em seguida, a área das rotas comerciais do sudeste asiático foi dominada pelos sultanatos malaios de Malaca. A breve hegemonia de Malaca foi suficiente para difundir a religião hindu, a língua malaia, em sua variedade pidginizada chamada de *Pazar Melayu*, ou malaio de bazar, e outros traços culturais nesta parte do mundo. Em Timor, a influência malaia parece ter se originado na parte oeste da ilha e a partir dessa região se expandido.

As influências históricas do Malaio no Tetun foram significativas na configuração atual da língua, afetando todos os níveis de análise linguística: fonologia, morfossintaxe e léxico. Na fonologia pode-se apontar a inserção dos fonemas /p/ e /g/ que não existiam anteriormente e vieram juntamente com diversos empréstimos lexicais, e a posse passou a ser expressa

com um marcador possessivo enclítico =*nia* que veio do verbo malaio *punya* ‘possuir’.

2.3 A expansão da língua Tetun

A língua Tetun possui um status de língua franca em Timor-Leste desde aproximadamente século XV (Thomaz, 2002). Os portugueses chegaram à ilha de Timor no início do século XVI e já a encontraram sendo falada em um vasto território. Porém aproximadamente no mesmo período, século XV, a língua franca do sudeste asiático era o *Pazar Melayu*, variedade crioula do Malaio. Esse fator faz com que seja possível datarmos a ascensão do império tetumófono na ilha de Timor durante este mesmo período, meados do século XV.

Outras informações históricas que servem como argumento para uma possível datação do surgimento do Tetun Prasa como língua franca podem ser encontradas em documentos da administração portuguesa. Há uma documentação rica que aponta a existência de dois grandes reinos. O primeiro, chamado de reino dos Belos, que se localizava na região central do que é hoje Timor-Leste e tinha em sua figura central o rei de Luca. O segundo, chamado de reino de Servião, que ficava na parte oeste da ilha, o que corresponde atualmente a território indonésio, e a figura central era o rei de Wehale. Essas informações e outras, a respeito do período histórico de Timor-Leste encontram-se na coletânea de documentos do período colonial português no oriente, em Sá (1961).

2.4 O contato com as variedades lusófonas

Os portugueses quando chegaram em Timor, por volta do ano de 1515, desembarcaram na parte oriental da ilha, onde

atualmente é o enclave de Oecussi. Porém, não ocorreu uma ocupação portuguesa efetiva da ilha, já que o interesse comercial da metrópole era o sândalo branco (*Santalum album*) que podia ser encontrado também nas ilhas vizinhas e mais próximas das administrações de Malaca e Macau.

Somente por volta do século XVIII com a perda de diversos territórios para a Holanda, incluindo Oecussi, na época chamado de Lifau, Portugal começou a se interessar por Timor. Ainda, não havia uma política bem definida de ensino de língua portuguesa para os cidadãos leste-timorenses. Isso somente mudou por volta do século XIX com a fundação do colégio de Soibada (Thomaz, 2002), que instalou em Timor-Leste um sistema de ensino sólido língua Tetun e língua portuguesa, assim como foi o primeiro colégio a nível secundário no país.

Antes da fundação do colégio de Soibada, havia um grande fluxo de funcionários da administração portuguesa entre Malaca, Macau e Timor. Dessa forma, pode-se afirmar que houve na época uma influência dos Crioulos Portugueses Asiáticos, principalmente dos Crioulo Português de Malaca (CPMal) e Crioulo Português de Macau (CPMac), nas línguas faladas em Timor-Leste. O esquema a seguir procura sistematizar as diferentes influências lusófonas:

1º período (XVI-XVIII): primeira influência portuguesa que provavelmente não ocorreu diretamente do português europeu, mas do CPMal, que foi usado como língua franca. Não há fontes primárias desse período;

- 2º período (XVIII-XIX): influência marcada do CPMac e bem documentada através de fontes históricas e primeiras fontes linguísticas;
- 3º período (1898-1974): a fundação do colégio de Soibada marca a implantação de uma política lin-

guística de ensino do PE no Timor Português, que é interrompida pela invasão indonésia;

- 4º período (1975-1999): o período da invasão indonésia reprimiu totalmente o uso da língua portuguesa, relegou o TP à posição secundária, e iniciou a política de ensino do *bahasa indonesia*. A língua portuguesa continuou a ser usada apenas nas regiões rurais e montanhosas pelos grupos resistentes à invasão;
- 5º período (2002-atual): após constituição de 2002 eleger a língua portuguesa como língua oficial, juntamente com o TP, uma nova política linguística de ensino foi implantada em Timor-Leste. A influência maior do português é marcada na renovação e modernização do léxico tetumófono.

2.5 Tetun e Manbae: a mudança da capital de *Timor Português*

A capital de Timor no período colonial era chamada de Lifau (Oliveira, 2004: 100). A administração portuguesa concentrava-se em Goa, porém Macau fornecia um grande número de funcionários para os outros territórios administrados pela coroa. A ilha de Timor não foi inicialmente alvo de grande interesse para a administração portuguesa, que preferiu as ilhas vizinhas, pertencentes aos arquipélagos de Maluco e Moluca (Thomaz, 1994). Ainda, o sultanato de Malaca forneceu uma fonte de renda imensurável durante o tempo que foi dominado por Portugal (Lobato, 2000). Somente com a perda de diversas fortalezas e territórios para a Holanda foi que Portugal teve interesse maior em Timor.

Com as inúmeras perdas da coroa portuguesa para a Holanda, a capital da ilha de Timor, que se fixava em Lifau, teve que ser transferida para Díli, em 1769, após os portugue-

ses serem expulsos do lado oeste da ilha. Outro fator digno de nota consiste nas questões sobre a língua, ou línguas, que eram usadas para se realizar a comunicação entre os diversos membros da administração portuguesa – portugueses e funcionários de Goa, Malaca e Macau – com os timorenses nativos de diferentes etnias – falantes de línguas diferentes. Algumas evidências históricas apontam para o uso do *Pa-zar Melayu* como uma língua franca no sudeste asiático, por volta do século XV, que posteriormente foi substituído pelo português crioulo de Malaca no século seguinte. Ainda, o português crioulo de Macau foi muito falado em Díli durante o século XVIII pelo grande número de funcionários da administração portuguesa ser de origem macaense, além de que provavelmente se usava também o português crioulo de Bidau.

Esta mudança de capital pode ter contribuído ainda mais para um processo de reestruturação gramatical do Tetun Prasa, já que essa região era falante de Manbae. Um estudo sistemático da influência da língua Manbae como um substrato do Tetun Prasa, porém, ainda precisa ser feito, algumas influências de ordem fonológicas são claras, mas em relação aos demais níveis de análise Tetun Prasa – morfologia, sintaxe, léxico – não é possível afirmar nada com muita certeza.

A influência maior da língua Manbae no nível fonológico foi a perda da oclusiva glotal e do glide bilabial, presentes nas demais variedades da língua Tetun, porém, não existem no inventário fonológico da língua Manbae e no Tetun Prasa:

[‘ha.ʔu] > [‘ha.u] ‘1sg’

[‘la.ʔɔs] > [‘la.ɔs] ‘não’

[‘we.e] > [‘be.e] ‘água’

[la.‘wa.rik] > [la.‘ba.rik] ‘criança’

No nível morfossintático pode-se citar a perda completa da flexão verbal, a tendência à parataxe (com a perda de preposições e conjunções), a queda dos genitivos e a perda de outras estruturas complexas, como: classificadores, cópula, sistema de negação e verbos existenciais. Digno de nota é que este processo de reestruturação gramatical do Tetun Prasa não ocorreu simplesmente pelo fato histórico da transferência da capital de Lifau para Díli, como acreditam alguns linguistas (Hull, 2001).

TP.	nia	koalia	ba	hau	ho	hirus,	(...)
	3sg	falar		com	1sg	com	raiva
agora	o	halo	nia	mamar	ona.		
agora	2sg	fazer	3sg	acalmar	PERF		
MB.	ua	bogaes	nør	au	(...)	hirus, (...)	
	3sg	falar		com	1sg	raiva	
agora	o	pun	ua	tnega	bel soi.		
agora	2sg	fazer	3sg	calma	PERF		

‘Ele falou comigo com raiva, porém agora ele foi acalmado por ti’.

TP.	ami	sai	loro-loron (...)	dadeer, (...)	meuidia	ho	kalan.
Mb.	aem	sai	namada	bus,	lelrae,	(...)	hoda.
	1pl.exc			sair	todo.dia	manhã	tarde
							noite

‘Nós saímos todo dia pela manhã, pela tarde e pela noite’.

Há evidências em outras sub-variedades da língua Tetun – como a sub-variedade falada no distrito de Suai (Tetun Belo), outra falada no distrito de Viqueque (Tetun Foho), e a falada na parte oeste da ilha na Indonésia – que este processo foi ocorrendo paulatinamente desde o período da segunda migração austronésica (Ambônica) por volta do século XI, passando pela expansão e dominação do reino tetumófono de Wehale no século XV, e culminando no período de colonização portuguesa efetiva que ocorreu somente em meados do século XVIII.

3 Língua Manbae: gramática, contato e ecolinguística

Não há disponível nenhuma descrição gramatical da língua Manbae até os dias atuais. Ainda, poucos foram os estudos que tiveram essa língua como seu objeto de análise. Os primeiros estudos que abordaram de alguma maneira a língua Manbae foram de autoria de Traube (1980 a, 1980b, 1986), que analisou os ritos e mitos desse povo e, conseqüentemente, há algumas considerações linguísticas⁶⁰. Posteriormente, Corte-Real (1998) fez sua tese de doutoramento analisando a variedade ritual do Manbae. Somente surgiram os primeiros estudos linguísticos em Corte-Real e Hull (1998) e Hull (2003). Outros trabalhos publicados sobre o Manbae foram Corte-Real (2000) e Traube (2007).

Corte-Real e Hull (1998) apresenta um esboço gramatical do Manbae seguido por um vocabulário, ambos baseados somente em textos escritos da tradução para o Manbae do novo testamento da bíblia. Hull (2003) também se trata de um esboço gramatical, porém contemplando alguns dados da língua falada. Corte-Real (2000) apresenta artigo resumindo sua tese, analisando reflexos da organização social dos povos Manbae na língua. Finalmente, Traube (2007) retorna ao local de seu trabalho de campo na década de 1980, e analisa o discurso das narrativas orais Manbae sobre os massacres que ocorreram em 1999, quando a Indonésia se retirou do território leste-timorense.

O esboço gramatical do Manbae que será apresentado aqui se baseou em trabalho de campo original, como foi apontado anteriormente, e divide-se da seguinte maneira: em (3.1) será analisada a fonologia do Manbae, descrevendo os seg-

60 Há os trabalhos de Capell (1943a, 1943b, 1944), que coletou diversos textos em várias línguas faladas em Timor-Leste, com o objetivo de realizar um estudo histórico-comparativo dessas línguas.

mentos consonantais e vocálicos, a sílaba e o acento; em (3.2) discutir-se-á aspectos da morfologia derivacional e a ausência da morfologia flexional; em (3.3), será descrita a sintaxe Manbae, enfatizando a estrutura dos sintagmas.

3.1 Fonologia

A língua Manbae possui apenas 12 segmentos consonantais: uma série de oclusivas com bilabiais, alveolares e velares, todos segmentos surdos e sonoros; as fricativas alveolar e glotal; uma vibrante; uma lateral; e as nasais bilabial e alveolar.

TABELA 1. Segmentos consonantais Manbae

	Bilabial	labiodental	alveolar	velar	Glotal
oclusiva	p		t	k	
	b		d	g	
fricativa			s		h
vibrante			r		
lateral			l		
Nasal	m		n		

Alguns desses segmentos apresentam grande variação na realização, enquanto outros não:

- /p/ além de sua realização como oclusiva bilabial surda [p], é realizada aspirada [p^h] quando na posição de ataque silábico (A), e como fricativa surda [f] nas variedades ao norte: /ar.‘pil/ ~ [ar.‘fil] ‘quando’; /‘pna.o/ ~ [fa.‘na.o] ‘roubar’; /‘a.pi/ ~ [‘a.ef] ~ [‘aif] ~ [‘ai.fa] ‘fogo’; /‘pun/ ~ [‘p^hun] ~ [‘fun] ‘quanto’

- /t/ é realizado como oclusiva alveolar surda [t], porém quando em posição de ataque silábico (A) é realizado aspirado [t^h]. Ainda, em posição de coda (Cd) é realizado não explodido [t[̚]] e sofre mudança diante de vogais altas, sendo realizado como a africada [ts]: /‘ha.ti/ ~ [‘ha.tsi] ‘lugar’, /‘an.tis/ ~ [‘an.tsiʃ] ‘antes’, /‘ti.ta/ ~ [‘tsi.t^ha] ‘molhado’, /‘tul/ ~ [tsul] ‘carregar, transportar’, /‘tu.ta/ ‘aumentar’, /‘rat/ ~ [‘rat[̚]] ‘chegar’;
- /k/ é a oclusiva velar surda que é realizada aspirada em posição de ataque seguida por vogal [k^h] e não explodida em posição de coda [k[̚]]: /‘kdei/ ‘morar’ /a.‘ke.rek/ ~ [a.‘k^he.rek[̚]] ‘querer’, /‘kud/ ~ [k^hud] ‘cavalo’, /ko.de/ ~ [‘k^ho.ðe] ‘bom’, /tuk/ ~ [‘tuk[̚]] ‘tempo’, /sak/ ~ [‘sak[̚]] ‘conhecer’;
- /b/ é oclusiva bilabial sonora e não apresenta variação significativa: /ba/ ‘NEG’, /‘lo.ba/ ‘pequeno’, /ar.‘ba.u/ ‘bufalo’, /‘ba.e/ ‘qual’;
- /d/ é oclusiva alveolar sonora e apresenta diversas variações, como o retroflexo [d̠], a realização pós-alveolar [d̟] e como a vibrante simples [r]: /ko.de/ ~ [‘k^ho. ðe] ‘bom’;
- /g/ é oclusiva velar sonora: /pa.glau/ ‘passar’, /gehe/ ‘mas’, /gos/ ‘procurar’;
- /s/ é palatalizado antes da vogal anterior alta /i/, sendo realizado como [ʃ]: /se.o/ ‘carregar nos ombros’, /mo.us/ ‘acontecer’, /‘tbi.sin/ ~ [‘tbi.ʃin] ‘cego’, /‘kbe.si/ ~ [‘kbe.ʃi] ‘perto’, /‘bru.is/ [‘bru.iʃ] ‘quente’;
- /h/ é fricativa glotal surda, mas é realizada como

sonora [ɦ], e também como fricativa faringal surda [ħ], fricativa faringal sonora [ʕ], e fricativa palatal surda [ç] e sonora [j]: /her.‘ba.e/ ‘onde’, /har/ ~ [har]‘camisa, /‘ha.ti/ ~ [‘ha.tsi] ‘lugar’

- /r/ é a vibrante múltipla alveolar, porém em posição de Cd é realizada como vibrante simples [r]: /rom/ ‘3pl’, /ter/ ‘língua, idioma’, /rai/ ‘este, isto’, /har/ ~ [har]‘camisa’.

Em relação aos segmentos vocálicos, o Manbae apresenta as cinco vogais cardinais, conforme a tabela abaixo:

TABELA 2. Segmentos vocálicos Manbae

	anterior	Central	posterior
alto	i		u
médio-alto	e		o
médio-baixo	ɛ		ɔ
baixo		a	

A altura das vogais médias possui status fonológico, conforme pode ser visto nos exemplos abaixo:

/et/ ‘achar’ /et/ ‘arroz cozido’
 /ser/ ‘lamentar’ /ser/ ‘tecer’
 /os/ ‘dinheiro’ /os/ ‘de’
 /n r/ ‘com’ /nor/ ‘ensinar’

A duração vocálica não possui status fonológico, porém por influência dos falantes de Bunak, a variedade do Manbae falada em Hatudu faz uma distinção entre vogais breves e longas.

/id/ [i:d] ‘um’
 /sen/ [sɛ:n] ‘quem’
 /dlɔ/ [do.lɔ:] ‘certo’

A metátese e a apócope são fenômenos comuns na fala Manbae e a partir dela é que se identificam influências de contato, assim como a separação das variedades existentes da língua. A metátese ocorre tanto em formas sincrônicas da língua, coexistindo diversas formas para o mesmo lexema, assim como foi um dos processos diacrônicos mais produtivos para a formação da língua Manbae:

/‘a.pi/ > [‘a.ef] ~ [‘aif] ‘fogo’
 *be.si > [be.is] ‘ferro’
 *ma.nu > [ma.un] ‘pássaro’
 *a.mi > [a.em] ‘1pl.exc’

O processo de lenição das vogais Mabae pode ser encarado sincronicamente ou diacronicamente. Diacronicamente, há a apócope com a perda da vogal final, e sincronicamente há síncope com a perda da vogal no interior da palavra:

*a.mi > [am] ‘1pl.exc’
 /aus/ > [as] ‘cachorro’
 /hi.ne/ > [hin] ‘mulher’
 /ta.es/ > [tas] ‘praia’

3.2 Morfologia

A morfologia flexional é ausente em Manbae pelo fato dos falantes ter sofrido intenso contato no decorrer da história da língua, ainda há registros históricos da interrupção da transmissão linguística para gerações posteriores. Ainda, há uma grande variação na realização linguística que é determinada principalmente grau de escolaridade, região e status social do falante. Pois falantes mais escolarizados tendem a realizar estruturas próximas à língua portuguesa, assim como há um maior emprego do léxico lusófono. A região do falante é fundamental para traçar as influências da língua Bunak, e as diferentes influências do Tetun, ao norte o Tetun Prasa e a sudoeste e sudeste o Tetun Terik. O status social do falante também influencia na realização linguística devido a existência de variedades rituais do Manbae, usadas por nobres, curandeiros, contadores de histórias, entre outros.

Os contatos principais do povo Manbae foram com os falantes de Bunak e Tetun. Há um histórico de contato com os falantes de Bunak em três áreas distintas: na região que corresponde atualmente ao distrito de Bobonaro (os falantes Bunak foram os primeiros a se desligarem da proto-língua e se fixaram a leste do povo Manbae em um período pré-histórico) e um enclave Bunak no subdistrito de Hatudu.

Digno de nota é que a variedade Manbae falada em Same apresenta resquícios da flexão pessoal do Proto-Austronésio. Dessa forma, os verbos iniciados por vogal são flexionados somente pela pessoa e na 3ª do singular com o prefixo *n-*:

au	ɛt	‘eu vejo’
ɔ	ɛt	‘tu vês’
ua	n-ɛt	‘ele vê’

it, am	εt	‘nós vemos’
im	εt	‘vós vedeis’
rɔ	εt	‘eles veem’

A marcação de definição é um traço incomum nas línguas de Timor-Leste, já que o substantivo sem nenhuma marca traz essa propriedade semântica. Porém, a gramática Manbae apresenta o lexema *ga* gramaticalizado para marcar definição e ainda ele pode ser acrescido da marca *id* de indefinição para indicar singular e *ser* para marcar o definido plural.

mEstri-ga	babar	tEl	iskolanti-ser	man	pada.
professor-DEF	mandar	PERF	estudante-PL	para	casa

‘O professor mandou os estudantes para casa.’

Por influência da formação de uma área linguística em Timor-Leste, conforme foi descrito por Hull (2001), assim como a região em que se localiza a ilha de Timor também se encontra inserida em uma área linguística maior, conhecida como Nusantara Oriental (Klamer, Reesink e Staden, 2007), o Manbae apresenta alguns elementos gramaticalizados com as funções de: definição *ga*, indefinição *id*, marcação de gênero natural: *man* ‘masculino’ e *hin* ‘feminino’, e *ama* ‘macho’ e *ina* ‘fêmea’, diminutivo *ana* e uma série de marcadores TAM.

l ba-man-ser	balikan	estuda.
criança-MS-C-PL	não.quer	estudar
‘os meninos não querem estudar’		

ua	tenki	sos	maun-ina	nɔr	haeh-ina
----	-------	-----	----------	-----	----------

3sg tem comprar pássaro-macho e porco-fêmea
 ‘Ele tem que comprar galos e porcas.’

Ainda, por influência clara do TP o Manbae marca a categoria plural com *ser* e a posse com *ni*.

au-ni ama nε ruif-id lao aus.
 1sg-POS pai dar osso-IND para cão
 ‘meu pai deu um osso ao cachorro’

O Manbae também apresenta algumas retenções do PAN que não se perderam com o processo de transmissão linguística irregular nem com o contato de línguas, são eles o classificador numeral *ubu* e o prefixo *ma-* ‘intransitivizador’. Ainda, há um sufixo multifuncional de origem papuásica *-a* que marca posse inalienável e nominalização.

maun, lae salmatan, pun favor.
 irmão abrir porta fazer favor
 ‘colega, por favor, abra a porta!’

salmatan ma-lae pod atub met
 porta INT.abrir para pessoa tudo
 ‘a porta está aberta para todas as pessoas’

3.3 Sintaxe

O Manbae é uma língua tipicamente SVO com sintaxe paratática e as categorias gramaticais sendo marcadas de acordo com sua posição na sentença. Há casos específicos de ocorrência somente das ordens VO e OSV.

S	V		O		
[mɛstri-ga]	[babar tɛl]		[iskolanti-ser	man	pada].
Professor-DEF	mandar	PERF	estudante-PL	para	casa

‘O professor mandou os estudantes para casa.’

S		V		O	
[au-ni	ama]	[nɛ]	[ruif-id	la	aus].
1sg-POS	pai	dar	osso-IND	para	cão

‘meu pai deu um osso ao cachorro’

A ordem VO ocorre principalmente com a classe de verbos modais, como *nei* ‘existir’, *leb* ‘poder’, *akarak* ‘querer’. Há também os casos de omissão de sujeito para expressar: impessoalidade do evento, um evento que é de senso comum, ou que se repete constantemente.

	V		O		
[ba	nei]	[libru	ha	istuda]	
NEG	EXI	livro	IRR	estudar	

‘Não há livros para se estudar.’

V	O		Compl.	
[nei]	[umkreda	niri]	[nei	timor]
EXI	igreja	muito	LOC	Timor

‘Há muitas igrejas em Timor’

A ordem OSV ocorre com a função de marcar estratégias de topicalização, ênfase e formação de passivas.

O	S	V
[ua]	[au]	[nɛ]
3sg	1sg	dar

‘Eu entreguei a ele, sim!’

4 O contato Manbae e suas repercussões na língua

De acordo com o que foi exposto anteriormente sobre a história do povo Manbae, há diversos exemplos de contato que influenciaram nessa língua. Foram separadas três influências linguísticas principais em Manbae, são elas: a língua Tetun (4.1), a língua portuguesa (4.2) e a língua Bunak (4.3). Ainda, em (4.4) serão analisados alguns contatos menores que tiveram apenas repercussões superficiais na língua, como empréstimos.

4.1 Tetun

A língua Tetun, como foi exposto anteriormente, tornou-se língua franca em grande parte do território leste-timorense provavelmente desde o século XV com a expansão do reino tetumófono de Wehale. Além disso, o território dos povos falante de Manbae sempre tiveram contato com os povos falantes de língua Tetun como L1 a sudeste, em Suai, e a sudoeste, em Viqueque, de acordo com o mapa (1).

Dessa forma, a influência da língua Tetun em Manbae é notável nos níveis lexical e morfossintático. No nível lexical, há a inserção de um grande número de nomes e verbos de origem austronésica com a flexão de origem tetumófona, assim como o léxico de origem lusófona e de língua Malaia entraram na língua Manbae via Tetun.

querer	T. hakarak	~	Mb. akarak
escrever	T. hakerek	~	Mb. akerek ~ hlai
entrar	T. hatama	~	Mb. atama ~ pae
pensar	T. hanoin	~	Mb. an in

No nível morfossintático, há a inserção do possessivo marcado por *-ni* que possui clara origem do clítico Tetun =*nia*, assim como a flexão de 3ª pessoa singular no verbo foi mantida simplesmente na variedade do Manbae falada ao sul, devido ao longo contato com os falantes da variedade Tetun Terik que manteve a flexão de pessoa. Atualmente, o distrito de Same possui um status de bilinguismo Manbae-Tetun Terik.

ua	n-et	hoha	os	ua-ni	um
3sg	3sg-ver	montanha	de	3sg-POS	casa

‘Ele (pode) ver a montanha de sua casa (da casa dele).’

au	anoin	tilu	klasi	ada
1sg	pensar	PROG	aula	amanhã

‘Eu estou pensando na aula de amanhã’

au-ni	ama	ne	ruif-id	la	aus.
1sg-POS	pai	dar	osso-IND	para	cão

‘meu pai deu um osso ao cachorro’

leb	kdei	nei-ga	it-ni	sos
poder	deixar	LOC-este	2sg=POS	compra

‘Pode deixar aqui suas compras’

4.2 Português

A língua portuguesa influenciou provavelmente de maneira direta as línguas Tetun e Galolen, que possuem um histórico de intenso contato com as diversas variedades da língua portuguesa. As demais línguas de Timor-Leste, incluindo o Manbae, possuem influência indireta da língua portuguesa através do contato com a língua Tetun e por vias de escolarização, que tende a elevar a língua portuguesa (às vezes a língua inglesa também) como um padrão ‘supralinguístico’ a ser copiado pelas demais línguas de Timor-Leste.

Desta maneira, o Manbae apresenta influência do contato com a língua portuguesa no nível lexical, principalmente com vocabulário relativo a campos semânticos que não são contemplados pela cultura Manbae:

/por.sa/ ‘ter poder, potência sexual’, /es.tra.ga/ ‘estragar’, /pre.pa.ra/ ‘preparar’, /pa.ra/ ‘parar’, /fu.ma/ ‘fumar’, /mes.tri/ ‘professor’, /is.ko.lan.ti/ ‘hiperônimo para qualquer pessoa que estuda’, /a.lu.nu/ ‘estudante de ensino fundamental e médio’, /is.tu.dan.ti/ ‘estudante de ensino superior’, /do.tɔr/ ‘médico’, /zu.is/ ‘juiz’, /ad.bo.ga.du/ ‘advogadu’, /pro.mo.tɔr/ ‘promotor’, /am.bis.pu/ ‘bispo’, /am.lu.lik/ ‘padre’, /a.ɛ.ro.‘pɔr.tu/ ‘aeroporto’, /ospital/ ‘hospital’, /zo.gu/ ‘jogo’, /brin.ke.du/ ‘brinquedo’.

Já no nível morfossintático, levanto a hipótese de que a variação existente na marcação da flexão de número, com o morfema lusófono –s, e o emprego de conectivos em excesso, uns Manbae, outros lusófonos, tem sua origem no contato e na escolarização.

istudenti-s	al	libru-s	hana	istuda.
estudante-PL	comprar	livro-PL	IRR	estudar
‘os estudantes compraram os livros para estudar’				

iskolanti ser	al	buku-buku	(na)	istuda
estudante PL	comprar	livro-RED	IRRE	estudar
‘os estudantes compraram os livros para estudar’				

4.3 Bunak

A língua Bunak (grafia alternativa *bunaq*) é de origem papuásica e, devido a sua migração pré-histórica do extremo

leste de Timor, região onde o proto-povo papuásico desembarcou, em direção à região central da ilha, deixou algumas influências na língua Manbae. Ainda, atualmente há comunidades multilíngues (Bunak-Manbae-Tetun)⁶¹ de origem Bunak no território Manbae, segundo os falantes nos informaram, localizam-se no subdistrito de Hatudu, em Ainaro, nos seguintes sucus: Betano, Welalulu e Weberek⁶².

A influência do Bunak pode ser vista na morfologia com a presença de vogais longas na variedade do Manbae a oeste, morfossintaticamente há o sufixo *-a*, que parece ter sua origem na distinção de posse ‘alienável x inalienável’ existente nas línguas papuásicas, mas que foi reanalisado e possui função atual de nominalizador.

haut-a	nɔr	ai-a	luli
pedra-IN	e	árvore-IN	sagrado

‘A pedra e árvore são sagrados’

ua	kdei	ni	ai-fuun
3sg	morar	LOC	árvore-base

‘Ele mora na base da árvore (embaixo dela)’

nam-ubun	ni	rae	Timor	kair	melitan	loi
roça-dono	LOC	terra	Timor	plantar	arroz	muito

‘Os agricultores em Timor plantam muito arroz.’

atub-ene	kdei	ni	nam	am	kalan	kair-a
pessoa-alguns	morar	LOC	campo	1pl.excl	chamar	plantar-NOM

‘Nós chamamos de ‘plantadores’ (roçeiros) algumas pessoas que moram no campo.’

61 Se considerarmos a situação da língua Tetun como de diglossia, poderíamos afirmar, então, que essas comunidades na realidade são bilíngues, Bunak-Manbae.

62 Timor-Leste é dividido em distritos, e as unidades menores dos distritos são os subdistritos. Uma unidade menor que o subdistrito é o ‘sucu’, que consiste em um pequeno conjunto de aldeias.

Em relação ao léxico, há uma necessidade de se realizar uma pesquisa aprofundada, já que apesar de Hull (2004) listar cerca de 19 empréstimos lexicais de origem papuásica em Manbae, como *dida* ‘sapo’, *sukaer* ‘escorpião’, *lol* ‘jarra’, *meu* ‘beijar’, *suat* ‘envergonhar-se’, entre outros, estes são cognatos de outras línguas papuásicas faladas em Timor-Leste: Fataluku e Makasae. Ainda, nossa pesquisa com os falantes de Manbae revelou que há um número maior de empréstimos papuásicos, mas tais empréstimos são considerados pela comunidade de fala Manbae como fora do padrão da língua, sendo aceitos somente nos sucos apontados acima, ou seja, são aceitos somente nas comunidades Bunak falantes de Manbae.

4.4 Demais contatos de línguas

Como a ilha de Timor foi alvo do contato entre diversos povos, nossa análise do léxico Manbae, mesmo que em estágio inicial, revelou alguns adstratos curiosos, que podem contribuir futuramente sobre a ecologia dos contatos de línguas e povos em Timor-Leste. Esses substratos encontrados foram de origem malaia, chinesa e japonesa.

O adstrato de origem malaia é comum nas línguas faladas em Timor-Leste, já que além do contato ocorrido durante o período do ápice dos sultanatos malaios no século XV, houve a dominação indonésio recente de 1975-1999. Esse léxico que possui entrada recente nas línguas de Timor-Leste está em alternância de código, havendo suas realizações em *bahasa indonesia*, Tetun Prasa, português e Manbae. Os campos semânticos são os seguintes: data, preços e hora; administração; serviços burocráticos. Porém, os grupos sociolinguísticos dos falantes de Manbae mais idosos e/ou altamente escolarizados tendem a possuir atitude negativa em relação a esses empréstimos.

Os adstratos de origem chinesa e japonesa têm se revelado objetos interessantes de análise. O primeiro, o contato com o império chinês, é historicamente o primeiro contato registrado entre um povo estrangeiro e os povos leste-timorenses (Albuquerque, 2009; Eccles, 2004). As repercussões linguísticas desses contatos, que se mantem até a atualidade, não foram analisados até o presente momento. Um breve exame na fala de informantes mais idosos revelou a presença de léxico de origem chinesa⁶³, como:

/pan.‘sɔn/ ‘tipo de fogos de artificios, que consiste em foguete para ser lançado ao chão’, /dar.‘g n/ ‘chaleira’, /‘ku.si/ ‘recipiente usado para guardar água’, /pa.‘hen/ ‘velho’, /‘kan.ku/ ‘hortaliça comestível’.

Não há registro algum da influência linguística da língua japonesa, no período em que o exército japonês dominou o chamado *Timor Português* (1942-1945), nas línguas leste-timorenses. Um dos fatores que contribuíram para isso é que durante o período de dominação japonesa, o exército japonês usou a língua inglesa para se comunicar com os timorenses e os portugueses (Carvalho, 1972). Porém, Thomaz (2002) levanta a possibilidade de haver palavras de origem japonesa em Tetun, já que no levantamento feito pelo autor foram encontrados dois lexemas nipônicos. Novamente, em uma análise inicial da fala dos idosos foram encontrados os seguintes lexemas de origem japonesa⁶⁴:

63 Algumas dessas palavras são encontradas no CPMac, assim como em outras línguas de Timor-Leste, como o Tetun, e até na variedade da língua portuguesa falada em Timor.

64 Esses lexemas foram atestados somente na fala dos mais idosos que viveram no período da dominação japonesa e tiveram contato com os falantes de língua japonesa. Dessa forma, parece que está limitado a este grupo sociolinguístico. Ainda, esses mesmos lexemas também são encontrados no português de Timor-Leste, e em outras línguas, como o Tetun.

/su.ˈta.tɛ/ ‘molho de soja’, /ka.ˈta.na/ ‘espada ornamental nativa leste-timorense’ /ˈkɛm.pi/ ‘polícia secreta japonesa’, /so.ˈdo.ku/ ‘doença causada pela mordida de rato’, /sa.mu.ˈra.i/ ‘tipo de espada longa’, /gur.za.po.ˈnes/ ‘tipo de erva usada na culinária’.

5 Considerações finais: a ecologia do contato de línguas em Timor-Leste

O povo Manbae sofreu contatos e dominações de diferentes povos, e isso teve repercussões estruturais significativas na língua. A língua Manbae atualmente possui uma gramática totalmente reestruturada com a perda da morfologia flexional e se utilizando de outras estratégias para marcar outras categorias funcionais que se perderam. Ainda, apresenta retenções da proto-língua e uma intensa fragmentação a nível fonológico e lexical, que serve como demarcação para as diferentes variedades da língua.

Ao se pensar a língua como uma espécie biológica, de acordo com Mufwene (2001), pode se considerar que a língua Manbae é uma espécie que domina um grande território e, por esse e outros motivos, sobreviveu ao impacto de várias outras espécies linguísticas devido ao fato de saber modificar para se adaptar aos novos ambientes. Essas adaptações, a nível linguístico, foram os elementos gramaticais incorporados de outras línguas ao Manbae, conforme foi analisado neste capítulo. Por necessidade de o povo Manbae precisar se comunicar com os povos vizinhos, como os Bunak, ou com os povos dominantes, o povo tetumófono e o lusófono, ocorreram diferentes interações interlinguísticas que forçaram o Manbae a se adaptar ao seu ecossistema linguística e, posteriormente, evoluir para que

a língua, como espécie linguística/biológica, não ficasse ameaçada de extinção ou se extinguisse.

Essas mudanças linguísticas, interpretadas aqui segundo o princípio da ecolinguística de adaptação, ocorreram nos níveis fonético-fonológico, morfossintático e lexical. Nestes diferentes níveis linguísticos é possível perceber a adaptação por meio das influências das diferentes línguas no Manbae: variação na realização de alguns fonemas devido à influência do Tetun e do Bunak; presença de morfemas do Bunak, Tetun e português que afetam a sintaxe; léxico lusófono e tetumófono. A permanência desses itens adaptativos na língua e a transmissão linguística deles para as outras gerações levou a um processo de evolução, que se deu juntamente com perda de certos traços da gramática Manbae para também adaptar a língua à interação interlinguístico. Esta perda de traços é conhecida na teoria linguística como reestruturação gramatical e, segundo Couto (1999), trata-se de uma ‘tendência geral de adaptação’ em que a língua tende à economia ou ao menor esforço dispensando tudo aquilo que é supérfluo ou ambíguo, como: sílabas complexas, palavras longas (mais de duas sílabas), preferência pela parataxe, transparência semântica, tendência à simplificação morfológica, sintática e morfofonêmica (Couto, 2007: 291).

Desta maneira, a língua Manbae por ter conseguido se adaptar ao contato de línguas/povos a que foi submetida e evoluir de maneira que estivesse em equilíbrio tornou-se uma espécie estável, juntamente com seu ecossistema e, assim, é na atualidade a língua com mais falantes como L1 em Timor-Leste. Ainda, Manbae possui o maior território em comparação com os demais grupos etnolinguísticos leste-timorenses. Essa estabilidade linguística em um cenário de dominação extremamente instável deu-se exatamente pelo motivo mencionado anteriormente; a capacidade do povo/língua Manbae se adap-

tar com sucesso às condições adversas que no decorrer foram impostos a eles. Essa adaptação deixou suas marcas na língua, mas é um grande exemplo do instinto de sobrevivência linguística e do caráter dinâmico e evolutivo da língua.

Referências

- ALBUQUERQUE, D. B. Pré-história, história e contato linguístico em Timor Leste. *Domínios de Linguagem*, v. 6, n. 2, p. 75-93, 2009.
- CAPELL, Arthur. People and Languages of Timor. *Oceania*, v.14, n.3, p. 191-219, 1943a.
- _____. People and Languages of Timor. *Oceania*, v.14, n.4, p. 311-337, 1943b.
- _____. People and Languages of Timor. *Oceania*, v.15, n.1, p. 19-48, 1944.
- CARVALHO, J. *Morte e vida em Timor durante a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Livraria Portugal, 1972.
- CORTE-REAL, Benjamin A. *Mambai and its verbal art genres*. A cultural reflection of Suro-Ainaro, East Timor. Tese de Doutorado. Sydney: Macquarie University, 1998.
- _____. Social Order and Linguistic Symmetry: The case of Mambai, Suru-Ainaro. *Studies in Language and Culture of East Timor*, v. 3, p.31-36, 2000.
- CORTE-REAL, Benjamin A.; HULL, Geoffrey. First texts in Mambai-Ainaro. *Studies in languages and cultures of East Timor*, v. 1, p. 69-87, 1998.
- COUTO, Hildo H. *Contato interlinguístico: da interação à gramática*. Brasília: UnB, 1999. Disponível em https://docs.google.com/file/d/0B6hlHMM_ItiGRzJibTRORWdSUHc/edit Acesso em 26/04/2013.
- _____. *Ecolinguística*. Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. *Linguística, ecologia, ecolinguística*. Contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2009.

- _____. *Linguística ecossistêmica*. 2012a. Disponível em: <http://meioambiente.linguagem.blogspot.com.br/2012/06/linguistica-ecossistemica.html>. Acesso em: 26 Jun. 2012.
- _____. *O Tao da linguagem*. Um caminho suave para a redação. Campinas: Pontes editores, 2012b.
- ECCLES, L. Early Chinese accounts of Timor. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, v. 6, p.178-187, 2004.
- GREENHILL, Simon J.; BLUST, Robert; GRAY, Russell D. The Austronesian Basic Vocabulary Database: From Bioinformatics to Lexomics. *Evolutionary Bioinformatics*, v. 4, p.271-283, 2008.
- HAUGEN, Einar. *The Ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- HULL, Geoffrey. A Morphological Overview of the Timoric Sprachbund. *Studies in Language and Culture of East Timor*, v. 4, p. 98-205, 2001.
- _____. *Southern Mambai*. Dili: Instituto Nacional de Linguística/ Universidade Nacional Timor Lorosaê, 2003.
- _____. The Papuan Languages of Timor. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, v.6, p.23-99, 2004.
- KLAMER, M.; REESINK, G.; STADEN, M. East Nusantara as Linguistic Area. In MUYSKEN, P. (ed.) *From linguistic areas to areal linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 2007.
- LABOV, William. *The social stratification of English in New York city*. Washington: Center of Applied Linguistics, 1966.
- _____. *Sociolinguistics Patterns*. Oxford: Basil Blackwell, 1972.
- LOBATO, M. Timor. In: *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Vol.I. Tomo II. p. 349-374. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- MACKEY, William F. Toward an ecology of language contact. In: MACKEY, W. F.; ORNSTEIN, J. (orgs.). *Sociolinguistic studies in language contact: Methods and cases*. Haia: Mouton, 1979. p. 453-459.
- _____. The ecology of language shift. In: NELDE, Peter (Org.) *Sprachkontakt und Sprachkonflikt*. Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik Beiheft. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1980. p. 35-41.
- MUFWENE, S. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. *Language Evolution. Contact, Competition and Change*. Londres: Continuum, 2008.

NATIONAL BOARD OF STATISTICS. *Timor-leste census of population and housing 2004*. Priority Tables Editions: National Board of Statistics and the United Nation Fund for Population, 2006.

O'CONNOR, S; SPRIGGS, M.; VETH, P. Excavation at Lene Hara Cave establishes occupation in East Timor at least 30,000–35,000 years ago. *Antiquity*, v.76, p. 45-50, 2002.

OLIVEIRA, L. *Timor na História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Fundação Oriente, 2004.

SÁ, A. B. *Textos em teto da literatura oral timorense*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

THOMAZ, L. F. F. R. *De Ceuta a Timor*. Carnaxide: Difel, 1994.

_____. *Babel Loro Saê: O Problema Lingüístico de Timor Leste*. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

TRAUBE, Elizabeth G. Mambai rituals of black and white. In: Fox, James J. (ed.). *The flow of life: Essays on Eastern Indonesia*. p. 290-315. Cambridge: Harvard University Press, 1980a.

_____. Affines and the dead: Mambai rituals of alliance. *Bijdragen tot de Taal-, Land-, en Volkenkunde*, v.136, p.90-115, 1980b.

_____. *Cosmology and Social Life: Ritual Exchange among the Mambai of East Timor*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

_____. Unpaid Wages: Local Narratives and the Imagination of the Nation. *The Asia Pacific Journal of Anthropology*, v.8, n.1, 9-25, 2007.

ECOLINGUISTICS – THE HISTORY OF A GREEN IDEA FOR THE STUDY OF LANGUAGE

Alwin Fill
Universität Graz, Áustria

1. Introduction: the Roots of Ecolinguistics

“The roots of ecolinguistics” (Mühlhäusler 1998) can be found in the work of such thinkers as Edward Sapir, Benjamin Lee Whorf, and even Wilhelm von Humboldt (cf. Makkai 1996). Humboldt, Sapir and Whorf recognised the link between language and culture and created an awareness of the fact that the diversity of world-views is closely connected with linguistic diversity. The more recent history of ecolinguistics, however, begins with Einar Haugen, an American linguist born in 1906 to Norwegian immigrant parents, with whom he returned to Norway as a child, but emigrated again to America a few years later. This personal experience was the cause of his life-long interest in the Scandinavian languages, and of his concern for their fate in their new ‘habitat’ of U.S. American communities. From 1964 to 1974, Haugen was professor of Scandinavian languages and Linguistics at Harvard University. He died in 1994, aged 88. For the following historical survey, see also Couto (2007: 47-63) and Couto (forthcoming).

In 1970, Haugen gave a talk with the title “The Ecology of Language”, in which he made use of a metaphor, which a few years before had been coined by Carl and Florence Marie Voegelin, two sociolinguists who had occupied themselves with the relation between language and culture in the Southwest of the United States. The Voegelins were linguists in the tradition of Boas and Sapir; they had taken an interest in the native American languages and were concerned about the danger of extinction which loomed large before these languages. In a paper entitled “Languages of the world; native America Fascicle One” (1964: 2), they had written of an ‘inter-language’ and an ‘intra-language’ ecology and suggested that “in linguistic ecology, one begins not with a particular language but with a particular area, not with selective attention to a few languages but with comprehensive attention to all the languages in the area.” It was this idea of the “comprehensive attention to all the languages” in an area which was introduced with the term ‘ecology’.

The word ‘ecology’ as a technical term in the Life Sciences was coined by the German biologist Ernst Haeckel in 1866 to mean the interrelations between organisms and between organisms and their environment. Haugen, whose talk of 1970 was published in 1972 in a book of the same title (the paper was reprinted in 2001, all quotations are from this printing), defined “language ecology” in this sense as “the study of interactions between any given language and its environment” (2001: 57). In the 1950s, Haugen experienced “first hand”, as he says, how the Norwegian language, in its American environment, gave way to the influence of American English in immigrant communities and how from a state of bilingualism through “switching or alternation among languages” an “immigrant language” developed (2001: 64). Haugen became particularly interested in the processes which took place in

the minds of the speakers and which as a result took effect on the community and its culture. From this interest, he came to make a division concerning the ecology of language which he put in the following words (2001: 57):

Part of [a language's] ecology is therefore psychological: its interaction with other languages in the minds of bi- and multilingual speakers. Another part of its ecology is sociological: its interaction with the society in which it functions as a medium of communication. The ecology of a language is determined primarily by the people who learn it, use it, and transmit it to others.

Haugen distances himself from biological metaphors of language which speak of the 'birth', the 'life-span' and the 'death' of languages, although he recognizes the heuristic value of these metaphors. With his own ecological metaphor, he particularly wishes to stress the inter-relational aspect of language contact, in other words the fact that language contact is never just one-sided influence but works in both directions (cf. Couto 2009). Language ecology thus studies from the inter-relational perspective phenomena which have already been looked at under such names as "psycholinguistics, ethnolinguistics, linguistic anthropology, sociolinguistics and the sociology of language. Linguists have been concerned with [this study] in their work on language change and variability, on language contact and bilingualism and on standardization" (Haugen 2001: 58). Among the linguists whom Haugen mentions as having done work on phenomena of language ecology are such well-known scholars as Uriel Weinreich, Charles A. Ferguson, William Labov, John Gumperz, Joshua Fishman and Dell Hymes (Haugen 2001: 59).

Since I have reported elsewhere (Fill 2001: 44) on work in which Haugen's ecological metaphor was used in the 1980s and early nineties, let me here just mention a few important

instances of this use of the metaphor. William F. Mackey (1980/2001) specifically referred to Haugen's paper when he described the phenomena of language shift in Canada in terms of "the ecology of language shift". Norman Denison, in several of his articles, takes up the Haugenian metaphor in connection with the languages and dialects of Europe. In a paper entitled "A linguistic ecology for Europe?" (1982/2001) he for the first time links language ecology with economy and addresses the question of the costs of 'pluriglossia' and particularly of maintaining linguistic minorities in the different states of Europe. Harald Haarmann, who later became known for his work on the small languages of the world (see, for instance, Haarmann 2001), in 1986 used the term "ecological relation" for the interrelation between language and ethnicity. Peter Mühlhäusler, too, used "language ecology" early, when he (in a paper published in 1992) argued that it is not individual languages which should be preserved but whole "language ecologies". Mühlhäusler was also among the first who saw the relation between linguistic diversity and biological diversity (e.g. 1995), a topic which has in the mean time been studied extensively by such authors as Daniel Nettle (1998, see also Nettle/Romaine 2000: 41-49), William Sutherland (2003) and others.

2. Ecolinguistics

The term *Ecolinguistics* was first used about 40 years ago. Hildo Honorio do Couto writes as follows about the origin of this term (Ecolinguistics List, 8th Jan, 2013):

(T)oday I came across the following passage in the book by Henri Gobard (1976) *L'Aliénation linguistique: analyse tétraglossique*, Paris: Flammaron:

“ethno-psycho-sociolinguistique de la politique culturelle, qui pourraient faire l’objet d’une nouvelle discipline, proposée par J. D. Palmer: l’écologistique” (p. 45).

He adds that Palmer proposed it in 1973. This would be the very first written occurrence of the name of our discipline. By the way, Adam Makkai told me that Einar Haugen had suggested the word orally to him during a Conference in Chicago in 1972.

‘Ecolinguistics’ was then used by Kurt Salzinger (1979) and, in the French form *l’écologistique* by Claude Hagège in his book *L’homme de paroles* (1985: 146 f.). Here Hagège speaks of *l’écologistique* as a future study which looks at ‘natural’ phenomena like topographical characteristics, relations between humans and other organisms and cosmic phenomena and how they are integrated into languages and cultures. In 1980, Dwight Bolinger had already pointed at the connection between language and ecological and environmental problems, such as the pollution of water and air (1980: 182). Thus, we see that quite early the term was already used for the ways in which specific languages deal with Nature and the ‘Environment’ (now taken literally) of humans. Particularly with the rise of Critical Discourse Analysis, the study of language and environmental problems developed into an independent branch within ecolinguistics, which was particularly influenced by the work of Michael Halliday (1990/2001) and Peter Mühlhäusler (2003, see also Harré/Brockmeier/Mühlhäusler 1999).

Today, we use ‘ecolinguistics’ as the general term for the study of language and its environment. Within this study, at least three strands of research have developed, as defined by do Couto in the following way (cf. 2007: 42):

linguistic ecology = the study of the relations between language and ‘ecological problems’ (could also be called ‘Environmental Linguistics’)

Ecology of Language = study of the relations between language and its social, mental or physical environment in the area where it is used and in the mind of a speaker who uses it

Ecology of Languages = study of the interrelation between languages, e.g. pidginization and creolization, language endangerment and language death.

2.1 Linguistic Ecology

The conferences of AILA (the International Association of Applied Linguistics) played a crucial role in the development of ecolinguistics as an independent part of linguistics, particularly the branch which investigates the role of language in the emergence (and possible mitigation) of ecological problems. At the 9th AILA conference held at Thessaloniki (Greece) in 1990, the American linguist and theologian (of Dutch parentage) Frans Verhagen organised two meetings in which he established a network of people from all over the world interested in language and ecology.

It was at the same AILA conference in Thessaloniki that Michael Halliday gave his keynote talk “New Ways of Meaning: the challenge to Applied Linguistics”, in which he showed the ‘construing’ power of language, whose ‘system’ makes us think in certain ways so that we adopt unecological ideologies. His pronouncement “language does not correspond; it construes” (2001: 185) is the basic tenet of a linguistic constructionism which holds that language does not just reflect reality but actively shapes and creates attitudes, opinions and ideologies. Among these ideologies are those which many thousands of years ago led to the ‘success’ of the human species – growthism,

the belief in the limitlessness of resources, anthropocentrism and ‘speciesism’. Halliday writes (2001: 198):

The main issue is that of growthism in the grammar; and we saw how deeply engrammatized are the motifs of growth versus shrinkage, of the unboundedness of our material resources, of the passivity of the inanimate environment and of the uniqueness of humankind instead of our continuity with creation. These and other features of the language system construe our experience in such a way that we believe we can expand forever – our own numbers, our own power and dominance over other species, our own consumption and so-called ‘standard of living’.

This leads us to the following questions:

- a) In what measure does the language system (for Halliday: ‘the grammar’) contain elements which are problems for biologists, physicists and “the applied linguistic community” (i.e. unecological elements)?
- b) In what way do these linguistic features influence people’s thinking and acting?
- c) How can language be used to shape a biocentric world view away from an excessively anthropocentric and mechanistic one? (cf. Verhagen 1991: 117)

Halliday’s own opinion is that the language system indeed influences our thoughts and the way we see the world, or, in his words, **construes** reality for us. Here is a list of ‘unecological’ elements in the language system (the ‘grammar’) that according to Halliday are outdated. In Halliday’s own words: “there is a syndrome of grammatical features which conspire [...] to construe reality in a certain way; and it is a way which is no longer good for our health as a species.” (2001: 194 f.):

- uncountable nouns for energy, air, water and soil, as well as coal and iron suggest unlimitedness of resources (cf. Halliday 2001: 194). Native American languages (e.g. Hopi) do not name these resources with mass nouns.
- two-valued logic (in the sense of Aristotle): the binary system of *yes* and *no*, which, however, can be avoided by using *mostly*, *to a certain extent* etc.
- contrasts (*big vs. small*, *mountain vs. valley*, *nature vs. culture* etc.). Language suggests contrasts where in reality no contrast exists (what is *small* in one context may be *big* in another)
- growth words serving as neutral terms: *how fast is the car? How big is the house? How long is the journey?* We never say things like: *how slow is the car? How small is the house?* “The grammar of ‘big’ is the grammar of ‘good’, while the grammar of ‘small’ is the grammar of ‘bad.’”
- possessive pronouns (*my land*, *my dog*) suggest human ownership of Nature
- humans vs. animals: animals are treated differently from humans in the vocabulary; there are, for instance, different words for offspring, eating and dying, e.g. *pregnant* (humans) vs. *gravid* (animals), German: *essen* vs. *fressen*, *sterben* vs. *eingehen* or *kaputt gehen* (= break down, like a machine)
- our writing systems, which favour fragmentation.

All these linguistic phenomena were “important for our survival, in the stage of history which is now coming to an end.” But they impose “a strict discontinuity between ourselves and the rest of creation ...” (Halliday 2001: 195). Today the ideologies of growthism, anthropocentrism and speciesism are outdated and may ultimately even be dangerous to all manifestations of life on this planet, including the human one. We cannot change “the inner layers of the grammar”, but what we can do is draw attention to these facts of language, which promote an ideology of growth and of the separation of humans from other living beings (cf. Halliday 2001: 196).

Halliday's keynote paper was first published in *Journal for Applied Linguistics* (6/1990: 7-36), but then reprinted a number of times. It became a truly influential article and an eye-opener for many linguists who suddenly saw that Applied Linguistics had dimensions by far transcending those of language teaching, translation, ESP and other traditional areas. Applied linguistics, with Halliday's talk, became part of an environmental science in which the position of humans was re-examined and their leadership on this earth drawn into question.

Anthropocentrism: animals, land

It may be permitted to discuss one of Halliday's points of critique a little more fully here, viz. the linguistic separation of humans from the rest of creation. Concerning animals, this topic has already been discussed a number of times (e.g. in Fill 2010: 184-186). However, 'anthropocentrism' is also at work in discourse about wood and land, as the following examples of lexical items show, in which the usefulness of wood and land for humans is stressed (source: Schultz, 2001: 113 f.):

The words *hardwood* and *softwood* express in what way the wood is useful for us humans – a non-anthropocentric description would name the trees (such as *oak* or *pine-tree*)

A resource is a word that stresses the use we make of something (for obtaining energy, for building etc.) – non-anthropocentric language would specify what is being referred to, e.g. *a forest, land, a river* etc.

To clear land sounds positive, as if land which previously was in some disorder, became cleared up; what it amounts to, however, is removing vegetation from the land.

To develop a mountain sounds as if the mountain itself were about to gain some advantage – in reality it is an anthropocentric expression for building roads and lifts up the mountain and thus making the mountain economically interesting for humans.

The following is part of an anthropocentric text about a landscape, in which the usability (or uselessness) of the land for humans is expressed:

Indeed, much of the land so vigorously defended in the ‘green belts’ of the south-east is not made up of beautiful green fields, but of scruffy, semi-derelict land serving no useful purpose. (*The Times*)

‘Green belts’ makes the land look ‘beautiful’ and useful – at least as far as living there and holidaying there is concerned. ‘Scruffy’, ‘semi-derelict’ and ‘serving no useful purpose’, however, suggest uselessness (for humans). That the land is probably the habitat of many animals and plants is not expressed in this description.

Similarly, the descriptions we find in ‘Nature trails’ frequently focus on the usefulness of natural phenomena for humans. For instance, they may give information about

- why a certain tree is ‘useful’, and how old the tree must be so that its wood can be used
- why a certain bird is useful (e.g. how many insects it eats per day)
- why ants are useful (how many ‘pests’ they ‘destroy’ each day).

It could be argued that even the word *environment* itself is anthropocentric, because it puts humans in the centre and describes what is around them. To show that humans are also

part of the ‘environment’, I would suggest either ‘human and natural environment’ or, using a new coinage, speaking of *con-virionment* (with its German counterpart *Mitwelt*).

Another form of anthropocentrism is the use of **euphemisms** for the way we treat and use Nature for our good. For example, there are many euphemisms which serve to make our use of animals as food, clothing and objects of experimentation look like simple mechanical or industrial activities. The words *death*, *killing*, *extermination* and *poison* are avoided; instead, we read of:

meat production,
plant protection and
toxicological experiments.

Particularly our use of animal skin as fur for clothing has to be hidden linguistically, so that people buying fur are not made aware of the killings. Thus, in advertisements, one would find the word *Greenlander*, when the reference is to a fur for which several seals had to give their lives, or the Russian word *sobaki* for a fur made from the skin of dogs. A special case is the language of hunting, in which animals’ body-parts are frequently named as things (e.g. legs as ‘trotters’).

2.2 The ecology of language(s)

Let me return to ‘the ecology of language(s)’ in the Haugeian sense. In recent years, the study of language contacts and interrelations between languages has been increasingly dominated by the threat to which many languages of the world are exposed. While for a long time ideologies of “one country – one language” were prevalent in the world, governing bodies have since begun to see that linguistic diversity can be an asset rather than a liability and that with the loss of languages there is a real danger of cultures and world-views being irre-

trievably lost. While in 1912 the American President Theodore Roosevelt said: “We have room for but one language in this country and that is the English language” (reported by Nettle/Romaine 2000: 193-194), a ruler in the 21st century would (at least nominally!) make a plea for maintaining language diversity in his/her country. Interestingly, it was around the time of Haugen’s talk (1970) that a change in general attitudes concerning language diversity took place. The Green movement, the rise of counter-cultures and similar factors may have been partly responsible for this change; however, being a linguist myself, I would venture to say that it was also the indefatigable work of scholars like Haugen that brought about a new interest in interrelation and diversity and a higher evaluation of ‘smallness’ – and this in all spheres of life including the forms of communication.

Language policies today no longer aim at unification and standardization at all cost but (at least on the surface!) usually include the furthering of diversity and the maintenance of linguistic minorities. The caution in the parenthesis of the previous sentence is necessary because in reality many governments are still unwilling to contribute to the maintenance of language diversity, particularly because this involves financial support in various forms. Thus Robert Phillipson, in his book about language policies in Europe (2003) unmasks EU language policies and argues that they are hypocritical and in reality serve only the further spread of English.

However this maybe, *at least on the surface* linguistic and cultural diversity are now seen as a good thing, and the further loss of languages and cultures is deplored everywhere. Books about language endangerment have mushroomed, and dozens of organizations have been founded which devote their work to the maintenance of small languages. Before I return to the more recent history of ecolinguistics, let me repeat that

without doubt the work of linguists has played an important part in this new interest in diversity. At a time when every year languages are dying and small cultures are being swallowed by larger ones, more linguists are urgently needed to carry out the practical tasks of recording and documenting small languages as well as creating linguistic self-confidence in their speakers.

3. The present state and the future of Ecolinguistics

Today (2013), ecolinguistics can be regarded as a reasonably well established field of linguistics. Including the AILA workshops, more than 20 international symposia and conferences have already been held on its topic areas under the label of “ecolinguistics”. AILA has given due attention to “language and ecology” by establishing a “Scientific Commission” for it and granting another keynote talk (after Halliday’s) at the 1999 conference in Tokyo. A theme volume containing 28 important articles on the field has been published (Fill / Mühlhäusler eds. 2001), and an online journal *language and ecology* (edited by Arran Stibbe) is available at the following address: www.ecoling.net. Taking up an idea by do Couto, Stibbe has also established an “Ecolinguistics List” as a forum through which all ecolinguists of the world can exchange ideas and send messages.

Though *ecolinguistics* is not yet an entry in the OED, an internet search (through *google*) at present (Jan. 2013) yields about 15,500 web addresses (as opposed to 1,260 in 2005). In a number of research centres all over the world theoretical and empirical research in ecolinguistics is carried out. The University of Southern Denmark at Odense hosts one of them (Jørgen Døør and Jørgen Bang being the masterminds there), Bielefeld (Germany) has another one (with Peter Finke as the founder of the ‘Research Centre for Cultural Ecology’ and Wi-

lhelm Trampe), and Graz (Austria) is a third, where a number of symposia about ecolinguistics have already taken place. In Brazil, ecolinguistics has also had very early followers in Francisco Gomes de Matos (UFPE) and Hildo Honorio do Couto (Brasília), who have done much to make the topic known in South America. A number of Masters' theses and dissertations have already been written with the ecolinguistic paradigm as their theoretical background. At various universities, particularly in the German speaking area, seminar courses have been held on ecolinguistic topics.

In spite of these successes, a great deal remains to be done in ecolinguistic research. Some of the theoretical work has been carried out, but the application is still missing. Firstly, it remains to be shown how a 'holistic' approach to language can be achieved and what methods can be employed to show the interrelation between language, humans and Nature. Are certain phenomena of language really (in part) responsible for the degradation of the 'environment' and other ecological problems of our time – climate change being one of them? Can we do something about these problems by showing the linguistic background (in the sense of Halliday)? It would also be desirable to have more contrastive studies to make it possible to compare the languages of the earth with regard to their anthropocentrism (and other points mentioned by Halliday).

A second task of ecolinguists would be to show how Haugen's idea of transferring 'ecology' from biology to languages can be fruitfully employed in the urgent task of saving endangered languages and helping to create an awareness of the importance of maintaining them. Will it be possible to make people and governments think in language ecologies instead of in individual languages? Is there a way in which the methods of biological ecology can be transferred to linguistic ecology? Also, the integration of 'language economy' into ecolinguistics

is urgently needed: in our age of globalisation it is not sufficient to emphasise that every language embodies a world view and that with the death of a language the knowledge and experience of humans acquired over many thousands of years dies. The economic aspect of language diversity and language maintenance has to be taken into account, too: what is the cost of maintaining a minority language, how many jobs does it create, and do people who can still use it earn more? These are the questions for which governing bodies want linguists to provide answers (on this topic, see for instance Grin / Vaillancourt 1997). Ecolinguists will also have to consider the cultural aspects of language: the close link between language and culture is taken for granted by everyone, but more research into their interrelation is an urgent requirement.

Finally, on the level of theory, a satisfactory integration and linkage of the different fields of ecolinguistics is still a desideratum. It has been criticised that the areas of ‘the ecology of language(s)’ (which studies the interrelation of languages in their environment) and ‘eco-criticism’ (linguistic ecology, which studies the role of language concerning environmental problems) are only tenuously connected and do not form a homogeneous field of research. Ecolinguists are still either scholars concerned with language contact and language diversity – or environmentalists interested in the role of language concerning ecological degradation, but are rarely interested in both fields. Future research in ecolinguistics will, on the one hand, have to provide a ‘transdisciplinary’ theory which unites these areas, and, on the other, focus on applied aspects and show the practical use of the paradigm.

In whatever direction this research will go, there is no doubt that the creative idea of an American scholar of Norwegian parentage, who was concerned about the fate of his native language in America, has had a remarkable success. It is

no longer true to say that people are worried about the sperm whale dying out but unconcerned about languages disappearing. Haugen's introduction of the term 'ecology' into linguistics has contributed to a rethinking of the value of diversity. To conclude this account, let me quote the final paragraph of an article by Ludwig Fischer (2002: 76), in which the idea behind the ecology of languages seems appropriately expressed:

To save languages and to work towards a global ethnolinguistic democracy is neither an impractical idealistic luxury nor a counter-attack against English, but an essential, urgent and mandatory necessity for an adequate sustainable emerging global communication economy.

4. References

- Bolinger, Dwight (1980). *Language – the Loaded Weapon. The Use and Abuse of Language Today*. London: Longman.
- Couto, Hildo Honorio (2007). *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Thesaurus, Brasília.
- Couto, Hildo Honorio (2009). *Linguística, ecologia e ecolinguística. Contacto de línguas*. São Paulo: Contexto.
- Couto, Hildo Honorio (to appear). "Ecological approaches in Linguistics: a historical overview," in: Fill, A. / S. Steffensen (eds.) *Ecolinguistics. The Ecology of Language and Science*. (special issue of *Language Sciences*).
- Fill, Alwin (2001). "Ecolinguistics – State of the Art 1998," in: Fill / Mühlhäusler (eds. 2001), pp. 43-53 [originally published in 1998].
- Fill, Alwin Frank (2010). *The Language Impact. Evolution – System – Discourse*. London: Equinox.
- Fill, Alwin / Peter Mühlhäusler (eds. 2001). *The Ecolinguistics Reader. Language, Ecology and Environment*. London: Continuum.

- Fischer Ludwig (2002). "The Conservation of Conversation beyond English" in: A. Fill / H. Penz / W. Trampe (eds.) *Colourful Green Ideas*. Bern etc.: Peter Lang, pp. 59-76.
- Grin, François / François Vaillancourt (1997) "The Economics of Multilingualism: Overview of the Literature and Analytical Framework." In: W. Grabe (ed.), *Multilingualism and multilingual communities*. Cambridge: CUP, 43-65.
- Haarmann, Harald (1986). *Language in Ethnicity. A View of Basic Ecological Relations*. Berlin, New York, Amsterdam: de Gruyter.
- Haarmann, Harald (2001). *Die Kleinsprachen der Welt. Existenzbedrohung und Überlebenschancen. Eine umfassende Dokumentation*. Frankfurt/M. etc.: Peter Lang.
- Hagège, Claude (1985). *L'homme de paroles. Contribution linguistique aux sciences humaines*. Paris: Arthème Fayard.
- Halliday, Michael (2001). "New ways of meaning: the challenge to Applied Linguistics," in: Fill / Mühlhäusler (eds. 2001), pp. 175-202 [originally published in 1990]
- Harré, Rom, Jens Brockmeier and Peter Mühlhäusler (1999). *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*. London: Routledge.
- Haugen, Einar (1972). *The Ecology of Language. Essays by Einar Haugen*. Ed. Anwar S. Dil. Stanford: Stanford U.P.
- Haugen, Einar (2001). "The Ecology of Language," in: Fill / Mühlhäusler (eds. 2001), pp. 57-66 [originally published in Haugen (1972), pp. 325-339].
- Mackey, William F. (2001). "The Ecology of Language Shift," in: Fill / Mühlhäusler (eds. 2001), pp. 67-74 [originally published in 1980].
- Makkai, Adam (1996). "Die Welt als Bewusstsein und Paraphrase. Zur gesamtökologischen Fundierung des menschlichen Sprachverständnisses mit besonderer Berücksichtigung der Sprachphilosophie Wilhelm von Humboldts," in: A. Fill (ed. 1996), *Sprachökologie und Ökolinquistik*, Tübingen: Stauffenburg, pp. 77-91.
- Mühlhäusler, Peter (1992). "Preserving Languages or Language Ecologies. A top-down approach to language survival," *Oceanic Linguistics* 31/2, 163-180.

- Mühlhäusler, Peter (1995). "On the Relationship between linguistic and biological diversity," in: D. Myers (ed. 1995). *The Politics of Multiculturalism in Asia and the Pacific*. Darwin: Northern Territory U.P.
- Mühlhäusler, Peter (1996). *Linguistic Ecology. Language change and linguistic imperialism in the Pacific Region*. London, New York: Routledge.
- Mühlhäusler, Peter (1998). *Humboldt, Whorf and the Roots of Ecolinguistics*. LAUD working paper. Ser. A, 442. Essen: LAUD.
- Mühlhäusler, Peter (2003). *Language of Environment – Environment of Language*. London: Battlebridge.
- Nettle, Daniel (1998). "Explaining global patterns of language diversity," *Journal of Anthropological Archaeology* 17, 354-374.
- Nettle, Daniel / Suzanne Romaine (2000). *Vanishing Voices. The Extinction of the World's Languages*. Oxford: OUP.
- Phillipson, Robert (2003). *English-Only Europe? Challenging Language Policy*. London, New York: Routledge.
- Salzinger, Kurt (1979). "Ecolinguistics: A radical behavior theory approach to language behavior," in: Doris Aaronson & Robert W. Rieber (orgs.) *Psycholinguistic research: Implications and applications*. N. York: Erlbaum, p. 109-129.
- Schultz, Beth (2001). "Language and the Natural Environment," in: A. Fill / P. Mühlhäusler (eds.), 109-114 (first published in 1992).
- Sutherland, William J. (2003). "Parallel extinction risk and global distribution of languages and species," *Nature* 423, 276-279 (Letters to *Nature*, 15th May, 2003).
- Verhagen, Frans (1991). "Ecolinguistics: Context, Contours, Constraints, Challenges," New York: Sociological Energy Services International.
- Verhagen, Frans (2000). "Ecolinguistics: a Retrospect and a Prospect," in: B. Kettemann / G. Marko (eds. 2000), *ECONstructing Language, Nature and Society. The Ecolinguistic Project Revisited*. Tübingen: Stauffenburg, pp. 33-48.
- Voegelin, Carl F. / Florence Marie Voegelin (1964). "Languages of the World. Native America Fascicle One," *Anthropological Linguistics* 6.6, 2-45.

THE ECOLOGY OF LANGUAGE: SOME EVOLUTIONARY PERSPECTIVES⁶⁵

Salikoko S. Mufwene
University of Chicago

1. Preliminaries

I have explained my take on the ECOLOGY OF LANGUAGE in Mufwene (2001, 2005, 2008) and acknowledged therein the intellectual debt that we owe to Voegelin, Voegelin, and Schutz (1967) and Haugen (1971) for showing how a concept originally developed by biologists to account for the vitality of organisms and species in their natural habitats could be extended to explain the fates of languages in their social environments.⁶⁶ This is the fundamental position developed in the

65 This is essentially a position essay in which I summarize my personal manifold interpretation of the ECOLOGY OF LANGUAGE and situate myself in relation to Hildo Honorio do Couto, whose scholarship is being celebrated in the present volume. The pragmatic constraints of its production prevent me from elaborating some of my own views and likewise from citing as many references as I could. Many of those omitted may be found in the representative writings of mine cited below. May the reader accept this deliberate and practical omission.

66 As in Mufwene (2004, 2008), I am avoiding here, with the term *vitality*, the dominant bias of linguistics, especially of the past quarter century, which has drawn attention almost exclusively to language endangerment and loss. The discipline has hardly articulated the ecological dynamics that still keep alive many languages, major and small ones alike, and help some of them expand demographically, geographically, and/or ethnographically, regarding contexts of use in the latter case. I use *vitality* rather neu-

branch of biology known as macroecology, from which I have sought inspiration since the the 1990s. It is reflected in my discussion below, which also clarifies those respects in which I have diverged from other linguists who have also invoked language ecology in one way or another, especially advocates of language revitalization.

As observed by several linguists since the 19th century, especially Darmesteter (1886), languages too have lives. However, as clarified in Mufwene (2001, 2008), we can account for the birth, vitality, and death of languages adequately only if we also conceive of them as species, albeit of the viral kind, whose existence depends on the interactional practices of their speakers, who are both their creators and their hosts. The focus on species, rather than organisms (the tradition since the 19th century) is critical, because it highlights the significance of variation within a language as an extrapolation from what is otherwise a population of idiolects spoken by individuals communicating with each other. The vitality of languages depends on how regularly the populations, consisting of individuals, associated with them get to use them in various settings, with the consequences varying depending on whether they are used in all domains of the speakers' knowledge/experiences, only in some but not in others, or in none at all.⁶⁷

trally, as an umbrella term that applies to all the possible evolutionary trajectories that the life of a language can take, although every now and then I use it more narrowly in the phrases *loss/lack of vitality*.

67 As explained in Mufwene (2004, 2008), languages are not born in the same ways that individuals or organisms are. In this respect, as in many others (Mufwene 2001), languages are indeed like biological species, in that their births are stipulated post-facto, without any acknowledged period of incubation or pregnancy, after speciation has been determined between the variety considered new and another considered older. It takes some critical mass of speakers associated with the new variety for some observers to stipulate its birth. Likewise, unlike the death of an organism, that of language or species is gradual, marked by the contraction of the population of its speakers and the contraction of its domains of use, except of course in cases of genocide. As it is not clear whether Latin is a dead language or continues a metamorphosed life through

Thus the vitality of languages conceived of as parasitic phenomena depends not on what languages themselves do, if these had any agency at all, but on what their speakers do. This observation suggests, as I argue below, that there can be no accurate account of the ecology of a language that does not factor in the populations associated with specific languages and the ethnographic settings in which they evolve, including the socioeconomic structures that lead speakers to decide what particular languages are more advantageous to them in particular communicative events. (See Mufwene & Vigouroux 2012 for a more comprehensive characterization bridging the evolutionary and synchronic/ethnographic dimensions.) This position implies that VITALITY becomes an issue only in situations where more than one language is spoken, a situation typically created by population contact, the traditional prerequisite for language coexistence, thus a situation of language contact, and often of language competition.⁶⁸

I would be remiss not to clarify now already that COMPETITION, which is typically used in association with (natural) SELECTION in Darwinian evolutionary theory, should not be interpreted in linguistics (no more than in biology) as

the Romance languages (but note the birth of the latter by speciation!), I will not deal with claims of language death by structural erosion or contamination from another language.

68 Although I refer only to languages throughout this essay, my arguments apply also to cases when dialects of the same language come in contact with each other, especially when the relations are not egalitarian, such as between standard and nonstandard varieties. Note also that competition does not always result in one language (variety) driving its competitor(s) out to extinction. Sometimes the ultimate outcome of the competition is nothing more than a division of labor between domains of usage, which underscores why it is informative to articulate concretely what particular ecological conditions lead to the extinction of some languages. This is more accurately done when also factoring in the variable SPACETIME dynamics explained by Wallerstein (2004) and integrated in my ecology-of-language approach in Mufwene & Vigouroux (2012), as explained below. The question becomes even more compelling when the same language thrives in one territory but loses its vitality in another, as in the case of several European and African languages in New World colonies.

if languages had some animacy and actively vied for speakers. Although a language prevails on its competitor(s) when it is used in more domains and is spoken by more speakers, COMPETITION means no more than how unequally coexistent languages are often ranked by the population(s) associated with them in the “spacetimes” in which they are used.⁶⁹ The ranking is social, having little if anything to do with their particular structures, but everything to do with socioeconomic and political power and social attitudes, and evidently with the social benefits that are derivable from speaking one or another language in particular domains associated, for example, with the particular kinds of jobs one aspires at, the particular social positions one would like to hold, one’s shopping practices, or one’s activities in other public spheres, in one’s neighborhood, and at one’s home, especially when the spouses or partners have different ethnolinguistic backgrounds in the latter case.⁷⁰

69 We determined in Mufwene & Vigouroux (2012) that Wallerstein’s (2004) notion of SPACETIME (sometimes reproduced as TIME SPACE, as in Vigouroux 2009) may be more suitable than the traditional ethnographic notion of SETTING. It captures more adequately the fact that a place is conceived of more accurately as shaped by the population evolving in it at a specific time in its history.

70 I focus on speaking in this essay because it is in spoken, rather than in written form, that a language maintains its vitality. Experts in dead languages can write them without bringing them back to life. It is not clear that Classical Latin may be considered a living language simply because the Vatican’s curia can still speak it as a *lingua franca*. Perhaps keeping a language alive has to do especially with using it in more than a restricted ethnographic domain, including socialization/enculturation at and/or outside home. The latter condition is true of, for example, French Creole in Martinique and maybe also in Guadeloupe, both overseas departments of France, where parents refrain from speaking it with their children, encouraging them to become French vernacular speakers. However, children learn it passively from hearing their parents talking to each other (in their presumably secret or intimate code) and activate this passive competence in socializing with slightly older peers, especially during their teenage years. Those of them who wind up in metropolitan France in their adult lives even experience more pressure to speak CrJole as an identity marker, especially when they feel treated as outsiders. Thus, Hazael-Massieux (1999) need not have feared the endangerment of French Creole in these overseas departments of France, at least not now.

Competition arises from the choices that speakers face; and it need not be resolved in exclusive terms, with one language driving its competitors out. Often, the outcome is an ethnographic division of labor between at least some of the competing languages. This may be observed in Africa, where European languages, spoken primarily as *lingua francas* within the elite class (though a small proportion of these also use them as vernaculars, especially in South Africa), are restricted to ethnographic domains introduced by the colonial regime but seldom in those that are traditional to indigenous cultures. (This is especially true for the majority of speakers, who use them with varying degrees of fluency.) Thus they are used in the modern education system, though more and more countries are endeavoring to use indigenous languages in (the lower, first three years of) primary school, in (higher level of) public administration and of the economic sector, and in the higher court system (Mufwene 2008).⁷¹

SELECTION is thus the way that competition is resolved, through the agency of speakers, either in associating particular languages with specific domains (though the division of labor is not always clearcut!) or in letting one language prevail in all domains, as within dominant, mainstream populations in European settlement colonies, including those that produced creoles. The selection process need not be conscious, as speakers typically focus on communicating in ways that are beneficial to them, even when this simply means being understood,

71 Proselytizing has typically taken the other option, except in the formation of the intellectual leadership, because the cause of spreading a particular faith, such as Christianity, is served more expeditiously in the language of the population targeted by the proselytizers. In plantation settlement colonies of the Americas, in which the slaves constituted the overwhelming demographic majorities, things did not proceed this way simply because there were too many languages spoken each only by small proportions of the total populations in the plantations spacetimes. However, in exploitation colonies of Africa, missionaries typically identified an indigenous language that had wide currency in a region and adopted it for their mission.

without foresight of how the choices they make language- or feature-wise affect the future of their language(s). In some drastic cases of social conflicts, as has happened in some Central European territories, the competition is resolved politically by dividing what used to be the same countries into separate countries that each become constitutionally monolingual.⁷²

I should also explain at this point that I speak of “evolutionary perspectives” in this essay because matters of language vitality, including birth, maintenance, and loss fit in the proper domain of language evolution and “evolutionary linguistics,” as explained in Croft (2008), Mufwene (2013), and McMahan & McMahan (2013). Evolutionary linguistics should be concerned not only with the emergence of structures and architecture of languages and with their speciation in documented history, but also with various aspects of their vitality, indeed on the model of evolutionary biology, more specifically macroecology, in which various ecological factors are invoked to account for the changing dynamics of ecosystems. Linguists interested in language vitality in situations of population contacts, thus of language coexistence and competition, are concerned with the changing dynamics of ecosystems in which languages belong and therefore with one facet of language evolution.

What this essay is not concerned with is one branch of the scholarship on language ecology, identified by its practitioners as “ecolinguistics,” which has capitalized on linguistic diversity (e.g., Couto 2007, 2009) and often promoted advocacy for endangered languages (e.g., Mühlhäusler 2003). Although I believe that highlighting linguistic diversity and its

72 To be sure, this characterization is not completely accurate, as it was typically assumed or claimed before the separation that the then politically unified populations had spoken the same language, variable though it was. From the point of view of the sociology of language, one may argue that the separation has simply promoted the different varieties to the status of separate languages, as is evident from the creation of academies intended to make them more different than they used to be.

usefulness to humanity is only a derivative of language ecology proper, I want to state unequivocally that linguistics will be very much enriched by learning the extent to which linguistic structures, especially within the lexicon, are shaped by the social and non-social ecologies in which particular languages evolve, what Couto (in press) calls “natural ecology.” This includes the faunas and floras in which their speakers evolve, as well as their socioeconomic organizations. Although I have argued that languages emerged in mankind to serve as means for rich and explicit communication beyond our animal mind-reading capacity (Mufwene 2013), I also submit that languages would not function adequately as communicative systems if they did not also evolve as representational systems reflecting cognitive organizations significant to the populations speaking them. These cognitive categories impose culture-specific meaning-packaging chunks in the ways languages function as communicative technology, beyond some universals in the general architecture of the technology.

2. Whorfianism and the “cascade of ecological determinisms”

These considerations about how languages vary from one culture to another in the ways they package information, reflecting in part their “natural ecologies” (Couto, in press), are in fact where ecolinguistics overlaps with the ecology of language as I conceive of it. Mufwene (in press) and Mufwene & Vigouroux (2012) speak of a “cascade of (partial) ecological determinisms,” which accounts for the differential evolution of European languages in the colonies. What we tried to highlight is the fact that the colonization of the world by Eu-

rope from the 15th to the 19th centuries was driven by economic considerations, which were subject to climatic considerations. For instance, it is not by accident that colonies that thrived on sugarcane cultivation were concentrated around the tropics, on islands and in coastal areas, where sugar cane can be cultivated successfully. The tropical temperatures were found suitable, in places where the vegetation is not arid and a minimum of twelve inches of rain water per year was guaranteed. Otherwise, an affordable irrigation system was developed, as in colonial Haiti.

When, a century after sugarcane had been exploited successfully by small farmers in Brazil, Caribbean planters not only adopted this industry but also decided to revolutionize it by developing huge plantations with enslaved laborers, they also found it necessary to impose a racially segregated population structure soon after the latter became overwhelming demographic majorities, in order to control the circulation of weapons and prevent possible insurrections (Wood 1974). This socioeconomic evolution was unlike in Brazil, which, despite having many more slaves than all the Caribbean colonies combined, spread its slaves over numerous small farms in which they remained minorities and assimilated with European indentured servants.⁷³ Consequently, while the Caribbean wound up with a segregated population structure, which favored the emergence of creoles among the slaves, Brazil maintained a racially-integrated population structure, though it was economically stratified, which did not produce a Portuguese creole. As explained in Mufwene (2001, 2005, 2008), segregation of populations and rapid population replacement appear

⁷³ According to Schwartz (1985), Brazilian small farmers relied on cooperation with neighbors in scheduling harvesting and processing the crop at mills that they shared but could not afford to own individually, unlike on the large Caribbean plantations, which developed into self-sufficient industrial estates.

to have been more critical ecological factors in the emergence of creoles (by structural divergence from the colonial variety spoken by the White colonists) than the traditionally-invoked demographic disparities of 20% Europeans vs. 80% African slaves. As a matter of fact, these demographic disparities did not obtain in many colonies that produced creoles, for instance, Barbados.

Segregation and rapid population replacement appear to have applied also in Cape Verde, which produced a creole, though it had no viable sugarcane cultivation nor even any other kind of agricultural industry requiring large slave population in permanent residence. It functioned as a slave depot preparing slaves for their exploitation in Brazil, though race segregation was apparently imposed in order to control effectively the population of slaves that, though largely transient, always constituted the overwhelming majority in relation to the European and Creole population. In the case of the Netherlands Antilles, an additional factor was the geographical isolation of the slave population from Brazil (a form of segregation!) after Portuguese had been kept as their vernacular and would be in contact with Dutch, the language of the colonizing nation, and Spanish, spoken in the neighboring territories. Just as ecology is said to roll the dice in biological evolution, languages also evolve at the mercy of the socio-economic ecologies in which they are embedded, though these also depend on the geographical ecologies (consisting of climate and soil) that enabled them.⁷⁴

⁷⁴ More interested readers are encouraged to read Mufwene & Vigouroux (2012), in which Wallerstein's (2004) notion of *SPACE**TIME* (see also Vigouroux 2009) is borrowed to shed more light on the dynamic interactions of space and time in the construction of population structures. To make more sense of all this, one must embrace the social geographers' position that space shapes society as much as society shapes it, as also suggested by the "niche-construction" theory (e.g., Odling-Smee *et al.* 2003). Thus, from the point of view of language evolution, the Caribbean differed from Brazil

3. The significance of **INDIVIDUALS** and **POPULATIONS** as ecological factors

All the ecological factors I have discussed to this point are not only external to language but also indirect. They do not work directly on language but on the populations of individuals that speak them. We can say that individuals, working each in their own respective interests for survival in or adaptation to the new socio-economic ecologies, react to the new ecological pressures in ways that “maximize their fitness,” making them more adaptive. Everything being equal in their ecologies as explained above (though this was not always the case, Mufwene 2008), a whole lot of how speakers behave depends on their learning skills and their motivation in particular (see also Mufwene & Vigouroux 2012).

Thus, one cannot claim to approach language dynamics and evolution ecologically without factoring in the **SPEAKER** as the most direct external ecological factor to language, as he/she contributes variation to the emergent, ever-evolving language and participates in: 1) the spread or elimination of variants through the selections he/she make from among the competing variants (be they languages or linguistic features), 2) the emergence of new norms, and 3) sometimes the emergence of new varieties. Speakers operate within specific population structures, which constrain who they can(not) interact regularly with, and when they can(not) accommodate the practices of other speakers and thereby converge with or diverge from them. However, there would be no population

by the particular social practices that fostered race-based language speciation within the former’s colonial population but not in the latter. We must also remember that even in places where race segregation was institutionalized, the colonial languages did not evolve uniformly among the slaves. Creole continua date in fact from the early days of the emergence of creoles.

structure to speak without the ontologically prior existence of individuals, who must be organized in some ways for the survival of the whole, even when the social organization means the exploitation of a subgroup by another.

We must definitely make sense of the complex dynamics of inter-individual and inter-group interactions in order to understand how structures of languages evolve toward new norms, how they speciate, and how they maintain or lose their vitality. Note that even inter-group interactions presuppose inter-individual interactions on patterns that are typically dyadic or triadic (Mufwene 2008, Mufwene & Vigouroux 2012). Although the possible algorithms for making sense of these dynamics are complexified by the fact that the interlocutors often change, we can assume that there are some speakers who interact with each other regularly enough to generate convergence of small-scale norms within networks and communities of practice (Lave & Wenger 1991, Eckert & McConnell-Ginet 1992). On the other hand, as noted in Mufwene & Vigouroux (2012: 123), “The community of practice alone will not account for all aspects of language practice. It must be complemented by an ecological, albeit ethnographic, approach that highlights how language practices are shaped by and in turn construct the physical space in which they occur.”

As networks and communities of practice overlap, through individuals that participate in more than one network or community of practice, larger-scale norms associated with towns, cities, regions, or nations can emerge, though norm emergence does not at all entail that such populations become linguistically uniform (Mufwene 2001ff, Mufwene & Vigouroux 2012). As speakers have different interactional histories and are subject to various other ecological pressures (notwithstanding differences in their learning skills), there will always be variation among them.

When they also diverge between populations or communities of practice, the extrapolations projected from such emergent norms have traditionally been characterized as dialects or languages, depending on the ancestry of the varieties and/or political attitudes. Such differential evolution may be illustrated with the speciation between Peninsular and Brazilian Portuguese, or between different modern English varieties, or between the language varieties called creoles and their Indo-European lexifiers. But such inter-group variation has also been identified intra-nationally between different regions, such as between different dialects of American English, of Jamaican Creole, or of Haitian Creole. Archipelagos must have naturally favored such differential evolution, especially at times when mass cross-island transportation was not as regular and affordable as it is nowadays. Archipelagos embody discontinuous geographical spaces and their inhabitants have interacted more regularly among themselves, on their respective islands, than with those on other islands. This is confirmed by the emergence of various dialects of Cabo-Verdiano in Cape Verde (Baptista 2003).

Population structure can also produce what Couto (in press) calls “language islands,” according to himself, what has been traditionally identified as “language enclaves.” He explains them as minority languages spoken by populations surrounded geographically by speakers of a dominant language, such as pockets of Native American languages still spoken in parts of Brazil, while the nation is evolving toward monolingualism in Portuguese as a vernacular. Another kind consists of languages spoken by immigrant populations that have remained together, largely isolated from the host population and have resisted adopting the latter’s language as their vernacular. Couto’s examples include German used as a vernacular in countries where it is not the dominant language (such as Hun-

gary, Poland, and Romania, among other European nations). There have actually been many such cases in recent colonial history, such as German in rural Wisconsin (Salmons 2003, Wilkerson & Salmons 2008).⁷⁵ I am sure this was the case for many other European languages that died before German in Anglophone North America. If this characterization does not apply to Francophone Quebec (but cf. Chaudenson 2008), it certainly applies to other, smaller Francophone communities in the North America.

We must bear in mind that language islands presuppose social islands, pockets of populations isolated from majority populations that surround them. Like geographic islands, which can be connected to mainlands by bridges or boats or canoes, social islands need not be isolated. In the language of macroecology, they can be connected to majority or mainstream populations by “dispersing individuals” (Hanski 1996), though this notion has been conceived of on the assumption that large populations consist of discontinuous “habitat patches.” Here again, we are brought back to the role of individual speakers, whose social practices bear on how the languages of their communities evolve. Dispersing individuals can introduce elements from outside that can affect structures of their heritage languages, especially if such individuals are influential or numerous. They may also introduce some bilingualism, if they introduce economic or other kinds of activities that operate in the outside language, such as trade or popular culture.

But a good proportion of the dispersing individuals may also be associated with exodus from home, in search of better economic opportunities. Such population movements

75 I will deliberately ignore “language isolates,” which are genetically defined, from this discussion, although much of what applies to the vitality of language islands applies to them as well.

may erode the vitality not only of an island population but also of its language, especially when there is massive emigration in favor of a territory that is economically more affluent. Those natives who return “home” later speaking only the language of the demographically and/or economically dominant population likewise erode the vitality of their heritage language. Native American populations in the USA have very much been affected by such population movements since the 19th century, especially also with the expansion of populations of European descent into their reservations (Banner 2005). Hitherto isolated Native American populations in Brazil are now having similar experiences too (Ball, in press; Moore, in press).

Exogamy is another ecological factor that can be associated with population structure, just like education outside one’s heritage community, where social segregation is not rigid. It is thus that several European immigrants to the Americas and Australia have shifted to the dominant European vernacular of the destination colony. In industrialized nations, the assimilation of island populations to cultures of the dominant populations has typically entailed loss of their heritage languages. An interesting research topic suggested by Couto (in press) is what particular factors are likely to obliterate (the cultures of) island communities and thereby endanger island languages.

As argued in Mufwene (2001), individual speakers are ultimately the “unwitting agents of change”; they roll the dice of language evolution through their interactional and communicative practices. They filter all the ecological pressures exerted on their populations, deciding which particular responses “maximize their fitness.” Their populations and respective languages suffer the consequences incrementally, depending on how fast and widely new trends spread within them.

4. The MIND as an ecological factor

There is one other important ecological factor whose significance is underscored best by the phylogenetic emergence of language, viz., (the emergence of) a human-specific mind that is capable of processing and storing a lot of information, as well as of producing or learning modern human languages. The evidence from inter-individual communication among humans and between humans and animals suggests that only humans can learn the language(s) of their social environment and, for that matter, the language of any other human population that they are interested in interacting with. Animals are typically unable to learn not only human languages but also means of communication that are specific to other animals even within the same genus. For instance, adult song birds cannot learn to sing like song birds of a different species, whereas adult humans can still learn to speak the language of another population, although hardly with native competence.

The topic is more revealing regarding communication between humans and non-human animals. As usually reported in the literature, the other animals that manage to understand bits and pieces of human languages, and even those that can mimic them (such as Alex the African gray parrot), can only do so in a very limited way. Communication is generally limited to their survival needs but barely at all for simple needs of socialization. Adult animals hardly match the communicative and socialization capacity of a two-year-old human child. However, what has received less attention is the fact that, although we are as good at reading the minds of other animals as they are with ours, no humans have been reported yet to communicate with animals in the latter's means of communication. The lesson appears to be that both parties are severely constrained as much by their anatomies as by their mental

specificities from learning means of communication that are associated with other species. Humans can learn each other's languages across ethnolinguistic populations because they belong in the same species, are endowed with similar mental capacities specific to humans, and have fundamentally similar communicative needs.

A critical ecological factor in communicating in a human language is being endowed with a modern human mind.⁷⁶ As argued in Mufwene (2013), this has that has enabled us to produce modern cultures largely in response to pressures that hominines have experienced to share their feelings and knowledge about what Couto (in press) identifies as our “natural ecologies,” as explained above. In return, linguistic communication has enabled both individuals and populations to increase their knowledges, often saving each other time in not having to re-invent the wheel and accumulating more information collectively. Thus languages around the world have enabled hominines to cooperate and collaborate toward their survival in the face of changing “natural ecologies” to which we have had to adapt. Learning from each other through language has reduced cases of “reinventing the wheel” and reduced fatalities among us, as we are not equally gifted at solving various problems. It has also expedited the solution of problems, especially through the collective and gradual invention of

76 I insist more on the mind than on the anatomy, because, as explained in Mufwene (2013), the former domesticated the latter, phylogenetically favoring speech and saving signed language as a fall back option. The reasons are numerous, though a critical ecological factor typically overlooked in accounts of why speech has been favored is the fact that deaf people have hardly lived in separate communities of their own, or in ones where they could interact with each other regularly enough to develop a sign language (different from idiosyncratic home signs to communicate with speakers). What we also do not know is how many sign languages may have emerged in hominine phylogeny that did not survive for the same population-structure reasons. We must also bear in mind that the languages spoken today are only very remotely connected phylogenetically to the first full-fledged modern languages that emerged some 50-30 kya, according to some estimates (Mufwene, to appear).

technology. This human-specific capacity to communicate, no evidence has been reported of it among other animals, not even those that have been trained to communicate with us. It also holds the key to language change and various aspects of language vitality.⁷⁷

The mind is home to the coexistence and competition of languages (Weinreich 1953). It determines whether the different linguistic systems a speaker develops remain separate and intact, or whether they become contaminated by each other, apparently for reasons of economy of memory space in information storage (Mesoudi 2011: 31). It also responds to external ecological pressures of communication regarding which language to use and how it must be adapted to each communicative event. It is the patterns arising from its responses to communicative pressures that roll the dice on the fate of the languages that the speaker knows, viz., whether or not their structures change and how, and whether they thrive or suffer from atrophy (what linguists have traditionally called “attrition”) and may eventually die. At the communal level, which is the focus of historical, genetic, and evolutionary linguistics, language change, language speciation, language maintenance, and language loss are the ultimate outcomes of the cumulative behaviors of individual members of a population. Although there are often intentional institutional interventions to determine or control various aspects of language evolution (such as with the creation of academies), we all know that such attempts have typically either failed or not been as successful

77 Putting the whole evolutionary scenario in perspective, it is debatable whether it is language that makes us uniquely human. It looks like the credit should go to the human mind, which has produced not only human languages but also various cultural practices that are specifically human, concurrently with languages. It is even debatable whether linguistic anthropologists should continue speaking of “language and culture,” since languages themselves appear to be cultural productions, regardless of the role human-specific biology in their emergence (Mufwene 2013).

as planned, because speakers contribute to the evolutionary trajectories of their languages unwittingly through the usual deviations associated with “learning with modification” in studies of cultural evolution, unaware of the ultimate consequences of their behaviors. Also, the occasions when speakers reuse the same words or phrases are not always identical to previous ones, which can trigger new evolutionary trajectories. In any case, speakers typically notice changes affecting their languages or their own loss of competence in some of them long after they have repeatedly contributed to these cumulative outcomes of their behaviors.

5. The internal ecology

The facet of the ecology of language that I have said nothing about so far in this essay is what I identify as “internal ecology” in Mufwene (2001, 2005, 2008). This has nothing to do with the traditional distinction between externally and internally-motivated change in historical linguistics. Historical linguists have typically associated externally-motivated change with language contact and treated every other change as internally-motivated. This tradition suggests either that languages have histories which are independent of the agency of their speakers, or that speakers in an ethnolinguistically unmixed population should not be separated from their languages. Both inferences are untenable in ecological approaches to language. To be sure, what historical linguists have had in mind is simply to consider as internally-motivated those changes that originated within the population of native speakers independent of influence from outsiders. Thus, if the grammar of the standard or written variety of a language changed simply because attitudes to nonstandard elements had changed and the elite

stratum of the population had become more tolerant of some nonstandard features, the change was internally-motivated. The account would also be the same if population movements within the national boundaries of an ethnolinguistically un-mixed population produced structural changes resulting from new patterns of contacts between and mutual influences from its dialects. In contrast, I submit that, since the speakers themselves are not part of their languages, though they trigger changes in the structures and vitality of their languages through their communicative behaviors, all language changes are externally-motivated.

On the other hand, changes are also largely determined by the composition of the feature pool of a particular language, which avails structural materials that can be coopted for new functions and in which variants stand as ecologies to each other (Mufwene 2001, 2005, 2008). In phenomena such as grammaticization, nothing happens that is not licensed by the extant grammar. For instance, while functioning as a semi-auxiliary verb in *Is Paula coming with us?*, the verb *go* in English continues to behave as a motion verb inflected in the progressive in the present tense, modified by its own copular-auxiliary *be* inflected in the 3rd person singular. Although it is used as an auxiliary, it is blocked from the Subject-Auxiliary Inversion rule. This usage diverges from the more traditional usage pattern of the motion verb *go* in that its complement is a verb in the infinitive and only the complementizer *to* can be used between it and its complement. Thus the grammatical change undergone by the verb *go* to also function as a semi-auxiliary verb is very much determined by the internal ecology that the extant grammar of English already is.

Likewise, in Gullah, the English creole spoken on the coast of South Carolina and Georgia in the USA, the morpheme *fuh* 'for' functions as an obligation modal in the construction

Robert fuh come see me ‘Robert has to/must come (to) see me’ simply because the preposition *fuh* can also be used predicatively without a copula in a construction such as *dis book fuh me* ‘this book [is] for me’, unlike in English. One can even argue that it remains a preposition even in this derivative grammatical function, though its complement is a verb, rather than a noun, in this case. Similar considerations apply to verbs that have evolved into auxiliary verbs in syntactic environments in which they could take verbal or clausal complements. Although their specialization has led them to behave differently from other transitive verbs in English (especially regarding contraction, the Subject-Auxiliary Inversion, and the ability to combine with the negation marker *not*), they continue to behave like other verbs in the Romance languages. The case of articles is also worth mentioning here. While in some languages they have evolved from demonstratives or the quantifier ‘one’ in the case of the indefinite article, they have also continued to hold the same syntactic position as their etyma, unless a subsequent change, also consistent with other phenomena in the language, caused them to change positions. In languages such as French, it is not always clear whether it is the quantifier or the article *un(e)* that is used. In all these cases, the extant grammar of the relevant language functions as the internal ecology determining how extant materials can be co-opted, or exapted, for new functions.

Other changes can occur because an alternative way of expressing the same meaning is preferred to another, such as the use of the auxiliary verb *avoir* ‘have’ or *être* ‘be’ with the main verb in the past participle, instead of only a verb inflected in the ‘*passé simple*’ to convey PAST tense in modern French. Regardless of whether the trigger of the change was contact of the French population with speakers of other languages using this periphrastic strategy (see Heine & Kuteva 2005 regarding

areal linguistic features), the fact is that the alternative that has prevailed was once a variant of the one that has been abandoned.

In some other cases, some sort of compromise is found between the competing variants. Thus, the tense auxiliaries *will* and *be going to* have specialized in the kinds of FUTURE they express in some dialects of English, with the latter associated with INTENT or DETERMINATION, while the former is more neutral. Dynamics within the system of a language are more complex than illustrated with these few examples. The point was simply to show that every language has an internal ecology that influences how it evolves, going all the way to how it allows foreign elements in. It is in this context that I introduced the notion of FEATURE POOL in Mufwene (2001).

6. Final remarks

It is difficult to account for historical and phylogenetic aspects of language evolution without invoking changes in the ecology of human communication, regarding whether these are caused by changes in their mental capacity and/or social organizations, by population contact, or by simple population dispersal, which can entail an unequal, non-uniform distribution of variants between the allo-populations. As explained in Mufwene (2013), changes in the hominine mental capacity, undoubtedly compounded with population growth, exerted a lot of ecological pressure on our hominine ancestors to develop more efficient and explicit communication technology, which has culminated in modern human languages. Regarding population dispersal, I also argued in Mufwene (2008) that changes in the distribution of variants affect the balance of power among them and can set in motion new dynamics of

usage that can produce change and sometimes language speciation.

Offsetting the balance of power among variants is also one of the things that language contact, an important ecological factor, can do, such as in favoring some variants over others, under the influence of the other language(s) that a particular language comes in contact with. For instance, in the emergence of creoles, contact between the European lexifier and substrate languages with isolating morphosyntax has typically favored periphrasis over inflections, especially in the expression of TENSE and grammatical PLURAL, as in the case of *dem bin talk* ‘they talked’ and *di book dem* or *dem book* ‘the books’ in several English creoles. Although a large proportion of this essay was devoted to what Couto (in press) labels as “natural ecology” of a language, especially its population structure, one cannot at all ignore the significance of individual speakers as the ultimate and most direct ecology of a language. They are the unwitting agents of changes not only in its structures but also of its vitality.

The mind remains the most important driver of evolution, as it filters all influences from outside and within the speaker. This is evident even in incipient pidgins, which, while reflecting drastic changes in the structures of the lexifier, remain human languages nonetheless. They maintain a fundamental character of the architecture of languages in being compositional from sounds to words and from words to sentences, and in preserving what Hockett (1959 and Martinet (1960) (mis) identified, respectively, “duality of patterning” and “double articulation.” They also exhibit some grammar, however primitive this may be, as at least they maintain a distinction between nouns and verbs, they resort to demonstratives and quantifiers to specificity reference, and they have predication, regardless of whether or not the relevant word order is variable. Acting

as a critical ecological factor, the modern human mind of the contact populations has prevented the lexifier from disintegrating completely, *pace* McWhorter (2001).

I cannot conclude this essay without underscoring the fact the ecology of language is also relevant to synchronic linguistics, especially regarding the ethnography of communication, to which a great deal of Mufwene & Vigouroux (2012) is devoted. We highlighted the fact that, within the limits of his/her competence, a speaker is a dynamic agent that adapts his/her linguistic behavior to varying communicative interactions, always adjusting to current ecological pressures as lived in the present. In the final analysis, one must realize that although speakers reflect the history of their language(s) and their own personal interactional histories, they shape the ongoing history of their language(s) through how they use it on different occasions to meet their respective communicative needs.

References

- Ball, Christopher. in press. Linguistic subjectivity in ecologies of Amazonian language change. In *Iberian imperialism and language evolution in Latin America*, ed. by Salikoko S. Mufwene. Chicago: University of Chicago Press.
- Banner, Stuart. 2005. *How the Indians Lost Their Land: Law and Power on the Frontier*. Cambridge, MA: Belknap Press.
- Baptista, Marlyse. 2003. *The syntax of Cape Verdean Creole: The Sotaventos varieties*. Amsterdam: John Benjamins.
- Chaudenson, Robert. 2008. On the futurology of linguistic development. In *Globalization and language vitality: Perspectives from Africa*, ed. by Cécile B. Vigouroux & Salikoko S. Mufwene, 171-190. London: Continuum Press.

- Couto, Hildo Honório do. 2007. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora.
- Couto, Hildo Honório do. 2009. *Ecologia, linguística e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Editora Contexto.
- Couto, Hildo Honório do. in press. Amerindian Language Islands in Brazil. In *Iberian imperialism and language evolution in Latin America*, ed. by Salikoko S. Mufwene. Chicago: University of Chicago Press.
- Croft, William. 2008. Evolutionary linguistics. *Annual Review of Anthropology* 37: 219-234.
- Darmesteter, ArsPne. 1886. *La vie des mots [tudi]e dans leurs significations*. Paris: Delagrave.
- Eckert, Penelope & Sally McConnell-Ginet. 1992. Think practically and look pocally: Language and gender as community-based practice. *Annual Review of Anthropology* 21: 461-90.
- Hanski, Ilkka. 1996. Metapopulation ecology. In *Population dynamics in ecological space and time*, ed. by Olin E. Rhodes, Jr., Ronald K. Chesser, & Michael H. Smith, 13-43. Chicago: University of Chicago Press.
- Haugen, Einar. 1971. The ecology of language. *The Linguistic Reporter*, Supplement 25.19-26. Reprinted in *The ecology of language* (1972), ed. by Anwar S. Dil, 325-339. Stanford: Stanford University Press.
- Hazaël-Massieux, Marie-Christine. 1999. *Les créoles: l'indispensable survie*. Paris: Editions Entente.
- Heine, Bernd, & Tania Kuteva. 2005. *Language contact and grammatical change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hockett, Charles F. 1959. Animal "languages" and human language. *Human Biology* 31: 32-39.
- Lave, Jean & Etienne Wenger. 1991. *Situated learning: Legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Martinet, André. 1960. *Elements de linguistique générale*. Paris: Armand Colin.
- McMahon, April & Robert McMahon. 2013. *Evolutionary linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McWhorter, John H. 2001. *The power of Babel: A natural history of language*. New York: Times Books.

- Mesoudi, Alex. 2011. *Cultural evolution: How Darwinian theory can explain human culture and synthesize the social sciences*. Chicago: University of Chicago Press.
- Moore, Denny. in press. Historical development of Nheengatu (Língua Geral Amazônica). In *Iberian imperialism and language evolution in Latin America*, ed. by Salikoko S. Mufwene. Chicago: University of Chicago Press.
- Mufwene, Salikoko S. 2001. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mufwene, Salikoko S. 2004. Language birth and death. @ *Annual Review of Anthropology* 33: 201-222.
- Mufwene, Salikoko S. 2005. *Créoles, écologie sociale, évolution linguistique*. Paris: L'Harmattan.
- Mufwene, Salikoko S. 2008. *Language evolution: Contact, competition and change*. London: Continuum Press.
- Mufwene, Salikoko S. 2013. Language as technology: Some questions that evolutionary linguistics should address. In *In search of Universal Grammar: From Norse to Zoque*, ed. By Terje Lohndal, 327-358. John Benjamins.
- Mufwene, Salikoko S. in press. Language ecology, language evolution, and the actuation question. In *Language contact and change: Grammatical structure encounters the fluidity of language*, ed. by Tor Afarli & Brit Maelhum. John Benjamins.
- Mufwene, Salikoko S. to appear. What African linguistics can contribute to evolutionary linguistics. In *Selected Proceedings of the 43rd Annual Conference on African Linguistics: Linguistic Interfaces in African Languages*, ed. by Olanike Ola Orié & Karen Wu. Somerville, MA: Casadilla Press.
- Mufwene, Salikoko S. & Cécile B. Vigouroux. 2012. Individuals, populations, and timespace: Perspectives on the ecology of language. *Cahiers de Linguistique* 38, 2: 111-138.
- Mühlhäusler, Peter. 2003. *Language of environment, environment of language: A course in ecolinguistics*. London: Battlebridge.
- Odling-Smee, F. John, Kevin N. Laland, & Marcus W. Feldman. 2003. *Niche construction: The neglected process of evolution*. Princeton: Princeton University Press.

- Salmons, Joseph. 2003. The shift from German to English, World War I and the German-language press in Wisconsin. In *Menschen zwischen zwei Welten: Auswanderung, Ansiedlung, Akkulturation*, ed. by Walter G. Rädcl & Helmut Schmahl, 179–93. Trier: Wissenschaftlicher Verlag.
- Schwartz, Stuart B. 1985. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vigouroux, Cécile B. 2009. A relational understanding of language practice: Interacting times-spaces in a single ethnographic site. In *Globalization and language contact: Spatiotemporal scales, migration flows, and communicative practices*, ed. by Jim Collins, Stef Slembrouck and Mike Baynham, London: Continuum Press.
- Voegelin, C.F., F.M. Voegelin, & Noel W. Schutz, Jr. 1967. The language situation in Arizona as part of the Southwest culture area. In *Studies in Southwestern ethnolinguistics: Meaning and history in the languages of the American Southwest*, ed. by Dell Hymes & William E. Bittle, 403–451. The Hague: Mouton.
- Wallerstein, Immanuel. 2004. *World-systems analysis: An introduction*. Durham: Duke University Press.
- Weinreich, Uriel. 1953. *Languages in contact: Findings and problems*. New York: Linguistic Circle of New York.
- Wilkerson, Miranda E. & Salmons, Joseph. 2008. “Good immigrants of yesterday” who didn’t learn English: Germans in Wisconsin. *American Speech* 83; 259–283.
- Wood, Peter. 1974. *Black majority: Negroes in colonial South Carolina from 1670 through the Stono rebellion*. New York: Alfred A. Knopf.

THE DIALECTICS OF ECOLOGICAL EXPERIENCES: AN ESSAY IN ECO-LINGUISTICS WITH A DEIXIS ANALYSIS OF A NEWSPAPER TEXT COMMENTING THE RIO '92-SUMMIT ON THE HUMAN ENVIRONMENT

Jørgen Døør & Jørgen Chr. Bang
(University of Southern Denmark, Odense)

0. Preface

The following essay is a result of a long and lively dialogue. Unfortunately we are not able to present more than a rough sketch of what we have learned during the process. Our essay is a sequence of implicit and explicit confrontations with traditional linguistics from the view-point of an eco-linguistic theory. The elaborations of the various sections of our essay are to be presented in our lecture in Jyväskylä. In this sense each section and each figure is an invitation to co-operation and co-production with the participants in an ongoing theoretical and practical dialogue and praxis.

Please, remember what JOHN LYONS says in LYONS (1977:849),

[...] Languages are learned and used in contexts which are in part determined by the variable assumptions

and presuppositions of the people who use them; and these assumptions and presuppositions are not necessarily representable in terms of a set of determinable propositions. [...] *modality*, as it operates in a good deal of everyday language-behaviour, cannot be understood, or properly analysed, otherwise than in terms of the *indexical* [*deictical*] and *instrumental functions of language*, to which its descriptive function is, at times if not always, subordinate. [Our italics. jcb&jd]

If deixis and modality are essential features of every text- or utterance-understanding, then we, at least, could ask the question: “Is a linguistics that ignore these phenomena, or makes them subordinate, a misleading

discipline or praxis?” We think that traditional linguistics is a distorted mirror of culture and part of the ecological crisis.

We think that our readers will enjoy reading the beautiful, political text “What on earth can Rio achieve?” (The INDEPENDENT, Wednesday 3 June 1992, Published in London, p.1). The text is presented in the Appendix (p. 34ff.) together with some of our deixis indications that will be explained in the essay.

1. Introduction

For years or centuries philosophers and linguists have worked with the idea of a fundamental unit in and for a theory of language. Recent objects have often been some formal properties of symbolic structures (e.g. Montague-semantics) or instances of natural languages constructed by the linguist and stripped of the traits that constitute them as instances of *language*.

Our long and rich tradition of studies of languages has not, however, been a failure. We have learned a lot about language and more about what it is not. The situation is parallel to the situation in Psychology in which we are far from knowing what kind of questions to formulate and to answer. One way, but not the only one, however, to put things right, is to identify the proper research object.

Our proposal is that the proper research-unit in Linguistics is an **utte-rance in a dialogue**.

The proposal is to be interpreted as an invitation to reconsider the alter-natives – its pro's and con's – and to try to apply our proposal and compare the experiences, implications and the consequences of our approach.

In order to connect our proposal to common traditions, we relate our methods and theory to that of LUDWIG WITTGENSTEIN. He thought that if we want to interpret or understand an expression we ought to place it in its **appropriate language-game**. The appropriate language-game is the type of situations and contexts, its **form of life** to which it naturally belong and in which it was created.

WITTGENSTEIN says,

a) the speaking of language is part of an activity, or of a form of life. (PI §23).

b) To imagine a language means to imagine a form of life. (PI §19)

c) What has to be accepted, the given – one might say – are facts of life [...] forms of life. (RPP §630)

d) It is characteristic of our language that the foundation on which it grows consist in steady forms of life, regular activity. Its function is determined *above all* by the action which it accompanies (PO 404)

e) [...] not agreement in opinions but in form of life (PI §241)

f) The common behaviour of mankind is the system of reference by means of which we interpret an unknown language (PI: §206)

A dialogue is a unit, an ‘individuality’ (cf. J.Døør (1998), *Moral Meditations*), that comprises and articulates both a language-game and a form of life. So, according to Wittgenstein and us the proper method, or way, to investigate a text is to analyze it in a dialogue. None the less, there are differences between Wittgenstein’s theory and our philosophy.

Firstly, we define a **dialogue** as a communication between at least three participants⁷⁸ – whereas it seems as-if Wittgenstein’s paradigm case is a ‘duo-logue’, i.e. a particular situation and communication between only two persons. *Secondly*, we categorize the dialogue as conditioned by some **cultural core contradictions**. *Thirdly*, a dialogue implies a **telos** or a **horizon** of questions or problems; therefore there are no value-free com-munications or descriptions.

The *raison d’être* for the use of language is that some people are both similar and different, and that they for some reasons want to communicate (about) their differences and similarities. If it is a **healthy dialogue** both the articulated similarities and differences make a formal and existential difference.

Some interesting implications of choosing the “utterance in a dialogue” as the unit of linguistic research are that,

- language is **conceptualized** and **experienced** as part of a **social praxis** and defined by its **relational and processual characteristics**;

78 Cf. our Dialogue Model (Bang & Døør (1995))

- the utterance is directly related to **the participants experiential matrices** and, consequently,
- the semantic dimensions of the utterance is part of **the participants' ideologies**;
- the utterance contains **no “pure”, descriptive constituents**. Every semantic part is embedded in the participants' experiential matrices and their ideologies;
- the utterance as a whole is a **deictical phenomenon** although there are some special syntactic features that indicate the deictical features more openly (directly, explicitly) than other parts;
- the utterance is understandable relative to some “patterns in the weave of our life”, *Lebensmuster*, **patterns of activities**. And our patterns of activities are conditioned and constrained by our biological form, social order and ideological definitions;
- the utterance has one, or more **telos** in order to be identified as a linguistic phenomenon at all.

2. Language & Experience

The decisive move made by WITTGENSTEIN is to transcend the immanent conception of language. For his thesis is that in order to analyse or understand an utterance you have to place it in its right, or correct, language-game and then explicate its relation to the constitutive life-form or social praxis. We prefer to talk about a discourse instead of a language-game.

A **discourse** is a fuzzy-determined system of texts and utterances that is dialectically determined by its culture. Like WITTGENSTEIN, we regard **language, ideologies**, or world-views, and **culture** as a dialectical unity. Consequently, a text

and a discourse is interwoven with, and embedded in, non-linguistic activities, processes, relations and states. An utterance – a text, a discourse – is constituted by its context, situation and culture; and a language is a system of actual and possible utterances; consequently, a language **system** is constituted by its context, situation and culture; it can-not be defined as-if it was context-free, or cultural neutral.

Taking this for granted implies that you cannot use – produce or inter-pret – any utterance or text independently of a definite situation, a particular world-view, ideology, experiential matrix, or cultural logic.

To study, describe, analyze, explain, or make a critique of a language, a discourse, a text, or an utterance, is dependent on, or constituted by, a **conjuncture of experiential matrices and cultural logics**.

When you describe a text from a linguistic point of view

- you describe an articulation of an experience, and some **experiential conditions of and for production of such utterances**;
- you indicate your own particular experiences implied in your historical situation and your personal experiential matrix and specific cultural logic (cf. our Semantic Matrix Model (p. 18)).

When we understand each other's languages the understanding is “not agreement in opinions but in forms of life” (PI §241). When we produce or interpret a text we depend upon an understanding of the **cultural logic and the situational logic** – we share some experiences and situations *in order to* understand each other through the medium of language.

When the linguist, sociologist, psychologist, teacher, or philosopher is concerned with language s-he relies on the traditional and normal conceptions of “experiences”. Our dialect-

tical and dialogical philosophy and theory of languages presupposes, however, a different conception of “experience”.

Our linguistic unit is an utterance in a dialogue. And a dialogue is a communication between at least three persons. Being part of the same praxis, situation, sharing a particular form of life and discourse, implies that the three persons share some experiences, i.e. the three participants have experiences some of which are dominated by similarities and some others by differences.

The dialogue is characterized by **creative contact**, by our touching (of) each other, by our listening to the music of the utterance of the Other, by our harmony creating activity, by symmetrical help and care, by inter-personal feelings and emotion, by trust and friendship.

An encounter between three persons is defined as a dialogue if the telos of the situation is communication, i.e. if the communicative aspect dominates in general or in critical moments of the encounter.

My Other (or my Next or Neighbour) is neither a stranger, nor an object, nor an enemy, nor hell, but a constitutive part of my existence. (Cf. the Indo-European semantico-pragmatical history of the Runic ‘gastir’, ‘gastiz’, Latin *hostis* and English *guest*, *host*, *hostile* : “Who are at home or who are guests on earth?”)

Therefore, it is more rational to say that my experiences are more or less **private** or more or less **public**; they are more or less articulated – uttered, “othered” – by my **sign-creating gestures & activities**, including my – spoken or written – linguistic utterances.

Some of our experiences are conceptualized (jd. refers to them as ‘**per-cepts**’) and articulated in language and utterances, and are as such, consequently, linguistic conditions for our social identity, linguistic consciousness and ideology. It is, howe-

ver, only some of our experiences that are articulated as percepts and language; but all of them are implied in our understanding, our utterances and interpretations. The dialogue is a human natural mean to come to – internal (perceptual) & external (linguistic) – terms of our experiences; the dialogue is a constituent of our experiences and is constituted by our experiences.

When you read a text you are, or become, **an interested (and inter-esting) person** and a part in the dialogue(s) in which the text is a communicative utterance; you contribute to the common communication of experiences, and the common creation of conditions for communication and experiences. When you utter, articulate your descriptions of the text in public utterances – e.g. as a linguist and a teacher – then you explicitly partakes in the public definition of our social identity, linguistic consciousness and ideology. Therefore, your text selection as well as your modes (models & modalities) for understanding and description (i.e. your dialogue normalizations) are extremely important political and moral activities, even if and because we socially are considered (Eco) linguistic, scientific or teacher authorities. (*Pace G.LEECH* and several other considering the linguist a neutral descriptor of languages and verbal utterances in a neutral language in neutral situations.)

In this context and situation we have chosen an interesting text that articulated, and articulates, comments on the interesting international Rio-Conference on Global Ecology in 1992. And we present a mode of text analysis that is a linguistic analysis that ought to produce categories, indications and common awareness on:

- i) some clues concerning **the sort of experiences** the text is supposed to communicate, and
- ii) some clues concerning **the kind of ideology** that is intended to be shared with the users of the text.

3. Text, Experiences & Ideology – Deixis

Traditional linguists define “Deixis” in the following way:

deixis (deictic) A term used in LINGUISTIC theory to subsume those features of LANGUAGE which refer directly to the personal, temporal or locational characteristics of the SITUATION within which an UTTERANCE takes place, whose MEANING is thus relative to that situation; e.g. *now/then, here/there, I/you, this/that* are **deictics** (‘deictic’ or EXOPHORIC words). [...] (Crystal 1994:96)

We define deixis and deictic indication in a similar way with a few differences that make a difference:

deixis & deictic phenomena A category used in DIALECTICAL LINGUISTICS to INDICATE those ARTICULATIONS of language which refer DIRECTLY & INDIRECTLY to the PERSONAL, LOGICAL & TOPICAL characteristics of the SITUATIONS & CONTEXTS within which an utterance takes place and HAS ITS LIFE, whose MEANINGS ARE THUS RELATIONAL TO THOSE SITUATIONS & CONTEXTS. (Bang & Døør 1996)

Or, in an alternative formulation:

Deixis A category used to subsume features of languages which indicate

- (i) *personal, objectical, and medial;*
- (ii) *topical (i.e. temporal-locational features);*
- (iii) *logical, (iv) modal, and (v) lexical*
characteristics of
- (a) *the text-context-discourse, or language-game,*

(b) the dialogue-situation, and

(c) the form of life/praxis

within which an utterance takes place and has its life, whose MEANINGS are dialectically determined by praxis. (Cf. our Semantic Matrix Model (p. 18) and Fig.1.)

Our dialectical theory of language is an explication of a dialectical-experi-ential philosophy and its principles. We want to introduce one of its prin-ciples here, **the principle of dialectical description and indication** which states that every description and any indication is always-also at the same time a self-description and self-indication, i.e. every instance of a deictical indicator is related to a dialectical relationship between the persons invol-ved in, or refered to in the utterance - and the discourse.

A few comments on our Deixis-forms

PERSONAL DEIXIS, **P-Deixis** indicates the persons who talk, write, inter-pret, or are talked-written about. P-Deixis are linguistico-social means for making their bearers both subjects of the discourse and the explicit or implicit co-producers of the text and discourse. P-Deixis is vital and essen-tial for the identification of personal relations and organizations.

“The given” in and for any text or utterance is a pre-or-organization of the personal relations and the human relations to our environment. Please note, the deep affinities between the formulations of WITTGENSTEIN and our point of action:

What has to be accepted, *the given* – one might say – are facts of life [...] forms of life.

We talk about the pre-organizations of persons and our relationships to, and in our environment; LW talks about “the

given”. Understanding implies some sort of agreement; so, to understand an utterance implies a degree of agreement, *“not agreement in opinions but in form of life”* and *“the sharing of steady forms of life, regular activity”*.

We need to agree in some way about “the given” in order to understand each other, and this implies that we share some experiences as our **“recur-sive basis”**.

- The deictical indicator **“I”** dialectically implies a pre-organization of “you, she, he, it, they, and we”
- The deictical indicator **“you”** dialectically implies a pre-organization of “I, she, he, it, they, and we”
- The deictical indicator **“she”** dialectically implies a pre-organization of “I, you, he, it, they, and we”
- The deictical indicator **“he”** dialectically implies a pre-organization of “I, you, she, it, they, and we”
- The deictical indicator **“we”** dialectically implies a pre-organization of “I, you, she, he, it, and they”. (Cf. Figs 1 & 2)

Because of the pre-organization of the persons and our relationships in, and to our environment it follows that a definite **P-Deixis** implies a historically determined **L-Deixis** and **M-Deixis**.

When a person articulates a text the person articulates a specific aspect of, and relation to the pre-organization of persons and a particular form of participation in our world. The use of a pronoun, e.g. “we” is not an indication of an isolated being or social or linguistic atom, but an indication of a particular historical organisation – logical relations and ways of existing – of certain individualities (both linguistic individualities and non-linguistic individualities).

Logical Deixis

L - Deixis indicates the kind of relationships that exist between individualities or the kind of coherence between individualities or relations (i.e. relations of relations) that is a particular historical fact.

Logic-indicators are such as:

- therefore, hence, thus, so, accordingly, in consequence, prove that, consequently as a result, then, it follows that, we may infer, I conclude that, which shows that, which means that, which entails that, which allows to infer, which points to the conclusion;

- since, because, for, as, follows from, as shown by, inasmuch as, if, as indicated by, the reason is that, for the reasons that, may be inferred from, may be derived from, may be deduced from, in view of the fact that, supposed that;

- and, but, or after, before (topical deixis, too)
- causes, is a condition, is an effect of
- as-if

A second principle of dialectical experimentalism is **the principle of dialectical being and becoming** which states that every being and becoming is a kind of dialectical interdependent and interactive being-becoming (cf. *Moral Meditations*). This point of action implies that there are individualities but no autonomous or independent individuals. Every individuality coheres with everything else and with something in a particular way.

The ideology of “autonomy” and “individuals in splendid isolation” is not confirmed by experience but presupposes a distorted relation between our way of life and our language games. The ideology implies that contrary to

our experiences we identify and feel ourselves as alienated from the Other.

The L-indicators articulates or indicates historically regular activities, events and occurrences and steady forms of life - and not relations between context-free 'eternal sentences' or 'a third world', W-3, 'objects' in the sense of GOTLOB FREGE and sir KARL POPPER.

We classify "modality" as a deictic phenomenon, because its meanings are relative to a particular situation and discourse. What drives deixis is partly a particular institutionalized practice of a linguistic community.

L-Deixis indicates a particular form of coherence, dependencies between individualities, and these forms are qualified through 'modality deixis'.

MODALITY DEIXIS

M-Deixis indicates ways in which something exists, occurs or is presented.

- **De-dicto modality** is a kind of deixis which indicates the ways of being-becoming of an utterance or of the relations between utterances.

- **De-re modality** is a kind of deixis which indicates the ways of being-becoming which the utterance implies between different parts of, or individualities in, the non-linguistic reality.

- **De-medio modality** is a category of deixis which indicates the ways of existence of the dialectical relations between (a) de-dicto modality and (b) de-re modality, i.e. between language and reality (an example of a de-medio modality is the picture theory of *Tractatus*, in which

there is supposed an isomorphic relation between the logical structure of propositions and the structure of reality.

A traditional classification of modality is

- (i) sense modality, *perceive, sense,*

- (ii) alethic modality, *necessary, possible, contingent, may* (cf. above)
- (iii) deontic modality, *obligatory, permitted, may, allow* (cf. above)
- (iv) epistemic modality, *know, believe, suppose* (cf. above L-deixis)

We regard and treat “deixis” in the way in which M. HALLIDAY looks at grammar, i.e. as a “theory of *experiences*, a theory that is born of *action*, and therefore serves as a guide to action, as a metalanguage by which we live” (HALLIDAY 1992:89; our italics, jcb & jd)

4. The WE-matrix of the text

As articulated above we have developed the category ‘deixis’ and ‘deictic phenomena’ into a dialectical category including both explicit form (‘deixis’) and (mostly implicitly) ‘deictic phenomena’. It is natural for a dialectical theory to consider (and articulate) linguistic form and function as dialectical related or constituted by the same conditions.⁷⁹

Furthermore we have developed the deixis definition to include more “characteristics of the situation within which an utterance takes place”, i.e. the THIRD person, the Object, the Media, and the Logics. Logical Deixis indicates the logics that constitute the meanings of the utterance (or text), the meanings that are “relative to that situation” within which the utterance takes place and has its life.

⁷⁹ According to our dialectical theory of language both ‘modality’ and ‘deixis’ are used in, and are constitutive for, syntactic (grammatical), semantic, and pragmatic analysis.

Fig. 2. WE-Matrix: Some Examples from the Text (*\$-reference*)

Syntactico-Semantic	Semantico-Pragmatic	Syntactico-Semantic
“We”-examples	We	“They”-examples
<i>we, ourselves</i> (3, 10)		<i>Rio</i> (0, 2, 4, 10)
<i>many</i> (3, 8)		<i>the leaders ... they</i> (5, 8)
<i>rich North</i> (4)		<i>poor South</i> (4)
<i>man-made wealth</i> (4)	WE	<i>natural wealth</i> (4)
<i>us, our generation</i> (5,8)		<i>the next generation(s)</i> (5)
<i>us...many...their</i> (8)		<i>some...they</i> (7)
<i>Britain, British</i> (7, 10,11)		<i>Third World</i> (7)
<i>Europe</i> (9)		<i>Africa</i> (9)
<i>ourselves - GB</i> (10, 11)		<i>our politicians GB</i> (10, 11)
<i>we</i> [male?], <i>our aid</i> (11)		<i>women with power...(11)</i> <i>themselves...their families</i>

I

The Author of the Article

We: *The Leadership of The Independent*

I/WE: *The Reader(s)-Interpreter(s)*

The figure illustrates the fact that “we” and “they” indicate:

- a person, a group of persons, i.e. P- and T-deixis
- a pre-organization of persons, i.e. L- and M-deixis
- a pre-organized relation between “we” and our environment

With reference to the text, and to our Fig.2, we can exemplify how the se-mantics of “We” is elaborated. The word “Rio” doesn’t primarily refer to the capital or the people living there but rather to a specific “summit” between global “leaders” or perhaps to everybody on the Earth, in GB, in London, ourselves, and the next and next generations. What “Rio” means is articulated in the text by means of reference to several more or less contra-dicting logics, and the text seems to articulate the telos: “How do we, the writer and the readers, define and create our (theoretical & practical) relations to and in the logics that seem to determine a bad future for all of us on earth, if we continue to let the logics function that bad way?” As articulated in the text there are several logics implied which up to now have functioned as-if they are indispensable “rules” which guarantee rationality, neutrality and pure objectivity. The text explicates some of the logics and articulates essential constituents of their conditions, i.e. it tries (*telos*) to analyze and indicate how the logics are dependent upon human activity, including our talk, “hope and fear” (§4).

The Independent-text is a brilliant articulation of the fact that the governing logics are not themselves independent from “man-made” activity; “man-made” activity is our activity; and our lives (our life forms) ought to be altered “to make them environMENTALLY sustainable” (§8).

The Independent-text tries to explicate WHO are the IMPLIED AGENTS in the field of the logics. Furthermore, the writer turns the agent/subject/ person analysis from the more hierarchical orientation (the leaders of poli-cy and industry) into a more participant oriented problem-organization, or, with the framed words: “Politicians’ dithering holds up a mirror to the rest of us”. The text can be read as a linguistic-political contribution to a more healthy speech-community.

References

- AILA'93: Alexander, Richard, J.Chr.Bang & J.Døør (eds.): *Ecolinguistics • Problems, Theories and Methods*. Odense University 1993.
- BANG, J. Chr. & J.DØØR (1985-1995): *Sprogteori I-VIII*, Odense University.
- CRYSTAL, David (1994): *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. (3rd Edition). Blackwell, Oxford, Cambridge, Massachusetts.
- DØØR, J (1998): *Moralske Meditationer*. Odense University.
- HALLIDAY, M (1992): *New ways of meaning - a challenge to applied linguistics*. In: M. Pütz (ed): *Thirty Years of Linguistic Evolution*. Philadelphia.
- LYONS, John (1977): *Semantics*. 1-2. Cambridge University Press
- WITTGENSTEIN, Ludwig (PI): *Philosophical Investigations*. Oxford, 1958.
- (RPP): *Remarks on the Philosophy of Psychology*. Oxford, 1980.
- (PO): *Philosophical Occasions*. Indianapolis, 1993.

Appendix: Text Presentation and Commentaries

§	Text	P- & T-deixis	M- & L-deixis
0	What on earth can Rio achieve?	Rio	can
00	Politicians' dithering holds up a mirror to the rest of us.	Politicians the rest of us.	a mirror
1	THE EARTH is not dying – not just anyway. But it is certainly a sickly planet.	EARTH it	is not certainly
2	Twenty years ago this month the first earth summit, the UN Conference on the Human Environment, was held in Stockholm. Two decades on, the environmental tide runs high once more as the second earth summit opens in Rio de Janeiro today.	Twenty years ago Stockholm Rio today	was held opens
3	On this page we highlight 10 great changes between 1972 and 1992 which many will find deeply alarming. We could perhaps have picked an equal number of trends that give grounds for optimism. There has been progress: global wealth production has more than doubled over those two decades and a greater proportion of the world's people are adequately fed, clothed and sheltered than in 1972 (even though the absolute number of the absolutely poor barely managing to exist, let alone live, has risen along with the global population.)	On this page we (Media- & P-1- Deixis) many the world's people	will find could perhaps grounds for optimism There has been progress: global wealth production adequately absolutely

4	<p>None the less, the importance of the environment and development problems under debate in Rio over the next 10 days cannot be overstated. Even before it starts, however, the event is polluted with pessimism, with talk of hopes having been raised too high, and fears of deadlock between rich North and poor South over a fairer share of the planet's natural and man-made wealth. In short, the received wisdom is that Rio will be a flop.</p>	<p>rich North and poor South</p>	<p>None the less, cannot be overstated however a fairer share of the planet's natural and man-made wealth In short</p>
§	Text	P- & T-deixis	M- & L-deixis
5	<p>It would be much better for us, and certainly for our children and grandchildren, if the leaders gathering in Brazil show more courage and wisdom, if they go farther and faster, than they seem likely to do. In delaying we are only storing up greater hard-ship for the next generation or two.</p>	<p>us ... our children and grandchildren the leaders they the next generation or two</p>	<p>It would be if if than they seem only</p>
6	<p>A declaration of principles and an action plan will eventually emerge after two weeks of fraught negotiation, just as happened in Stockholm in 1972. True, this summit should go farther, in that two international treaties are expected to be signed. One deals with the man-made global warming likely to change climate in the</p>	<p>A declaration [impl agent] man-made</p>	<p>will eventually True, this summit should be expected to be signed likely</p>

- next century. The other is concerned with protecting biodiversity – the richness of the earth’s plant and animal species found mostly in the forest, savannah and arid lands of the Third World. But those conventions will have little impact for years, perhaps decades, because they are a first attempt at the task, bargained down to a lowest common demoninator [sic] on which near-unanimous agreement could be reached.
- 7 For some the conventions already seem to go too far, too fast. Several developed nations, including Britain, may decline to sign the biodiversity treaty because they fear it gives too much away to the Third World.

the Third World

But

because

could be

some

seem

developed nations

Britain

may

they ... it

because

Third World

too much away

§ Text

P- & T-deixis

M- & L-deixis

- 8 However, political leaders in their dithering are only holding a mirror up to the rest of us. How many in this relatively rich, well-educated and influential country have substantially altered their lives to make them environmentally sustainable? A little recycling of bottles, cans and newspapers is to be applauded, but what about carbon dioxide emissions from burning fossil fuels? How many have made substantial cuts in their energy use by, say, driving less or cutting down on annual flights to the sun?

their

However

us

only

many

relatively

their them

environmentally

[incl. 1st or 2nd

substantially

person?]

?

little

?

sustainable

?

9	<p>Environmental degradation is not the only global ill besetting humanity. There is modern Aids, old-fashioned malaria, crime, drugs, social breakdown and of course, war – the biggest and oldest of them all, responsible for so much of Africa’s famine and wretchedness, and now returned to Europe.</p>	<p>humanity Africa returned to Europe.</p>	<p>is not the only of course biggest and oldest responsible</p>
	§ Text	P- & T-deixis	M- & L-deixis
10	<p>How could we dare to hope that two week in Rio could transform everything? Why should environmental problems have a monopoly on being solvable? The best that we can do is to begin moving in the right direction ourselves and put pressure on our politicians to help. At home the Government needs to demonstrate that is paying more than lip service to sustainable development. Internationally, Britain could give the summit some badly needed momentum by indicating a greater determination than hitherto to achieve the United Nations’ foreign aid target of 0,7 per cent of Gross Domestic Product by 1997. Our aid is currently less than half of that. The amount of environmental degradation that hinges on the huge and growing gap between the planet’s rich and poor makes equity and redistribution unavoidable issues for the North, just as population growth is for the South.</p>	<p>we we NB ourselves our politicians At home Britain summit Our the planet’s rich and poor North South</p>	<p>How could ... dare should solvable The best the right direction needs that is paying more than could give by greater ... than hinges on unavoidable just as</p>

§	Text	P- & T-deixis	M- & L-deixis
11	<p>Above all, we should ensure that our aid addresses the crucial and controversial issue of overpopulation. Raising the frequently wretched status of women in the poor South is the only way of making progress. Women with higher educational attainment and greater purchasing power are better able to choose for themselves the size of their families – and experience shows that they will usually choose to limit the number of children they have. It may seem prosaic when measured against the scale of the threat to our planet, but there is probably no better way for British aid to be spent than on girls' schools.</p>	<p>Britain ... it [≠ we?] countries</p> <p>their ... they we our</p> <p>women in the poor South Women [I, we?]</p> <p>themselves their [I, we?] they they</p> <p>British [my, our?] girls' schools</p>	<p>should also only ... that really want even if</p> <p>Above all the crucial and controversial overpopulation the only way higher ... greater purchasing power are better able to choose experience shows It may seem against ... but no better way...than to be spent on</p>

(The INDEPENDENT, Wednesday 3 June 1992, Published in London; p.1: "What on earth can Rio achieve?") [Apresentado na AILA'96, Jyväskylä, Finlândia]

DA GRAMÁTICA PRAGMO- ECOLÓGICAL À ECOLINGUÍSTICA (1973-1993)

Adam Makkai

Professor Emérito da University of Illinois - Chicago
(UIC)

Diretor da Atlantis-Centaur (Havaí)

Estamos vivendo em uma época em que a humanidade está se tornando consciente da importância do macroambiente e do microambiente em que vivemos. O termo geral para esta consciência da Nova Era, ECOLOGISMO, tem feito sua influência ser sentida no que concerne à conservação do mar e da terra, na sociologia urbana e na economia, na agricultura e na exploração espacial. Hoje em dia, todos nós tendemos a nos tornar conscientes de que além de uma ECOLOGIA DO ESPAÇO FÍSICO, há uma ECOLOGIA DA MENTE.

Uma das finalidades principais deste texto é demonstrar que a distinção entre ‘competência’ e ‘desempenho’ deve ser entendida à luz da pragmática e da ecologia da interação humana em uma sociedade não imaginária. Minhas soluções são apresentadas no contexto da Gramática Estratificacional-Cognitiva (GEC) e da Gramática Pragmo-Ecológica (GPE), que é minha abordagem pessoal no seio da família de gramáticas estratificacionais. Para os linguistas das linhas gerativista e estratifica-

cional-cognitiva, competência e desempenho coincidem em grande parte. Para os segundos, tanto falante quanto ouvinte exercem papéis regulados pela psicologia da interação social.

Minha dívida para com a linguística estratificacional-cognitiva e o professor Sydney M. Lamb ficará clara a qualquer um. A despeito dessa dívida, os pontos de vista expressos aqui são próprios e nenhum dos estratificacionalistas deve ser responsabilizado por eles.

Eu tenho levado em conta a tagmêmica de Pike e a gramática sistêmico-funcional de Halliday, com as quais gostaria de aliar a ecolinguística e esta é a razão: estes são os dois movimentos nesse campo que apresentam analiticidade e cataliticidade em grau relativamente igual, cada uma no contexto de seus próprios objetivos e em suas respectivas metodologias.

O pensamento de um dos maiores cientistas dos tempos modernos, Werner Heisenberg, oferece evidência clara sobre a proveniência da gramática pragmo-ecológica. Minha dívida para com Sydney Lamb é tão óbvia que sequer precisa ser demonstrada. Onde a GPE contribuirá, quando estiver plenamente desenvolvida, para a gramática estratificacional será nas esquecidas áreas de contexto, textos literários, linguagem poética e criatividade linguística. Também na reintegração orgânica da estatística na filosofia da linguagem. Para se atingir uma relevância pragmo-ecológica humana, não se pode ignorar a estatística. A ideia básica é a de que a língua não é um conjunto de 'objetos', mas uma rede de relações. Isso é essencial para a GPE também. Esta não distancia daquela do ponto de vista das ideias, mas estende seu domínio a áreas que até aqui estavam apenas em potencial.

A Gramática Pragmo-Ecológica é uma tentativa de esboçar a estrutura de uma teoria da linguagem que, de acordo com a proposta de Hjelmslev, não estude os *dissecta membra* de uma língua, mas a própria LÍNGUA como ela funciona. Daí

o nome duplo pragmo-ecológica: a teoria precisa ser prática ou, mais precisamente, pragmática, no sentido de William James (1907-1965), e reconhecer a ecologia da linguagem, no sentido de Haugen (1972) e além.

O linguista pragmo-ecológico não tem nenhuma dificuldade com a ‘filologia’, mesmo sabendo que a filologia dos séculos XIX e XX é percebida atualmente como pertencente a um *modus operandi* ‘pré-científico. Na verdade, a filologia nunca foi superada pela linguística estrutural. Esses dois campos de pesquisa podem perfeitamente aproveitar as experiências um do outro. Face ao final deste século, talvez não seja prematuro dizer que a ECOLINGUÍSTICA pode ser considerada como uma ‘filologia pós-científica’, ou neofilologia catalítica. O processo de composição de um soneto pode ser encarado como exemplos de neofilologia ecolinguística.

Em seu *The Ecology of language* (1972), Einar Haugen apresenta as referências relevantes de obras produzidas por pesquisadores deste campo em desenvolvimento. Os nomes vão desde Uriel Weinreich a Joan Rubin. Como uma caracterização geral da obra dos ecologistas da linguagem até os dias de hoje, podemos afirmar que o maior impulso foi o exame do que acontece a diferentes LINGUAS EM CONTATO, DIALETOS EM CONTATO e ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL. Esse tipo de trabalho é melhor caracterizado como EXOECOLOGIA DA LÍNGUA. Por ‘exoecologia’ queremos dizer desenvolvimento, distribuição, características sociais, estatísticas de populações, *status* no seio de estados nacionais como línguas minoritárias ou majoritárias, situação legal, chances de sobrevivência, facilidades educacionais e assim por diante, de línguas individuais e de dialetos encarados como entidades ou corpos culturais.

A contraparte lógica da exoecologia da língua é o que eu proponho que se chame ENDOECOLOGIA. A endoecologia estuda e descreve as relações internas do subsistema fonoeco-

lógico inferior ao superior; as relações internas do subsistema ‘fonoecológico’ para o ‘morfoecológico’, e do morfoecológico ao ‘lexoecológico’ e as ‘semoecologias’.

O inventário da ENDO-ECOLOGIA de uma língua é o seu DICIONÁRIO ECOLÓGICO, juntamente com a tática de cada subecologia, isto é, a ‘gramática’ dessa subecologia. A linguagem humana é uma ecologia que consiste de subsistemas ecológicos, que constituem a ENDO-ECOLOGIA da linguagem humana. Línguas em contato com o ambiente exterior constituem a EXO-ECOLOGIA da linguagem humana.

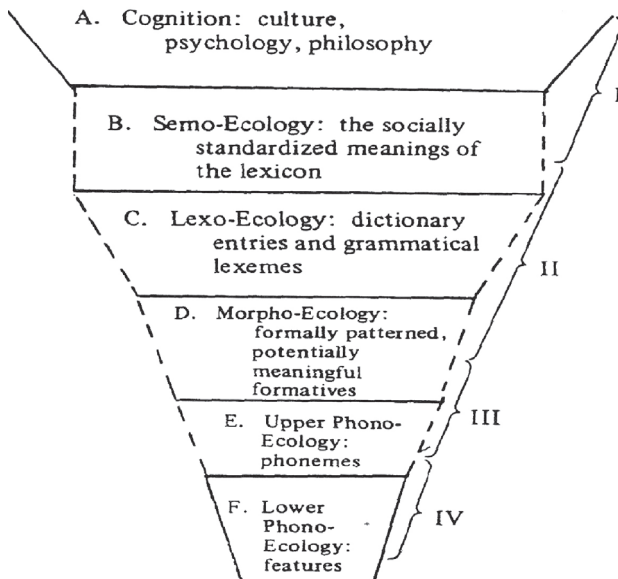
A síntese da exoecologia e da endoecologia pode ser definida como constituindo a PAN-ECOLOGIA da língua. A noção de pan-ecologia torna-se indispensável por causa das inúmeras interações que existem entre a exoecologia e a endoecologia da língua. Alguns lexemas podem se transformar devido aos contatos exoecológicos, e estes podem causar mudanças na endoecologia do morfema em relação ao lexema. Pronúncias também podem mudar devido a contato com outra língua e, com isso, levar a uma reavaliação das relações do estoque de fonemas com as combinações de morfemas disponíveis, e assim por diante.

A visão pragmo-ecológica da linguagem considera as línguas humanas como manifestações naturais da consciência coletiva de grupos humanos discretos existentes no planeta. Para a pragmo-ecologia é um fato que simetria e realismo nem sempre coincidem. É um ponto pacífico o fato de que pragmo-ecologicamente a língua não é um conjunto de ‘objetos’, mas uma rede de inter-relações.

ECOLINGUÍSTICA, como o nome já sugere, tenta fazer as perguntas que poderão, espera-se, conduzir as novas gerações de linguistas na direção de uma concepção de língua filosoficamente mais tolerante e em geral mais INCLUSIVA, não EXCLUSIVA.

ECOLINGUÍSTICA como um termo foi sugerida a mim pelo professor Einar Haugen em Chicago por ocasião do IX Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnográficas, em 1972. De qualquer forma, o professor Haugen não é em absoluto responsável pelo uso particular que eu faço dele. A ECOLINGUÍSTICA está apenas *in statu nascendi* e tem um longo caminho a percorrer, antes que possa atingir todos os seus objetivos e aspirações.

Os componentes de uma gramática pragmo-ecológica são os que se veem representados na seguinte figura:



O inglês é um complexo sistema ecológico, no qual uma simbiose policronológica se manifesta abertamente. Eu posso entrar em uma loja de máquinas fotográficas e pedir por um *three-foot tripod* ([tri-] suporte de três pés) sem entrar em contradição, embora eu tenha repetido as mesmas palavras indo-europeias para '3' e para 'pé', respectivamente. Do ponto de

vista do próprio inglês, *three-foot* é ‘mais velho’, se avaliarmos idade do ponto de vista do próprio inglês (isto seria uma VI-SÃO ENDOECOLÓGICA). No entanto, é claro que *tripod* é mais antigo se o encaramos do ponto de vista EXOECOLÓGICO. Falando endoecologicamente, no momento *tripod* é a forma mais recente.

Uma língua natural como o inglês tem muito menos morfemas do que lexemas, assim como tem menos lexemas do que sememas, bem como um estoque de sememas bem menor do que unidade cognitivas cujas recombinações ‘livres e flexíveis’ têm a ver com o constante fluxo de pensamento que passa pela mente de uma pessoa. Assim, testemunhamos o desenrolar de uma ESTRUTURA ECOLÓGICA muito eficiente, cuja arquitetura básica apresenta a sabedoria da PRESERVAÇÃO MEDIANTE RECICLAGEM.

A natureza de qualquer sistema ecológico é que cada um de seus membros funciona em relação aos outros, aproximadamente como um violinista ou um oboísta fazem durante a execução da *Nona Sinfonia* de Bethoven. Em uma sinfonia, cada membro da orquestra faz sua parte a fim de contribuir para a concepção do compositor como um todo: ele está submetido ao funcionamento da unidade. Parece ser um fato pragmo-ecológico que simetria e realismo nem sempre andam de mãos dadas.

A ecologia da sílaba pode ser encarada como um teclado de computador muito grande (enorme), que, em vez de escrever letras, escreve sílabas.

Gramatical é o que ocorre; agramatical, o que não ocorre.

Um linguista treinado na tradição antropológica é bastante modesto, portanto, muito mais realista. Ele tentará apresentar análises fidedignas de como as pessoas falavam durante sua vida, além dos tópicos principais de seus discursos.

Uma teoria da linguagem pragmo-ecológica procura relacionar elementos linguísticos (palavras, lexemas monomorfêmicos ou polimorfêmicos, expressões idiomáticas dos mais variados tamanhos) a unidade da cultura material e social e é, portanto, intimamente relacionada com a teoria do comportamento humano de Pike, sendo a língua uma parte desse comportamento.

Assim como você não pode descobrir uma montanha ou um rio que não estejam na natureza para ser descobertos, do mesmo modo não pode conseguir algo que não tenha nenhuma realidade objetiva fora de você mesmo.

Palavras isoladas, sem qualquer tipo de sintaxe, podem levar a um conteúdo comunicativo muito mais rico do que muitas páginas de sentenças sintaticamente bem formadas.

Referências

Haugen, Einar. 1972. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press: 325-339.

Makkai, Adam. 1993. *Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?* Londres: Pinter Publishers.

O PAPEL DO AMBIENTE NO “ROTEIRO PARA A CIÊNCIA” PRESIDENCIAL EM PORTUGAL. IMAGEM E PODER

Rui Ramos

Universidade do Minho – Portugal

rldamos@ie.uminho.pt

1. Introdução e objetivos

1.1. Portugal é, do ponto de vista político-administrativo, uma república democrática constituída por quatro órgãos de soberania independentes entre si: os tribunais (poder judicial), a Assembleia da República (poder legislativo), o Governo (poder executivo) e a Presidência da República (poder moderador). Assim, o Presidente não governa o país, apesar de deter a possibilidade de vetar as leis emanadas da Assembleia da República (Parlamento) com as quais não concorde ou de dissolver o Parlamento e convocar eleições, em circunstâncias particulares. Máximo magistrado da nação, chefe supremo das Forças Armadas, o Presidente é sobretudo o símbolo, o garante derradeiro da soberania e da independência nacionais. O seu poder junto do portugueses reside predominantemente na influência e na mobilização. Essas realizam-se através do exercício discursivo, seja na interação com os restantes órgãos de soberania (em particular, o Governo, e especialmente através do

Primeiro-Ministro, com quem tem reuniões regulares), seja nas alocações públicas que realiza.

Tal exercício público concretiza-se em momentos-chave, marcados pela habitual pompa e circunstância: celebrações, inaugurações, acordos, etc. Mas também em ações promovidas pela Presidência junto de grupos profissionais e/ou sociais, ou com lógicas temáticas ou estratégicas específicas. É o caso do *corpus* textual analisado no presente estudo: trata-se de uma iniciativa presidencial, o “Roteiro para a ciência”, um conjunto de ações que integra a visita do Presidente a instituições de investigação e desenvolvimento, universidades, empresas, parques industriais, etc. Estas iniciativas, ainda que desenvolvidas em contextos limitados, adquirem a possibilidade de chegar à generalidade da população devido à cobertura mediática que sofrem.

1.2. A descrição verbal da iniciativa, presente no sítio da Presidência na *internet*, dá a ver a lógica subjacente. Pela análise dos mecanismos discursivos presentes (essencialmente questões de interdiscursividade, de modalização, de organização macro e microtextual), é possível identificar e descrever os objetivos comunicativo-pragmáticos que norteiam a iniciativa, a projeção do *ethos* do enunciador e a retórica que a assiste. Tal identificação e descrição será o objetivo global do presente estudo.

2. *Corpus*

2.1. Como foi referido acima, o *corpus* analisado neste estudo consiste na descrição da iniciativa presidencial “Roteiro para a ciência”, presente no sítio da Presidência da República na *internet*⁸⁰.

80 www.presidencia.pt

2.2. O texto que o leitor encontra não é enunciativamente assumido pelo Presidente. Trata-se de um texto despersonalizado, com apagamento do “eu”, mas nem por isso deixa de manifestar uma determinada visão do mundo e de construir um particular *ethos*. É predominantemente descritivo, mas nele se identificam sequências explicativas / divulgativas, com traços bem marcados do discurso típico da ciência e do ambientalismo. E, devido à sua contextualização, pode ser lido genericamente como “a palavra” do Presidente, visto ser por este autorizado.

2.2.1. Quando se refere a contextualização, há que assinalar que se configura aqui o ponto de vista da produção (o contexto de produção, definido essencialmente pela presença no sítio oficial da Presidência da República, com todo o peso de “texto oficial” que congrega) e o contexto de receção: trata-se de um texto destinado aos portugueses no seu todo, fazendo parte dos mecanismos de comunicação entre o Presidente e os cidadãos que o elegeram, e do exercício do poder pela palavra, como acima foi descrito. O seu espaço vital, ou o ecossistema onde este discurso se encontrará e debaterá com os outros discursos públicos, é a esfera pública nacional. Essa será a sua “comunidade de fala” (Couto, 2012: 114), para usar uma terminologia mais típica da ecolinguística.

3. A projeção do *ethos* presidencial

3.1. Foi já referido que este é um discurso com assumidos objetivos de intervenção na esfera pública e, portanto, para alcançar os seus objetivos, o locutor necessita de impressionar favoravelmente o seu auditório. Na retórica aristotélica, tais mecanismos são tratados no seio da tríade *logos*, *ethos* e *pa-*

thos. Ou seja: para atingir os seus objetivos, o locutor deve usar argumentos válidos (o *logos*, o polo do discurso, que será tratado abaixo); deve ser capaz de chegar ao coração do alocutário (o *pathos*, o polo do auditório); e de projetar uma imagem de competência e confiança (o *ethos*, a imagem discursiva que o locutor dá de si⁸¹).

O *ethos* do locutor é construído em interação locutor-alocutário (Charaudeau, 2005⁸²) e resulta de elementos de uma dupla entrada: uma dimensão prévia (prediscursiva⁸³) e uma dimensão veiculada no discurso.

3.2. Quanto à dimensão prévia, pode afirmar-se que o estatuto do locutor, o seu enquadramento institucional ou profissional, a sua reputação, a história discursiva que se lhe atribui, enfim, tudo quanto o seu alocutário pode convocar sobre ele contribui para a construção de uma imagem de base. O *ethos* prévio está associado a estereótipos profissionais ou sociais, é uma imagem contextual do ser real.

No caso presente, há que ter em consideração que a imagem do Presidente tem, naturalmente, uma forte dimensão institucional, acima sumariamente evocada. Espera-se que o mais alto magistrado da nação tenha os seus valores e o seu comportamento pautados pelos mais elevados padrões éticos e

81 “L’ethos est l’image que l’orateur construit de lui-même dans son discours afin de se rendre crédible” (Amossy, 2010 : 25).

82 “O *ethos*, enquanto imagem que se atribui àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva deste; é sempre a figura de que o reveste o interlocutor, a partir do que ele diz. O *ethos* resulta de um cruzamento de olhares: o olhar do outro sobre aquele que fala, o olhar do que fala sobre a forma como pensa que o outro o olha” (Charaudeau, 2005: 88, tradução nossa).

83 Ruth Amossy (2010) manifesta algum desconforto com a designação “prediscursiva”, justificando com a possibilidade de esta expressão poder sugerir erradamente que o *ethos* prévio é extralinguístico, por oposição ao *ethos* construído no discurso, que seria linguístico. De facto, a imagem prediscursiva decorre também, entre outros contributos, do interdiscurso, o conjunto de discursos que circula numa dada comunidade de fala.

democráticos, de preservação do regime e de procura do bem comum.

Contudo, a imagem do Presidente não pode ignorar a figura do cidadão Aníbal Cavaco Silva. Esta não é unanimemente bem recebida. O atual Presidente foi, no passado, líder de um dos partidos políticos portugueses (o Partido Social Democrata), foi Ministro das Finanças e Primeiro-Ministro. Tem a sua legião de admiradores, mas também uma vasta corte de críticos (como seria de esperar de uma figura pública no seu campo de atuação). E há que inscrevê-lo no mundo da política, com todas as implicações de construção de imagem que tal facto envolve.

Por outro lado, no caso presente, a imagem prévia é ainda afetada pelas expectativas associadas à figura de quem louva a ciência e se assume como defensor do ambiente. Tipicamente, a associação à ciência confere ao indivíduo credibilidade social. Além disso, o discurso público tende a favorecer quem se apresenta imbuído de intenções de teor ambiental, pois essa posição corresponde à do cidadão que se preocupa com a sustentabilidade da vida não só no presente, mas numa perspetiva de longo prazo; que incarna preocupações mais amplas do que os seus interesses pessoais; que dá mostras de solidariedade e mesmo de compaixão para com os outros indivíduos e com os restantes seres vivos; enfim, que põe em prática ações em favor da comunidade, mesmo com prejuízo pontual do seu conforto individual.

A imagem prévia do locutor é, então, marcada por estas circunstâncias e vai sendo continuamente remodelada, por incorporação de novos elementos.

3.3. Para a análise da construção do *ethos* discursivo, começar-se-á por assinalar que o início do texto explicativo deste “roteiro para a ciência” cita explicitamente o Presidente, para

apontar cinco objetivos que a iniciativa persegue: valorizar os cientistas, apresentar bons exemplos como incentivo à sua replicação, promover uma mudança de atitude geral a favor da investigação e do desenvolvimento, favorecer uma cultura empreendedora e dar visibilidade a certos nichos de investigação. Esta definição de objetivos surge em discurso indireto.

Tais objetivos só podem ser positivamente valorados: todos correspondem a aspirações legítimas dos intervenientes nos processos científicos e empresariais e da sociedade. A posição do Presidente, reconhecendo o justo valor dos cientistas e incentivando os seus concidadãos a seguirem o “bom caminho” da prosperidade, fica enaltecida.

Identifica-se, aqui, a manifestação de uma dupla natureza do “eu”, que pode ocorrer como sujeito da enunciação ou como sujeito do enunciado (Benveniste, 1966; Amossy, 2010). Ou seja, a imagem do “eu” pode decorrer do *dito* (o que o locutor afirma explicitamente sobre si mesmo, assumindo-se como tema do seu próprio discurso), ou do *dizer* (o locutor revela-se nas modalidades do seu discurso, mesmo que não se refira a si – trata-se do *ethos* dito e do *ethos* mostrado). Neste caso, há a variante de o discurso do Presidente ser citado de forma indireta, mas não se deixa por isso de o mostrar. Não se trata, então, do *dito*, mas do *dizer*.

O discurso mostra o uso de um subjetivema axiológico (Amossy, 2010) no seguinte segmento:

(1) “(...) tendo por objetivo:

Valorizar o papel dos cientistas na abertura das novas vias do conhecimento, na concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável e na afirmação internacional do nosso país. As mulheres e os homens da Ciência, aqueles que enveredaram por uma vida de muito estudo e de luta diária para romper as fronteiras do conhecimento são cruciais ao fu-

turo de Portugal e merecem reconhecimento. Portugal precisa de conhecer os seus cientistas, de valorizar o seu papel e de estimar os serviços que prestam à comunidade”⁸⁴

Assim, ainda que no discurso o locutor não se refira diretamente a si, dá a ver o seu quadro de valores (*ethos* mostrado): o “muito estudo”, o trabalho empenhado e sistemático (referido na “luta diária”), a ousadia de ir mais longe no conhecimento e o facto de se colocar todo este esforço ao serviço do bem comum.

E, desta forma, de acordo com o que foi afirmado em 3.2, a imagem que se constrói do Presidente (o *ethos* construído) nesta descrição do “roteiro” é positivamente valorada, pois os objetivos pragmáticos do seu discurso prendem-se com um fazer-fazer socialmente reconhecido, seja de teor económico, ou de teor ambiental. Cruzam-se ainda dimensões de um fazer-saber, associado ao discurso da ciência.

4. Interdiscursividades

A par do *ethos* prévio, há que analisar como o discurso elabora na construção do *ethos* do Presidente, assinalando alguns dos pontos-chave de tal elaboração.

4.1. Em primeiro lugar, assinale-se o papel da interdiscursividade com o discurso científico. A voz da ciência está presente neste texto e é identificável por uma análise local (microtextual) assim como por uma análise global (macrottextual).

⁸⁴ Todas as transcrições do *corpus* foram atualizadas para respeitarem o Acordo Ortográfico de 1990; em todos os exemplos apresentados, o sublinhado é nosso.

4.1.1. Ao nível lexical, é possível identificar no repertório interpretativo do texto em análise um conjunto de termos específicos e típicos da ciência (tanto das ciências naturais como da economia), como “produtos químicos, especialmente os organicamente persistentes”, com um valor semântico particular; siglas como “I&D” ou PIB” (significando “investigação e desenvolvimento” e “produto interno bruto”, respetivamente), sem explicitação, facilmente identificadas por iniciados, mas não necessariamente por leigos; símbolos químicos como CO₂, sem mais descrição; estrangeirismos como “turnover”, “share” “stocks” ou “cluster”, igualmente familiares a indivíduos do campo científico mas não tão próximos do cidadão comum, entre outros exemplos.

4.1.2. Ao nível sintático, sobressai uma reiterada preferência por estruturas impessoais e pelo apagamento do agente, como pode verificar-se no segmento seguinte:

(2) “**A urgência** no combate a estes sinais de degradação ambiental, mas também de pobreza extrema nos países em vias de desenvolvimento, motivou a assunção, na Cimeira de Joanesburgo, em 2005, de um Plano de Ação Global, em torno das seguintes metas: reduzir a metade, até 2015, o número de habitantes em situação de pobreza extrema; reduzir a metade, até 2015, o número de habitantes sem acesso a água potável e saneamento; restaurar, até 2015, os stocks de pescado em extinção; travar, até 2015, a perda de biodiversidade; eliminar, até 2020, os produtos químicos mais danosos para o ambiente e a saúde pública; dotar 0,7% do PIB à assistência aos países em vias de desenvolvimento”

Neste exemplo, verifica-se que há uma nominalização na primeira frase, surgindo como sujeito frásico “a urgência...”,

sendo que esta não é senão a conclusão a que determinados indivíduos chegaram; indivíduos esses que se encontram ocultados pelo fenómeno sintático-semântico de apagamento do agente. Esta opção de construção sintática favorece uma “retórica da evidência” (Ramos, 2009) que confere força probatória intrínseca ao discurso⁸⁵: aparentemente, as coisas e seus estados “são assim” e não há argumentos que possam opor-se aos factos. Tal construção encontra-se frequentemente no discurso científico, que procura ocultar as opções e as ações dos cientistas e tornar óbvios e visíveis os factos e os estados de coisas.

Noutros casos, a ocultação do agente decorre de usos impessoais da forma verbal:

(3) “O negócio do equipamento eólico já representa 8b€/ano a nível mundial (crescendo à taxa de 30% ao ano) e **estima-se** que venha a criar, até 2010, 1 milhão de novos postos de trabalho.”

No caso seguinte, um produto (um relatório do IPCC), com o traço semântico [-humano], surge na construção sintática como sujeito, e não os seus efetivos autores humanos:

(4) “**O 4º relatório do IPCC** – Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, publicado em Fevereiro de 2007, **prevê** que as temperaturas globais aumentem entre 2 e 6,3 °C, até 2100 (estimado num intervalo de concentrações de gases com efeito de estufa entre 560 ppmv e 1200 ppmv) e ocorra uma subida do nível médio do mar de 22 a 58 cm.”

Estes vários casos exemplificam o que Goatly (2001) designa como “metáfora gramatical”, que o autor opõe a “dis-

85 Cf.: Delavigne, 1994.

curso congruente”. Este ocorreria nos casos em que se verifica uma sintonia entre estruturas sintáticas e funções semânticas, aquela verificar-se-ia nos casos em que tal não aconteça. Assim, as ocorrências de um sujeito frásico preenchido por um objeto (um “relatório”, por exemplo), ocultando o real agente produtor desse objeto (os cientistas que o elaboraram, por exemplo), corresponderiam a uma manifestação de tal metáfora gramatical. E este será, então, um recurso frequentemente utilizado pelo discurso da ciência, que procura evidenciar os factos em si e secundarizar o papel do investigador.

4.1.3. O mesmo segmento (4) permite exemplificar um outro recurso constitutivo do discurso da ciência enquanto tipologia (ou género) e que reside no mecanismo de citação. Neste caso, o relato surge em discurso indireto, com o verbo “prever” como “verbum dicendi” ou introdutor de discurso relatado. No texto em análise, ocorre igualmente relato em discurso direto, com as típicas aspas como marca identificativa. O facto de o texto evocar um enunciador anterior socialmente credenciado / reconhecido (“a comunidade científica”, “a Comissão Europeia”, “o 4º relatório do IPCC”, etc.) confere, naturalmente, credibilidade acrescida ao discurso.

4.1.4. Há ainda a assinalar como muito relevante o uso intenso de quantificações exatas, recurso típico do discurso da ciência, mas que adquire um valor retórico favorável à credibilização do conteúdo do “roteiro” – e, naturalmente, a ter um efeito conveniente sobre o *ethos* construído do locutor. O segmento (4), acima, serve de exemplo esclarecedor – aí se encontra a quantificação precisa dos graus, as medidas em centímetros, as “ppmv” (que só alguns leitores saberão corresponderem a “partes por milhão por volume”), as datas. Note-se que este uso na imprensa foi estudado por van Dijk, que descreve o seu

funcionamento como “number games” (1988), uma estratégia destinada a credibilizar o discurso, pela afirmação implícita de exatidão, possibilidade de verificação independente⁸⁶, honestidade intelectual, independência e isenção do enunciador.

4.1.5. Ao nível macrotextual, sobressai o uso de outro recurso comum nos textos científicos, em particular das ciências naturais associadas às questões ambientais: a presença de informação esquemática e visual – neste caso, imagens de gráficos, como o seguinte:

(5)

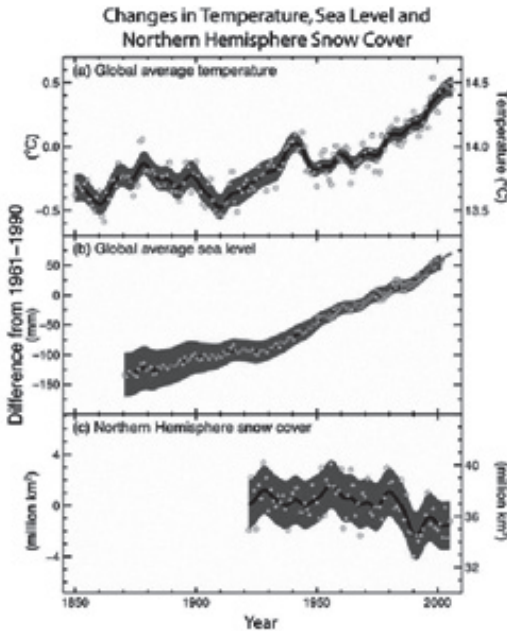


FIGURE SP3-8. Observed changes in (a) global average surface temperature, (b) global average sea level (ice from tide gauge (b) and satellite (b-c) data and (c) Northern Hemisphere snow cover for March–April. All changes are relative to corresponding averages for the period 1961–1990. Smoothed curves represent decadal averaged values while circles show yearly values. The shaded areas are the uncertainty intervals estimated from a comprehensive analysis of known uncertainties (a and b) and from the time series (c). (FAQ 3.1, Figure 1, Figure 4.2 and Figure 5.13)

86 Correspondente ao que, em língua inglesa, é referido como “accountability”, uma palavra de difícil tradução para português.

Este uso de texto não compositivo permite literalmente mostrar modificações nos estados de coisas segundo determinados eixos e padrões, de forma consideravelmente mais econômica e eficaz do que texto descritivo, além de colaborar na construção da objetividade acima referida.

4.1.6. Ao nível enunciativo e textual, note-se o uso repetido de reformuladores, como “isto é”, exemplificado pelo segmento seguinte:

(6) “Adquirindo a negociação do regime climático pós-2012 (**isto é**, depois do período de vigência do Protocolo de Quioto) a mais elevada relevância, vale a pena enunciar a posição negociada recentemente assumida pela EU”

Neste caso, o uso do reformulador permite verificar que o enunciador antecipa o discurso e a reação do leitor virtual, assim como o seu possível estranhamento face a uma formulação discursiva incompreensível ou duvidosa, num esforço e numa preocupação de didaticidade (o que configura um exemplo de “dialogismo interacional constitutivo” (Moirand, 1999)), ao parecer responder, num discurso monologal, às questões que o locutor prevê que surgirão ao seu alocutário. Trata-se, então, não tanto de uma marca do discurso da ciência, mas sobretudo de uma marca do discurso da divulgação científica.

4.1.7. Ainda ao nível da aproximação ao texto de divulgação científica, e com efeitos semelhantes aos descritos para o uso de reformuladores, verifica-se que uma parte do texto do “roteiro” é organizada em sequências de perguntas e respostas:

(7) “**2. Porquê uma Jornada dedicada às Tecnologias Limpas?**

2.1 O desafio do Desenvolvimento Sustentável

A comunidade internacional está hoje confrontada com a necessidade de enfrentar, com determinação, os sinais de insustentabilidade ambiental que comprometem a qualidade de vida das gerações futuras (...)

2.2 A liderança europeia

O esforço e, diga-se em abono da verdade, a liderança europeia em torno do desenvolvimento sustentável (de modo a equilibrar os vetores ambiente, economia e bem-estar-social) tem assentado (...)

2.3 Tirar partido, em Portugal, das oportunidades das tecnologias limpas

Apesar dos progressos realizados, Portugal ainda apresenta alguns indicadores preocupantes, na área do ambiente, da energia e (...)

Como pode verificar-se pelo segmento (7), a organização textual simula a sequência conversacional básica de pergunta-resposta, provavelmente tornando o texto mais acessível ao leitor que, em princípio, poderá identificar-se com a pergunta avançada pelo próprio enunciador e encontrar as respostas alinhadas em múltiplos pontos, confirmando o referido “dialogismo interacional constitutivo” (Moirand, 1999).

4.1.8. Finalmente, neste elencar de aspetos mais salientes de interdiscursividade com o discurso da ciência, há a sublinhar a própria lógica subjacente à organização retórica. Na secção em que faz a descrição das alterações climáticas e que as descreve como “o desafio do século XXI”, o texto percorre um breve historial para fazer tal descrição, não se limitando a explicações sincrónicas:

(8) “2.3 Alterações Climáticas – o desafio do século XXI
São **cada vez mais** visíveis os sinais que apontam para a inexorabilidade da mudança climática:

- A concentração de gases com efeito de estufa (GEE) é **hoje** de 425ppmvCO₂eq, isto é, a maior **dos últimos 450 000 anos**.
- **No século XX**, a temperatura média global aumentou (...)
- Da série dos 12 anos mais quentes (...), **desde que existe registro histórico (1850)** (...)
- Tem-se verificado que (...) **entre 1994 e 2003** ocorreram 3 vezes mais catástrofes climáticas do que nos **anos 60**; o nível do mar aumentou entre 10 a 20cm **nos últimos 100 anos**.

(...)

- **Em 2005**, o Protocolo de Quioto (...).
- **Em 2006**, foram publicadas (...)
- **Em janeiro de 2007** (...)
- **Em fevereiro de 2007** (...)
- **Recentemente** (...)

Os elementos assinalados manifestam a inscrição das observações numa linha cronológica, evocando um tempo muito remoto e encerrando esta sequência com marcos temporais do passado recente. São observações deste tipo que permitem aos cientistas elaborar “recalibrações temporais” (Harré *et al.*, 1999), fazendo previsões que não se confundem com simples “adivinhações” ou profecias de inspiração metafísica, mas que são sustentadas por métodos científicos. Assim, a retórica do texto encontra-se fortemente apoiada numa lógica e num discurso próprios da ciência. Estes vão autorizar o “roteiro” a realizar atos diretivos não impositivos como os que se encontram

expressos nos objetivos, já enunciados, nomeadamente os de incentivo a adotar um determinado comportamento e um determinado rumo empresarial.

4.2. Há que assinalar como relevante, por outro lado, a interdiscursividade com o discurso ambiental.

4.2.1. Tal como no caso da interdiscursividade com o discurso da ciência, também neste caso é possível identificar no texto dos “roteiros” marcas ao nível do léxico típico do ambientalismo, designadamente neologismos (nomeadamente, com o prefixo *eco_* e *bio_*) e estrangeirismos, como “ecológico”, “ecoinovações”, “ecoeficiência”, “biodiversidade”, “biocombustíveis”, “biomassa”, “biodiesel”, “greening da economia”, “green public procurement” ou “economia ‘low carbon’”.

4.2.2. Contudo, considerando que o ambientalismo (o acervo de discursos sobre o ambiente construído com base numa memória interdiscursiva comum ou lugar de cruzamento de enunciados, na expressão de Moirand, 1999) é um espaço de confluência de múltiplos discursos especializados que transitam para a esfera pública, é possível identificar termos específicos que sofrem frequentemente deslizamentos semânticos e/ou pragmáticos.

Esse poderá ser o caso de um termo-chave do discurso e do pensamento ambiental, a fórmula “desenvolvimento sustentável”⁸⁷, que ocorre no texto em análise por seis vezes, assumindo relevo incontornável. O termo em si surgiu no chamado “Relatório Brundtland” (1987) e o seu conteúdo assenta em três pilares com saliência semelhante: o ambiental, o económico e o social. Assim, um desenvolvimento só será susten-

87 Sobre a noção de “fórmula” em Análise do Discurso e o estudo de “desenvolvimento sustentável” como tal, veja-se Krieg-Planque, 2009 e 2010.

tável se responder às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras responderem às suas, considerando a preservação ambiental, o equilíbrio social e o progresso económico.

E, de facto, o discurso do “roteiro” considera estes três pilares. Contudo, em alguns momentos, parece poder encontrar-se uma sobrevalorização do pilar económico face aos restantes, como no segmento seguinte:

(9) “Assim, no âmbito deste, irreversível, processo de “greening” da economia, a questão não é a de cumprir ou não cumprir as referidas metas, instrumentos e legislação mas antes saber como cumprir, a que custo queremos cumprir e que **oportunidades** queremos gerar. A **promoção do ambiente** e do **bem-estar social** são, nesta equação do **desenvolvimento sustentável**, um fim em si mesmo mas também um meio para fomentar o **crescimento económico**.”

Assim, ainda que afirme que o pilar ambiental e o social são fins em si mesmos, o discurso não deixa de salientar que abrem oportunidades em termos económicos.

Eventualmente, esta afirmação poderia ser mais ou menos anódina e politicamente correta. Porém, uma atenção apurada às ocorrências do termo “oportunidade(s)” parece ser reveladora de uma conceção tendencialmente economicista de desenvolvimento sustentável. Os segmentos seguintes podem justificar tal afirmação:

(10) “O processo de greening da economia baseia-se na progressiva internalização, na economia, das verdadeiras externalidades ambientais dos produtos e dos processos. É esta internalização dos custos ambientais na economia que pode contribuir para que comprar verde passe a constituir um direi-

to e não um luxo e vender verde uma **oportunidade de negócio** e não um obstáculo ao desenvolvimento”

(11) “Portugal não pode ficar para trás face às **oportunidades** geradas pelas tecnologias ambientais. A ecoeficiência e a aposta nas tecnologias limpas assumem-se, de facto, como uma **oportunidade económica**, proporcionando, não apenas, eficiência no cumprimento das, cada vez mais exigentes, normas ambientais mas também a criação de novas empresas e empregos em novos mercados de ponta.

A indústria ambiental emprega atualmente, na EU, mais de 2 milhões de pessoas e espera-se que, a nível mundial, em 2010, o volume de negócios na área do ambiente atinja os 750 000 milhões €.”

(12) “Em Portugal, de acordo com os dados da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN), estão disponíveis mais de 6000 milhões de euros de investimento privado nas energias renováveis até 2010.

Mas estas **oportunidades** não se situam, apenas, no sector da energia. O Ministério do Ambiente estima, no PEAA-SAR II, serem necessários 5000 milhões de euros, entre 2007 e 2013, de investimentos na área do abastecimento de água e saneamento básico”

A reiterada associação entre as “oportunidades” geradas por uma vida social mais verde e a economia (investimento, criação de empresas e de empregos, captação de fundos privados, comunitários e/ou públicos) robustece a importância reconhecida ao pilar económico, enfraquecendo o ambiental e mesmo o social, relativamente aos quais muito pouco é dito. Enquanto ao nível económico são enumerados exemplos

concretos, aos restantes níveis o discurso é consideravelmente mais vago, e isso acontece de modo sistemático.

Este uso da fórmula “desenvolvimento sustentável” na esfera pública, com um valor semântico tendencialmente diferente do original, pode colaborar no redesenho do seu semantismo, que se aproximará cada vez mais de um estado de coisas suportado no pilar económico e menos nos restantes pilares.

Por outro lado, tal uso pode fragilizar o *ethos* construído do Presidente, se surgir a acusação de estar usando terminologia “verde” só para fazer passar mensagens de teor económico, sem real reflexo de preocupações integrais e equilibradas de desenvolvimento. Nesse caso, estaríamos perante um exemplo do que tem vindo a ser designado como “greenwashing”, um tipo de manipulação que recorre ao discurso tipicamente pró-ambiental com objetivos enviesados.

4.2.3. Sendo profundamente marcado por algumas das características do discurso da ciência, este texto do “roteiro” é igualmente um discurso que procura estratégias de autorização, com apagamento do agente, uma sintaxe própria e uma retórica da evidência, marcas já acima identificadas.

4.2.4. Contudo, há que apontar neste texto um traço fortemente produtivo na identificação do ambientalismo: o seu carácter catastrofista. O seguinte segmento, já parcialmente recortado do *corpus*, ilustra-o:

(13) “São cada vez mais visíveis os sinais que apontam para a **inexorabilidade** da mudança climática:

A concentração de gases com efeito de estufa (GEE) é hoje de 425ppmvCO₂eq, isto é, **a maior dos últimos 450 000 anos.**

(...)

Tem-se verificado que: os rios congelam, em média, 6 dias mais tarde e descongelam 7 dias mais cedo; estamos em presença de alguma migração anómala das aves; a calote polar Ártica diminuiu de 3m para 1,5m, nos últimos 20 anos; entre 1994 e 2003 ocorreram 3 vezes mais **catástrofes climáticas** do que nos anos 60; o nível do mar aumentou entre 10 a 20 cm nos últimos 100 anos”

Os termos assinalados manifestam a modalização operada pelo discurso, dando sentido (um certo sentido, aquele que é perseguido pelo enunciador) aos valores quantitativos que, por si, apontam também para realidades extremadas, oferecendo à interpretação um estado de coisas caracterizado por um alto grau de dramatismo.

Esta dramatização contribui para o relvo do discurso oriundo da Presidência e confere ao enunciador um *ethos* socialmente valorizado: o Presidente mostra-se preocupado, atento, disponível para os problemas da sociedade portuguesa, numa perspetiva não imediatista ou eleitoralista, e assume um papel fortemente interventivo face aos sérios problemas.

5. Em conclusão: autoridade e diretividade, ou imagem e poder

Em breve conclusão, sublinhar-se-á que os objetivos do Presidente que assistem à realização do “roteiro” são claramente de orientação diretiva não impositiva, como acima já foi afirmado. Acrescentar-se-á que a realização eficaz de atos diretivos depende de um conjunto de condições de felicidade, nomeadamente o reconhecimento ao enunciador de algum tipo de autoridade.

Neste caso, não sendo depositário do poder executivo, não podendo simplesmente legislar ou obrigar os cidadãos a adotar um determinado comportamento (ou seja, não poden-

do assumir uma posição de força), o Presidente procura argumentar e persuadir, buscando a autorização em fundamentos científicos (ou não fosse este um “roteiro para a ciência”), que lhe conferem credibilidade ao nível do *logos*, e em critérios de pendor ambiental, predominantemente associados ao *ethos*, consentindo que o seu discurso seja permeável ao vocabulário, à estrutura sintática, aos modos de organização textual e à lógica destes campos discursivos. A construção de um *ethos* positivamente avaliado é imprescindível para a sua aceitação pública e para a sua capacidade de mobilização: o poder da sua palavra depende da eficácia da sua imagem discursiva.

O discurso presidencial testemunha a forte imbricação entre ambientalismo e discurso da ciência (especialmente das ciências naturais, mas também da economia). Num roteiro dedicado à ciência como promotora de desenvolvimento, o texto não afasta as concepções de desenvolvimento reclamadas pelos ambientalistas, procurando mostrar que economia e ecologia não são opostas entre si. Não deixa de manifestar, contudo, uma hierarquia que, numa leitura benévola, será normal e desejável, ou, numa leitura malévola, corresponderá a um exercício de “greenwashing” que poderia colocar em causa a imagem construída do Presidente.

Em qualquer caso, a descrição deste “roteiro” confirma a presença transversal do ambientalismo como discurso público dominante (Jung, 2001) na sociedade portuguesa contemporânea.

6. Referências

- Amossy, R. (2010) *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Paris: PUF.
- Benveniste, E. (1966) *Problèmes de linguistique générale*, 1. Paris: Gallimard.

- Charaudeau, P. (2005) *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert
- Couto, H. (2012) *O Tao da linguagem. Um caminho suave para a redação*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Delavigne, V. (1994) “Les discours institutionnels du nucléaire. Stratégies discursives d’euphorisation”. *Mots*, n° 39, pp. 53-68.
- Harré, R., Brockmeier, J. e Mühlhäusler, P. (1999) *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*. Thousand Oaks / London / New Delhi: Sage.
- Jung, M. (2001) “Ecological Criticism of Language”. In A. Fill e P. Mühlhäusler (Eds.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, pp. 270-285.
- Krieg-Planque, A. (2009) *La notion de formule en analyse du discours : cadre théorique et méthodologique*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté.
- Krieg-Planque, A. (2010) “La formule ‘développement durable’: un opérateur de neutralisation de la conflictualité”. *Langage et société*, n° 134, pp. 5-29.
- Moirand, S. (1999) “Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire”. *Cahiers de praxématique*, 33, pp. 145-184.
- Ramos, R. (2009). *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Ramos, R. (2011) “Contributos para a caracterização da retórica ambiental na imprensa generalista portuguesa”. *Revista Galega de Filoloxia*, 12, pp. 155-176.
- Ramos, R. (2012) “Editoriais de edições especiais ‘verdes’ na imprensa periódica portuguesa contemporânea. O caso da revista ‘Visão’”. *Caderno Seminal*, 18, pp. 186-200.
- Ramos, R. e Carvalho, A. (2008) *Science as Rhetoric in Media Discourses on Climate Change*. In L. Dam, L.-L. Holmgreen e J. Strunck (Eds.) *Rhetorical Aspects of Discourses in Present-Day Society*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 223-247.
- van Dijk, T. (1988) *News as discourse*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

A SEMÂNTICA LEXICAL VISTA PELA ECOLINGUÍSTICA

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG)
Gilberto Paulino de Araújo (SEED-DF/UnB)

Introdução

No dicionário Houaiss (2001), dentre as várias acepções, temos que o léxico é “o repertório total de palavras existentes numa determinada língua”. No dicionário Aurélio (1986) encontra-se a definição de que o léxico é “o conjunto de vocábulos de um idioma”.

Nessa perspectiva, enquanto a lexicologia é o estudo científico do conjunto das palavras de um idioma, a semântica estuda o sentido das palavras que a integram, ou seja, estuda o significado linguístico das línguas naturais. Aqui não vamos nos ater à problemática da distinção entre essas disciplinas, apesar de isso merecer uma discussão. O que nos interessa neste momento é discorrer sobre a semântica, mais precisamente sobre a semântica lexical e mostrar como ela se acomodaria no contexto da disciplina ecolinguística.

A semântica linguística, enquanto estudo das propriedades do significado, constitui-se de uma disciplina relativamente recente. Ela surgiu na esteira da linguística histórica que, para ser rigorosa no estudo do aspecto fonético das línguas, voltou-se para o exame das leis que regem as transformações da significação, motivando o surgimento da semântica histó-

rica. Esta se formalizou em 1890, quando Michel Bréal (1992) buscou os princípios gerais dessas mudanças, não propriamente na língua, mas no contexto de seus usuários, declarando que a evolução do vocabulário se fundamenta no espírito individual ou coletivo, desses usuários.

Nesta perspectiva, a história da semântica tradicional é, sobretudo, a história da semântica lexical. Afinal, os primeiros estudos se dedicavam quase exclusivamente à palavra, por várias razões. Dentre elas a de que nos estudos da linguagem de 1920 a 1930, a visão histórica prevaleceu em muitos países sempre dando preferência à palavra em vez do significado da oração. A ênfase nos estudos lexicais se deve também ao interesse pela fonética histórica e pela etimologia.

Em se tratando da semântica lexical, aludimos a Frege que, sem deixar de lado o significado lexical de maneira isolada, estudou a questão do significado em interface com a lógica, ligando o significado da sentença às condições de verdade. Depois de Frege, outros filósofos da linguagem centralizaram seus estudos na estrutura da sentença, deixando de lado o significado individual das palavras.

Dentre os estudos da semântica lexical, temos James Pustejovsky, que em 1995 publicou o livro *The Generative Lexicon*, no qual propôs a *teoria do léxico gerativo* para lidar com a questão da multiplicidade de significados das palavras. Nessa teoria buscava-se estudar a natureza polimórfica da linguagem e o uso criativo das palavras em contextos novos, diferentemente de outras teorias decomposicionalistas que viam o léxico como um conjunto estático de palavras, sem se importarem com a relação entre as palavras e seu contexto.

Para Pustejovsky (1995), a semântica lexical deveria classificar o léxico de uma língua em classes que levassem em conta a relação sintática e semântica; representar formalmente a linguagem, resgatando a natureza gerativa da criatividade le-

xical e o fenômeno da extensão do sentido; descrever e explicar não só o conteúdo das expressões da linguagem natural, mas também as mudanças dessas expressões em novos contextos e estabelecer uma unidade para o fenômeno da polivalência e para os casos de polissemia.

Partindo da linguística formal, sobretudo da herança de G. Frege e de R. Montague, os novos semanticistas declararam que o estudo da semântica deve incluir o da linguística do discurso e o da pragmática. Aqui, diríamos também o da ecolinguística.

Nessa perspectiva, trataremos da semântica lexical vista pela ecolinguística, que vê a língua como uma complexa teia de relações, ou um imenso ecossistema constituído por território, população e língua – inter-relacionadas. A língua, assim, faz parte de um grande ecossistema como diz Fill (1996). E ainda, como disse Mufwene (2001), a língua é uma espécie parasita ou viral do povo que a fala, no sentido biológico desses termos. É inter-relacionando-se entre si e com T (território, o mundo) que os membros de P (população) constroem a L (língua), pelo simples fato de compartilharem T e interagirem nele.

Em consonância com os princípios da ecolinguística, a semântica lexical pode ser considerada como sendo o estudo de como os membros da comunidade categorizam, classificam linguisticamente o meio ambiente. Afinal, o léxico na ecolinguística é visto como um inventário de rótulos que os membros da comunidade criaram para os aspectos do meio ambiente que consideraram relevantes no processo de sua adaptação a ele e dele a si mesmos, bem como deles uns com os outros.

Não existe apenas o significado léxico-referencial sistêmico. Além desse significado sistêmico estudado pela gramática gerativa e pela lógica, existem também o significado pressuposicional, o significado implicatural, o significado ilo-

cucionário ou performativo e o significado contextual entre outros. Este último é negociado no lugar e no momento do ato de fala. Normalmente ele é dado pelos fenômenos do meio ambiente físico (social, mental e natural) da ecologia da interação comunicativa.

O léxico tanto para os estudiosos da semântica lexical quanto para os da ecolinguística, é o componente primeiro e central da língua. É também, como enfatiza os estudiosos da ecolinguística, o componente mais dinâmico da língua, pois acompanha passo a passo a emergência e o desenvolvimento ulterior da comunidade de que a língua faz parte. Como diz Eve V. Clarck (1993, p. 259), estudiosa da aquisição de língua, o léxico é básico para a língua e o uso da língua. “Ele provê o conteúdo para a sintaxe e a implementação das regras sintáticas, além de ser o contexto para os padrões morfológicos e fonológicos”.

Para enfatizar a importância e a centralidade do léxico na língua, basta também se lembrar de Sapir (1963, p.90) que afirmou ser “o vocábulo de uma língua que reflete mais claramente o ambiente físico e social de seu falante”. Ainda como sinalizou Bakhtin (1981, p. 132) “a significação pertence a uma palavra como traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva uma vez que só a corrente de comunicação verbal fornece à palavra a luz de sua significação”.

A importância do léxico é essencial para a semântica lexical, e para os estudos da ecolinguística é uma das áreas privilegiadas, como veremos principalmente na seção que se refere a ela. Este artigo está estruturado da seguinte forma: Introdução; 1. Ecolinguística, em que há um breve esboço do surgimento e do que seja a Ecolinguística; 2. Ecolinguística e a Semântica lexical, em que se discorre sobre a abordagem semântica do léxico pelo viés da Ecolinguística; 3. Etnoecologia linguística, em que se fala sobre como as pequenas comuni-

dades étnicas denominam itens da fauna, da flora e do meio circundante em geral; e as Observações finais.

1. Ecolinguística

Hoje se fala em abordagem ecológica em muitas ciências humanas, ou seja, uma vertente que adota os princípios oriundos da ecologia biológica, parecendo à primeira vista um certo modismo. Assim, é importante para entender o que é ecolinguística, discorrer sobre o conceito de ecologia. Para Couto

“A maioria dos textos sobre ecologia dizem que ela trata das relações entre os organismos e seu meio ambiente, termo aparentemente introduzido pelo biólogo balto-alemão Jakob von Uexküll, sob a forma alemã *Umwelt*. Alguns trazem a informação adicional de que o termo ecologia foi proposto por Ernst Haeckel em 1866” (COUTO, 2007, p. 24).

De qualquer maneira, Couto (2007, p. 25) diz que “a definição mais comum afirma que a ecologia é a parte da biologia que estuda as inter-relações dinâmicas dos componentes bióticos e abióticos do meio ambiente”.

Ora, se a ecologia é o ramo da biologia que estuda as interações entre os seres vivos e o meio onde vivem, e a linguística, de forma geral, é o estudo de como os membros de uma comunidade comunicam entre si, tanto oral como gestualmente, já temos, nesse contexto, a ecolinguística, que é o estudo das interações verbais que se dão nos ecossistemas linguísticos, cuja fundamentação teórica encontra-se numa visão dinâmica da língua, ou seja, esta propõe o estudo das inter-relações entre língua, povo e meio ambiente a partir do entrelaçamento de saberes oriundos das ciências da linguagem e da ecologia. O

aspecto integrador dessa disciplina parte do princípio de que a língua é um sistema que mantém inter-relação com outros componentes do ecossistema do qual faz parte: meio ambiente físico, social e mental.

A ecolinguística tira suas bases epistemológicas da ecologia, por isso ela faz ecologia, seu objeto são ecologias ou ecossistemas ou, mais precisamente, as relações ou interações que se dão no interior deles, ou entre mais de um deles. Com isso, temos, ao lado da ecologia biológica, a ecologia linguística, mais conhecida como ecolinguística. Em ambas, o conceito central é o de ecossistema: ecossistema biológico (marinho, terrestre, lacustre etc.), no caso da primeira, e ecossistema linguístico, no da segunda.

Para começar a falar sobre a ecolinguística, vale discorrer sobre o prefixo ‘eco-’. Um dos significados de *eco*, segundo o dicionário Aurélio (1986, p. 497) é meio ambiente. Assim, se pensarmos no prefixo “eco” como meio ambiente e tudo que está relacionado a ele, e linguística, em seu sentido amplo, como sendo o estudo da linguagem, estudo de como os membros de uma comunidade comunicam entre si, tanto oral como gestualmente, temos a Ecolinguística, uma nova maneira de ver, de estudar os fenômenos da linguagem.

A ecolinguística, segundo Haugen (1972, p. 325) é o “estudo das interações entre língua e seu meio ambiente”. Ora, o meio ambiente aqui não é apenas tudo que está no interior da língua, mas também, fora dela (o mundo, o território, o povo que a fala etc.).

Nota-se que a relação entre língua e mundo já era estudada pelos gregos. No *Crátilo* (2001, p. 381-84), Platão põe Crátilo defendendo a tese de que a relação entre língua e mundo é natural, que a língua é um reflexo do mundo, por exemplo, só existe a palavra ‘árvore’ porque existe a coisa árvore, não o contrário. Língua está ligada a território pela na-

tureza. A palavra é um ser natural. O personagem Hermógenes defende a tese de que a relação entre os dois é arbitrária, convencional. Língua (L) está ligada a Território (T) pelo Povo (P).

O assunto foi retomado ao longo de toda a história, tanto por filósofos quanto por linguistas. Em meados do século XX, o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein defendeu a tese de Hermógenes (a língua é um reflexo do mundo) no seu famoso *Tractatus logico-philosophicus*. Nota-se aqui que o importante é a língua como sistema para que a pessoa possa falar do mundo (sintaxe, morfologia, fonologia etc.).

Pouco depois, Wittgenstein (1968) reviu essa posição e passou a defender a tese de que a língua é um jogo, isto é, ela existe basicamente para a interação entre as pessoas (para elas jogarem verbalmente, comunicarem-se). Para a ecolinguística, a língua também é vista como interação, comunicação. Para efeitos didáticos, pode-se falar de estudiosos que viam a relação língua meio ambiente, conforme especificado abaixo.

O primeiro linguista a falar explicitamente sobre a relação língua, território e meio ambiente foi Edward Sapir. Em 28 de dezembro de 1911, ele pronunciou a conferência “Language and environment” (língua e meio ambiente), na Associação Antropológica Americana. O texto foi editado no *American anthropologist* 14 (1912, p. 226-242) e, posteriormente, nos *Selected Writings of Edward Sapir in Language, culture and personality* (cf. Mandelbaum, 1949). Em 1969, Joaquim Mattoso Câmara Jr. traduziu o texto como “Língua e ambiente”.⁸⁸

Depois, temos o sociolinguista Einar Haugen, tido como pai da Ecolinguística. Foi ele quem, em 1970, definiu o que viria a ser chamado Ecolinguística pela primeira vez, embora usando as expressões *language ecology* e *ecology of*

88 *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.

language, em uma palestra. Um ano depois, Haugen publica o texto *The ecology of language*, em *The linguistic reporter*.⁸⁹ Pode-se considerar, assim, o texto de Haugen como o texto fundador da ecolinguística, pois foi nele que Haugen conceitua ‘ecologia da língua’ ou ecolinguística nos termos atuais como “o estudo das interações entre qualquer língua dada e seu meio ambiente”.

O segundo linguista (psicolinguista) a usar o termo ecolinguística foi Kurt Salzinger, em *Ecolinguistics: A radical behavior theory approach to language behavior*, publicado em D. Aaronson & R. W. Reiber (org.), *Psycholinguistics research* (Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1979, p. 109-130).

O terceiro foi Claude Hagège (linguista) no livro *L’homme de paroles*.⁹⁰ Nessa obra, ele disse que «uma futura ecolinguística deveria estudar o modo pelo qual são integradas na língua referências ‘naturais’ culturalizadas, tais como pontos cardeais, particularidades geográficas, habitações humanas, elementos cósmicos” (HAGÈGE, 1985, p. 328). Como uma população (P) dá nomes às coisas de seu meio, de seu entorno. Vê-se que, para ele, a ecolinguística deveria estudar as relações entre língua e mundo natural.

Após vários ensaios menores sobre assuntos ecolinguísticos, no ano de 1993 surgiram dois livros de introdução à ecolinguística. O primeiro é de Alwin Fill: *Ökologie: Eine Einführung*⁹¹ (*Ecolinguística: uma introdução*), disponível só em alemão. Há textos menores do autor em inglês na internet. Alwin Fill, da Universidade de Graz, Áustria, é considerado o guru atual da Ecolinguística. O segundo é de Adam Makkai, cujo livro é intitulado *Ecolinguistics: ¿Toward a new **para-*

89 *The linguistic reporter*. Vol. 13, suplemento 25, 1971. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics.

90 *L’homme de paroles*. Paris: Fayard, 1985, p. 328.

91 *Ökologie: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.

*digm** for the science of language?*⁹². Antes desse livro, Makkai já havia publicado textos menores, como *A pragmo-ecological view of linguistic structure and language universals*⁹³.

No Brasil, quem primeiro falou em ecolinguística foi Hildo do Couto em 1999, no texto *Contato interlinguístico: da interação à gramática*, disponível apenas na internet (<https://docs.google.com/file/d/0B6hlHMM-ItiGRzJibTRORWdSUHc/edit>). Pouco depois, o especialista em linguística aplicada Francisco Gomes de Matos, também a mencionou, no texto em inglês *A case for ecolinguistic identity*, apresentado no *XXII Internationale Deutschlehrertagung*, na Suíça em 2001⁹⁴, e em palestras e entrevistas em jornais. Nesse texto, Matos fala de língua (L) como símbolo de identidade dos membros da população (P).

A ecolinguística é o estudo das interações verbais que se dão nos ecossistemas linguísticos. Ela vê as relações entre Língua (L) e Meio Ambientes (MA) via População (ou membros de P), bem como as relações entre os membros de P no meio ambiente, usando a língua. Vejamos isso com base no esquema elaborado por Couto (2007):

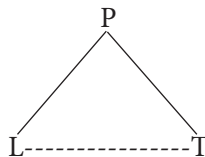


Fig.1

92 *Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?.* Londres: Pinter Publisher, 1993.

93 *A pragmo-ecological view of linguistic structure and language universals.* *Language sciences* 27. 9-23, 1972.

94 *A case for ecolinguistic identity.* *XXII Internationale Deutschlehrertagung.* Lucerna, Suíça, 30/7 - 4/8/2001.

A linha tracejada entre L e T mostra que não há uma relação direta entre L e T, pois a relação entre elas é sempre mediada por P. A totalidade formada por P, T e L passou a ser chamada de Ecologia Fundamental da língua (EFL), também conhecido como comunidade. Destacando a língua, temos que o povo e o território constituem o seu meio ambiente (MA), ou seja, o MA fundamental da língua. O EFL pode ser representado como se vê na Figura acima, em que P se equipara à população de organismos e T ao habitat, biótopo. Quanto a L, equivale às inter-relações que se dão entre os organismos da mesma espécie que formam a população. É por isso que a língua pôde ser definida como sendo o modo de os membros da comunidade se comunicarem entre si.

Nessa perspectiva, pode-se vislumbrar que a base de tudo na ecolinguística é o ecossistema fundamental da língua que consta de um povo (P) residindo em determinado território e falando sua própria língua. No interior desse ecossistema fundamental da língua (L), a População (P) e T (território) constituem o meio ambiente natural da língua, o entorno, mundo ou território (T) com os membros da população (P).

Na ecologia, ‘ecossistema’ é definido como sendo o todo formado por uma população de organismos e suas inter-relações com o meio ambiente (*habitat*), ou dos organismos entre si. Vejamos um quadro comparativo de conceitos das duas ecologias, a biológica e a ecolinguística⁹⁵:

95 Couto aborda de maneira mais detalhada tais questões relacionadas à inter-relação entre conceitos da ecologia biológica e da ecologia linguística em uma de suas postagens em seu blog, disponível em: < http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2012_06_01_archive.html>.

Ecologia Biológica

ecossistema

população

interações

*habitat***Ecologia Linguística**

ecossistema linguístico (LPT)

povo/população (P)

linguagem/língua (L)

território (T)

A ecolinguística tem como base epistemológica a ecologia biológica. Para essa disciplina a língua(gem) é uma ecologia, um grande ecossistema, que contém outros ecossistemas, ou seja, a língua é uma imensa teia de inter-relações, que pode ser vista em pelo menos três ecossistemas diferentes: natural, mental, social. O ecolinguista estuda o ecossistema e por isso pratica ecologia, não usando simplesmente os conceitos ecológicos metaforicamente.

Vimos até agora que a ecolinguística é uma disciplina que estuda as relações entre língua e mundo natural, tendo como base os conceitos da ecologia. Na verdade, a ecolinguística, não estuda só essas relações, mas também as que se dão entre língua e mundo mental, e mundo social. Apenas para fins didáticos, exemplificaremos cada uma dessas relações distintamente, mas, enfatiza-se que elas estão interligadas.

- a) O Mundo Natural (entorno ou meio ambiente) refere-se a tudo o que nos rodeia: espaço físico, ar, água, montanhas, pessoas, animais etc.
- b) O Mundo mental seria o como a língua é formada, armazenada e processada no cérebro (conexões neurais), levando em consideração a questão da adaptação.
- c) O Mundo Social refere-se à sociedade, conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preo-

cupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade.

Para a ecolinguística, tudo na língua tem a ver, direta ou indiretamente, com o Ecossistema Fundamental da Língua, melhor dizendo, com as relações entre L (língua) e P (povo), por um lado, e entre L (língua) e T (território), por outro, bem como entre L e PT juntos, que são o MA (meio ambiente) Fundamental da Língua. Por exemplo, a distribuição dos indivíduos de P pelo espaço (T) determina muitas das características de L. Assim, se T é de pequenas proporções, como acontece com o T das pequenas comunidades ameríndias e africanas, L tende a ser relativamente homogênea. Se T abrange grandes extensões de terra, como o inglês, L tende a apresentar mais variação interna.

Por fim, o nível intelectual e tecnológico a que os membros de P chegaram também pode afetar a natureza de L, sobretudo o vocabulário, mas não só, como, por exemplo, a morfologia, sobretudo na formação de palavras, que tem a ver com ele, além de ser uma fonte de seu enriquecimento, permitindo criar novas palavras com meios internos, mediante a reutilização (reciclagem) de recursos já existentes.

2. Ecolinguística e a semântica lexical

Agora, cremos que fica mais clara a ideia que é defendida neste artigo, considerar a semântica lexical nos estudos da ecolinguística como sendo o estudo de como os membros da comunidade captam o real, criam os sentidos, representam o real, categorizando e classificando linguisticamente o meio ambiente. É importante destacar que essa categorização parte da própria projeção dos aspectos do meio ambiente no cérebro

desses indivíduos, que se socializa no momento em que é compartilhada com outros membros da comunidade.

Essa projeção se dá da seguinte forma: o indivíduo percebe as coisas, capta o real, o que foi captado passa pela sensação, onde se cria os sentidos e daí ele representa a coisa, tudo isso passando dinamicamente pelo bio-psico-pulsional (biologismo, psiquismo, pulsão-energia) mais as intimações do meio social. Após essas etapas vem a da conceptualização, que consta de seu compartilhamento com outros membros de P, seguido da lexicalização. Resumindo: as coisas só se semantizam na mente dos indivíduos após a interação com outros membros de P, ou seja, semantizar é o mesmo que coletivizar, comunitarizar e lexicalizar.

A lexicalização decorre quase que naturalmente da conceptualização, pois depois que se conhece determinado fenômeno, naturalmente surge a necessidade de se referir a ele, ou ao contrário, o conhecimento do fenômeno geralmente decorre da necessidade de se referir a ele. No caso da língua natural, sua manifestação é a palavra, entidade imperfeita, incompleta, ambígua e instável, pois que tanto a subjetividade (o sensível), como a objetividade (o social), da qual se origina, são aspectos descontínuos da unicidade ou totalidade do conhecimento. Ora, como essa totalidade jamais é alcançada, a natureza do léxico apresenta-se inquestionavelmente dinâmica, polissêmica, em constante busca de sentido.

É importante destacar que a relação Língua e Meio ambiente é dialética. As coisas do mundo se espelham na língua, mas a língua retroage sobre o mundo, não apenas descrevendo-o, mas também intervindo nele, modificando-o, alterando e direcionando a visão de mundo que P tem do MA.

O que tudo isso mostra é que no contexto da ecolinguística não é muito apropriado partir-se apenas da linguagem e buscar na realidade aquilo a que ela se refere, visão semasio-

lógica. Pelo contrário, parte-se do meio ambiente e se procura o que dele existe na linguagem, sobretudo por meio do léxico, que é a visão onomasiológica. Não é a linguagem apenas que cria a realidade, é a realidade que se projeta na linguagem também.

No interior do ecossistema fundamental da língua, há dois tipos de relação: (a) interação entre organismo e *habitat* (no ecossistema biológico) ou entre cada indivíduo da população que fala a língua e o mundo (território etc.) em que a população se encontra, ou seja, relação P-M; (b) entre quaisquer dois indivíduos da população, isto é, relação p_1 - p_2 . O léxico (e a semântica) está relacionado, sobretudo com o primeiro tipo de relação, que é a referência, ou a descrição de estados de coisas ou de eventos (narração). O segundo tem a ver com a interação comunicativa. De qualquer forma, os dois estão intimamente relacionados, uma vez que nos referimos a aspectos do mundo geralmente em atos de interação comunicativa, na comunicação. Contrariando aqueles que querem ver na língua ou um meio de comunicação ou de expressão de pensamento, vemos que ela é as duas coisas. Comunicamo-nos referindo-nos a alguma coisa e só nos referimos a qualquer coisa comunicando. É claro que há outros tipos de comunicação, como a quando, por exemplo, num elevador, falamos do tempo, do calor, da chuva, simplesmente para destacar a comunhão⁹⁶.

Como já foi sugerido, no processo referencial, devemos levar em conta a onomasiologia e a semasiologia. A primeira parte do conceito, ou da coisa designada, e procura que pa-

96 De acordo com Couto, a comunhão é uma espécie de preparação das condições para que a interação ocorra. Em cada nível, ela terá características diferentes. Noutra postagem de seu blog, ele discorre de maneira detalhada sobre esse conceito, fazendo referência a renomados linguistas que se apropriaram desse termo para falar a respeito do processo de comunicação e/ou interação linguística. Ver: <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2009_04_01_archive.html>.

lavras a designam. A segunda percorre o caminho contrário, parte da palavra e indaga por suas “realizações”, pelas “coisas” a que ela se refere. Todo estudo léxico-semântico deve levar em conta tanto uma como a outra, partindo sempre da primeira, mas complementando-a com a segunda. Afinal, a primeira fornece uma base segura, a fim de não se perder nas trilhas de polissemias, sinonímias, ambiguidades, homonímias e outras que se constatarem na visão semasiológica.

O estudo léxico-semântico é de suma importância para a ecolinguística. Afinal, a língua é comunicação, que envolve expressão de pensamentos. Nós comunicamos sobre alguma coisa e pensamos sobre alguma coisa, embora algumas correntes linguísticas defendam a ideia de que a maioria das interações sejam mais comuniais, fáticas do que para transmitir informação.

Em se tratando das relações linguagem-mundo, há duas posições básicas nas explicações filosóficas que têm sido apresentadas historicamente. Partindo do ecossistema fundamental da língua, podemos substituir T por M de mundo e/ou meio ambiente a fim de examinar essas duas posições. A primeira, o verbocriacionismo, defende o que pode ser representado como P-L-M, afirma que a linguagem está entre nós (a população, P) e o mundo. Nosso contato com ele é mediado por ela, nós só temos contato com o mundo mediante a linguagem. A segunda pode ser representada como L-P-M, que é o tripé básico da Ecolinguística, linearizado e trocando-se T por M. De acordo com ela, a língua só se relaciona com o mundo por intermédio da população que a usa. É esta que a forma a partir de sua práxis diária, na interação de seus membros entre si e com o mundo semântico-referencial.

Resumindo a questão, poderíamos dizer que ecolinguisticamente, a semântica lexical é o estudo do significado que emerge da ecologia da interação comunicativa. Aí se inclui não

apenas o significado dos atos de interação comunicativa (enunciados), mas também dos itens lexicais. Sabe-se que toda palavra da língua tem um significado diferente para cada falante da mesma língua. Daí decorrem os diversos mal-entendidos, inclusive entre pessoas do convívio diário. Essa asserção deve ser vista com cuidado. Com efeito, é verdade que cada pessoa tem uma acepção diferente para cada palavra, porém, há um núcleo comum de significado, compartilhado pelos membros da comunidade. Do contrário, não haveria comunidade, mas um aglomerado heterogêneo de pessoas, que viveriam aos contrários. Há tendências de significação em cada palavra.

A abordagem semântica do léxico pelo viés da ecolinguística, como vem sendo proposta ao longo desse texto, estuda de que forma os signos utilizados na nomeação apresentam-se como elementos constitutivos da língua responsáveis pela interação entre o mundo da linguagem e o mundo extralinguístico.

Levando-se em consideração que o léxico de uma língua é estruturado (em campos semânticos, por exemplo), possivelmente podemos falar em 'ecologia semântica do léxico'. Nessa perspectiva, pode-se proceder a tal estudo por meio do que Couto (2007) denomina etnoecologia linguística.

3. Etnoecologia linguística

O léxico e seu aspecto semântico já vinham sendo estudado em outras áreas de uma perspectiva que a ecolinguística deve assimilar. Entre elas, temos o que já se fazia nas etnociências por ecólogos e antropólogos, a etnoecologia linguística.

De acordo com Couto (2007), a etnoecologia linguística é o estudo das consequências linguísticas e culturais que implica a convivência de pequenos grupos étnicos com o meio natural, e de certa forma das relações entre língua e cultura.

Ela estuda, pela e na língua, o conhecimento, os saberes das populações tradicionais, de pequenos grupos étnicos, como os indígenas, pequenas comunidades do interior do país etc., sobre o meio ambiente, sobre os processos naturais, bem como a maneira pela qual os seres humanos se relacionam linguisticamente com seu meio, ou seja, como categorizam por meio da língua as informações de sua comunidade e como isso influencia seu modo de vida.

O conhecimento etnoecológico das comunidades tradicionais revela-se, assim, como um importante instrumento de estudo semântico das interações entre língua e meio ambiente, por combinar conhecimentos tradicionais num contexto social de peculiaridades que não podem ser entendidas se não levarmos em consideração fatores culturais envolvidos, além do ambiente físico onde eles ocorrem.

A etnoecologia linguística, como afirma Couto (2007), integra-se no domínio das etnociências, tais como a etnotoponímia, a etnoantroponímia, a etnobotânica, a etnozootologia e a etnomedicina. Essas áreas são basicamente semânticas, uma vez que investigam como as comunidades tradicionais categorizam e denominam as entidades das respectivas áreas. Isso envolve semântica lexical, o que será visto nas subseções abaixo.

3.1 Etnotoponímia

A etnotoponímia é o estudo de como as comunidades indígenas, ‘caboclas’, ‘mestiças’, em suma, pequenas comunidades e comunidades tradicionais, em geral, se relacionam com o meio ambiente físico. Ela indica mais especificamente que importância as coisas do meio ambiente têm para a comunidade de indivíduos humanos que com elas convivem, via denominação.

Em síntese, aqui se estuda os nomes dos lugares, sejam estes habitados, urbanos ou ambientes naturais, como: cidades, vales, montanhas, rios etc., a fim de verificar como as comunidades estudadas se relacionam com o meio ambiente físico. A etnotoponímia se preocupa não necessariamente com os acidentes geográficos de grande porte, às vezes muito distantes da vida cotidiana dos indivíduos. Pelo contrário, ela estuda pequenos acidentes que se encontram nas imediações do lugar em que os indivíduos vivem e convivem (microtoponímia).

Um estudo etnotoponímico semântico pode nos levar a perceber na interação povo, língua e território, o acordo que os indivíduos estabelecem entre si a fim de poderem viver e conviver sobre o terreno no qual se encontram. Nada é gratuito nas denominações, todo topônimo tem uma função no contexto em que se situa. O espaço, ou território (T) é um dos primeiros pontos de referência para que um agrupamento de pessoas possa erigir-se em comunidade, e daí os sentidos atribuídos a esses acidentes estarem diretamente ligados de alguma maneira a algum tipo de interesse para eles.

3.2 *Etnoantroponímia*

Trata-se do estudo dos nomes que membros de comunidades como ciganos, indígenas, rurais e tradicionais em geral se dão internamente. Ela se ocupa das relações que os indivíduos dessas comunidades mantêm uns com outros. Como tais comunidades existem em pequenas dimensões, uma interação estreita entre os seus membros se torna inevitável. Essa intimidade de contato requer nomes também íntimos, não os nomes oficiais, de validade nacional e até mesmo internacional.

A etnoantroponímia estuda os nomes próprios em pequenas comunidades. Em termos de ecologia fundamental da

língua, pode-se dizer que o objeto da etnoantroponímia são as relações dos membros da comunidade consigo mesmos. Afinal, os nomes próprios existem não diretamente devido ao indivíduo em si, mas para que os demais indivíduos da comunidade possam referir-se e dirigir-se a ele. Eles existem para a interação entre os membros da comunidade.

Um estudo etnoantroponímico, ou a ecologia semântica do léxico, nesse caso, pode ser feita por meio do estudo, por exemplo, dos sobrenomes, dos apelidos de pequenas comunidades, verificando os sentidos que ocorrem nas relações entre os membros da comunidade, seus sentimentos, suas visões de mundo. Em relação aos apelidos pode-se dizer ecolinguisticamente que eles surgem porque o nome próprio, aquele do registro de nascimento nada significa comunitariamente. O que vale nessas comunidades é o nome que as pessoas criam porque é ele que usam efetivamente. Pode-se ver a questão da referencialidade dos nomes próprios longos que refletem as relações sociais vigentes na comunidade. Finalizando esse tópico, gostaríamos de salientar que os antropônimos são parte do léxico da língua que se refere justamente aos membros do P que forma o trio que constitui a Comunidade, a Ecologia Fundamental da língua, ou seja, população (P), linguagem (L) e território.

3.3 *Etnobotânica*

A etnobotânica é o estudo das inter-relações entre povos e plantas, o conhecimento que determinada comunidade tem das plantas, o uso que faz delas e como as trata. O que interessa não é apenas a relação física que se dá entre as duas partes. Mais especificamente, o interesse está no reflexo linguístico de todo esse inter-relacionamento. Importam os sistemas de denominação, porque determinada planta tem nome, porque

outra não o tem, se o conhecimento sobre ela se transmite de geração para geração, e como se transmite, os reflexos dessa transmissão ou não transmissão para as gerações seguintes e assim por diante. Tudo isso no contexto das relações entre língua e meio ambiente, no caso, via população, como previsto na ecologia fundamental da língua. Nesse estudo podem-se ver, então, como as diferentes culturas classificam e nomeiam o mundo natural.

Poderíamos fazer o exame dos nomes das plantas em si mesmos, levando em conta, sobretudo sua forma e sua semântica. Em relação à forma, poder-se-ia averiguar se há uma tendência geral na criação dos nomes de plantas. Em relação à semântica, pode-se ver que a própria forma tem a ver com o sentido, ou seja, a própria forma pode dar alguma ideia do significado, como por exemplo, os nomes de plantas no diminutivo ou aumentativo como *buchinha* e *samambaião*. O nome no diminutivo é usado, geralmente, quando há outra subespécie um pouco maior; o nome no aumentativo, quando há outra subespécie um pouco menor.

Ainda se pode acrescentar que nos processos de denominação das plantas há os que envolvem:

- a) metáfora: *maminha de porca*, *chapeuzinho* para cogumelo e assim por diante.
- b) inutilidade: *joá bravo*, *jurubeba brava*, *maracujá do mato*, *amendoim do mato*, *limãozinho do mato*.
- c) metonímia: *carrapicho de carneiro*, *bicho de pé*, *bicho de goiaba*.

As plantas “inúteis” se caracterizam frequentemente pelas designações de “mato”, e “bravo”. Esse sentido atribuído pode nos levar a perceber que elas receberam um nome de plantas que não têm utilidade na economia da comunidade.

3.4 Etnozoologia

Estudo das relações entre humanos e animais em comunidades indígenas, tradicionais, etc. Essa área do conhecimento preocupa-se com o modo como os indivíduos dessas comunidades percebem, classificam, significam e manejam as espécies animais de seu meio ambiente.

Como exemplo de uma pesquisa da semântica lexical vista pela ecolinguística, temos a pesquisa de Eraldo Medeiros (2013), da UEFS, que faz uma análise etnossemântica dos nomes comuns de abelhas e vespas (*Insecta, Hymenoptera*) de importância cultural para os índios Pankararé da Aldeia Brejo dos Burgos, Bahia. No estudo, foram registradas inúmeras etnoespécies relacionadas ao lexema “abeia”, semanticamente usado para se referir a vespas e abelhas que produzem e estocam mel. Segundo a pesquisa, esse grupo é diferenciado dos demais insetos porque possui significados múltiplos, especialmente devido ao seu valor mágico-medicinal.⁹⁷

Poderíamos ver ainda a questão do sentido dos nomes atribuídos aos animais, tal como nos nomes das plantas, mencionadas acima. As estratégias de designação dos animais domésticos frequentemente têm matizes de afetividade, valores positivos e nunca nomes com conotação pejorativo, exceto exemplos como *Fiurinha* (nome de uma vaca) que tem sua carga pejorativa atenuada pelo diminutivo. Poderia ainda fazer um estudo etnossemântico estabelecendo um contraponto dos nomes de animais domésticos rurais com os urbanos e assim por diante.

97 Pesquisa apresentada no I Encontro Brasileiro de Ecolinguística. Universidade de Brasília - 06 a 07 de julho de 2012.

3.5 Etnomedicina

Etnomedicina é o estudo de como as sociedades pequenas como as indígenas, étnicas, rurais etc., lidam com as doenças, as dores e os males, em geral, tanto físicos quanto psíquicos. Esta não se baseia apenas na fitoterapia e na zooterapia, ou seja, no uso de produtos tirados de plantas e de animais, mas também nos processos de cura como benzeções, simpatias e outros.

Sabe-se que alguns povos indígenas lançam mão das mesmas estratégias de dar nomes que se veem na etnotoponímia e etnoantroponímia. Conforme atesta Elisabetsky (1986, p.141), “os kayapó atribuem nomes de animais à maioria de suas doenças”. A relação entre o animal e a doença que leva seu nome pode ser:

- a) direta: o animal é a causa direta da doença. Por exemplo: *kangã kanê* = doença de cobra = picada de cobra; *miêchet kanê* = doença de arraia = ferrada de arraia;
- b) indireta: o animal participa indiretamente na causa da doença. Por exemplo: *amio kanê* = doença de rato. A pessoa adoece por comer bananas previamente infectadas por ratos; *kunun kanê* = doença de capivara = o contato com fezes de capivara acarreta doenças de pelo;
- c) a semelhança entre um sintoma marcante da doença e uma característica do animal. Por exemplo: *kapra kanê* = doença de jabuti = reumatismo; *bri kanê* = doença de sapo – pele seca; *pat kanê* = doença de tamanduá = vitiligo;
- d) a carne do animal quando caçado que, dependendo do modo de preparo ou idade de quem a ingere, pode

provocar doença. Por exemplo: diarreia, intoxicação alimentar. Semelhantes doenças são classificadas como: *angro kanê* =doença de porco = quando se come o porco mal assado; *apiêti kanê* = doença de tatuzão = não pode ser comido cru.

Aqui cabe dizer que o modo como usam a linguagem, o sentido que usam nessa prática é uma parte do como falam do meio ambiente. Tudo o que acaba de ser dito mostra a importância da ecolinguística, mais precisamente da etnoecologia linguística para o estudo da semântica lexical.

Como foi dito por Coseriu (1982, p. 27), “a linguagem possibilita, portanto, o acesso ao extralinguístico, às próprias coisas. Pode por isso ser também instrumento da vida prática que é, precisamente, a convivência com o mundo extralinguístico”.

Uma vez considerado o aspecto extralinguístico, tal visão seria suficiente para realmente compreender a importância do léxico na relação entre linguagem e mundo, ou seja, a língua funcionaria apenas como um instrumento a serviço dos seres humanos para representar o mundo?

Ousamos responder que não. Como vimos, na abordagem sobre o conhecimento etnoecológico das comunidades tradicionais, o processo de nomeação de plantas, animais, do meio ambiente físico etc. evidencia muito mais que a simples identificação das coisas no meio em que vivem, demonstra o surgimento de um léxico estritamente relacionado à própria identidade da comunidade.

Ainda que pensássemos no léxico apenas como uma extensa lista de palavras utilizadas para designar o nome das coisas que se encontram no mundo, ainda assim não conseguiríamos separar o sentido destas palavras do seu contexto de uso, de sua presença viva nas diversas situações de interação vividas pelos falantes de determinada língua .

Como disse Sapir (1969, p. 45), “o léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade”.

Nesse sentido, corroboram Lakoff e Johnson (1980) ao sustentar a hipótese de que o significado é natural e experiencial, sendo construído a partir das interações físicas, corpóreas com o meio ambiente.

Contudo, Marcuschi (2004, p. 263) nos convida à reflexão de que a concepção meramente utilitarista da linguagem nos levaria ao equívoco de pensar que “[...] a língua seja um simples, acabado e eficiente instrumento *a priori* para representar um mundo que tampouco está aí pronto, discreto e mobiliado”.

Ele nos diz que não se trata de chegar à definição da natureza da significação, mas refletirmos a respeito desse processo, levando em consideração que ele envolve muito mais do que a capacidade biológica e cognitiva de organizar e dizer o mundo e as nossas experiências a seu respeito. “Embora a cognição seja um fenômeno essencialmente social e a língua não seja um sistema descarnado, ela não é um sistema ontológico que carrega em si o mundo” (MARCUSCHI, 2004, p. 264).

Muito antes, Bréal (1992, p. 123) dissera que “não há dúvida de que a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato.[...] Mas, se tomo um ser real, um objeto existente na natureza, será impossível a linguagem fazer entrar na palavra todas as noções que esse ser ou esse objeto desperta no espírito”. As diretrizes estabelecidas por Bréal em seus estudos semânticos foram fundamentais para demonstrar que o estudo das palavras deveria ir além da análise do corpo e da forma, que as suas significações estavam relacionadas com os fenômenos históricos e culturais.

Desse modo, a etnoecologia linguística nos mostra que a significação ocorre por meio da inter-relação entre os pares, de acordo com as necessidades presentes em seu cotidiano, num contexto de interação comunicativa. Isto é, a linguagem deve ser concebida como atividade social, histórica e cognitiva, mas levando em consideração as atividades ou ações praticadas entre os indivíduos que a conhecem.

Como nos diz Marcuschi (2004), a significação ocorre pelo *entender* partilhado entre estes indivíduos num contexto de uma relação com o outro situado num tempo histórico, numa cultura e sempre marcado por uma ação. “Portanto, não há uma relação direta entre linguagem e mundo e sim um trabalho social designando o mundo por um sistema simbólico cuja semântica vai se construindo situadamente” (MARCUSCHI, 2004, p. 268).

Temos aqui, então, o léxico como mobiliário da mente relacionado a redes de utilidades de acordo com o momento social e histórico em que se encontram os membros de determinada comunidade.

Embora não esteja em jogo aqui a mudança de sentido das palavras nem os aspectos pragmáticos relacionados aos atos de fala, fica evidente o fato de que o lugar, o tempo, a identidade da comunidade são responsáveis pela construção do significado das palavras nos diversos contextos de interação entre os falantes. “O significado se emancipa do universo conceitual pela “força semiótica” do significante e o referente, pela força da denominação, do mundo imediato da percepção sensorial, da vivência pragmático-efetiva, individual e coletiva” (TAMBA-MECZ, 2006: 97-98).

“Percebe-se que a linguagem não serve só, nem primeiramente, nem sobretudo, para representar o mundo, mas que ela serve para realizar ações. Falar é agir [...] é instaurar um sentido e é, de todo modo, fazer *ato de fala*” (ARMENGAUD,

2006, p. 12-13). Dessa forma, o processo de nomeação dos objetos (em seu sentido mais amplo) está intrinsecamente ligado às inter-relações mantidas entre os falantes, ou seja, à forma como estes interagem, trocam experiências, repassam seu conhecimento, preservam suas tradições.

Observações Finais

A língua está intimamente ligada a seus falantes e ouvintes, que estão intimamente ligados ao meio em que vivem. Vale dizer, a língua para a ecolinguística é o como se interage costumemente no seio da comunidade, no caso, do ecossistema linguístico mais especificamente chamado de comunidade de fala/língua.

A ecolinguística ao estudar os aspectos semânticos da língua coloca em primeiro lugar a interação comunicativa. O sistema é apenas uma parte dele, mesmo que uma parte muito importante. Assim sendo, um estudo da semântica lexical vista pela ecolinguística é mais completa do que as visões estruturalistas e gerativistas. A postura formalista, “estruturalista” é reducionista porque acredita que o cerne da língua e da linguagem em geral é o sistema.

É claro que o sistema existe e é importante, mas como um dos componentes da ecologia da interação comunicativa. Para o ecolinguista, contrariamente ao estruturalista, ao gerativista, a comunicação, os atos de interação comunicativa não são uma “realização” do sistema. Pelo contrário, o sistema é que é um produto histórico desses atos, abstraído pelo linguista. Até mesmo para Saussure, que reconheceu que a despeito de haver uma interdependência entre o que chamou de “língua” (*langue*) e ‘fala’ (*parole*), ou seja, “sistema” e “uso”, respectivamente, historicamente a “fala” veio antes. Quer dizer, o

sistema (língua) é um produto de inúmeros atos de interação comunicativa, ou até mesmo de tentativas de interação comunicativa iniciais.

Enfim, quando analisamos o significado de um enunciado no contexto da ecologia da interação comunicativa, que implica a visão onomasiológico-semasiológica, o mais importante não é apenas o significado dado pela estrutura sintática formal. Afinal, a língua é uma imensa teia de inter-relações, e assim existe uma inter-relação direta entre o significado e os ecossistemas: natural, mental e social.

O que os praticantes de ecolinguística estudam ao tratar dos aspectos semânticos do léxico é o ecossistema linguístico por ele delimitado como um todo, não o reduzindo a um mero sistema (estrutura). O que ele deve fazer, portanto, é delimitar determinado setor dessa teia (que será seu ecossistema), a fim de examiná-lo inclusive microscopicamente se for preciso. Os setores dessa teia que se tornam o foco de seu interesse no momento do estudo é o resultado de um recorte epistemológico, ou seja, um modo de olhar o objeto de estudo. Todo e qualquer fenômeno linguístico se encontra inserido no ecossistema fundamental da língua. Ele consta de um conjunto de indivíduos de uma população de organismos vivos (P), bem como das inter-relações que se dão entre eles e o lugar em que se encontram, sendo que essas inter-relações são a língua (L), com seu mundo ou território (T), todos vistos com uma lente.

Em suma, por mais que o objeto da semântica lexical seja difuso, uma abordagem ecolinguística que parte das coisas do mundo para a mente, via população, pode ser um bom começo e uma boa metodologia para se abordar esse setor dos estudos da linguagem.

Referências bibliográficas

- ARMENGAUD, Françoise. A pragmática. (Tradução) Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2.ed.rev.e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2. Ed., 1981.
- BREAL, Michel. *Ensaio de semântica*. São Paulo: Pontes/EDUC, 1992.
- CLARK, Eve. V. *The lexicon in acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- COSERIU, Eugenio. O Homem e sua linguagem. (Tradução) Carlos Alberto da Fonseca e Mario Ferreira. – Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.
- COSTA NETO, Eraldo Medeiros da. 2013. Análise etnossemântica de nomes comuns de abelhas e vespas (*Insecta Hymenoptera*) na terra indígena pankararé, Bahia, Brasil. *Cadernos de linguagem e sociedade* v. 14, n. 1 (a sair).
- COUTO, Hildo H. do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- ELISABETSKY, Elaine. Etnofarmacologia de algumas tribos brasileiras. In: Ribeiro Berta G. (org.). *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FILL, Alwin; Mühlhäusler, Peter (orgs.). *The ecolinguistics reader*. Londres: Continuum, 2001.
- HAGÈGE, Claude. *L'homme de paroles*. Paris: Fayard, 1985.
- HAUGEN, Einar. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- _____. *The linguistic reporter*. Vol. 13, suplemento 25, 1971. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago, The Chicago University Press, 1980.

MAKKAI, Adam. *Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?* Londres: Pinter Publishers, 1993.

MARCUSCHI, Antonio Luiz. O léxico: lista, rede ou cognição social?. In: NEGRI, Ligia. et. al. (orgs.). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. Editora Contexto: São Paulo, 2004. p. 264-284.

MATTOS, Francisco Gomes de. *A case for ecolinguistic identity*. XIII Internationale Deutschlehrertagung. Lucerna, Suíça, 30/7-4/08/2001.

MUFWENE, Salikoko. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PLATÃO. *Crátilo*. Trad. Maria José Figueiredo, Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

PUSTEJOVSKY, James. *The Generative Lexicon*, 1995.

SAPIR, Edward. Linguagem e ambiente. In: *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.

TAMBA-MECZ, Irène. A semântica. (Tradução) Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editora, 2006.

WITTGENSTEIN. Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Cia Editora Nacional & Editora da USP, 1968.

LA CONTRIBUCIÓN DE LA ETNOZOOLOGÍA PARA LA ECOLINGÜÍSTICA

Eraldo Medeiros Costa Neto⁹⁸

Dídac Santos Fita⁹⁹

Introducción

El término **Etnobiología** fue acuñado por Castetter en 1935 como el estudio de la “utilización de la fauna y flora por pueblos primitivos” (Berlin, 1992). Dentro los varios conceptos existentes, puede decirse que la etnobiología es esencialmente el estudio del conocimiento y de las concepciones desarrolladas por cualquier sociedad con respecto a la biología. En otras palabras, es el estudio del papel de la naturaleza en el sistema de creencias y de adaptación del hombre a determinados ambientes (Posey, 1986). Las investigaciones etnobiológicas fueron fortalecidas y ganaron mayor amplitud con el advenimiento de la antropología cognitiva. Ese movimiento antropológico, también conocido como nueva etnografía, etnografía semántica o etnociencia, surgió especialmente en la

98 Profesor de Etnobiología de la Universidad Estatal de Feira de Santana, Bahía, Brasil.
E-mail: eraldont@hotmail.com

99 Doctor en Ciencias en Ecología y Desarrollo Sustentable. El Colegio de la Frontera Sur (ECOSUR) - San Cristóbal de las Casas, Chiapas, México. E-mail: dsantofi@yahoo.es

Universidad de Yale (Estados Unidos) en la década de 1950. El término *etnociencia* apareció por primera vez en 1950 en el libro *Outline of Cultural Materials*, de Murdock *et al.* Por reducción, pasó a significar tanto el aspecto puramente clasificatorio de las relaciones del hombre con la naturaleza tanto como el método de análisis semántico para revelar ese mismo aspecto (Clément, 1998).

La manifiesta atracción por la etnociencia está en su promesa de encontrar las representaciones paradigmáticas precisas y altamente operacionalizadas de los fenómenos culturales que venían a estar asociados con las descripciones lingüísticas de la fonología y de la gramática (Harris, 1976). La etnociencia no sólo revolucionó la conducta de trabajo de campo, sino principalmente en la naturaleza de las descripciones y los análisis etnográficos (Hays, 1983). A través de sus métodos de análisis, se busca entender como el mundo es percibido, conocido y clasificado por las diversas culturas humanas, procurando descubrir el pensamiento o la manera de ser del nativo y no apenas aquello que el nativo dice de su cultura. La gran importancia de los estudios etnocientíficos está justamente en la afirmación de que toda y cualquier sociedad se esfuerza para comprender el mundo a su alrededor.

El significado atribuido por una determinada cultura a las categorías de realidad (por ejemplo, tipos de economía, de colores, de familia, de casa, de especies biológicas etc.) fue el principal énfasis de los nuevos etnógrafos, que las “descubrían” a través del análisis etnosemántico. Revel (1990) dice que “cada lengua en particular posee una visión única del mundo”, una vez que “todas las percepciones son canalizadas por los hábitos lingüísticos que favorecen ciertas alternativas de interpretación”.

Según Couto (2007), las relaciones entre el lenguaje y el medio ambiente, comprendiendo el lenguaje como componente de un ecosistema, resultan del producto de la relación entre Terri-

torio (T), Pueblo (P) y Lenguaje (L), es decir, “para que haya L se necesita que exista un P, cuyos miembros conviven en un determinado T” (Couto, 2007: 20). El léxico es para la **Ecolingüística** “El componente inicial y central del lenguaje. Es también el componente más dinámico, pues sigue paso a paso la emergencia y el desarrollo ulterior de la comunidad de que el lenguaje hace parte” (Couto, 2007: 193-194). De esa manera, las pérdidas ambientales y territoriales implican pérdidas lingüístico-culturales y la ecolingüística “lucha por la preservación de los lenguajes minoritarios y/o amenazados de extinción” (Couto, 2007).

Los patrones de expresión lingüística de un pueblo muestran una regularidad etnosemántica que incorpora una ligación holística y mutua entre seres humano, plantas, animales, lugares y sobrenatural (Maffi, 1999). Marques (comunicación personal) dice que toda y cualquier sociedad humana, en cualquier parte de la tierra y en cualquier época, mantienen cinco conexiones básicas con el Universo: mineral, vegetal, animal, humano y sobrenatural. Estas bases conectivas se efectúan dentro de tres dominios: cognitivo (conocimientos y creencias), afectivo y etológico. De esa manera, el estudio sistemático de la etnoclasificación asumió importancia especial y la etnociencia se tornó una prominente representación del programa como un todo.

Los sistemas de clasificación etnobiológicos

Los seres humanos respondemos a las diversidades biológica, abiótica y sobrenatural presentes en el ambiente agrupando y separando los elementos en base a semejanzas y diferencias, considerando no únicamente los caracteres intrínsecos (morfología y anatomía) y extrínsecos (comportamiento, ecología etc.) propios de los elementos, como también las represen-

taciones simbólicas en el momento de reunirlos en categorías semánticamente delimitadas. Según Lévi-Strauss (1962), tenemos una necesidad en demandar orden al universo mediante la cual conseguimos entender, referenciar, ubicarnos y “dominar” el mundo; convirtiéndose éste en objeto de pensamiento, un medio para satisfacer tanto las necesidades intelectuales como materiales. Se trata, por lo tanto, de combatir (culturalmente) el *caos*, estructurándolo y dándole un sentido coherente.

Este ordenamiento (acto de clasificar) es, precisamente, la base de todo pensamiento humano, aunque no pueda considerarse un criterio epistemológico suficiente como para “juzgar” tipos de conocimiento –científico o tradicional–, una vez que *orden* puede ser establecida y alcanzada a partir de epistemologías muy distintas, no necesariamente, y únicamente, a partir de la positivista. Tanto la ciencia moderna como la “ciencia de lo concreto” –denominación de Lévi-Strauss (1962) para el saber tradicional– deben ser colocadas como modos de conocimiento paralelos (y no como etapa una de la otra), aunque diferentes y con eficiencia práctica distinta (Bandeira, 2001). Para Lévi-Strauss, la “ciencia de lo concreto” es aquella que clasifica y explica a través de un raciocinio exclusivamente metafórico. No se puede ignorar su carácter “científico”, una vez que no solamente pretende clasificar, sino además teorizar y explicar.

La etnotaxonomía biológica investiga cómo los organismos son percibidos, identificados, denominados y clasificados, buscándose comprender de que manera la gente categoriza (dominios etnosemánticos) y organiza (estructuras etnotaxonómicas) a los elementos de la Naturaleza (Hunn, 1982; Hays, 1983; Brown, 1985; Berlin, 1992). Sin embargo, elegir los criterios de clasificación denota cierta subjetividad y parcialidad por parte de quien la construye, una vez que el significado emotivo y las actitudes culturalmente condicionadas (representación afectiva) desempeñan papeles importantes en la estructuración de los

dominios etnozoológicos (Nolan & Robbins, 2001; Nolan *et al.*, 2006). Se trataría, por lo tanto, de la correspondencia entre lo que es pensado (cognición), lo que es hablado (palabra) y de lo que se hace (acción) (Viertler, 2002). La clasificación etnobiológica puede ser un buen indicador de este proceso cognitivo-lingüístico-comportamental (Couto, 2007).

La estructuración cognitiva de la diversidad zoológica se centra en “tipos naturales” (en un sentido amplio) de animales que son reconocidos lingüísticamente e incluidos dentro de algún dominio semántico etnobiológico. Considerando que los seres humanos, en diversas partes del mundo, utilizan estrategias cognitivas semejantes para clasificar los seres vivos y organizar los conceptos biológicos, los estudios en etnotaxonomía evidencian, de hecho, que el principal problema recae siempre en encontrar cuáles son las similitudes o diferencias que podrían resultar verdaderamente importantes para fines de clasificación. Diferentes autores defienden dicha afirmación (Brown, 1984; Atran, 1990, 1998; Berlin, 1992; Ellen, 1993).

Para Berlin (1973, 1992), todas las culturas humanas reconocen conjuntos de organismos en la Naturaleza que son tratados como unidades discontinuas: los taxones o segregados en la concepción de Conklin (1969). Estos se agrupan en lo que podríamos llamar de categorías taxonómicas etnobiológicas, a la vez que son definidas según criterios lingüísticos y taxonómicos utilizados al nombrarlas. Según Berlin (1992), las construcciones etnotaxonómicas revelan un nivel considerable de correspondencia con las taxonomías biosistemáticas científicas, al presentar también un carácter jerárquico donde en los niveles más bajos se encuentran las categorías más exclusivas (etnogénero o genérico y etnoespecie o específico), y a medida que se sube en la secuencia de los niveles de clasificación encontramos categorías cada vez más inclusivas (por ejemplo, formas de vida). Este carácter escalonado, que envuelve rela-

ciones de inclusión, y las relaciones de contraste manifiestan los dos procedimientos básicos del acto clasificatorio: agrupar y distinguir. Además, los taxones que ocurren como miembros de una misma categoría etnobiológica son mutuamente excluyentes. De ahí la importancia de descubrir cuáles son los criterios de etnoclasificación (morfológicos, ecológicos, etológicos etc.) a modo de desarrollar una taxonomía representativa del sistema clasificatorio de la comunidad.

De acuerdo con los principios de clasificación etnobiológica propuestos por Berlin y colaboradores (1973), los taxones reconocidos de seres vivos se ordenan en seis categorías (*ranks*), formando clases decrecientes de inclusividad taxonómica y dispuestos de modo a establecer una jerarquía comparable a la taxonomía lineana, a saber: Iniciador único (*Unique beginner*), Forma de vida (*Life form*), Intermediario (*Intermediate*), Genérico (*Generic*), Específico (*Specific*) y Variedad (*Varietal*). A rasgos generales, las principales características de cada categoría etnotaxonómica son las siguientes:

- el **iniciador único** (a veces denominado de **reino**) es la categoría más incluyente (abarcando a todos los demás niveles). Raramente nombrado, pero cuando rotulado (recibe un lexema primario simple) generalmente es polisémico¹⁰⁰ con alguna clase de forma de vida.
- la **forma de vida** representa la más amplia clasificación de organismos agrupados en clases que son aparentemente fácilmente reconocibles en base a varios caracteres morfológicos. Los taxones de este nivel son invariablemente pocos, generalmente de cinco a diez (p. ej., cobra, pez, ave, pájaro, insecto),

100 Polisemia se refiere a los casos en que el mismo nombre tiene dos significados distintos, pero habitualmente relacionados.

- pero pueden incluir varios cientos de subcategorías.
- el **intermediario**, entre la forma de vida y el genérico, suele ser poco frecuente, casi nunca es nombrado, por ello se le considera como categoría cubierta. En general los intermediarios corresponden a familias reconocidas en la taxonomía lineana.
 - el **genérico** se refiere a las menores discontinuidades presentes en la Naturaleza que son fácilmente reconocibles en base al grande número de características morfológicas totales. Taxonómicamente hablando, la gran mayoría de todos los taxones genéricos, o categorías “nivel de objeto básico”, se incluyen en alguno de los taxones de forma de vida. Alrededor del 80% de los genéricos son terminales o **monotípicos** (p. ej., mariposa, trucha, oso) no incluyendo taxones de posición inferior. Por otro lado, cuando son **politípicos** (p. ej., mariposa-monarca, trucha-arco-iris, oso-pardo), invariablemente es indicativo de aquellas clases de organismos que son económica y/o culturalmente importantes. Acostumbra a ser el equivalente de la especie científica.
 - los taxones **específicos** subdividen al genérico y están presentes en menor número que éste. Cuando encontrado, el específico pasa a ser el nivel jerárquico terminal, convirtiendo al genérico (que se subdividió) en politípico. A diferencia de los anteriores niveles, tales taxones son conceptualmente diferenciados en base a muy pocos caracteres morfológicos (distintivos y rápidamente visibles). Organismos de elevado significado cultural (p. ej., domesticados y/o de importancia económica relevante) poseen taxones específicos de hasta diez o más miembros. Son nombrados con lexemas secundarios.

- los taxones de **variedad** son muy escasos y solamente aparecen para los organismos extremadamente importantes en la cultura.

Una de las principales aportaciones del modelo berliniano es, precisamente, la posibilidad de comparar los etnotaxones con los taxones de la clasificación lineana a los cuales ellos hacen referencia, facilitando así el entendimiento de las analogías (y divergencias) entre los dos sistemas de clasificación (Mourão & Nordi, 2002a). Berlin *et al.* (1973) ya defendían el hecho de que las semejanzas encontradas entre ambas taxonomías reforzaban su hipótesis, a la vez que validaba la idea de la realidad de las especies (discontinuidades biológicas). Tanto las clasificaciones etnobiológicas cuanto las científicas habrían sido incentivadas primariamente por esfuerzos intelectuales del ser humano, al querer codificar lingüísticamente la realidad biológica que lo confronta (Berlin, 1992).

Al igual que la taxonomía lineana, la taxonomía etnobiológica se traduce en un significativo depósito de informaciones sobre la biología, ecología, hábitat y etología de diversos grupos de seres vivos. El modelo berliniano enseña que los sistemas tradicionales de clasificación poseen pocos niveles jerárquicos, al contrario de lo que comúnmente ocurre en el modelo lineano utilizado por los científicos. Para Mourão & Nordi (2002a), esto puede deberse, muy posiblemente, al artificialismo adoptado por los taxonomistas en la construcción de las categorías. Amorim (1997) estaría, entonces, equivocando al pretender argumentar que el poco saber que los grupos étnicos tienen acerca de la diversidad biológica es la explicación al porqué del número limitado de niveles jerárquicos (máximo seis, si incluimos el nivel intermediario) que llegan a utilizar, en comparación al producido académicamente. En verdad, a medida que han ido apareciendo mayor número de

publicaciones sobre estudios de sistemas de clasificación etnobiológicos, dicha afirmación se ha falseado, al comprender que los pocos niveles de inclusión existentes en estas taxonomías no se debe a la falta de conocimientos de los grupos étnicos, sino al hecho de comprender el mundo natural de un modo (más) holístico (Mourão & Nordi, 2002a, 2002b).

Sin embargo, existen diferencias plausibles entre los sujetos en lo referente a la formación de sus sistemas clasificatorios, una vez que llevándose a cabo un muestreo aleatorio se concluiría que las taxonomías varían individualmente y que los conocimientos taxonómicos no son enteramente compartidos (Morán, 1990). Dichas diferencias se basan en la desigualdad de experiencias, edad, género, grupo familiar y *status* social, y presencia o ausencia de especies en los ambientes explorados por el individuo. Según este autor, lo ideal es entrevistar un número suficiente de personas y, por medio de análisis computacionales, elaborar modelos taxonómicos a nivel poblacional.

Por otro lado, Berlin (1999) llevó a cabo un estudio acerca del desarrollo individual de sistemas etnotaxonómicos desde un enfoque biogeográfico, partiendo de la suposición de que primero cada persona aprende sobre los tipos naturales encontrados en el ambiente presente en su lugar de origen. Dicho estudio evidencia que los organismos cognitivamente reconocidos en el comienzo de la vida se vuelven los *prototipos* que, posteriormente, guían la clasificación y nominación de organismos no familiares en otras áreas, con base en las afinidades perceptuales y emotivas observadas con los prototipos. Así, a lo largo del tiempo, una clasificación personal puede ir más allá del nicho ecológico localizado y extenderse a toda una bioregión (Maffi, 1999).

Clasificación etnozoológica multidimensional

La clasificación etnozoológica puede darse por múltiples criterios, es decir, en una misma cultura pueden coexistir varias clasificaciones, una vez que los individuos están utilizando sistemas clasificatorios mutuamente independientes, pudiendo presentarse superpuestos; en este caso, se dice que la clasificación etnozoológica es multidimensional porque los individuos consideran diferentes criterios taxonómicos en el momento de categorizar los elementos bióticos del ambiente: anatomía, morfología (tamaño, color y forma), hábitat, importancia económica, medicinal o alimentar (inclusive tabúes alimentarios), comportamiento etc. De este modo, se puede identificar varias taxonomías, independientes, con base a varios criterios. Los estudios de caso mencionados (brevemente) a continuación muestran ejemplos de sistemas de clasificación etnozoológica multidimensionales.

En un estudio etnoornitológico llevado a cabo en las cercanías de la ciudad de Feira de Santana (Estado de Bahía, Brasil), Costa-Neto & Santos (2007) registraron que especies de aves son agrupadas en diversas categorías etnotaxonómicas de acuerdo a criterios morfológicos (aquellas que vuelan y las que no vuelan), comportamentales (las que cantan y las que no) y utilitarios (las comestibles y las no comestibles, las cuales son criadas como animales de compañía o viven libremente en el ambiente). En otro estudio, Almeida *et al.* (2006) mostraron que los pobladores del distrito rural de Florestina (Araguari, Estado de Minas Gerais, Brasil) nombran 87 etnoespecies de aves, siendo que la identificación sigue primariamente criterios morfológicos (color, forma y tamaño) y los nombres comunes se basan en su vocalización y comportamiento.

Los indios Zuruahã que viven en las márgenes del río Purús, en la Amazonía brasileña, dividen el reino animal en

tres grandes grupos, considerando los aspectos ecológicos (hábitat). Primeramente, los animales que viven en la tierra y son designados *zamat3m3ru*, lo cual excluye a todos los mamíferos que viven en los árboles. El segundo grupo lo componen los animales y aves que viven en los árboles, llamados *egiaty*. El tercero grupo se refiere a los seres que habitan en el agua, llamados *aba*, como los peces, quelonios acuáticos (tortugas), cocodrilos etc. Interesante observar que los *zamat3m3ru* cazados con flechas de cerbatana se consideran *egiaty* (Kroemer, 1994).

En ámbito etnoictiológico, Begossi & Garavello (1990) registraron que los criterios usados por los pescadores artesanales del río Tocantins (región Norte de Brasil) son, principalmente, morfológicos: pigmentación, forma de la cabeza y boca, y el tipo de escama. Las características ecológicas usadas hablan del tipo de hábitat o substrato donde el pez se encuentra. Los autores concluyen que los peces “útiles” son más conocidos o clasificados de forma más detallada que los “inútiles”.

Marques (1991) demostró, a su vez, que los pescadores del Complejo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba, en el Estado de Alagoas (Noreste de Brasil), utilizan diferentes tipos de sistemas clasificatorios (jerárquicos, secuenciales, concéntricos y cíclicos), utilizados conjuntamente como sistemas coexistentes. Según el autor, la clasificación concéntrica es aquella donde una etnoespecie-patrón ocupa una posición central en torno de la cual van definiéndose órbitas; la clasificación cíclica es cuando los individuos de una misma especie son ordenados en clases diferentes según su ciclo reproductivo –el autor registró dicha clasificación etnoictiológica para los bagres de la familia Ariidae–; la clasificación secuencial se caracteriza por un ordenamiento seriado de acuerdo a la morfología y tamaño de los individuos, es decir, los pescadores pueden reunir miembros de una misma especie lineana en dos

o más etnotaxones contrastantes, nombrados en base a la fase ontogénica en la cual se encuentran.

Ta Tabla 1 muestra un ejemplo de sistema clasificatorio multidimensional, donde los pescadores artesanales de la comunidad de Siribinha (litoral norte del Estado de Bahía, Brasil) utilizan criterios taxonómicos, morfológicos, ecológicos, etológicos y utilitarios para clasificar los peces de la familia del robalo (*Centropomus* spp.) (Costa-Neto, 2001).

Tabla 1. Sistema clasificatorio multidimensional utilizado por los pescadores de Siribinha (Estado de Bahía, Brasil) en la clasificación de los peces de la “familia del robalo”/Centropomidae.

Sistemas clasificatorios	Taxonómico	Robalo-blanco X Robalo-silvela		
	Morfológico	Peces de escama		
	Ecológico	Basado en la distribución temporal – peces de invierno		
		Basado en la distribución espacial – peces que desovan en el río		
		Basado en el hábitat	Cuanto a la segregación vertical: peces de hondo	
			Cuanto a las manchas de hondo: peces de barro	
			Cuanto al microhábitat: peces de pesquero	
			Cuanto a las grandes divisiones hidrográficas percibidas: peces de río y de mar	
	Cuanto a la calidad del agua: peces de agua sucia			
	Etológico	Peces que responden al llamado del coco/piedra		
Utilitario	Peces de resguardo			

Como ejemplo etnoentomológico, se menciona el estudio hecho por Costa-Neto (1998) con los indígenas Pankararé, localizados en la región noreste del Estado de Bahía (Brasil). Para este grupo étnico, la categoría etnotaxonómica “abeia” rotula aquellos himenópteros que producen y almacenan miel (abejas

y avispas melíferas eusociales). Aquí se observa otro ejemplo de clasificación etnobiológica multidimensional, una vez que los Pankararé observan aspectos morfológicos y comportamentales de las “abeias” en el momento de clasificarlas (Tabla 2). Si una “abeia” presenta un comportamiento agresivo de defensa, entonces se categoriza como una especie de “abeia brava”. Esta etnocategoría incluye a la abeja *Apis mellifera* Linnaeus, 1758, a siete especies de vespídos sociales de la tribu Epiponini y a una especie de meliponine conocida localmente como arapúa (*Trigona spinipes* Fabricius, 1793). Por otro lado, las “abeias” no agresivas se incluyen en el grupo de las “abeias mansas”, que corresponde a la subfamilia Meliponinae (abejas sin aguijón). Además, estos insectos son clasificados en tres subtaxones intermediarios dependiendo de la presencia o ausencia y la pérdida o retención del aguijón. Los Pankararé agrupan a todos los vespídos Epiponini en la “línea del exu” o etnofamilia de aquellas “abeias” que no pierden su aguijón cuando pican, en lo cual exu es un táxon polisémico que ocupa tanto el nivel intermediario como el de genérico. Secundariamente, la abeja melífica (*Apis mellifera scutellata* Lepeletier, 1836) constituye por sí sola la “línea de la oropa”, porque las obreras pierden sus aguijones cuando defienden la colmena. La tercera y última etnofamilia la conforman quince tipos de “abeias” sin aguijón y es conocida como “línea de la arapúa”. Como se observa, las dos primeras líneas son subdivisiones de las “abeias” agresivas, mientras que la última se refiere a las dóciles; aunque la arapúa sea identificada como agresiva ésta no tiene aguijón.

La importancia material y cultural de los productos producidos por las “abeias”, además del comportamiento de picar de algunas de ellas, puede explicar el refinado reconocimiento de categorías de estos insectos. Todas estas “abeias” son identificadas según un conjunto de criterios morfológicos y comportamentales, como tamaño y forma”, patrón de colo-

ración, comportamiento de nidificación, estructura de la colmena, disposición de la miel en los fabos, producción de miel, agresividad etc. Por otro lado, los véspidos sociales (géneros *Polistes* y *Apoica*), que tienen nidos abiertos y no producen miel, son nombrados como “marimbondos”. Especímenes de Hymenoptera además de los ápidos y avispas Polistinae, como las avispas de barro, las avispas zapadoras, los abejorros y las especies de abejas solitarias y las que nidifican en el suelo, son genéricamente clasificadas como “escarabajos”, y muchas no reciben nombres comunes.

Tabla 2. Enotaxonomía Pankararé de abejas y avispas (Insecta: Hymenoptera) agrupadas en la etnocategoría “abeia”.

Familias nativas/ científicas	Especies nativas/científicas	Comportamiento	
		Agresivo	Dócil
Línea del exu	Cangota	X	
Vespidae, Polistinae, Epiponini	<i>Polybia occidentalis</i> (Olivier, 1791)		
	Caraquile	X	
	<i>Polybia paulista</i> (Ithering , 1896)		
	Exu-de-cachorro	X	
	<i>Protopolybia exigua exigua</i> (Saussure , 1854)		
	Exu-preto	X	
	<i>Polybia ignobilis</i> (Haliday , 1836)		
	Exu-verdadeiro	X	
	<i>Brachygastra lecheguana</i> (Latreille, 1824)		
	Exuí	X	
	<i>Polybia</i> sp.		
	Tarantantã	X	
	<i>Polybia sericea</i> (Olivier, 1791)		

Línea de la oropa	Oropa	X
Apidae, Apinae	<i>Apis mellifera scutellata</i> Lepeletier (1836)	
Línea del arapuá	Abeia-branca-do-fundinho-branco	X
Apidae, Meliponinae	<i>Frieseomellita silvestrii</i> (Friese, 1902)	
	Abeia-branca-do-fundinho-vermeio	X
	<i>Frieseomellita silvestrii</i> (Friese, 1902)	
	Arapuá	X
	<i>Trigona spinipes</i> (Fabricius, 1793)	
	Cupira-boca-de-barro	X
	<i>Partamona cupira</i> (Smith, 1863)	
	Cupira-boca-de-berruga	X
	<i>Partamona cupira</i> (Smith, 1863)	
	Mandassaia	X
	<i>Melipona quadrifasciata</i> (Lepeletier, 1836)	
	Manduri	X
	<i>Melipona rufiventris</i> (Lepeletier, 1836)	
	Mané-de-abreu	X
	<i>Frieseomelitta varia</i> (Lepeletier, 1836)	
	Mosquito-preto	X
	<i>Plebeia mosquito</i> (Smith, 1863)	
	Mosquito-remela	X
	<i>Friesella schrottkyi</i> (Friese, 1900)	
	Mosquito-verdadeiro	X
	<i>Tetragona angustula</i> Latreille, 1836	
	Urucu	x
	<i>Melipona scutellaris</i> Latreille, 1811	

La estructuración de los nombres comunes

De acuerdo con Berlin *et al.* (1973), el nombramiento de organismos vivos en la sistemática etnobiológica es esencialmente similar en todas las lenguas y puede describirse con base a un pequeño número de principios nomenclaturales. Lévi-Strauss (1962) dice que nombrar es un proceso que confiere significado contextual a las continuidades y discontinuidades objetivas de la Naturaleza. De este modo, tanto las clasificaciones etnobiológicas como la clasificación biológica científica son siempre incentivadas primariamente por esfuerzos intelectuales del ser humano para codificar lingüísticamente la realidad biológica que lo confronta (Berlin, 1992).

El número de léxicos presentes en diferentes dominios de un mismo idioma varía en función del énfasis cultural o de la importancia práctica, es decir, existe una fuerte correlación positiva entre importancia cultural y grado de diferenciación léxica (Berlin, 1992; Nolan & Robbins, 2001). Por ejemplo, los Maring de las montañas de Papúa Nueva Guinea, quienes cazan los machos de aves del paraíso por sus plumas, les dan a éstos diferentes nombres según cada especie cazada, mientras que usan un mismo término separado para referirse a todas las hembras (Healey, 1993). Además, un mismo taxón específico puede recibir nombres diferentes de acuerdo con los criterios etnotaxonómicos considerados. Por ejemplo, en el poblado de Pedra Branca (Estado de Bahía, Brasil), la avispa *Apoica pallens* Olivier, 1791 recibe dos nombres comunes: avispa-azufre, en alusión al color amarillo de su cuerpo, y avispa-sombrero, por la forma que tiene su nido (Costa-Neto, 2004a).

El nombre común o calificativo asignado a cada organismo siempre apunta para un determinado concepto, categoría o taxón (Hunn, 1993). El estudio de su etimología permite descifrar una o más propiedades, a la vez que revela (o

confunde aún más) la estructura y organización de los procesos cognitivos de concepción, identificación, nombramiento y clasificación del grupo étnico. Todos los caracteres de cada animal –aspectos morfológicos, biológicos, ecológicos, relaciones con otros organismos, conceptos y percepciones que suscita, usos que se le da– pueden, en determinado momento, estar unificados bajo un identificador único: su nombre (Daly, 1998). Además, los nombres comunes tienen una finalidad práctica, puesto que es útil conocer y diferenciar nominalmente los diversos tipos de organismos en una determinada área geográfica para saber cuáles son los más agresivos, cuáles causan prejuicios a la salud, cuáles se convierten en plagas y los que pueden ser utilizados como alimento, medicina cosmético etc. La etnoetimología del nombre común debe ser investigada con el mayor rigor, o su información pierde totalmente sentido. Así, la obtención del vocabulario adoptado por determinado grupo étnico se convierte en el primer paso para tener acceso a informaciones sobre sus dominios cognitivos, considerando, además, que la transmisión y difusión de los caracteres nominativos se hace, básicamente, mediante la tradición oral (Atran, 1990).

Denominar a los animales no siempre indica que uno tiene suficiente habilidad para identificarlos de forma cuidadosa y consistente. Brown (1979) demostró que cuando las personas se urbanizan, aislándose y disminuyendo su dependencia –e incluso confianza– del mundo natural, se produce una pérdida del uso de los nombres genéricos y específicos, en favor del número de forma de vida. Sin embargo, conocer los nombres nativos, la etimología y su utilización ayuda a entender la cultura estudiada. Desafortunadamente, muchos investigadores no ven relevancia alguna al porqué y al para qué del nombre vernáculo que la gente le asigna a un determinado animal. La Tabla 3 muestra algunos ejemplos de la etnoetimo-

logía de los nombres locales para algunos escarabajos (Costa-Neto & Rodrigues, 2006).

Tabla 3. Etnoetimología de nombres de escarabajos, según los pobladores de Pedra Branca (Santa Terezinha, Estado de Bahía, Brasil). Ejemplos seleccionados.

<i>Interpretación</i>	<i>Nombre nativo</i>	<i>Explicación local</i>
<i>Eticista</i>		
Antropogénico (artropodosis)	<i>Potó</i> (<i>Paederus</i> cf. <i>brasiliensis</i> Erichson, 1840)	“Porque él quema las gentes [...]. En el lugar donde él orina, intoxica la persona” (Don M., 38 años).
Hábitat	<i>Lagarta-do-licuri</i> (<i>Pachymetus nucleorum</i> Fabricius, 1792)	“Ella proviene del licuri mismo y vive dentro de la cáscara del licuri. Cuando nosotros rompemos el licuri, ella está dentro” (Doña M., 37 años).
	Vaga-lume-de-vagem (Elateridae)	“[...] Él solo vive mismo en lugar de pantano, lugar aguado. Entonces, el pueblo llama vaga-lume-de-vagem por eso” (Doña A., 64 años).
Comportamiento (forrajear)	<i>Rola-bosta</i> (Scarabaeidae)	“Porque si él encuentra cualquier caca en el camino, hace aquella bola y va enrollándola, hasta llegar al agujero (Don B., 38 años).
Comportamiento (defensa)	Besouro-chen-chen (Cerambycidae)	“Chen-chen es porque al tocarla hace chen, chen, chen, chen. Sólo eso (Don B., 80 años).
	Besouro-bicudo (Curculionidae)	“Porque él tiene un pico largo. Entonces lo llamamos de picudo” (Don A., 53 años).

Los Wayampi, grupo indígena localizado en el Estado de Amapá, Brasil, transmiten informaciones sobre las aves a través

de la nomenclatura y del propio sistema clasificatorio: informaciones de comportamiento a niveles más genéricos, de vocalización a niveles más específicos y de morfología a todos los niveles (Jensen, 1988). De acuerdo con el autor, los nombres dados a las aves son un indicativo de las especies características de cada región. Él resalta que nuevas especies (p. ej. aves introducidas o migratorias) terminan por ser nombradas e incluidas en su sistema etnoclasificadorio con la consecuente ampliación de la nomenclatura, ya sea por la adopción de nombres vernáculos utilizados por grupos vecinos, ya sea por imitación de sus cantos y/o vocalizaciones (onomatopeya), o entonces refiriéndose al comportamiento o a la morfología de las aves, incluso mediante comparación con las especies previamente conocidas.

La onomatopeya –utilización del mismo vocablo que imita el sonido de la cosa nombrada por él– es un criterio cultural bastante significativo a la hora de definir la nomenclatura dada a varias etnoespecies. Vistos como representaciones fonéticas humanas de los sonidos emitidos por los animales, Berlin (1992) ya enfatizó la importancia de los nombres onomatopeicos en los sistemas de clasificación etnobiológicos. Esta asociación se da principalmente con las aves, una vez que el “canto” (señales bioacústicas) de estos animales es uno de los elementos más marcadamente utilizados por los seres humanos para reconocer e identificar las distintas especies. Forth (2004), en su estudio etnoornitológico con la comunidad Nage de la Indonesia Oriental, sugiere que la nominación onomatopeica tiende a ocurrir con aves culturalmente significativas, especialmente aquellas asociadas a espíritus y brujas. Los Nage manejan una clasificación simbólica distinta de los tipos de relaciones taxonómicas entre categorías. Ciertas especies de aves se consideran tabú no porque ocupan un espacio clasificatorio anómalo o ambiguo, sino debido a su asociación cosmológica con brujas, las cuales también (como estas aves) se alimentan de la carne de su pro-

prio semejante. A su vez, Berlin & O'Neill (1992), en un estudio con los indígenas Huambisa de Ecuador, registraron un total de 206 nombres vernáculos para aves, encontrando que 34% de dichos nombres tenían un origen onomatopéico.

Entretanto, es preciso remarcar que la nomenclatura mediante onomatopeya que comúnmente aparece en comunidades tradicionales presenta un padrón bastante variable, pudiendo haber desacuerdo de interpretaciones por parte de sus receptores. Por ejemplo, según Marques (2001), mientras que en el poblado de São José (Estado de Bahía) la descripción fonética local “jesus meu deus” se atribuye a *Zonotrichia capensis* (Statius Muller, 1776), en Marituba do Peixe (Estado de Alagoas, Brasil) ese mismo nombre se utiliza para identificar a *Arremon taciturnus* (Hermann, 1783).

Análisis etnosemántica

Las unidades léxicas deben mostrar explicación semántica, así como información fonológica y gramatical para cualquier significado. A estas unidades léxicas se las denominan *lexemas*. En general, las unidades léxicas empleadas en una etnotaxonomía son elementos del vocabulario cotidiano de la lengua en cuestión. Lingüísticamente, la estructura de nombres de taxones específicos es regularmente *binominal*, con el genérico modificado por un adjetivo que usualmente designa algún carácter morfológico obvio. Los nombres de taxones específicos *monominales* ocasionalmente ocurren, equivalentes a nombres polisémicos con sus genéricos superordinados mejor conocidos o a los más ampliamente distribuidos.

Los nombres atribuidos a los seres vivos pueden ser analizados semánticamente según los lexemas asociados a ellos. Los lexemas pueden ser primarios o secundarios (Berlin *et al.*,

1973), o unitarios y compuestos (Conklin, 1969). Quedémonos con el análisis de Berlin y colaboradores. Los lexemas primarios pueden ser divididos en simples, productivos e improductivos (estos dos últimos también son conocidos como analizables). Los lexemas *primarios simples* (no analizables) son aquellos que no se dejan descomponer en unidades significativas más pequeñas, en morfemas u otras palabras simples (Couto, 2007); los *primarios productivos* ocurren cuando uno de los constituyentes de cada expresión indica una categoría superordinada a la cual pertenece el objeto (p.ej. tiburón-martillo es un tipo de tiburón); y lexemas *primarios improductivos* no aluden a la categoría superordinada, como por ejemplo el caballo-marino, que no se refiere a un tipo de caballo, o el vocablo portugués “*peixe-boi*” (=manatí), que designa un tipo de mamífero acuático (*Trichechus* spp.) y no a un pez (peixe en portugués). Estos nombres son conocidos como binominales falsos.

Los lexemas *secundarios* son como los lexemas primarios productivos, pero la diferencia es que ocurren en “conjuntos de contraste”. Por ejemplo, abeja-europea, abeja-africana, abeja-italiana, abeja-sin-aguijón etc. son constituyentes del conjunto de contraste del táxon abeja, término que aparece en todos los rótulos.

Como ejemplo de un análisis lexical, se ofrece el estudio de Santos (2009) sobre conocimiento y etnotaxonomía de esponjas marinas por los pobladores de la Isla del Contrato, ubicada en el municipio de Igrapiúna, sur del Estado de Bahía, Brasil. Se trata de una comunidad de pescadores tradicionales, para quienes las esponjas se parecen con organismos vegetales que poseen funciones significativas en el ambiente marino, recibiendo así diferentes nombres locales.

Los nombres asociados a los animales pueden ser estudiados cuanto a forma (esquemas lingüísticos) y semántica (Couto, 2007). Los nombres pueden ser constituidos según diferentes

esquemas, a saber: a) N de N (nombre de nombre), como ejemplifican foca-de-weddell y tigre-se-bengala; b) N+A (nombre + adjetivo), como tiburón-blanco, lobo-marino y raya-gigante; c) N+N, como foca-elfante; d) N+ero, como la palabra “pelotero”; e) V+N (verbo+nombre), como “rasga-mortalha”, designación común para la lechuga común (*Tyto alba* Scopoli, 1796), en Brasil; e) Numeral+N, como “três-potes”, el nombre común del chirincoco (*Aramides cajanea* Müller, 1776) en algunas regiones de Brasil; f) N+ito, como perrito, lorito; y g) N+ón, N+ote o N+azo como ratón, perrote, ratonazo, ranaza. Como señalado anteriormente, la onomatopeya es otra estrategia de nominación de animales bastante frecuente, especialmente para aves, por imitación del sonido que producen.

Couto (2007) argumenta que la formación de nombres tanto en el diminutivo como en el aumentativo, se articula a lo largo de un mismo eje semántico relacionado al tamaño, frecuentemente con matices de afectividad: nombres que siguen los esquemas N+ito, N+ón, N+ote y N+azo son formados por referencia a otra especie que tiene nombre con el mismo radical.

Topografía corporal

El registro de cómo los seres humanos denominamos diferentes partes del cuerpo de los animales, lo que se conoce como topografía corporal (Silva, 1988), tiene importancia significativa en estudios de etnotaxonomía. Dependiendo de la habilidad de observación del individuo, del tamaño de las estructuras corporales de algunos animales (por ejemplo, invertebrados) y de su significancia utilitaria y simbólica en un determinado contexto sociocultural, ciertas partes morfológico-anatómicas son más conocidas y/o nombradas. Las características anatómico-morfológicas resultan importantes en los estudios etnozoo-

lógicos porque es a partir de la concepción general del cuerpo del animal, incluyendo su estructura y la composición de sus partes, que toda una red cognitiva se construye sobre determinado animal que vive en el ambiente culturalmente compartido con los miembros de una comunidad humana.

Entre los Pima del Estado de Arizona (Estados Unidos), el amplio conocimiento y nominación de los órganos internos provienen de una larga práctica histórica de cacería, siendo que la nominación de partes corporales externas es facilitada por la transferencia de términos de los humanos hacia los animales: por ejemplo, el vocablo *huch* designa tanto las uñas de las manos o pies de una persona, como las garras o pezuñas del animal (Rea, 1998). Muchas veces, la importancia del animal como recurso alimenticio conlleva a que las personas observen con mayor atención la anatomía interna y externa de los animales que consumen. Sin embargo, muchas partes no son lingüísticamente diferenciadas o entonces el mismo nombre designa diferentes estructuras anatómicas. Rea (1998) registró que la palabra *oág* se refiere, a la vez, al cerebro, ganglios dorsales, espina dorsal, nervios e incluso la medula. Por otro lado, la inclusión de nuevas especies animales en una determinada región, en caso de producirse por uso cultural, conlleva a que, muy probablemente, se expanda el vocabulario para designar sus diversas partes anatómico-morfológicas.

Souto (2008) discute en relación a tres padrones generales de la topografía corporal: a) *polionomía*, que es la aplicación de dos o más nombres a la misma estructura corporal; b) *funcionalidad*, que se refiere al atributo de funciones a las estructuras; y c) *codificación de analogía antropomórfica*, que demuestra la gran influencia de términos utilizados para designar la morfología humana a la hora de denominar las diversas partes de los animales.

Conclusión

El universo léxico que compone un dado idioma resulta de un largo proceso biológico, histórico y cultural, traducido en la inmensa variedad de sonidos y símbolos utilizados para dar sentido a todo que existe y circunda la especie humana.

El estudio de la clasificación etnobiológica es de grande importancia tanto para entender y comprender la biodiversidad local como para investigar la universalidad de la capacidad humana de clasificar el mundo biológico. Por otro lado, la existencia de variaciones fonéticas dentro de un mismo contexto lingüístico-cultural es un fenómeno que merece ser investigado y conservado.

Referencias

ALMEIDA, S. M., FRANCHIN, A. G. & MARÇAL JÚNIOR, O. 2006. Estudo etnoornitológico no distrito rural de Florestina, município de Araguaari, região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais. *Sitientibus série Ciências Biológicas*, 6: 26-36.

AMORIM, D. S. 1997. *Elementos básicos de sistemática filogenética*. Holos. Ribeirão Preto.

ATRAN, S. 1990. *Cognitive foundations of natural history*. Cambridge University Press. London.

ATRAN, S. 1998. Folk biology and the anthropology of science: cognitive universals and cultural particulars. *Behavioral and Brain Sciences*, 21(4):547-569.

BANDEIRA, F. P. 2001. Construindo uma epistemologia do conhecimento tradicional: problemas e perspectivas. En, E. M. Costa-Neto & F. J. B. Souto (Orgs.): *Anais do I Encontro Baiano de Etnobiologia e Etnoecologia*, 1999, pp. 109-133. UEFS. Feira de Santana.

BEGOSSI, A. & GARAVELLO, J. C. 1990. Notes on the ethnoichthyology of

- fishermen from the Tocantins River (Brazil). *Acta Amazônica*, 20: 341-351.
- BERLIN, B. 1973. Folk systematics in relation to biological classification and nomenclature. *Annual Review of Ecology and Systematics* 4: 259-271.
- BERLIN, B. 1992. *Ethnobiological classification: principles of categorization of plants and animals in traditional societies*. Princeton University Press, Nova Jersey.
- BERLIN, B. 1999. Lexical reflections on the cultural importance of medicinal plants among Tzotzil and Tzeltal Maya. En, T. L. Gragson & B. G. Blount (eds.): *Ethnoecology: knowledge, resources and rights*, pp.12-23. The University of Georgia Press. Athens.
- BERLIN, B., BREEDLOVE, D. E. & RAVEN, P. H. 1973. General principles of classification and nomenclature in folk biology. *American Anthropology*, 75: 214-242.
- BERLIN, B. & O'NEILL, J. 1992. The pervasiveness of onomatopoeia in the Jivaroan language family. *Journal of Ethnobiology*, 1: 95-108.
- BROWN, C. H. 1979. Folk zoological life-forms: their universality and growth. *American Anthropologist*, 81(4): 791-812.
- BROWN, C. H. 1984. *Language and living things: uniformities in folk classification and naming*. Rutgers University Press. New Brunswick
- BROWN, C. H. 1985. Mode of subsistence and folk biological taxonomy. *Current Anthropology*, 26(1): 43-53.
- CLÉMENT, D. 1998. The historical foundations of ethnobiology (1860-1899). *Journal of Ethnobiology*, 18(2): 161-187.
- CONKLIN, H. C. 1969. *Lexicographical Treatment of Folk Taxonomies*. En, S. Tyler (ed.): *Cognitive anthropology*, pp. 41-59. Holt, Rinehart and Winston, Inc. New York.
- COSTA-NETO, E. M. 1998. Folk taxonomy and cultural significance of "abeia" (Insecta, Hymenoptera) to the Pankararé, Northeastern Bahia State, Brazil. *Journal of Ethnobiology*, 18(1): 1-13.
- COSTA-NETO, E. M. 2001. *A cultura pesqueira do litoral norte da Bahia: etnoictologia, desenvolvimento e sustentabilidade*. EDUFBA. Salvador; EDUFAL. Maceió.

- COSTA-NETO, E. M. 2004. La etnoentomología de las avispas (Hymenoptera, Vespoidea) en el poblado de Pedra Branca, Estado de Bahia, Nordeste de Brasil. *Boletín de la Sociedad Entomológica Aragonesa*, 34: 247-262.
- COSTA-NETO, E. M. & RODRIGUES, R. M. F. R. 2006. Os besouros (Insecta: Coleoptera) na concepção dos moradores de Pedra Branca, Santa Terezinha, Estado da Bahia. *Acta Scientiarum Biological Sciences*, 28: 71-80
- COSTA-NETO, E. M. & SANTOS, I. B. 2007. Estudo etnoornitológico em uma região do Semi-Árido do Estado da Bahia, Brasil. *Sitientibus série Ciências Biológicas*, 7(3): 273-288.
- COUTO, H. H. 2007. *Ecolingüística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Thesaurus. Brasília.
- DALY, D. C. 1998. Systematics and ethnobotany: what's in a name? En, V. S. da Fonseca, I. M. Silva & C. F. C. de Sá (Orgs.): *Etnobotânica: bases para conservação*, pp. 50-68. EDUR. Seropédica.
- ELLEN, R. F. 1993. *The cultural relations of classification: an analysis of Nuauulu animal categories from central Seram*. Cambridge University Press. Cambridge.
- FORTH, G. 2004. *Nage birds: classification and symbolism among an Eastern Indonesian people*. Routledge. Nova York.
- HARRIS, M. 1976. History and significance of the emic/etic distinction. *Annual Review of Anthropology*, 5: 329-350.
- HAYS, T. 1983. "Ndumba folk biology and general principles of ethnobotanical classification and nomenclature". *American Anthropologist*, 85: 592-611.
- HEALEY, C. 1993. Folk taxonomy and mythology of birds of paradise in the New Guinea Highlands. *Ethnology*, 32(1): 19-35.
- HUNN, E. S. 1982. The utilitarian factor in folk biological classification. *American Anthropologist*, 84: 830-847.
- HUNN, E. S. 1993. What is traditional ecological knowledge? En, N. Williams & G. Baines (Eds.): *Traditional ecological knowledge: wisdom for sustainable development*, pp. 13-15. Centre for Resource and Environmental Studies. Australian National University. Queensland.

- JENSEN, A. A. 1988. *Sistemas indígenas de classificação de aves: aspectos comparativos ecológicos e evolutivos*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém.
- KROEMER, G. 1994. *Kunahã Made: o povo do veneno. Sociedade e cultura do povo Zuruahá*. Edições Mensageiro. Belém.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1962. *La pensée sauvage*. Librairie Plon. Paris.
- MAFFI, L. 1999. Language and the environment. En, D. A. Posey (ed.): *Cultural and spiritual values of biodiversity*, pp. 22-29. ITP. Londres.
- MARQUES, J. G. W. 1991. *Aspectos ecológicos na etnoictiologia dos pescadores do complexo estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba*. PhD Thesis. UNICAMP. Campinas.
- MARQUES, J. G. W. 2001. *Pescando pescadores: ciência e etnoecologia em uma perspectiva ecológica*. NUPAUB. São Paulo.
- MORÁN, E. F. 1990. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Vozes. Petrópolis.
- MOURÃO, J.S. & NORDI, N. 2002a. Principais critérios utilizados por pescadores artesanais na taxonomia folk dos peixes do estuário do rio Mamanguape, Paraíba-Brasil. *Interciencia*, 27(11): 607-612.
- MOURÃO, J.S. & NORDI, N. 2002b. Comparações entre as taxonomias folk e científica para peixes do estuário do rio Mamanguape, Paraíba-Brasil. *Interciencia*, 27(12): 664-668.
- NOLAN, J. M. & ROBBINS, M. C. E. 2001. Emotional meaning and the cognitive organization of ethnozoological domains. *Journal of Linguistic Anthropology*, 11(2): 240-249.
- NOLAN, J. M., JONES, K. E., MCDUGAL, K. W., MCFARLIN, M. J. & WARD, M. K. 2006. The lovable, the loathsome, and the liminal: emotionality in ethnozoological cognition. *Journal of Ethnobiology*, 26(1): 126-138.
- POSEY, D. A. 1986. Etnobiologia: teoria e prática. En, B. G. Ribeiro (ed.): *Suma Etnológica Brasileira, v. 1. Etnobiologia*, pp.15-25. Editora Vozes/FINEP. Petrópolis.
- REA, A. M. 1998. *Folk mammalogy of the northern Pimans*. The University of Arizona Press. Arizona.
- SILVA, G. O. 1988. *Tudo que tem na terra tem no mar. A classificação dos*

seres vivos entre os trabalhadores da pesca em Piratininga, Rio de Janeiro. FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore. Rio de Janeiro.

SOUTO, F. J. B. 2008. *A ciência que veio da lama: etnoecologia em área de manguezal.* Nupeea/SBEE. Recife.

VIERTLER, R. 2002. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. En, M. C. M. Amorozo, L. C. Ming & S. M. P. Silva (orgs.): *Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas*, pp. 11-29. UNESP/CNPq. Rio Claro.

RESENHAS E
ARTIGOS-RESENHA

Couto, Hildo Honório do. 1983. *Uma introdução à semiótica*. Rio de Janeiro: Presença, 162p.

Resenhado por *Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG)*

O primeiro livro de Hildo do Couto foi uma coletânea (*Ensaio de linguística aplicada ao português*. Brasília: Thesaurus, 1981, 146p), com textos de diversos autores. O segundo foi *Linguística e semiótica relacional* (Brasília: Thesaurus, 1982, 97p.), que é uma exposição da então chamada gramática estratificacional, proposta por Sydney M. Lamb, ao mesmo tempo em que Chomsky estava propondo sua gramática gerativa transformacional (atualmente, Lamb chama sua teoria de 'linguística neurocognitiva'). O livro ora resenhado, *Uma introdução à semiótica*, é o terceiro do autor, publicado no mesmo ano em que saiu *O que é português brasileiro* (São Paulo: Brasiliense, 1983, Coleção Primeiros Passos n. 164). O segundo e o terceiro livros, bem como o ensaio do autor na coletânea ("Codificação linguística de eventos"), foram redigidos no arcabouço da gramática estratificacional, que é uma teoria linguística de base semiótica. Aliás, ela é o modelo teórico usado em sua tese de doutorado (*Das Konsonantensystem des Guarani*, Universidade de Colônia, Alemanha, 1978, 165p). Em suma, no início de sua carreira, Hildo estudava tanto fonologia quanto semiótica, embora tenha sofrido pressões na universidade para deixar a segunda, o que acabou tendo que fazer. A seguir, reproduzo a passagem de Santaella & Nöth (1999) que faz um resumo de *Uma introdução à semiótica*.

O pano de fundo dessa introdução à semiótica é a linguística estrutural. O livro começa com a apresentação

de um “Cenário” que é seguido pela introdução à teoria, caminhando para aplicações na sua segunda metade. Por fim, em um breve apêndice, o autor introduz a questão da “referência”.

O “Cenário” apresenta definições da semiótica, o triângulo de Ogden e Richards (de 1923) e uma discussão sobre a diferença entre linguagem objeto e metalinguagem. Uma breve história da semiótica inclui passagens curtas sobre Saussure (I.1), Hjelmslev (I.2), Barthes (I.6), Peirce (I.10, I.11, I.12), Morris (I.16) e Sydney Lamb, finalizando com comentários acerca de uma lista de disciplinas afins à semiótica (pp. 21-22).

O tópico sobre “O movimento semiótico atual” é basicamente uma bibliografia de obras mais conhecidas na semiótica até 1980. Segue-se um tópico sobre “Dois clássicos: Saussure e Peirce”, em seguida “Generalidades sobre a função semiótica” e, por fim, uma discussão sobre “O imperialismo semiótico” na qual o autor anuncia sua preocupação com a abrangência da semiótica, ocupada com um número excessivo de temas.

O segundo capítulo do livro sobre “Teoria” tem início com uma introdução ao conceito de signo que toma por base definições de linguistas como Pottier, Bloomfield e Sydney Lamb. Essa apresentação inclui reflexões sobre a natureza do código.

Os tópicos seguintes tratam do texto (“Codificação e decodificação”), aprofundando a visão do linguista S. Lamb sobre a estratificação dos textos e signos, do conceito de código, sistema e dos signos, incluindo uma discussão acerca dos “Graus de semiotividade”, baseada na ideia de que existe uma “escala que vai de 0% a 100% de semiotividade. No extremo 0% de semiotividade estariam os dados brutos da natureza. No extremo 100% estaria a língua. Poderíamos pôr nesse extremo o macro-código cultural como um todo. No entanto, como a sistematicidade é um ingrediente para que determinado fenômeno seja considerado alto na escala de semiotividade, parece

mais correto colocar aí a língua” (p. 63).

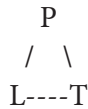
Depois de mais um tópico introdutório sobre “Semiótica e teoria da comunicação” (no qual aparecem Saussure, Jakobson e Shannon/Weaver até Jakobson (sic!)), o livro se abre para as “Aplicações”.

Nessa parte, o autor expõe que, na sua visão, a semiótica inclui a linguística. Uma grande parte, dedicada à “Semiótica da língua”, trabalha com os subcódigos linguísticos semântica, sintaxe, morfologia e fonologia. Mais uma vez aqui, o autor dá atenção especial à obra do linguista S. Lamb.

“Semiótica da cultura”, “Semiótica da arte” e “Semiótica metacientífica” são os tópicos restantes. A discussão inclui referências às semióticas francesa e russa e à etologia nas suas conexões semióticas. Muitos temas situam-se em um território fronteiro entre a linguística e a teora da cultura: toponímia, antroponímia, sociolinguística e semiótica do texto literário” (Santaella & Nöth 1999: 66-68).

O livro em questão já contém muitas das ideias que Hil-do expõe em suas publicações mais recentes no domínio da ecolinguística. Entre elas, a preocupação com linguagem de uma perspectiva holística, que, naquela época, era a semiótica, como se pode ver neste trecho do prefácio: “esta ciência é de grande proveito para dois tipos de estudiosos: ao linguista ela dá uma visão mais ampla, inserindo o fenômeno língua num contexto semiótico mais geral, que chega até à linguagem dos animais; ao literato ela dá uma perspectiva teórico-analítica segura, livre de biografismos, de historicismos e de impressionismos”. Tanto que o penúltimo capítulo é uma análise da música “Sentinela” de Milton Nascimento e Fernando Brandt. O autor tenta mostrar que os diversos componentes (orquestração, “letra”, melodia, voz de Milton, coro beneditino, voz de Nana Caymi, pausas, bateria etc.) convergem para o conteúdo

geral da mensagem a ser transmitida, ou seja, “no velório do amigo, tentam se consolar com a imortalidade da alma”. Uma outra ideia é que o “macro-código cultural” não é nada mais nada menos do que o que atualmente o autor designa por L no ecossistema fundamental da língua, ou comunidade, equivalente aproximado da “ecologia integral” de Leonadro Boff. Ele está reproduzido na figura abaixo.



Ecossistema Fundamental da Língua
Comunidade

Esse macro-código cultural seria uma espécie de macro-linguagem, de que a língua faz parte. O L da figura é, portanto, tudo no contexto de uma comunidade que permite a interação comunicativa entre seus membros. Aí está incluído tudo que faz parte da ‘cultura’ da comunidade em questão, tanto a imaterial quanto a material, ou seja, o ‘ambiente construído’ (*built environment*). Quanto a P, representa o povo, e T está para o território em que esse povo vive e convive. Por fim, seria interessante acrescentar que, na versão da ecolinguística que Hildo pratica atualmente, a linguística ecossistêmica, o ecossistema fundamental da língua contém em seu interior mais três ecossistemas, que são o natural, o mental e o social, equivalentes à “ecologia ambiental”, à “ecologia mental” e à “ecologia social” de Boff, respectivamente.

Por tudo isso, consideramos importante a inclusão de uma resenha de *Uma introdução à semiótica*. O livro é uma espécie de pontapé inicial para muita coisa que veio depois.

Referências

Boff, Leonardo. 2012. *As quatro ecologias: ambiental, política e social, mental e integral*, Rio de Janeiro: Editora Mar de Ideias.

Santaella, Lúcia & Winfried Nöth. 1999. *Semiótica: Bibliografia comentada*. São Paulo: Experimento.

COUTO, Hildo H. do. *O que é português brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, Coleção “Primeiros Passos”, n. 164).

Resenhado por *Marcos Bagno* (UnB).

A língua do brasileiro

Estar no poder implica querer permanecer nele. Para tanto, quem o detém dispõe de inúmeros instrumentos, que usará sempre em seu benefício e em prejuízo daqueles que necessita dominar, para sobre eles construir sua potestade. Um destes instrumentos é a língua.

Na China medieval, quem se candidatasse a um cargo da administração estatal devia submeter-se a um “concurso literário”: o conhecimento da tradição literária e, conseqüentemente, da linguística, era a chave para o êxito na vida pública. Na Índia da sociedade dividida em castas, os brâmanes, casta dominante dos sacerdotes, eram os únicos a quem se permitia o estudo da gramática da língua sagrada dos livros religiosos, o sânscrito védico. Foi necessária, no século XVI, a Reforma luterano-calvinista para que os povos da Europa pudessem ler a Bíblia e entender o que se lhes dizia nas missas: até então, quem não conhecesse latim - o idioma oficial da Igreja, Estado que impunha sua política aos demais Estados - não tinha acesso algum às Escrituras e devia aceitar, docilmente, a interpretação que delas lhe davam os doutos. Nesta medida, a Reforma foi também uma revolução linguística, e não é por coincidência que o ale-

mão de Lutero e o tcheco de Jan Hus se tornaram o padrão literário dos escritores de seus respectivos países.

No século XX, mais precisamente a partir da década de 50, a Sociolinguística veio provar a relação estreitíssima entre língua e poder. Foram os estudos sociolinguísticos que estabeleceram conceitos como os de língua padrão, dialeto, variação, norma culta, idioleto, etc., e foram também eles que mostraram, cientificamente, a falácia de concepções muito velhas como *falar certo* e *falar errado*, *escrever bem* e *escrever mal*, *saber* ou *não saber* as normas da língua materna. E aos poucos, fomos aprendendo que tudo depende da situação em que se acham quem julga e quem é julgado: se o primeiro, o juiz, ocupa um lugar privilegiado no sistema social em que se insere, é natural que suas normas de comportamento e de pensamento sejam consideradas as corretas, as indispensáveis, as obrigatórias, as que se devem respeitar. Este é o ponto central em torno do qual Hildo Honório do Couto faz girar seu muito útil livrinho.

Durante muitos anos (e até hoje), a unidade linguística do Brasil foi motivo de inflamado orgulho dos nacionalistas. Se seu patriotismo exacerbado não os cegasse tanto (ou melhor, não os ensurdescesse, pois a língua é algo que se ouve), teriam verificado que nosso país, como qualquer outro, apresenta uma grande diversidade linguística que, embora não ponha em risco a comunicação entre falantes de distintas comunidades (como se dá na Itália), é uma questão importantíssima para o progresso social de uma incontável maioria de cidadãos brasileiros. Estes, por não terem acesso à língua oficial - ponte entre a servidão e a dominação -, são obrigados a limitar seu movimento dentro de uma estreita faixa do terreno social, uma vez que sua *incompetência* no uso da norma padrão e sua persistência no uso de dialetos estigmatizados reservam-lhes os papéis menos remunerados e menos prestigiados do jogo produtivo.

O professor Hildo do Couto faz de seu livro uma composição em que, a cada momento, intervém um mesmo acorde insistente: *a língua do povo brasileiro é a língua usada pelo povo brasileiro*. O que ele tenta mostrar é a verdade de que, como diz R. Langacker (*Language and its structure*), “o uso da língua segue seu próprio rumo e não o ordenado pelos que a pretendem dirigir”. O mesmo, aliás, já dizia, no século I a.C., o poeta Horácio na sua Arte Poética: *a língua evolui, si uolet usus, quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi* (“se o uso o quiser, pois a ele cabem a soberania, o direito e legislação da língua”).

Para se descobrir qual é o português do Brasil, o autor propõe uma ampla investigação do português que *se usa* no Brasil, hoje, contrariando, portanto, os que tentam impor uma norma culta baseada tão-somente no uso literário de escritores consagrados e na gramática normativa, que nestes autores se apoia para prescrever o *certo* e o *errado*. Unindo, talvez pela primeira vez no Brasil, o estudo linguístico e a análise materialista dialética dos fatos sociológicos, Hildo do Couto mostra que a questão de uma norma linguística nacional está inextricavelmente relacionada ao modo de produção capitalista, que não prescinde da oposição entre uma classe minoritária que domine e explore uma segunda classe majoritária, estrategicamente mantida à distância do patrimônio cultural, científico e tecnológico que ela própria, sem o saber, construiu e constrói.

(Publicada originalmente em *Humanidades*, Ano IV, fev./abr. 1987, p. 123, UnB)

Couto, Hildo Honório do. *Fonologia & Fonologia do Português*. Brasília: Thesaurus, 1997, 202p.

Resenhado por *Sinval Martins de Sousa Filho* (UFG)

O livro *Fonologia e Fonologia do Português* pode ser considerado um manual de iniciação à fonologia e à fonologia do português para professores e alunos de Pós-Graduação e de Graduação, uma vez que é marcada e declaradamente didático; contém 9 capítulos, pensados para corresponder a um semestre de aulas. Entretanto, o livro pode ser usado tanto em sala de aula, como em grupos de estudos ou individualmente por pesquisadores da fonologia da língua portuguesa. Publicado em 1997, o livro é fruto de 15 anos de aplicação em sala de aula dos fundamentos da fonologia. Assim, o livro nasce da contribuição de Couto à linguística. Podemos imaginar quantas pessoas foram formadas e tornadas aptas a lidar com a fonologia ao longo do período em que Couto se dedicou a ensinar como fazer a pesquisa em fonologia. O livro recobre de maneira exemplar e exitosa aspectos da análise fonológica, apresentando aspectos dos primeiros estudos sobre língua/linguagem feitos pelos hindus e percorrendo o percurso histórico da linguística, desde os estruturalismos até as tendências atuais da pesquisa em fonologia, e abrange os grandes temas da fonologia da língua portuguesa, oferecendo ao leitor uma diversidade de abordagens dos fenômenos fonológicos da referida língua.

No prefácio, que serve de introdução ao livro, Couto explica termos técnicos usados ao longo da obra e antecipa

algumas das questões a serem aprofundadas nos capítulos seguintes. Também, generosamente, Couto partilha o modo de construção do livro: “como você verá, leitor, o livro é um tanto heterogêneo. Isso porque cada capítulo foi escrito em momentos diferentes e para finalidades diferentes. Eu reelaborei cada um deles a fim de atualizá-los e fazer do todo um conjunto coerente. Mesmo assim, cada capítulo pode ser lido como uma unidade independente, mesmo diante das diversas referências cruzadas” (p. 10).

No primeiro capítulo, há a apresentação da fonologia, desde sua fundação empírica ou intuitiva, ou seja, desde os estudos feitos pelos hindus sobre língua e linguagem, 400 a. C., até os recentes estudos realizados por diversas tendências da fonologia não linear, como a geometria de traços e a fonologia autosegmental, por exemplo. Ao demonstrar um quadro histórico do desenvolvimento da fonologia, o autor incentiva os leitores (pesquisadores atuantes ou potenciais) a assumir a postura de estudiosos de fenômenos complexos, isto é, engajados no modo transdisciplinar de fazer pesquisa. Couto aponta a transdisciplinaridade (e, talvez, a multidisciplinaridade) como o meio acertado de lidar com o material sonoro de uma língua particular. Para endossar seus pontos de vista, o autor se vale de estudos relevantes e considerados clássicos, como os de Pânini, Saussure ([1916] 1969), Trubetzkoi ([1929] 1970), Bloomfield (1933) e Kiparsky, e, ao final do capítulo, apresenta uma extensa bibliografia, a qual “pode guiar o interessado a seguir estudos mais aprofundados em cada teoria específica” (p. 13).

Ao tratar do *Curso* de Saussure, Couto considera que as quatro dicotomias elaboradas pelo mestre genebrino “serviram de mola propulsora para definição definitiva do conceito de fonema” (p. 15). Desta forma, as dicotomias *diacronia* e *sincronia*, *língua* e *fala*, *significado* e *significante* e *relações sintag-*

máticas e relações paradigmáticas impulsionaram o tratamento da língua como sistema “em que cada elemento que o constitui se define por oposição aos outros elementos da mesma estrutura e por sua função dentro dela” (p. 15). Consequentemente, o autor considera que os conceitos elaborados por Saussure “propiciaram a implantação definitiva da fonologia (estrutural) e, consequentemente, do fonema” (p.15).

Após refletir sobre os estudos de Saussure e seus seguidores, Couto discute aspectos relevantes das contribuições do Círculo Linguístico de Praga (CLP) à consolidação da fonologia. Segundo Couto, foi no CLP que se estabeleceu “uma clara distinção entre fonética (estudos dos sons do ponto de vista da fala, “parole”) e fonologia (estudo dos sons do ponto de vista da língua, “langue”)” e foram elaborados os conceitos de fonema e variante, neutralização e arquifonema, morfonologia, etc.

Ainda no primeiro capítulo são abordados aspectos da fonêmica americana, com destaque aos estudos de Sapir (1925), Bloomfield (1933) e Pike (1947); da morfonêmica; do estruturalismo, com destaque aos estudos de Câmara Jr (1971) e Fischer-Jørgensen (1975); das diferenças entre fonética e fonologia; da fonologia gerativa; da fonologia lexical; da fonologia métrica; da fonologia moráica; da geometria de traços; da fonologia silábica; e da fonologia autosssegmental.

O capítulo 2, intitulado “Fonologia do Português Brasileiro”, apresenta uma “descrição fonológica do português brasileiro de uma perspectiva eminentemente estruturalista” (p. 57). A justificativa para a apresentação ampla de uma descrição estruturalista dada por Couto assenta-se na certeza de um pesquisador experiente de que “só de posse de uma descrição desse tipo é que poderemos dar voos mais altos e tratar de questões punctuais, tais como a nasalidade vocálica, a questão da tonicidade, diversos aspectos da estrutura silábica e outras” (p. 57).

No referido capítulo, o autor apresenta as tabelas fonéticas e fonológicas das consoantes e das vogais em português do Brasil. Tais tabelas apresentam informações detalhadas sobre os segmentos consonantais e vocálicos para realizar a classificação dos contóides e vocóides e permitir que sejam feitas as descrições e análises sobre modo e lugar de articulação, vozeamento, transcrições de segmentos e suprasegmentos e exemplos de usos no sistema de escrita do português, isto é, reflexões sobre a articulação fonética-fonologia e ortografia. Trata da vogais nasalizadas/nasais do português a partir das teorias de Heine (1967), Hall (1943), Head (1965), Back (1973), Cagliari (1977), Vandresen (1975), Almeida (1976). Para desenvolver essa questão, tão discutida e tão em voga desde os estudos de Câmara Jr (2008), Couto relativiza a resposta; “quando alguém perguntar se há vogais nasais fonológicas em português, a resposta é: “Depende”. Depende do quadro teórico de que se parta para analisá-las” (p. 75).

Os capítulos 3 e 4 são dedicados ao estudo dos ditongos portugueses. Couto reconhece os ditongos crescentes e decrescentes. Discute as divergências existentes entre os estudiosos sobre o *status* do ditongo crescente. Para Couto, o principal motivo para a discordância da existência de ditongos crescentes é o fato de que os mesmos invertem a ordem de ocorrência da vogal silábica e da assilábica, ou seja, a vogal silábica, por ser a *head*, deve vir antes da vogal assilábica, que é o *complement*, formando assim o *head first principle*. Invertida a ordem, isto é, o *complement* precedendo o *head*, formando o que se chamaria *head second*, como afirma Couto, as vogais assilábicas estariam na posição ótima de consoantes e seriam interpretadas como consoantes.

Nos capítulos seguintes, 5 e 6, são formuladas análises sobre a extrassilabidade e sobre a sílaba como *locus* dos processos fonológicos. Nesses capítulos, o autor explica a teoria

da fonologia CV e as razões da possibilidade e da impossibilidade de determinadas configurações fonotáticas serem ou não utilizadas em palavras proparoxítonas. Segundo Couto, “a língua é um fenômeno de uma complexidade tal que para cada uma de suas regras se podem opor contraexemplos. Os proparoxítonos não são exceção” (p. 134/135) e, por isso, é necessário estudar caso a caso.

Os capítulos 7 e 8 tratam do acento em português. Couto apresenta estudos fonológico-natural, estruturalista e gerativista sobre o acento. Para ele, o mais adequado para lidar com essa categoria fonológica do português é, de fato, a interpretação fonológico-natural, uma vez que “se partíssemos de sequências de segmentos sem acento e depois lhes atribuíssimos a tonicidade adequada, a explicação para a queda do [u] final, por exemplo, só poderia ser dada por um refluxo. Primeiro poríamos o acento e depois o retirariamos. Na interpretação proposta aqui, o processo de enfraquecimento da tonicidade (e com ele o da vogal) vai sempre na mesma direção, ou seja, sempre do forte para o fraco, num processo inteiramente natural (*natura non facit saltus*)”. (p. 157)

O nono e último capítulo trata das seqüências QU- e GU- mais vogal. Couto considera que “as seqüências de sons qu- e gu- são grupos de fonemas *sui generis* na língua portuguesa. São os únicos casos em que ocorre a semivogal alta posterior /w/ precedida de consoante e seguida de outra vogal”. Assim, Couto não concorda com as interpretações que consideram esse grupo sonoro como segmentos complexos /k^w/ e /g^w/. O autor considera desnecessário “aumentar o número de fonemas da língua, ou, então, jogar mais coisas para o léxico” (p. 163/164).

Por tudo o que foi observado, o livro *Fonologia e Fonologia do Português* representa uma valiosa contribuição aos estudos de fonologia e, particularmente, aos temas “insolú-

veis” da fonologia da língua portuguesa, por proporcionar ao estudante um caminho seguro no aprendizado da fonologia, por apresentar e discutir cuidadosamente os grandes temas da fonologia e dados reveladores da fonologia do português do Brasil, por demonstrar como são feitas transcrições corretas e por sugerir uma postura adequada de um linguista que se especializa em fonologia. Por todas essas razões e por tudo o que resenhei, recomendo o livro a quem queira estudar fonologia de modo geral e para aqueles que objetivam entender o sistema fonológico da língua portuguesa.

Couto, Honório do. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007, 462p.

Resenhado por *Pere Comellas*
(Universidade de Barcelona)

*E*colinguística é um livro ambicioso e extenso. Procura rever a totalidade dos estudos linguísticos de uma perspectiva ecológica. Para o autor, a ecolinguística não é nem um novo ramo da linguística nem um substituto ou ampliação da sociolinguística, mas “um princípio orientador”. A definição que apresenta, e que reitera frequentemente ao longo do livro ao repassar os diferentes âmbitos de estudo da disciplina, é muito simples e ampla: é “o estudo das relações entre língua e meio ambiente”. O conceito fundamental desse estudo seria o ecossistema, que consta de três esferas — território, população e língua — inter-relacionadas. A partir dessa base, o autor formula a teoria da ecologia fundamental da língua, segundo a qual uma língua e um território se inter-relacionam pelo intermédio de uma população ou comunidade, isto é, que um modelo idealizado de situação ecolinguística é aquele que consta de um território em que viva uma população homogênea que desenvolva uma língua. Temos, assim, um triângulo no qual o vértice superior, formado pela população, se inter-relaciona diretamente com os outros dois, que, por sua vez, se inter-relacionam, mas indiretamente, mediante o filtro da população. Por outras palavras, a língua está condicionada pelo entorno por intermédio da comunidade, e o entorno pode ser con-

dicionado pela língua, mas por intermédio da comunidade. Couto rechaça todo e qualquer tipo de determinismo linguístico, isto é, toda e qualquer teoria que situe a língua no vértice superior, ponte entre território e população.

Existem na visão ecológica alguns conceitos fundamentais que Couto enuncia desde o começo. Assim, o autor entende a língua fundamentalmente como interação, e critica os planejamentos teóricos e as escolas linguísticas que a reificam e a encaram como algo autônomo, desligado do entorno (que também caracteriza em três níveis: físico, social e psíquico), ou como uma característica individual se projeta na sociedade: de modo geral, linguagem é, desta perspectiva, intercâmbio, socialização. É certo que admite que depois de constituída, a linguagem adquire uma certa autonomia, sendo assim capaz da falar de coisas que não têm referente. É como se, uma vez formada, a máquina linguística nascida para permitir a interação entre os membros da comunidade para se entenderem sobre o meio envolvente, produz categorias e etiquetas que não surgem do mundo mas da própria capacidade de recombinar os referentes reais.

Dessa perspectiva, os estudos linguísticos seriam holísticos, em contraposição à perspectiva analítica cartesiana: “em uma abordagem ecológica, um objeto de estudo não pode ser encarado como se fosse um conjunto aleatório de *dissecta membra*” (p. 29), o que implica poder considerar o ecossistema como um elemento não descontínuo, não delimitável estritamente, mas como algo poroso. Por outro lado, é importante a ideia de *adaptação*, como um mecanismo dinâmico que possibilita o equilíbrio homeostático: “sempre que houver mudança em um dos seres que se encontram em inter-relação no ecossistema, ocorrerá um rearranjo (adaptação) no todo a fim de que o equilíbrio se mantenha” (p. 32). Um equilíbrio, portanto, em constante mudança e não uma idílica comunhão edênica.

Com efeito, as inter-relações se classificam em diferentes tipos, agrupáveis em harmônicas e desarmônicas ou completivas.

A ideia de evolução também está presente na ecolinguística de Couto, classificada em dois tipos: por anagênese (surgimento de uma nova espécie por modificação gradual, como o grego moderno do grego antigo) e por cladogênese (processo de isolamento de um grupo relativamente à população principal, caso da diversificação do latim). Finalmente, são essenciais a valorização da diversidade, elemento chave para a estabilidade de um ecossistema, e a visão a longo prazo (uma intervenção que pode parecer proveitosa sincronicamente pode acabar sendo desastrosa diacronicamente).

Após estabelecer alguns princípios gerais, Couto sintetiza a história da ecolinguística e comenta em linhas gerais as contribuições das diferentes linhas e escolas. É bastante louvável a grande diversidade bibliográfica que inclui, com citações (como é habitual) anglófonas, mas também francesas, portuguesas, espanholas, alemãs, italianas e catalãs. Assim é também o esforço explicativo que o livro frequentemente faz, de vocação claramente didática (por exemplo, a explicação de *nicho* e *habitat* mediante a metáfora de *profissão* e *endereço*).

A primeira parte do livro consta da introdução e a síntese histórica. A segunda parte está dedicada à apresentação da ecologia fundamental da língua, já enunciada. A língua surge da dinâmica interativa entre população e território, e se vê condicionada por esse ecossistema. Por exemplo, a adaptação ao entorno explicaria a fisionomia que a linguagem adquire. Assim, “a sintaxe emerge por motivos de clareza na comunicação” (p. 114), ou então, “praticamente tudo na língua emerge do meio ambiente” (p. 115), a tal ponto que “muitas das línguas atuais contêm reminiscências de uma possível fase de iconicidade quase absoluta entre linguagem e realidade” (p. 130). Com muita frequência o autor lança mão de exemplos

de línguas crioulas (ele é também um estudioso dessa área, especialmente do crioulo da Guiné-Bissau) para ilustrar essa dependência das formas linguísticas relativamente ao meio ambiente e para dar suporte à ideia de que os crioulos, como construções linguísticas surgidas em determinados ecossistemas e com menor influência da transmissão cultural prévia, revelam mais claramente algumas tendências linguísticas (não deixa de ser a base dos argumentos inatistas de Bickerton, também crioulista, ou então até de Pinker, embora as conclusões desses estudiosos sejam muito diferentes).

Para Couto não parece muito importante a possível influência que a mente humana poderia ter na formação da linguagem, embora teoricamente também ela forme um dos ecossistemas, o psíquico. Por exemplo, considera que “as únicas duas categorias gerais, ‘universais’, são as de substantivo e verbo. Elas refletiriam as duas únicas coisas eternas, imutáveis e incriadas, ou seja, a matéria e a energia (o movimento)” (p. 146). No entanto, não explica porque a realidade física não apresenta as duas categorias isoladas, que toda a humanidade não os perceba como desligados.

A terceira parte está dedicada a uma apresentação de como a abordagem ecolinguística se aplica aos ramos tradicionais da linguística. Reexamina a sintaxe partindo da ideia de que são as condições do território, da realidade com os quais os humanos têm de interagir que formam a fisionomia. Couto afirma, por exemplo, que a sintaxe mais primitiva, menos marcada, é a ordem dos constituintes, enquanto que a introdução de partículas e sobretudo da flexão “exigiriam um esforço adicional” (165). Com efeito, esta última “surge mais tarde na aquisição de L1 pela criança e é mais rara nas línguas do mundo” (p. 165). Por um lado, o autor parece aplicar às formas linguísticas a projeção da ontogênese na filogênese: a dinâmica da aquisição de uma língua reproduziria as fases da dinâmica

do surgimento da linguagem na espécie humana (“nas fases iniciais de seu surgimento, as línguas não são muito adjetivadas” (p. 168), o que, se não me equivoco, não é consenso na linguística. Por outro lado, estabelece uma hierarquia de menos a mais complexo entre ordem, aglutinação e flexão, ideia outrossim bastante questionada.

Sempre sobre a base da interação com o meio ambiente como princípio explicativo fundamental, o autor examina também o âmbito da morfologia, do léxico (em que faz afirmações bem controvertidas, como a de que “O que não é comum é uma língua que faz parte de uma Comunidade com baixíssimo índice de ‘desenvolvimento’ tecnológico dispondo de um léxico numeroso e diversificado” (p. 197), a fonologia e a fonética.

A quarta parte é dedicada ao que Couto chama de “etnoecologia linguística”, ou seja, ao estudo das consequências linguísticas e culturais que implica a convivência com o meio natural, e de certa forma das relações entre língua e cultura. Estamos no domínio da etnociências: etnobotânica, etnozologia e etnomedicina (que sempre direcionam seu interesse para as “comunidades indígenas”, as quais, quando não implicitamente, se supõe que vivem em um grau maior de integração com o ecossistema do que as sociedades industriais, e também em um ponto mais próprio para a homeostase). O livro dedica atenção especial à etnotoponímia e à etnoantroponímia, quer dizer, aos processos de categorização de nomes de pessoas por parte de comunidades costumeiramente qualificadas como tradicionais. Em todo este capítulo frequentemente transparecem aspectos da discussão sobre o relativismo linguístico, tendências que o autor enuncia mas às quais geralmente não adere: “parece que a falta de lexema indicaria ausência de conceito, e de experiência com a coisa, embora isso seja um tanto polêmico” (p. 278). De qualquer modo, trata-se de uma po-

sição claramente contrária ao determinismo linguístico e sublinha a dependência (embora também a relação dialética) da língua relativamente ao meio ambiente: “as coisas do mundo natural [...] são percebidas não porque temos as palavras ‘árvore’, ‘animal’ e ‘água’, como algumas escolas filosóficas dão a entender. Pelo contrário, nós temos as palavras ‘árvore’, ‘animal’ e ‘água’ porque as árvores, os animais e a água já estavam no mundo antes de as percebermos” (p. 279).

A quinta parte é dedicada à ecologia das línguas, quer dizer, às inter-relações entre variedades linguísticas, e à mudança. Segundo Couto, existem quatro situações que propiciam o contato de línguas: migração em direção a um território com língua estandardizada (migrações japonesas para o Brasil, por exemplo); migração de uma população que traz uma língua estandardizada com condições de impô-la (a colonização da América); migrações de população de diferentes origens linguísticas para um terceiro território (povoação de Cabo Verde por portugueses e africanos escravizados), e deslocamentos esporádicos e temporalmente limitados de membros de uma comunidade linguística em direção ao território de uma outra, geralmente com finalidade de intercâmbio (zonas fronteiriças, deslocamentos com finalidades comerciais ...). O livro tenta apresentar os diferentes resultados desses quatro protótipos muito sinteticamente, com um resultado excessivamente esquemático e com uma grande ênfase nos crioulos, entendidos como línguas mistas, produto precisamente do contato. Em todo caso, postula como situação prototípica a existência de um território com uma população que fala uma língua, sendo que os diversos tipos de contato alterariam constantemente esse protótipo e, de fato, seriam a causa fundamental da mudança: “o contato é a alma da mudança linguística. Pode-se mesmo afirmar que toda mudança linguística se deve ao contato, em alguma de suas diversas modalidades” (p. 291). No

entanto, na seção dedicada à “evolução linguística” Couto cita Mufwene ao dizer que a mudança linguística é “uma consequência da ‘replicação imperfeita’ nas interações de falantes individuais à medida que adaptam as estratégias comunicativas de um à dos outros ou a novas necessidades”. O autor prefere o termo *evolução* a *mudança* porque pretende tomar como modelo conceptual as ciências biológicas, que o entendem não como um movimento teleológico, mas sem objetivo nem progresso em direção a uma meta. Para fechar esta parte, o livro analisa as “ecologias complexas”, em que confluem diversas variedades, e as dinâmicas que aí se estabelecem, bem como os conceitos que tradicionalmente se empregam para explicá-las (*língua minoritária, multilinguismo territorial, social e individual, bilinguismo passivo, ilha linguística* etc.). Como sempre aplica-se o esquema da ecologia fundamental da língua, mediante o qual interpreta as ideias de *língua padrão* e *dialetos*. No meu modo de ver, embora ninguém possa negar a enorme influência da organização política sobre a dinâmica linguística, o autor concede uma excessiva importância à estrutura e aos limites estatais.

A sexta parte, sobre ecolinguística social, ocupa-se de aspectos derivados da relativa autonomia que a linguagem humana adquiriria, por mais que, insiste o autor, siga uma autonomia *a posteriori*, produto da conformação da linguagem como resultado da interação de uma população e um meio ambiente. Desse modo, Couto acha que a análise do discurso é a disciplina que traria à tona esta autonomia relativa (as línguas nos permitem mentir, quer dizer, referirmos ao que não é real). Por exemplo, podemos verbalizar a ideia de que o tempo é linear e acreditar que de fato se trata de uma condição da realidade, mas, graças à perspectiva que nos dá o estudo ecolinguístico, desmascaramos o carácter cultural e histórico de metáforas como essa. Essa área tem implicações sociopolíticas

sérias, uma vez que permite uma crítica profunda de conceitos dominantes, como a ideia de progresso, de modernidade, de desenvolvimento etc., que se constituem também como instrumentos de poder. O autor aposta fortemente nesta tendência crítica e deixa claro (fá-lo, de fato, em muitas outras partes do livro) que entende a pesquisa como uma atividade comprometida e não desligada da ética e que assume a inevitável marca do observador no que observa. Entretanto, creio que revela aqui a tendência a idealizar um mundo rural e pré-industrial que se manteria mais próximo de um suposto estado de naturalidade, ao passo que a cidade representaria a alienação das pessoas no que diz respeito à natureza. Aqui Couto às vezes parece expressar tendência a um certo dogmatismo: “discurso rural não se esconde atrás de eufemismos para aplacar susceptibilidades como as dos urbanitas, as coisas e ações têm o nome que têm e ponto final” (p. 344), ou então: “O meio de transporte eram os burros, os cavalos e os bois. O carro de boi era o veículo disponível para carrear a colheita e outros bens necessários à vida local. A despeito disso, as pessoas eram felizes e não sabiam” (p. 368).

A sétima parte se dedica mais propriamente ao âmbito político-jurídico: planejamento linguístico e direitos linguísticos (“Não se pode desligar problemas de direito linguístico de outros direitos, como o direito à cultura e o direito à terra”, p. 398), bem como questões de aprendizagem e ensinamento de línguas.

Finalmente, Couto acrescenta em um último capítulo duas áreas afins da ecolinguística, mas que propriamente já não considera objeto dessa disciplina. Desse modo, quer mostrar que a divisão em disciplinas não deixa de ser um instrumento útil e não o reflexo de uma realidade que, segundo os princípios ecológicos mais básicos, não se pode legitimamente desligar: deve-se considerá-la sempre como um todo. Trata-

-se do que o autor chama de *ecossemiótica* e *ecocrítica*. Couto define a primeira com palavras de Nöth: “estudo das relações semióticas mútuas entre os organismos e seu meio ambiente”. Uma semiótica, portanto, de orientação ecológica geral, quer dizer, entendida em termos de inter-relação e de ecossistemas, além de evitar o antropocentrismo. Finalmente, a ecocrítica seria a aplicação dessa mesma orientação aos estudos literários.

O livro de Couto compõe, então, um mosaico enorme e muito complexo, sempre com o fio condutor da orientação ecológica e com a pretensão de incluir toda a disciplina linguística e até mais. Trata-se de um esforço importante, cuja extensão pode às vezes prejudicar o resultado final. O autor não esconde jamais as suas tendências ideológicas, coisa que, no meu modo de ver, permite orientar o leitor rapidamente e evita mal-entendidos e manipulações inconfessadas típicas da pretensão de objetivismo. Mostra, ademais, a marca pessoal no que faz, às vezes até mesmo com uma franqueza muito rara no discurso acadêmico (isso é especialmente visível no prefácio). Em uma obra tão variada e que abarca tantos registros, é impossível estar de acordo em tudo, mas a grande quantidade de referências -- que não se limita nem à linguística nem ao paradigma científico de mais respeitabilidade -- pode ser de grande utilidade para se aprofundar qualquer um dos territórios que explora. Isso a partir de diversas perspectivas: das mais tradicionalmente acadêmicas à ecologia profunda ou o budismo.

(Publicada originalmente em catalão na *Revista de LLengua i Dret*, n. 53, 2010, pp. 500-506, Barcelona).

COUTO, Hildo Honório do. *Anticrioulo: manifestação linguística de resistência cultural*. Brasília: Thesaurus, 2002, 136p. & *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009, 187p.

Resenhados por *Lorena Araújo de Oliveira Borges*
(UFG/NELIM)

Hildo Honório do Couto é professor aposentado de Linguística da Universidade de Brasília (UnB) com diversos livros publicados na área de contato de línguas. Entre eles podemos destacar *O crioulo português da Guiné-Bissau* (1994), *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins* (1996) e *A língua franca mediterrânea* (2002). Mestre pela Universidade de São Paulo (USP), doutor pela Universidade de Colônia (Alemanha) e com pós-doutorados na Freie Universität Berlin (Alemanha) e na City University of New York (EUA), Couto é também reconhecido por seus estudos na área da Crioulística e, mais recentemente, pela contribuição que tem dado para a disseminação da Ecolinguística, sendo o pioneiro dos estudos ecolinguísticos no Brasil.

Com o intuito de colocar os estudos crioulísticos em foco, Couto publicou a obra *Anticrioulo: manifestação linguística de resistência cultural*. Já no prefácio, o autor destaca que essa obra, escrita inicialmente em 1997, ficou engavetada durante alguns anos devido a uma relutância entre os pesquisadores da área em relação aos significados contidos no termo anticrioulo. Essa problemática é ressaltada ao longo de todo o livro. Mas o ponto fundamental dessa obra – e Couto faz

questão de destacar isso – é a questão da resistência cultural manifestada linguisticamente.

O livro analisado é dividido em quatro partes que perfazem um longo caminho que vai desde noções sobre contatos de línguas até o que Couto trabalha sob o nome de anticrioulo. Na primeira parte, o autor apresenta o estado da arte dos estudos crioulos e de que forma essas pesquisas contribuem para o desenvolvimento da linguística. Também expõe os conceitos de relexificação e regramaticalização, essenciais para a distinção entre línguas crioulas e anticrioulas. Num segundo momento, Couto se aprofunda nos aspectos que permitem a constituição das línguas crioulas e apresenta as contribuições que a Crioulística trouxe para o desenvolvimento dos saberes a respeito das situações de contato. Diferencia as línguas de superstrato (das culturas dominantes) e de substrato (das culturas dominadas), duas noções importantes para se compreender de que forma novos sistemas se estabelecem a partir das situações de contato. Para finalizar, o autor parte da noção de antilíngua de Halliday para esclarecer o que deve ser entendido por anticrioulo.

É na terceira parte do livro que Couto de fato conceitua língua anticrioula. Há um grande interesse em deixar claro que o anticrioulo não seria uma negação do crioulo, mas apenas uma língua que apresenta características opostas às que eram postuladas para as línguas crioulas. É aqui também que Couto expõe o vínculo que ele estabelece entre as línguas anticrioulas e a noção de resistência cultural, já que os falantes de anticrioulo possuem uma postura de resistência frente à assimilação total pela sociedade envolvente. Para finalizar, a quarta parte do livro é dedicada aos estudos de casos de anticrioulização, com principal atenção à língua dos ciganos (romani), considerados pelo autor como um dos povos mais resistentes à assimilação cultural.

A análise desenvolvida por Couto e por outros pesquisadores crioulistas traz grandes contribuições para os estudos linguísticos, especialmente para a área linguística histórica. Isso se dá, como aponta o autor, porque “*o processo de formação (pidginização e crioulistização) e transformação (descruiolização) desse crioulo pode ser observado quase in vitro*” (p. 8). Isso significa que é possível mapear o surgimento dessa língua, bem como o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Além disso, os processos de mudança e variação linguística – que muitas vezes levam décadas ou até mesmo séculos para se estabelecerem nas demais línguas – ocorrem com grande velocidade nas línguas que surgem a partir das situações de contato entre povos dominantes e dominados, especialmente as crioulas.

Couto traça, em breves palavras, um longo caminho com o intuito de esclarecer de que forma o contato de línguas pode desencadear os processos de constituição das línguas crioulas. A intenção do livro não é exatamente essa, como o título deixa antever, mas esse é um percurso necessário para que os leitores possam entender o que vem a ser a noção de anticrioulo proposta no livro e de que maneira essas línguas podem ser encaradas como uma manifestação linguística de resistência cultural.

Como salienta o autor, as línguas crioulas são resultado do contato entre diferentes povos que possuem sistemas linguísticos diferentes. Esse contato se dá sempre entre uma cultura dominante e outra dominada. Assim, o crioulo não deve ser entendido, como muitos pesquisadores pensam, como o resultado de uma aprendizagem imperfeita da língua do colonizador, mas como um meio de comunicação interétnico que emerge a partir do contato entre dois povos que possuem línguas ininteligíveis. Trata-se de um processo que se deu, majoritariamente, na colonização da África, Ásia, América e Oceania pelos europeus.

O crioulo se forma quando, ao entrar em contato com uma cultura dominante, a língua de uma determinada população sofre um processo de relexificação, o que demonstra a necessidade que o povo dominado tem de alcançar a visão de mundo (e até mesmo o prestígio) dos conquistadores. A gramática permanece a das línguas de substrato, mas o léxico se altera, permitindo uma grande entrada de vocabulário das línguas do superstrato. E, como Couto aponta, “o léxico é o componente da língua que mais diretamente reflete a sociedade” (p. 20). Não apenas a sociedade, mas também a cultura. Assim, o apagamento do léxico local representa, por consequência, o apagamento de uma cultura. Esse processo também é resultado de uma rendição cultural, encontrado em comunidades que são levadas a se considerar inferiores aos povos colonizadores. Ao almejar alcançar aquele local de prestígio, essa população abandona, espontaneamente, a sua “forma de encarar o mundo”.

É exatamente essa característica dos crioulos que permite a Couto postular sobre a existência das línguas anticrioulas. Como apontado anteriormente, elas não negam as línguas crioulas, mas apenas se estruturam de uma forma diferenciada. A partir dessa noção, o autor apresenta o anticrioulo como um tipo especial de língua, resultado do contato entre duas outras línguas ininteligíveis. Ele aparece quando uma determinada população migra para o território que já possui um povo dominante, ou seja, os mais “fracos” se deslocam para o território do mais “forte”. Diante dessa situação de tensão e fronteira, há uma necessidade de se preservar as características fundamentais do povo de origem, o que leva a uma atitude de resistência cultural à assimilação total por parte da sociedade dominante envolvente.

Uma das manifestações dessa resistência cultural é a formação de uma ilha linguística, já que o povo mais “fraco” deci-

de manter sua língua intacta. Ainda assim o contato de línguas se estabelece e mudanças linguísticas ocorrem. Ao contrário do constatado nas línguas crioulas, aqui não temos o processo de relexificação, mas o de regramaticalização. *“Linguisticamente, ela [a resistência cultural] se mostra na luta pela preservação pelo menos daquela parte da língua que reflete diretamente a cultura de qualquer povo, isto é, o léxico”* (p. 70). Essa atitude não garante a sobrevivência da língua original da população dominada, já que eventualmente a língua envolvente vai engolir a anticrioula. Trata-se de um processo lento e gradual de glototanásia, como aponta Couto, que não pode ser estancado.

Todo contato entre as línguas implica mudança, mas a forma como esta ocorre é consequência não do acaso ou do destino, mas de uma postura da comunidade de fala diante da língua do outro – seja ele dominante ou não. A necessidade de defender a sua cultura e preservar toda a história de um povo faz com que os ciganos, por exemplo, preservem ao máximo o léxico da língua romani, mesmo nas situações em que se encontram – sempre envoltos por uma cultura de superstrato. A resistência cultural é a única maneira que essa população encontra de garantir à sua língua, e consequentemente à sua cultura, alguns suspiros a mais.

A partir da perspectiva apresentada acima, a análise desenvolvida por Couto é importante na medida em que se propõe a pensar sobre a importância que a língua exerce no processo de constituição da identidade de um povo. Essa percepção nos leva a compreender que, apesar de respostas naturais às situações de contato de línguas, os processos de relexificação e regramaticalização também são consequência da postura que um povo dominado adquire diante do domínio cultural e linguístico impostos por cultura envolvente. Muito além de ser a forma como um povo representa o mundo, a língua é, intrinsecamente, a maneira como ele se portar

diante do mundo. E, ao se transformarem em formas de resistência perante o domínio do Outro, as línguas anticrioulas são a prova viva disso.

O segundo livro resenhado, *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*, se dedica não apenas à crioulística, mas ao contato de línguas em geral, de que a crioulística é uma parte. Ambas são encaradas da perspectiva da ecolinguística, principal objeto de estudo do autor no presente momento. O livro consta de dez capítulos, fora o Prefácio de Salikoko Mufwene, a Introdução e a Conclusão. Como o pano de fundo do livro é basicamente ecolinguístico, os três primeiros capítulos (“Linguística, ecologia e ecolinguística”; “Ecologia da interação comunicativa”; “Conceituando contato de línguas”) se dedicam ao assunto. Os demais são: “Ecologia da evolução linguística”, “Obsolescência e morte de língua”, “Pidginização e crioulização”, “Multilinguismo”, “Multidialealismo”; “Situações fronteiriças”, “Ilhas linguísticas”.

Nesse segundo livro, Couto faz convergir suas duas grandes áreas de interesse, como está exposto no título. Ele expõe a relação quase natural existente entre os conceitos da ecologia biológica e dos estudos dos contatos de línguas. Afinal, “*contato de línguas é basicamente inter-relação, ou comunicação, no caso, entre povos aloglotos. O ecossistema, por seu turno, é um sistema dinâmico, em constante evolução, que é justamente o que ocorre com as línguas nas situações de contato*” (p.12).

Antes de avançarmos na obra em questão, ancoremos momentaneamente no leque epistemológico que a Ecolinguística apresenta aos estudos linguísticos. Essa disciplina é relativamente recente, surgida na década de 90, se propõe estudar as relações que a língua estabelece com o meio ambiente. Trata-se de uma perspectiva holística, que toma emprestados conceitos da Ecologia Biológica para construir sua fundamentação teórica. Isso não significa que ela negue as teorias que nortearam (e

norteiam) os estudos linguísticos desde o início do século XX. Ao contrário, abraça as contribuições dessas perspectivas e se utiliza delas para formar o seu escopo epistemológico.

As noções de ecossistema, diversidade, meio ambiente, evolução, porosidade, adaptação, biocenose, habitat, população, etc., tornam-se essenciais para a compreensão dos processos linguísticos, como ressalta Couto. A nova disciplina postula que para que haja uma língua é necessário que a mesma pressuponha a existência de um povo que se utilize desse sistema e de um território que sirva de morada para essa população. Essa totalidade formada por língua, povo e território é reconhecida como Ecossistema Fundamental da Língua (EFL).

Nessa segunda obra, Couto expõe como os princípios da Ecolinguística podem ser aplicados aos estudos do contato de línguas. No primeiro capítulo, apresenta, resumidamente, os principais conceitos da Ecologia Biológica que contribuem para a formação do campo da Ecolinguística e aponta os principais estudos que estão sendo realizados em relação aos três subecossistemas da língua que emergem do EFL: o meio ambiente social, o meio ambiente mental e o meio ambiente natural. Partindo daí, Couto nos apresenta a noção de Ecologia da Interação Comunicativa (EIC). Ao abordar os tipos de relações que podem ser estabelecidas entre os elementos da natureza, o autor proclama a supremacia da interlocução, ou seja, da interação que pressupõe um código (ou sistema). É a partir desse processo de interação que ocorre entre um povo que ocupa determinado território que podemos contextualizar a emergência de uma língua.

No terceiro capítulo, Couto já entra no campo dos estudos de contato de línguas e nos apresenta de que forma essa interação pode ocorrer e quais as consequências que ela traz para os sistemas. Na quarta parte, o autor aborda a mudança linguística a partir de uma perspectiva ecológica, mais uma

vez costurando um vínculo entre conceitos linguísticos e ecológicos. Também destaca de que forma o contato (ou a ausência do mesmo) entre línguas funciona como uma interferência e promove mudanças importantes nos sistemas.

Já no capítulo cinco, Couto se propõe a pensar a obsolescência e a morte das línguas. Para esse fim, ele recorre ao conceito de língua proposto por Schleicher, ou seja, língua enquanto organismo vivo que nasce, cresce e morre. No entanto, o autor acentua que esse *nascimento, crescimento e morte de língua deve ser visto como atributo da dinâmica das populações, e não de línguas como organismos isolados*. Ao concluir, Couto mostra que uma língua pode desaparecer tanto a partir do contato com outra língua dominante quanto por meio do desaparecimento da população que a fala.

No sexto capítulo, somos apresentados a dois processos que ocorrem a partir do contato de línguas: a pidginização e a crioulização. Ambos são resultado da necessidade de se constituir uma língua de intercomunicação entre povos que possuem diferentes sistemas linguísticos. Nos capítulos sete e oito, Couto aborda, respectivamente, o multilinguismo societário e o multidialetismo. Na perspectiva ecolinguística, esses processos devem ser encarados como diversidade das espécies e, nesse sentido, representam a riqueza de meios expressivos de um determinado povo.

Para finalizar, nos capítulos nove e dez o autor nos apresenta duas situações características de contato de línguas: as fronteiriças e as ilhas linguísticas. No primeiro caso, quando a fronteira não é determinada fisicamente por um obstáculo (como um rio ou uma montanha), Couto esclarece que se trata de um único ecossistema de fala – caso de Chuí e Chuy, no sul do país. Já no segundo caso, temos pequenas comunidades linguísticas inseridas no território de outra comunidade linguística cujos falantes tentam, a todo custo, preservar a

sua própria língua com o objetivo de manter uma identidade frente à sociedade envolvente. Ao longo desse percurso, Couto imerge o leitor nos conceitos da Ecolinguística e mostra de que forma eles podem contribuir para que os estudos de contato de línguas.

Nesse segundo livro, o autor expõe com clareza e precisão de que forma a perspectiva ecológica da linguagem pode fundamentar os estudos sobre o contato de línguas. O objetivo dele vai muito além de introduzir os princípios da Ecolinguística, já realizado em trabalhos anteriores – especialmente em *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente* –, mas permitir ao pesquisador da área o vislumbre de como essa nova epistemologia pode contribuir para os estudos linguísticos como um todo, afinal, como ele mesmo aponta em sua conclusão, “*praticamente tudo na língua pode ser encarado da perspectiva do contato*” (p. 179).

Nessa trajetória do *Anticrioulo: manifestação linguística de resistência cultural* até *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*, alguém poderia perguntar o que a Ecolinguística traz de novo, já que se ancora em noções que podem ser vinculadas a outras correntes linguísticas. Mas é importante destacar que ao ampliar o horizonte epistemológico dos estudos linguísticos, essa nova disciplina permite um aprofundamento teórico na área. Não se trata mais de olhar os processos de contato de línguas por meio de recortes, mas de encarar a língua como um todo, mergulhada num meio ambiente que interfere no seu processo de estruturação. É nesse sentido que a relação que se estabelece entre povo/língua/território torna-se fundamental para a compreensão dos processos analisados nos estudos de contato de línguas e a obra de Couto se mostra relevante em meio a essa necessidade.

Couto, H. H. do. *O tao da linguagem: um caminho suave para a redação*. Campinas: Pontes, 2012. 232p.

Resenhado por *Eliane Marquez da Fonseca Fernandes* (UFG)

A busca do conhecimento no Ocidente tem sido, há muitos séculos, voltada para a investigação científica que exige raciocínios de ordem dedutiva ou indutiva. Os pesquisadores vêm conseguindo um avanço acelerado não só acerca do saber científico mas também em resultados tecnológicos. Essa aceleração tem ocasionado uma ruptura, cada vez maior, na relação do ser humano com o universo que ele conhece e esse descompasso conduz a um questionamento acerca das exigências quanto à produtividade em contraponto com a necessidade constante de cada um de nós compreender nosso papel no mundo.

Muitos caminhos são trilhados para tentar entender-nos como seres que somos. Há quem enverede para o campo religioso, outros leem exaustivamente produções da psicologia ou da filosofia. Hildo Honório do Couto iniciou sua busca investigatória, tentando entender como a linguagem contribui para a relação entre os humanos. Demandou conhecimentos da Linguística para visualizar que sujeitos somos nós precisamos nos situar para viver mais harmonicamente. Nesse esforço de pesquisa e de vivência, encontrou um caminho interessante para explicar melhor o nosso papel no universo, o Tao.

Na filosofia chinesa do Taoísmo, o sujeito não é visto como o senhor do mundo em que habita, mas apenas um dos viventes do conjunto da natureza. Assim, para se encontrar

uma existência mais harmônica, a filosofia oriental nos dá o “caminho”, o Tao. Por isso, cada um de nós é partícula integrante de todo um universo que borbulha em relações e inter-relações entre todas as demais partículas do mundo natural, sejam seres vivos, sejam minerais; seja na dimensão cósmica do sistema estelar, seja nas profundezas de nossa individualidade. Essa perspectiva holística das relações do homem com o todo conjuga, ao mesmo tempo, uma simplicidade telúrica e a complexidade do equilíbrio do ecossistema.

Ao perceber-se como parte e como todo, num jogo em que as certezas estão diluídas, Couto encontra o equilíbrio em *yin e yang*, aprofunda-se na filosofia taoísta e pratica os exercícios do *Tai chi chuan*. Ao seguir pelo caminho do Tao, tenta atingir a harmonia das partes, adaptando-se ao seu entorno num processo cíclico em que as mudanças se dão, perpetuamente, sem voltar ao ponto de partida. Ao vivenciar o mundo em que tudo está ligado a tudo, Couto não é só mais um pesquisador, mas vivencia profundamente os ensinamentos do Taoísmo.

Quando tomamos nas mãos o livro *O Tao da linguagem: um caminho suave para a redação* (2012), sentimo-nos instigadas a chamar nossos veios intuitivos para compreender a relação entre o socioambiental e a linguagem. Ingressamos, então, nesse caminho filosófico que aproxima a diversidade e a singularidade; dilui os conceitos polares em movimentos cíclicos; flexiona o que muda para que permaneça e leva o que permanece à mudança. Tentamos entender como esse caminho é não só uma busca investigativa, mas um modo de vida. Essa obra nos estimula a refletir mais sobre o que somos e valorizamos neste universo e qual é o papel da linguagem nesse conjunto.

Este capítulo começou na perspectiva de se redigir uma resenha sobre o livro *O Tao da linguagem*, mas avolumou-se e quer movimentar-se num percurso de compreensão acerca da filosofia taoísta exposta por Couto (2012). Nosso objetivo

maior é investigar os traçados construídos por ele para interligar a perspectiva do *Tai chi* em relação aos conhecimentos linguísticos. Nosso capítulo se inicia por um levantamento do percurso de pesquisas desenvolvidas por Couto nas últimas décadas

Uma obra instigadora

Hildo Honório do Couto é professor da Universidade de Brasília (UnB) desde 1980, quando veio da Universidade de Londrina (UEL) para integrar o corpo docente de pesquisadores da ciência linguística. Em sua trajetória de estudos sobre a língua investigou as relações linguísticas do campo da Fonologia e foi a fundo na pesquisa do Contato de Línguas e da Crioulística.

As suas contribuições para um aprofundamento dos estudos linguísticos são dignas de destaque internacional, pois há incontáveis publicações de artigos e capítulos de livros, mas vamos nos ater às obras completas. E para destacar só os produtos mais relevantes de sua autoria temos *O crioulo português da Guiné-Bissau* (1994); *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins* (1996); *Fonologia e fonologia do português* (1997); *A língua franca mediterrânea: histórico, textos e interpretação* (2002); *Anticrioulo: manifestação linguística de resistência cultural* (2002). Nesse percurso, os interesses estavam voltados para perscrutar como os aspectos fonológicos de grupos marginalizados mostravam marcas de uma relação do sujeito com sua língua e a das comunidades com que interagem; como uma nação linguística mantém sua identidade por meio de uma resistência ambiental e cultural.

Houve uma pausa nas publicações entre 2002 e 2007, provavelmente o período em que passou a trilhar o Tao como cami-

nho para uma harmônica compreensão de si como um sujeito parte de uma ecologia profunda. Assim, as mais recentes publicações de Couto aparecem como: *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente* (2007); *Linguística, ecologia e ecolinguística* (2009); *O tai chi chuan e a Praça da Harmonia Universal* (2010). Essa vertente nos surpreende, pois enlaça o profundo conhecedor dos meandros linguísticos a uma filosofia oriental que busca as leis da natureza para compreender o papel do ser humano no todo cósmico. A filosofia taoísta leva o sujeito a compreender-se num conjunto que mantém o equilíbrio e a harmonia das ações, não na permanência, mas em consonância com uma mutabilidade constante.

Nosso olhar se volta especificamente para uma das obras mais recentes, *O tao da linguagem: um caminho suave para a redação* (2012). São 232 páginas que expõem, com uma clareza surpreendente, algumas linhas filosóficas do Taoísmo em sua trajetória de séculos desde os ensinamentos de Buda. O livro está dividido em onze capítulos dos quais dez são de exposição acerca de aspectos do Taoísmo que levam a uma percepção ecológica da língua, observando-a como um dos elementos de interligação entre nós e o meio ambiente. O capítulo final quer apresentar uma possibilidade de postura ecológica no ensino da língua, mais especificamente, na orientação da produção escrita.

O título joga com a ambiguidade fonológica de Tao com o pronome “tal” da língua portuguesa e, com isso, estabelece um diálogo entre as perspectivas da filosofia holística e as relações estabelecidas entre o ser humano e o meio ambiente. A inspiração para a obra veio a partir do austríaco Fritijof Capra que estabeleceu relações entre a Física e a Ecologia Profunda no livro *O tao da física*. Já, no livro de Couto, desde a capa, deparamo-nos com uma ruptura das áreas de certezas que temos sobre o nosso universo e o autor prepara o interlocutor para

perspectivas inovadoras acerca das relações do falante com seu meio ambiente natural e social.

Em toda a obra há um atravessamento de uma visão holística do ser humano na sua singularidade e diversidade; em sua instabilidade e permanência; em sua integração no todo e a sintonia orgânica de cada parcela. De todo modo, os aspectos que pretendo apresentar a seguir são as relações entre o misticismo taoísta e a linguagem.

O Tao como um caminho

A Introdução ou Capítulo 1 parte da explicação do termo Tao como um caminho já trilhado por outros e aberto ao vivente, ou melhor, como direcionamentos para se obter a harmonia em consonância com o universo. O Capítulo 2, “Taoísmo”, delinea os traços embaixadores da filosofia do Tao e levanta seus princípios mais importantes.

Para conduzir-nos por esse caminho do misticismo oriental, Couto apresenta-nos três vertentes filosóficas: o confucianismo, o taoísmo e o budismo. No entanto, centra suas atenções especificamente no Tao e explica-nos que o livro *I ching* é uma das principais fontes de orientação desde talvez cinco mil anos antes de Cristo. Esse livro de consulta traz o conceito básico de que o ser humano situa-se entre Yin, terra, e Yang, espaço celeste. Na conjugação dessa relação tripartite, o ser humano está sempre no entremeio, ligado aos elementos naturais (Yin) como lago, montanha, fogo, água, trovão ou vento. Além disso, situa-se espacialmente conforme a direção da rosa dos ventos ou na temporalidade das estações do ano (Yang). Essa integração humana a tudo que é cósmico permite-lhe situar-se em conexão com o todo natural e social para atingir a paz e a harmonia em vida.

Assim, destaca-se o símbolo yin-yang, tão difundido até mesmo no Ocidente como a representação metafórica do Tao. A interpenetração da cor clara e escura aponta para a ideia de uma conexão do ser humano com todo o universo, seja espacialidade, seja temporalidade. Para vivermos bem, precisamos seguir as leis da natureza à semelhança da água que se acomoda ou contorna os obstáculos em vez de enfrentá-los. A imagem especular do yin-yang reflete a concepção de que as fronteiras se diluem em uma mesclagem entre o todo e a parte.

Há um espraiamento dos contrastes para se atingir a harmonia entre permanência e mudança numa alternância em que os polos entram em movimentos dinâmicos de circularidade. Mas, surpreendentemente, não é uma circularidade do tipo *oroboro*, como símbolo do círculo fechado, formado pela serpente com a cauda na boca. A interpenetração entre yin-yang não é a da eternidade serpente ocidental, mas o princípio do universo em complementaridade cíclica como uma espiral em eterno movimento sem se fechar num círculo.

Como a sabedoria taoísta foi-se construindo no decorrer dos tempos, muitos autores contribuíram com acréscimos acerca do conhecimento do Tao. No livro *I ching*, constam partes inseridas por reis chineses e até pelo pensador Confúcio, mas há outras fontes muito valiosas como o livro *Tao te ching* de Lao Tzu e outros que recomendam a ruptura com as futilidades sociais para seguir o fluxo da natureza, valorizando a intuição e a espontaneidade. Um outro livro, o *Chuang Tzu*, de autor homônimo, divulga a noção de que as diferenças fundamentais que percebemos não estão no universo, mas nas palavras que o descrevem. Isso porque toda realidade é una, mas a linguagem não carrega esse holismo e não temos condição de saber se as palavras são fieis ao mundo em que vivemos. Desse modo, o ser humano é o ponto de interligação entre o céu e a terra de modo que a linguagem é uma das partes dessa conexão.

Um terceiro livro integra o conjunto de saberes do Tao, o *Lie Tzu*, que também recebe o nome de seu autor básico. Essa obra está carregada de visão mística sobre a origem das coisas que circulam em adaptação infinita, mas em jogo de harmonia e saúde. Já o livro *Huai Nan Tzu*, organizado por Liu An, vem reforçar a noção de relação harmônica entre o homem e a natureza e rompe com as orientações religiosas que estavam sendo inseridas no Tao.

Todo esse conhecimento oriental é muito difundido em seu local de origem e poucas eram as notícias que chegavam ao nosso mundo cartesiano. Entretanto, no século XX, a crise filosófica e conceitual européia e as exigências de produtividade capitalista começaram a exigir novas perspectivas que permitissem observar o mundo com limites menos rígidos. A concepção etnocêntrica do universo a serviço da exploração dos “donos” do espaço e do tempo precisou de uma revisão que pusesse em cheque as certezas positivistas. O respeito pelo saber oriental amplia-se numa mudança constante, mas não se opera de uma só vez, muitos estudiosos despertaram para a importância das concepções orientais do Tao.

Hoje um dos *best-sellers* no editorial impresso e digital é a obra *A arte da guerra*, de Sun Tzu, sobre posturas do Tao acerca de estratégias militares. Temos nesse livro, também, inúmeras adaptações das concepções de ordem/desordem, coragem/medo, força/fraqueza que são adaptadas à administração empresarial para compreendê-la conforme o *tai chi*. Na filosofia do Tao, os limites se diluem e o ser humano é uma das partes integradas ao todo da natureza cósmica e social. Hoje, as mudanças espiraladas do universo permitem que possamos vivenciar essa ruptura dos limites espaciais por meio da comunicação digital. As distâncias entre Ocidente e Oriente se confundem, as notícias e as filosofias estão interligando-se e buscando uma

comunhão e é essa harmonia que transparece na obra *O tao da linguagem* de Couto (2012).

A ecologia profunda

A aproximação entre as posturas da ciência ocidental e a percepção de que a harmonia universal ocorre em meio à mudança cíclica e de que o ser humano deve se adaptar à natureza não são antagônicas. Na verdade, tentar entender o mundo em uma nova perspectiva é desafiador para nosso racionalismo cheio de polaridades, mas estamos sendo conduzidos a repensar nossos valores. Estamos inseridos em uma crise ecológica, promovida pela densidade demográfica, pela má distribuição das riquezas e pelo esgotamento das reservas naturais. Cada vez parece mais próximo o vaticínio de que, se não houver uma revolução ideológica, desencadearemos inúmeras catástrofes que já começam a se apresentar aqui e ali.

Em nossa percepção científica pós-moderna, somos instados a entender que fazemos parte de uma cadeia ecológica, numa comunhão de partes num todo ambiental. Daí, surge um alerta, vindo de estudiosos do campo biológico e do campo social acerca da necessidade iminente de se levar o homem do século XXI a uma administração mais sustentável do ecossistema.

É importante constatar que a concepção de ecologia compreende o conjunto de saberes acerca das relações e conexões entre todos os seres vivos e o meio ambiente microcósico e macrocósico. Esses saberes não podem ser apenas catálogos empoeirados numa prateleira, mas devem tornar-se um modo de vida. E é essa atitude em relação de equilíbrio entre o racional e o sensível que vamos encontrar as posturas de Couto em *O tao da linguagem* ao se filiar à Ecologia Profunda, proposta por Arne Naess.

É muito interessante observar que, na Grécia Clássica, o conhecimento de todas as áreas encontrava-se, dentro do conjunto denominado Filosofia, o pensamento congregava os saberes de forma holística. As alterações dos séculos seguintes promoveram estudos estanques que permitiram um isolamento de cada ciência que se foi aprofundando em subdivisões de pesquisas específicas. Isso permitiu que as Ciências da Natureza abrissem um ramo na Biologia que, por sua vez, subdividiu-se e trouxe um novo aspecto, a Genética. E nesse núcleo tão recente, já temos várias ramificações como a Ciência da Hereditariedade que investiga a relação entre os genomas. Esse mergulho nas particularidades cada vez mais ínfimas da constituição dos seres e do mundo acabou exigindo um retorno à percepção do ser humano como um indivíduo em relação ao ecossistema em que habita.

Podemos chamar a essa mudança gradual de postura um verdadeiro “salto científico”, quando o pesquisador passa a perceber a especificidade de seus estudos como parte integrante do todo, do ecossistema. E ao observar na forma helicoidal da imagem do genoma tem-se a visualização das concepções do Tao. O ser humano, como um gene, integra um conjunto harmônico em movimento cíclico contínuo de interação, mudança e adaptação num funcionamento harmônico de grande simplicidade na sua correlação. A forma espiralada do genoma remete-nos à ideia de que a circularidade espacial e temporal são partes integrantes de toda a diversidade natural de modo concreto e prático. Chegamos assim a essa percepção cheia de porosidade e cooperação holística da Ecologia Profunda.

É necessário conjugar a profundidade dos conhecimentos científicos ao senso prático do bem-estar humano e social, por isso essa percepção ecológica em profundidade vai buscar uma visão biocêntrica e ecocêntrica do universo. Isso para se chegar a um ambiente de funcionamento mais harmônico e,

portanto, mais sustentável. Assim, a Ecologia Profunda requer, não só estudos acerca das relações de funcionamento do ecossistema, mas também uma acomodação ideológica de se valorizarem todos os seres vivos ou não, num processo de revisão dos valores etnocêntricos e consumistas desse início do século XXI.

A linguagem liga o homem ao universo

De acordo com Couto (2012), precisamos assumir a postura de um “eu ecológico” em atitudes de respeito ao ecossistema do qual somos apenas uma partícula. Isso vai exigir que ampliemos o movimento de crença num universo cíclico em jogo de unidade e diversidade; adaptação e interação em busca de um novo modo de vida que traga uma harmonia já proposta há séculos pelo Tao.

Alguns sábios que antevêm as alterações históricas realçam a importância de uma mudança iminente acerca da valorização de cada um dos seres do universo. E, além de alertarem para essa nova era que vai surgir, adotam essas posturas de respeito ao todo e à unidade como uma prática de vida cotidiana.

No Capítulo 4 de *O tao da linguagem*, Couto (2012) vem interligar as noções da Ecologia Profunda às posturas propostas pelo Tao e buscar uma vertente de estudos na ciência linguística. Ora, se o homem é parte de um conjunto que precisa comungar a vida em sintonia e respeito ao todo universal, a linguagem como forma de comunicação humana é como o integrante de uma orquestra cósmica.

Dessa maneira, o autor explica que a língua também se insere numa relação cíclica que, na comunicação, comunga os falantes em gestos de interação. Essa mesma língua pulsa na

direção do compartilhamento, congregando os vários níveis de existência do todo universal. Tudo gira em rotações de mudança no universo sideral dos planetas e estrelas; no ecossistema terrestre espacial dos minerais, vegetais e animais; na textura dos enlaces temporais das estações climáticas. E também movimenta-se em translações simultâneas e cíclicas no burburinho das minúsculas partículas atômicas. Se usamos a linguagem para criar referências a cada elo dessa enorme cadeia do micro e do macrocosmo, a língua também faz parte do conjunto, e, assim como referencia o universo, recebe ondas de participação desse cosmos em sua expressão verbal e não verbal.

A língua constitui o sujeito, não de forma isolada, mas na comunhão humana das trocas interativas. A língua falada ou escrita interliga todos os humanos, mas não é só isso, interliga os falantes à rede do ecossistema profundo. Desse modo, no Capítulo 5, Couto filia-se a uma vertente de estudos linguísticos, a Ecolinguística, voltada para a investigação das relações entre o universo em mutação e a língua nessa comunhão com o todo espacial e temporal. A comunicação humana pela língua, qualquer língua, exige uma interlocução, mas precisamos perceber essa interlocução de maneira mais ampla. Conforme Couto (2012), a língua conjuga as tonalidades de voz, as pausas, os gestos corporais a escolhas linguísticas relacionadas ao contexto sócio-histórico, mas nesse jogo dialógico entram outros fatores ambientais relacionados ao ecossistema.

Amplia-se o escopo de estudos das línguas naturais, não basta tentar descrever formalmente a língua em aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos ou textuais. O “salto linguístico” abriu o espectro de investigação linguística à interação social sem perder de vista as relações histórico-geográficas, agora temos uma nova proposta, a Ecolinguística, que pretende inter-relacionar a língua ao universo infinitamente grande e cósmico e, também, ao microuniverso celular.

Na perspectiva ecolinguística, a célula da interlocução humana é a partícula geradora de um diálogo que se movimenta *num continuum* de permutas entre os falantes, num processo cíclico em que tudo se interliga entre os dizeres. Mas vai além, essa interligação comunga o contexto social e todo o universo cósmico do espaço e do tempo. Assim, podem-se aproximar as concepções da Ecolinguística às da Ecologia Profunda, mas também, às da filosofia taoísta.

A vida, na percepção dinâmica do Tao, esvoaça em sintonia e harmonia com a natureza e, segundo Couto, a língua, como constituinte do ser humano, é essência dinâmica em reciprocidade entre os viventes e em simultaneidade com todo o cosmos. Desse modo, ao estudar a língua, não se pode perder de vista o circuito da fala no movimento comunicacional em que pulsa a vida dos humanos como parcela integrante do todo universal.

Para compreender melhor a Ecolinguística, Couto (20112) afirma que a interligação dos estudos entre língua e comunicação precisa levar em conta a diversidade social e dialetal como fenômeno de perspectiva ecológica. Por isso, os estudos da língua envolvem perspectivas diversas que gravitam em torno do complexo sistema que envolve a sociedade como um conjunto em cooperação do ecossistema mineral, vegetal e animal. Consequentemente, a Ecolinguística é a ciência que se dedica à investigação das inter-relações entre ecossistema, sociedade e meio ambiente.

O autor busca junto aos estudos ecológicos da Biologia a terminologia específica já desenvolvida e traz, dali, um léxico específico, para buscar uma aproximação na denominação dos fatores dessa nova perspectiva investigatória que é a Ecolinguística. Essa adaptação permite a seguinte proposta: O termo população (P) engloba o aspecto das relações sociais e essa população comunica-se por meio da língua (L) e vive em

um *habitat*, denominado território (T). Na comunhão integrada dessa trindade, pulsa o ecossistema fundamental da língua, uma verdadeira comunidade.

A aplicação do termo população (P) é uma perspectiva mais biológica e parece não considerar todo o processo interacional de um conjunto social organicamente em relações físicas, morais, filosóficas, axiológicas e até psicológicas. Pensamos que para uma abrangência ecossistêmica seria melhor empregar humana (H) ou social (S). O emprego de língua (L) para o processo comunicacional interativo está muito pertinente. Questionamos também o uso da palavra território (T) para abarcar o *locus vivendi* do falante. A palavra território, em português, carrega um aspecto redutor, pois refere-se a uma unidade política ou base geográfica ocupada. A concepção semântica de território liga-se a uma pequena espacialidade e parece perder de vista todo o conjunto universal em dinâmica cíclica. Por isso, entendemos que o emprego do termo universo (U) ou cosmos (C) traz uma abrangência da complexidade ecossistêmica.

Tendo em vista os pressupostos do Tao e da Ecologia Profunda, cada um de nós como um espécime da raça humana tem ligações cósmicas entre céu e terra. Nosso *habitat* integra o espaço sideral com o sol, a lua, as estrelas, os ventos, o clima, as estações do ano, e mais, todos os acidentes geográficos, animais e vegetais formam um todo de inter-relações em sintonia, interação e mudança. Assim o termo território está adequado na perspectiva metonímica da parte pelo todo. No entanto, se nova ciência ecolinguística quer realçar a visão do todo numa universalidade espacial e temporal, num conjunto dinâmico que integra o local do *habitat* em consonância com o ecossistema cósmico, um termo metonímico do todo para as partes parece mais harmônico no caminho do Tao.

No Capítulo 7, Couto faz uma verificação da perspectiva filosófica taoísta acerca da linguagem. Assim o oráculo do

Yin e Yang indica que a língua é parte do ser humano e seu uso precisa promover uma relação harmoniosa entre os humanos. A língua integra os seres falantes em posições de firmeza, sinceridade, respeito a tudo para se obter a receptividade e a harmonia. Quem fala se comunica, mas deve evitar o excesso de enunciados e só afirmar aquilo de que tem certeza, pois as palavras não dizem tudo e podem perder a suavidade, a moderação.

Exatamente para mostrar como há uma preocupação em se prescrever o que pode ou não ser dito, Couto (2012) apresenta algumas normas para a linguagem respeitar os direitos de todos. Vai aos direcionamentos do Tao para indicar que se deve ouvir mais do que falar e levanta algumas normas comunicativas de Francisco Gomes de Matos sobre a importância de não injuriar os outros. Além disso, enumera outras linhas pertinentes à ecologia linguística como o cuidado em relação ao antropocentrismo, ao etnocentrismo, ao preconceito racial, ao preconceito de classe social ou de gênero, à homofobia e outros.

O autor ressalta que não se trata de uma preocupação com o “politicamente correto”, mas da necessidade de se pensar ecologicamente a língua na integração do ser humano no todo cósmico. Ora, se o universo vibra em um todo dinâmico e se cada um de nós é parte do todo, de alguma forma, ao sermos discriminadores em nosso discurso, estamos ofendendo a nós mesmos.

Ao voltar seu olhar para a semântica taoísta, Couto (2012) retoma a importância da sintonia do ser humano com o dinamismo universal e explica que para a filosofia do Tao, a língua é parte integrada ao todo interacional homem, céu e terra. E mostra como a relação linguagem-mundo indica a integração do homem à sua espacialidade e temporalidade cósmica na própria escolha de vocabulário. Levanta uma série de

termos que demonstram a relação da corporalidade humana com as relações espaciais, lembrando a importância dos dêiticos em nossa fala, a orientação relacionada a dia/noite, dentro/fora.

E como a transitoriedade faz parte das concepções do Tao, a língua também conjuga os opostos, mescla-os, renova as palavras e os sentidos ciclicamente sem perder de vista que os sentidos são fruto de uma construção social no ecossistema. O Tao parece dar pouca importância à língua, mas consideramos vital para a Ecolinguística compreender que, assim como o homem é parte do todo, a língua é parte da relação social entre os humanos e o todo cósmico. Nada pode ser mais importante que a sintonia dinâmica das partes no conjunto do “todo”.

No Capítulo 9, “Linguagem”, Couto (2012), parte de uma perspectiva interacionista para analisar algumas vertentes de análise linguística. O autor levanta aspectos positivos e até negativos de certos direcionamentos teóricos. Indica as vantagens e desvantagens do Formalismo e do Interacionismo num interessante contraponto. Retoma os conceitos do Tao, para mostrar que a linguagem reflete o contexto e o cosmos em dinamismo cíclico, porque a língua é plasmável conforme o contexto social, histórico e ecológico, como se mente e mundo pudessem ser percebidos como um todo.

Se a língua é parte do todo como o ser humano, a cultura é também fruto de uma construção conjunta. A partir dessa percepção do todo como sintonia de infinitas partes num processo interativo dinâmico de fluxo contínuo, o autor dá ênfase à trajetória da língua no decorrer dos séculos. Revela exemplos valiosos de como o sistema linguístico altera-se em movimentos cíclicos para de certa forma adaptar-se a novas condições. Um dos ótimos exemplos apresentados é que o latim clássico empregava formas linguísticas mais sintéticas, porém alterações circunstanciais permitiram o surgimento de formas

analíticas. Mais à frente a tendência ao sintetismo é retomada. Essa observação macroscópica da reciclagem da língua ocorre num jogo cíclico equivalente ao das inter-relações da ecologia em alternâncias de ação/des-ação/re-ação.

O tao da linguagem e o tal do ensino

O Capítulo 11 de *O tao da linguagem* parece inicialmente desviado das posturas propostas de modo harmônico em toda a obra, mas ao observar essa experiência de ensino da produção textual no início da carreira de Couto, vamos perceber que a sua trajetória de vida docente já dava sinais há muito de uma busca interacional.

O embrião de um pesquisador da língua era gerado em um ecossistema de valorização do outro também partícipe do todo. Dessa forma, antes mesmo de enveredar pelo caminho do Tao, esse professor já ensaiava atitudes de inquietação acerca de como ensinar a redigir.

É muito interessante observar como Couto, um pesquisador experiente e profundo, lança, hoje, olhares sobre aquele professor jovem que tentava encontrar caminhos novos para o processamento didático. Levava os alunos à produção escrita e à reescrita numa construção interativa e cíclica de amadurecimentos bem ao gosto da sintonia taoísta.

Há uma alternância dialógica entre a produção de um texto e a leitura do produto, num ciclo de revisão dos aspectos formais e da importância de se dizer algo a um interlocutor. Ir do conteúdo à forma e da forma ao conteúdo em trocas dialógicas entre professor e alunos, nessa postura de aproximação, não há correção tingida de vermelho para constranger o discípulo. O que existe é a integração harmônica do todo para as partes e da parte para o todo com trabalhos de leitura de

textos variados e produção constante em idas e vindas. Essa alternância permite uma dinamicidade interacional harmônica na produção do aprendizado, por isso o respeito aos valores holísticos instiga o conhecimento da língua pelo fazer pleno de senso e intuição.

Desse modo, Couto resgata nesse gesto de memória como há em cada um de nós direcionamentos ligados aos cosmos universal e social em interação por meio da língua. A valorização da harmonia construtiva entre o eu e o outro no seu trabalho docente, já construíam, de alguma forma, uma postura ecolinguística orientada posteriormente para o caminho do Tao e para a Ecologia Profunda.

O livro *O tao da linguagem* é parte pequena do conjunto de todos os saberes desenvolvidos nesses milênios afora. E, como parte, integra, harmonicamente, esse todo e vibra no desejo de mudança na postura de muitos estudiosos da Linguística. Divulga a necessidade de se valorizarem as relações entre a unidade e o todo cósmico, para ampliar o conhecimento linguístico num universo holístico. Assim, como o mundo se move em dinâmica cíclica, a adesão às investigações ecolinguísticas são instigadas nessa obra.

A proposta de Couto é coerente e em sintonia com a filosofia taoísta que expõe ao início e busca também o interesse de filiados ao caminho do Tao. A pulsão pela sintonia e harmonia da parte no todo universal leva cada pensador que entende os limites como uma confluência de águas a interessar-se por esse caminho tão antigo e tão renovador. Além de tudo cada docente é levado a repensar sua prática como parte dinâmica de um conjunto em processo de ensino/aprendizagem e tensionado a buscar alternativas harmônicas de interação com o outro aluno.

A nós, especificamente, queremos continuar a interação entre partícula e cosmos, além de buscar o equilíbrio e harmo-

nia dinâmica do Tao. Pretendemos entender melhor a Ecologia Profunda como integrante do yin-yang em que o ser humano vibra na parcela em direção ao todo universal etcétera e tal.

OS ORGANIZADORES-AUTORES



O homenageado e os organizadores. Da esquerda para a direita:
Hildo, Elza, Davi e Gilberto

Davi Borges de Albuquerque - Orientando de doutorado do Prof. Hildo Honório do Couto no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB), e vem desenvolvendo estudos sobre contato de línguas e ecolinguística em Timor-Leste, com diversos artigos científicos publicados, destacando-se também a tese em andamento, intitulada *O português de Timor-Leste: uma abordagem ecolinguística*. Foi professor da Universidade Nacional Timor-Lorosaê (UNTL), em Dili, Timor-Leste, nos anos de 2008 e 2009.

Gilberto Paulino de Araújo - Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (PPGL/UNB). Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Professor colaborador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC/FUP-UNB) e da Faculdade LS. Atua no grupo de pesquisa [*América Latina: Política, Sociedade e Transformações Globais*](#) (UNIEURO), com ênfase em estudos interdisciplinares: educação e gestão ambiental; meio ambiente e linguagem; meio ambiente e sociedade.

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto - Mestre e doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Pós-Doutorado na UnB, sobre a língua dos ciganos kalderash de Aparecida de Goiânia (GO), de 2009-2010, sob a perspectiva da Ecolinguística. Publicou os livros *Em busca da casa perdida: as vozes e imaginário de meninos de rua* (São Paulo: Editora Anablume, 2005), *Ecolinguística e imaginário* (Brasília: Thesaurus, 2012), *Ecolinguística: Um diálogo com Hildo Honório do Couto* (Campinas: Pontes, 2013). Professora da UFG desde 2007.

OS AUTORES

Marcos Araújo Bagno - Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor adjunto do departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília, atuando na área de Tradução Francês/Português. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Tradução, Sociolinguística e ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: prática de tradução francês/português, ensino de português, sociologia da linguagem, antropologia linguística, literatura infantil, gramática tradicional e português brasileiro.

Jørgen Christian Bang - Professor de línguas escandinavas da Universidade de Odense (Dinamarca) desde 1974. Suas áreas de interesse são semântica, linguagem infantil, runologia e morfologia. Desde 1971 trabalha com **Jørgen Døør** na “teoria linguística dialética dinamarquesa, como na obra em nove volumes *Sprogtheori* (1985-1998). Coautor do livro *Language, ecology and society* (Londres: Continuum, 2007). Essa versão da ecolinguística é uma das que mais se aproximam da linguística ecossistêmica de Hildo do Couto.

Lorena Araújo de Oliveira Borges - Mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Linguagem, Línguas Minoritárias e Imaginário (NELIM). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Análise do Discurso e Antropologia do Imaginário Durandiano.

Pere Comellas-Casanova - Pere Comellas Casanova é professor de Estudos Portugueses na Universidade de Barcelona, onde se licenciou e doutorou, com a tese *Representacions lingüístiques a l'ESO*. Traduziu diversas obras literárias ao catalão e ao espanhol, sobretudo literaturas africanas em língua portuguesa. Publicou também ensaios sobre a teoria da tradução e a diversidade linguística, tendo publicado o livro *Contra l'imperialisme lingüístic: a favor de la linguodiversitat* (Barcelona: La Campana, 2006).

Eraldo Medeiros Costa Neto - Doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. Pós-doutorado na *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) pelo *Instituto de Biología* (2005). Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana (Departamento de Ciências Biológicas). Leciona a disciplina Etnobiologia. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia Aplicada, atuando, principalmente, nos seguintes temas: etnoentomologia, etnozootologia, conhecimentos tradicionais, zooterapia e medicina tradicional.

Jørgen Døør - Aposentado. Trabalhou na Universidade de Copenhague, na Universidade Pedagógica Dinamarquesa e na Universidade de Odense. É filósofo da linguagem, e vem colaborando com Jørgen Bang desde 1971 na teoria dialética da linguagem. Junto com discípulos e colegas, formam a Escola Ecolinguística de Odense. Grande parte de seus ensaios foram assinados com Bang, como é o caso do livro *Language, ecology and society* (Londres: Continuum, 2007), organizado pelo discípulo Sune Steffenson e o jovem ecolinguista australiano Joshua Nash.

Alwin Fill - Especialista em linguística aplicada e professor de inglês na Universidade de Graz (Áustria), onde se aposentou em 2010, mas continua ativo em pesquisas, publicações e participação em eventos. Já em 1987 Fill falava em ecolinguística, como no livro *Wörter zu Pflugscharen: Versuch einer Ökologie der Sprache*, Viena: Böhlau). É autor do primeiro livro de introdução à ecolinguística (*Ökologiestik: Eine Einführung*, Tübingen: Gunter Narr, 1993), além de diversos outros livros individuais e coletâneas. Uma coletânea marcante é *The ecolinguistics reader* (Londres: Continuum, 2001), organizada com Peter Mühlhäus-

ler. Uma de suas últimas obras é *The language impact: evolution, system, discourse*, Londres: Equinox, 2010). Esse livro é um apanhado geral da história das ideias linguísticas, com a finalidade de demonstrar a tese de que o surgimento da língua na espécie humana foi semelhante ao impacto de um meteoro na terra.

Dídac Santos Fita - Especialista em Antropologia Social e Cultural (*Universitat Autònoma de Barcelona*). Mestre em Zoologia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Bahia - Brasil). Doutorando em *Ciencias en Ecología y Desarrollo Sustentable en el Colegio de la Frontera Sur* (ECOSUR - Chiapas, México). Tem experiência na área de Zoologia, com ênfase em Etnozoologia, atuando principalmente nos seguintes temas: conhecimento local, percepção, classificação, uso e manejo dos recursos naturais, *zoocría*, conservação.

Eliane Marquez da Fonseca - Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de Brasília (2009). Professora adjunta da Faculdade de Letras da UFG. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística Textual e Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: texto, produção textual, gêneros do discurso, análise do discurso, leitura/escrita e ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa.

John Holm - Professor aposentado da City University of New York, atualmente é professor da Universidade de Coimbra (Portugal). Seu livro em dois volumes *Pidgins and creoles* (Cambridge: Cambridge University Press, 1988/1989) é uma referência mundial na área de crioulística. *An introduction to pidgins and creoles* (Londres: Cambridge University Press, 2000) é uma espécie de atualização dele. Publicou coletâneas como organizador e autor, como *Comparative creole syntax* (Londres: Battlebridge, 2007, com Peter Patrick) e *Atlantic meets Pacific: A global view of pidginization and creolization* (Amsterdam: Benjamins, 1993, com Francis Byrne). Holm é a referência mundial também na área de contato de línguas. É formador de diversas gerações de crioulistas e de estudiosos de contato de línguas, como Heliana Mello, presente neste volume.

Jürgen Lang - Doutor pela Universidade de Tübingen e livre-docente (*Habilitation*) pela Universidade Livre de Berlim, aposentou-se professor de filologia românica da Universidade de Erlangen-Nürnberg em 2009. Tem diversas publicações relevantes na área, como *Sprache in Raum* (Tübingen: Niemeyer, 1982) e *Die französischen Präpositionen* (Heidelberg: Carl Winter, 1991). É um dos maiores especialistas no crioulo português de Cabo Verde, cujo maior dicionário é de sua autoria (*Dicionário do crioulo da ilha de Santiago - Cabo Verde*. Tübingen: Gunter Narr, 2002, 864p.). A parte inicial desse dicionário contém um completo apanhado geral da situação histórica e da gramática do caboverdiano. Lang chegou a organizar um curso de pós-graduação em crioulística no país.

Seung-Hwa Lee - Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ. Membro de Corpo Editorial dos seguintes periódicos: Revista de Linguística Alfa (ILCSE/UNESP), Revista Estudos Linguísticos (São Paulo) e Revista de Estudos da Linguagem (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Fonologia, atuando principalmente nos seguintes temas: fonologia, teoria da otimalidade, morfologia, acento e português.

Ronaldo M. Lima Júnior - Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília. Professor da pós-graduação da Universidade Católica de Brasília e professor de inglês como língua estrangeira do Conselho Cultural Thomas Jefferson. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino, fonologia, aprendizagem e pronúncia.

José Olímpio de Magalhães - Doutor em Linguística (*Université de Montréal*). Estágio Pós-Doutoral na UNICAMP e na Berkeley University - CA em 1995; e na UFRJ (2005). Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Realiza pesquisas na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: fonética/fonologia, prosódia, processamento da linguagem humana (psicolinguística).

Adam Makkai - O poliglota húngaro de nascimento, aposentou-se como professor emérito da Universidade de Illinois, Chicago. Atualmente é editor-chefe de Atlantis-Centaur Publications e reside no Havai. É fundador da LACUS (Linguistic Association of Canada and United States), que publica as atas na série LACUS FORUM, desde 1985. Grande estudioso das inovações lexicais no inglês americano, inclusive siglas. Um de seus principais livros é *Idiom structure in English* (Haia: Mouton, 1972). Publicou também um livro de ecolinguística no mesmo ano do de Alwin Fill (*Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?* Londres: Pinter, 1993). Desde 1972 vem falando em “gramática pragmo-ecológica”.

Heliana Ribeiro de Mello - Doutora em Linguística pela City University of New York. Pós-doutorado em Linguística (City University of New York - 1998). Professora associada da Universidade Federal de Minas Gerais. Atua na área de Estudos Linguísticos na graduação e na pós-graduação, com ênfase em análises baseadas em corpora relacionadas a mudanças de sistemas gramaticais e contato linguístico, semântica e pragmática. Atua também na área de Linguística Aplicada com interesse em pesquisas empíricas e experimentais sobre aquisição de línguas e estudos da interlíngua.

Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello - Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília. Professora da *Birkbeck University of London*, BBK, Grã-Bretanha. Atuou como professora substituta da Universidade de Brasília, em 2007, no curso de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP). Realiza estudos linguísticos com foco em Crioulística.

Salikoko S. Mufwene - Nascido na ex-República Democrática do Congo, atualmente é professor “distinguished” de linguística da Universidade de Chicago. É bastante ativo nas áreas de crioulística e de evolução linguística motivada pelo contato. Tem publicado diversos livros e artigos. Dois dos mais conhecidos livros são *The ecology of language evolution* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001) e *Language evolution: Contact, competition and change* (Londres: Continuum, 2008), além de *Créoles, écologie sociale, évolution linguistique*

(Paris: L'Harmattan, 2005). Embora diga que não é ecolinguista, toda a sua obra vai nessa direção.

Antônio Batista Pereira - Mestre em Linguística (Universidade de Brasília). Professor aposentado da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB.

Teresinha de F. Montebello Pereira - Aprendiz de *Tai Chi Chuan*. Estudante dos ensinamentos milenares da Ordem Rosacruz - AMORC - há mais de trinta anos. Servidora aposentada do Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios. Formada na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - Universidade de São Paulo (ESALQ - USP) - em Licenciatura em Economia Doméstica.

Rui Ramos - Doutor em Linguística pela Faculdade de Letras do Porto. Reconhecido como *Formador* pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (1999), nas áreas: Português / Língua Portuguesa; Linguística Portuguesa; Metodologia e Didática da Leitura e da Escrita Iniciais. Atua como docente do Instituto de Educação da Universidade do Minho (Portugal) - Departamento de Estudos Integrados de Literacia, Didática e Supervisão - DEILDS. Membro da Comissão Diretiva do Centro de Investigação em Estudos da Criança (Universidade do Minho). Leciona disciplinas ligadas à Linguística Geral e à Linguística Portuguesa.

Sinval Martins de Sousa Filho - Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pós-doutorado em Linguística pela Universidade de Brasília (2012). Professor adjunto da Faculdade de Letras da UFG. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino de Língua Portuguesa, Linguística e formação inicial e continuada de professores. Atua principalmente nas seguintes áreas temáticas: educação escolar, língua portuguesa, língua xerente, formação inicial (regular e diferenciada), formação continuada, gêneros textuais/discursivos, gramática descritiva e prescritiva, referênciação e funcionalismo linguístico.

Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues - Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília. Professora adjunta da Universidade de Brasília.

lia. Atua no curso de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP). Tem experiência na área de Linguística, Sociolinguística, Fonética, Fologia, Morfologia, Crioulística, Psicolinguística, Linguística Textual, Metodologia e Prática de Ensino.

Moo Shong Woo (Mestre Woo) - Orienta a prática de *Tai Chi Chuan* na Praça da Harmonia Universal, desde 1974. Lecionou língua japonesa na Sociedade Cultural Nipo-Brasileira e foi o primeiro professor das línguas chinesa e japonesa do Instituto Rio Branco, a academia de diplomatas do Itamaraty. Além de médico e professor de *Tai Chi Chuan* e outras artes marciais, Mestre Woo é monge, poeta e arquiteto. Recebeu os títulos de conselheiro da Corporação Editorial de Medicina e Acupuntura Chinesa, de reitor honorário da Faculdade e do Instituto de Especialistas Médicos Chineses, bem como de presidente honorário da Associação Geral da União de Médicos Herbalistas Chineses.

Klaus Zimmerman - Especialista em espanhol e línguas indígenas das Américas, com atuação sobretudo no México. Fez sua livre-docência (Habilitation) na Universidade Livre de Berlim com a tese *Sprachkontakt, ethnische Identität und Identitätsbeschädigung. Aspekte der Assimilation der Otomí-Indianer an die hispanophone mexikanische Kultur*, em 1990. Desde 1996 é professor de filologia românica da Universidade de Bremen. É um dos mais prolíficos pesquisadores da área. Em 2007 foi homenagado com uma *Festschrift* (Schrader-Kniffki, Martina & Laura Morgenthaler García, orgs., *La Romania en interacción: entre historia, contacto y política*. Frankfurt/Madri: Iberoamericana/Vervuert), que contém um texto de Hildo do Couto (The ecology of spatial relations: The case of Kriol prepositions, p. 479-514)

DA FONOLOGIA À ECOLINGÜÍSTICA foi composto em tipografia Minion Pro, corpo 12 pt, e impresso em papel Pólen 80g nas oficinas da THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA. Acabou-se de imprimir em junho de 2013.

LAUS DEO